

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS – DCA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL**

Ariel Castro Bacchieri Farias

**BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES
BILATERAIS BRASILEIRAS COM EQUADOR, BOLÍVIA E PARAGUAI
DURANTE O PERÍODO 2003-2014**

Porto Alegre

2016

Ariel Castro Bacchieri Farias

**BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL: UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES
BILATERAIS BRASILEIRAS COM EQUADOR, BOLÍVIA E PARAGUAI
DURANTE O PERÍODO 2003-2014**

**Trabalho de conclusão de curso de graduação
em Administração Pública e Social
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Administração Pública e Social.**

Orientador: Prof. Aragon Érico Dasso Júnior

Porto Alegre

2016

“O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: "Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!"". (ROUSSEAU, 1754)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família pela educação e criação que me proporcionaram. Graças a ela pude fazer minhas escolhas sempre com convicção, de forma correta, honesta, respeitosa e de acordo com os meus ideais.

A minha mãe, por ser a pessoa mais batalhadora que conheço, cuja força de vontade me surpreende sempre a cada dia e me serve de inspiração para que eu consiga correr atrás dos meus sonhos apesar de todos os obstáculos no caminho.

A minha esposa Juliana, pelo companheirismo e compreensão de todos esses anos, o que me permite dizer tranquilamente que o mérito desta conquista é tanto meu quanto dela.

Aos colegas e amigos da UFCSPA, instituição em que exerço minha função pública a mais de 10 anos, pela amizade, incentivo e carinho, além da compreensão pelos momentos em que estive ausente de minhas atividades em função dos estudos da universidade.

À instituição UFCSPA, cuja qualidade e função social que exerce foram os pilares para a construção do meu apreço pela Administração Pública.

Aos colegas do Curso de Administração Pública e Social, cujo companheirismo, amizade e troca de conhecimentos tornaram muito mais fácil essa jornada, me ajudando a superar diversas dificuldades encontradas no caminho.

Ao meu Professor Orientador, o Mestre Aragon. Pelo profissionalismo e dedicação para com os alunos, foi meu principal exemplo durante todo o curso, sem seu apoio e incentivo com certeza não teria chegado até aqui.

Essa foi com certeza uma das maiores batalhas da minha vida, e eu não teria conseguido sem o carinho e o apoio de cada um de vocês.

Muito obrigado!

RESUMO

No Brasil, após a eleição de Lula (2002), percebe-se uma mudança da política internacional que passa a priorizar o modelo de Cooperação Sul-Sul. Antes voltada para o Norte desenvolvido, o Brasil passa a focar suas Relações Internacionais para com os países da América Latina, notadamente com a América do Sul. Dentro deste contexto, este trabalho tem como proposta a análise dos processos de Cooperação Sul-Sul realizados de forma bilateral do Brasil com Equador, Bolívia e Paraguai. Em decorrência, surge o seguinte problema de pesquisa: em que medida os projetos de Cooperação Sul-Sul na América Latina influenciam uma posição de liderança geopolítica do Brasil na região, a partir do governo Lula (2003)? Deriva do problema de pesquisa o seguinte objetivo geral: analisar a relação bilateral existente, a partir dos Projetos de Cooperação Sul-Sul do Brasil com Equador, Bolívia e Paraguai nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014, primeiro mandato). Por conseguinte, surgem os seguintes objetivos específicos: descrever os Projetos de Cooperação Sul-Sul realizados entre o Brasil e os três países mencionados, no período de 2003 a 2014; identificar traços de distinção e de identidade na política externa brasileira para os três países mencionados entre os ciclos dos governos FHC (1995-2002) e Lula-Dilma (2003-2014). Quanto à metodologia utilizada, optou-se pelo método de pesquisa descritivo, com uma abordagem exploratória. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e a documental. A amostra de países foi estabelecida de forma não probabilística. Os critérios de escolha dos países foram a localização geográfica (América do Sul) e o Produto Nacional Bruto (PNB), considerando os menores da região delimitada. A partir deste estudo foi possível verificar que o Brasil soube interpretar as novas demandas criadas no sistema internacional pós-guerra fria e sua posição de potência média dentro de uma nova configuração global multipolar, utilizando dos Processos de Cooperação Sul-Sul bilaterais com os países da América do Sul como forma de manter uma liderança geopolítica na região, exercendo uma chamada liderança cooperativa, assemelhando-se a política atual com políticas subimperialistas praticadas por governos anteriores, com vistas ao fortalecimento do papel do Brasil como ator relevante frente ao cenário internacional.

Palavras-Chave: Cooperação Sul-Sul; Integração Regional; Subimperialismo; América Latina; Relações Internacionais.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais Concluídos e em Execução na América Latina com a Participação do Brasil	51
Quadro 2 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador	74
Quadro 3 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia	92
Quadro 4 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Classificação da Cooperação Sul-Sul por Segmento (2000-2014).....	119
Gráfico 2 - Evolução da Execução Financeira dos Projetos da ABC	121
Gráfico 3 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador por Área Temática	125
Gráfico 4 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador por ano de implementação.....	127
Gráfico 5 - Exportações e Importações do Brasil com o Equador (1999 – 2014)	133
Gráfico 6 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia por Área Temática	135
Gráfico 7 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia por ano de implementação	138
Gráfico 8 - Exportações e Importações do Brasil com a Bolívia (1999 – 2014)	143
Gráfico 9 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai por Área Temática	145
Gráfico 10 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai por ano de implementação	147
Gráfico 11 - Exportações e Importações do Brasil com a Paraguai (1999 – 2014).....	154
Gráfico 12 - Crescimento do PIB brasileiro no período entre 1990 e 2015.....	161
Gráfico 13 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador por ano de implementação.....	127
Tabela 2 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador.....	128
Tabela 3 - Orçamento Previsto por Área Temática dos Projetos.....	130
Tabela 4 - Missões de Monitoramento e Avaliação Realizadas no Equador até 2014 ...	131
Tabela 5 - Balança Comercial Brasil x Equador (1999 – 2014).....	133
Tabela 6 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia por ano de implementação.....	137
Tabela 7 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia.....	138
Tabela 8 - Orçamento Previsto por Área Temática dos Projetos.....	140
Tabela 9 - Missões de Monitoramento e Avaliação Realizadas na Bolívia até 2014	141
Tabela 10 - Balança Comercial Brasil x Bolívia (1999 – 2014).....	143
Tabela 11 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai por ano de implementação.....	147
Tabela 12 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai.....	148
Tabela 13 - Orçamento Previsto por Área Temática dos Projetos.....	150
Tabela 14 - Missões de Monitoramento e Avaliação Realizadas no Equador até 2014 .	151
Tabela 15 - Balança Comercial Brasil x Paraguai (1999 – 2014).....	154
Tabela 16 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais por Área Temática/ Política Pública implementada.....	157
Tabela 17 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais por ano de implementação.....	159
Tabela 18 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação
- ADEPO - Associação Paraguaia de Estudos da População
- ALADI – Associação Latino Americana de Integração
- ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
- ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- APC - Aliança Patriótica para a Mudança
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
- CELEPAR - Companhia de Informática do Paraná
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- CSS – Cooperação Sul-Sul
- CTPD – Cooperação Técnica para o Desenvolvimento
- DIP – Direito Internacional Público
- ECOBOL – Empresa de Correios da Bolívia
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EXBR – Exército Brasileiro
- FAB – Força Aérea Brasileira
- FIOCRUZ – Fundação
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBAS - Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IFSP - Instituto Florestal do Estado de São Paulo
- IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
- INECI - Instituto Equatoriano de Cooperação Internacional
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MEC – Ministério da Educação
- MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MSEB – Ministério da Saúde e Esportes da Bolívia
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSB – Pensamento Social Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
RI – Relações Internacionais
RPC – Renda Per Capita
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNPP - Serviço Nacional de Promoção Profissional
SURTI - Sistema Único de Registro de Trabalho Infantil
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TEC – Tarifa Externa Comum
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL NA AMÉRICA LATINA	16
2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM CAMPO MULTIDISCIPLINAR.....	16
2.2 REVISÃO SOBRE AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	16
2.3 COOPERAÇÃO SUL-SUL	25
2.3.1 Histórico dos Processos de Integração e Cooperação Sul-Sul na América Latina..	29
2.3.2 BRICS, IBAS e MERCOSUL: novos processos de integração entre países em desenvolvimento num mundo multipolarizado.....	40
2.3.2.1 BRICS.....	40
2.3.2.2 IBAS.....	42
2.3.2.3 MERCOSUL	43
2.4 SUBIMPERIALISMO	45
2.5 BRASIL: ATOR DA GEOPOLÍTICA LATINO-AMERICANA	50
2.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO DOIS.....	58
3 PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL: UMA DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES COM EQUADOR, BOLÍVIA E PARAGUAI	61
3.1 EQUADOR.....	62
3.1.1 Breve Descrição sobre a História do Estado Equatoriano.....	63
3.1.2 Relações Internacionais do Equador	66
3.1.3 Relações Internacionais Brasil e Equador	68
3.1.4 Acordos Bilaterais de Cooperação Sul-Sul Brasil x Equador	71
3.2 BOLÍVIA.....	77
3.2.1 Breve Descrição sobre a História do Estado Boliviano	78
3.2.2 Relações Internacionais da Bolívia	83
3.2.3 Relações Internacionais Brasil e Bolívia.....	86
3.2.4 Acordos Bilaterais de Cooperação Sul-Sul Brasil x Bolívia	89
3.3 PARAGUAI	95
3.3.1 Breve Descrição sobre a História do Estado Paraguaio.....	97
3.3.2 Relações Internacionais do Paraguai.....	103
3.3.3 Relações Internacionais Brasil e Paraguai	104

3.3.4 Acordos Bilaterais de Cooperação Sul-Sul Brasil x Paraguai.....	108
3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO TRÊS	114
4 RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS CASOS EQUATORIANO, BOLIVIANO E PARAGUAIO.....	117
4.1 ASPECTOS METODOLOGICOS.....	118
4.2 ANÁLISE DO CASO EQUATORIANO	124
4.2.1 Temática dos Projetos	124
4.2.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos	126
4.2.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos.....	129
4.2.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos.....	130
4.2.5 Relação Comercial Brasil e Equador durante o Período de Vigência dos Projetos	132
4.3 ANÁLISE DO CASO BOLIVIANO	135
4.3.1 Temática dos Projetos	135
4.3.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos	136
4.3.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos.....	139
4.3.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos.....	140
4.3.5 Relação Comercial Brasil e Bolívia durante o Período de Vigência dos Projetos .	142
4.4 ANÁLISE DO CASO PARAGUAIO	144
4.4.1 Temática dos Projetos	145
4.4.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos	146
4.4.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos.....	149
4.4.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos.....	150
4.4.5 Relação Comercial Brasil e Paraguai durante o Período de Vigência dos Projetos	153
4.5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PAÍSES	155
4.5.1 Temática dos Projetos	156
4.5.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos	159
4.5.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos.....	162
4.5.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos.....	163
4.5.5 Relação Comercial durante o Período de Vigência dos Projetos	164
4.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO QUATRO.....	168
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS	180

1. INTRODUÇÃO

Com o término da Guerra Fria, durante a década de 1980, observamos na esfera mundial o surgimento do fenômeno denominado de globalização (ou de mundialização do capital), um movimento de abertura das fronteiras econômicas e desregulamentação acelerada. O mundo, antes dividido em dois blocos de poder – capitalista e socialista – se multipolariza, tornando muito mais complexas as Relações Internacionais no que diz respeito a novas relações de poder, novos blocos econômicos, novas zonas de influência enfim, o surgimento de novos atores internacionais relevantes. Neste período, destaca-se um crescimento no número de organizações internacionais como atores importantes nas Relações Internacionais, além de um aumento da influência de organizações já existentes como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Neste contexto, com o fim da divisão da hegemonia global entre Estados Unidos e União Soviética, novos processos de integração entre os Estados-Nação surgem, destacando-se os processos de integração regional, entre países de mesma região e semelhante grau de desenvolvimento, em que emerge o que se denomina de processos de cooperação do tipo Sul-Sul.

A cooperação técnica Sul-Sul, também conhecida como cooperação horizontal, possui esse nome devido a se dar entre países subdesenvolvidos ou, como alguns autores preferem, em desenvolvimento. Como a grande maioria destes países encontra-se no sul do globo, daí advém a nomenclatura Sul-Sul. Ela aparece como alternativa aos processos de cooperação Norte-Sul que surgem após a Segunda Guerra Mundial, como uma forma muito mais de assistência dos países do Norte, desenvolvidos, para com os do Sul, subdesenvolvidos.

No Brasil, somente após a eleição de Lula (2002), percebe-se uma mudança neste sentido. Com a ascensão de um governo considerado progressista ao poder em substituição ao governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, altera-se o foco da política externa do país. Antes voltada para o Norte desenvolvido, o Brasil passa a focar suas Relações Internacionais para com os países da América Latina, fortalecendo os processos de integração.

Essas relações são favorecidas pela ascensão, no mesmo período, de vários governos antiliberais na região, como Hugo Chavez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador. Como resultado desses novos atores em situações de poder, surgem diversos novos processos de integração e/ou cooperação regional, como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), em 2004, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC),

em 2011, assim como uma alteração de foco do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que passou a dar mais ênfase ao elemento político da organização, sobretudo com a adesão da Venezuela.

No caso brasileiro, observa-se neste período, um incremento expressivo nos processos de Cooperação Sul-Sul bilaterais com países da América Latina, e mais tardar, entre o Brasil e países subdesenvolvidos de outros continentes. De acordo com dados obtidos com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão criado para a coordenação e supervisão destes projetos, em 2008 houve a execução de 236 projetos e atividades pontuais de cooperação técnica em 58 países em desenvolvimento, tendo como objetivos o desenvolvimento da área agrícola, formação profissional, educação, justiça, esporte, saúde, meio ambiente, tecnologia da informação, prevenção de acidentes de trabalho, desenvolvimento urbano, biocombustível, transporte aéreo e turismo, além de cultura, comércio exterior e direitos humanos. Portanto, a Cooperação Sul-Sul passa a ser um instrumento de política pública de extrema importância na diplomacia brasileira.

Por se tratar de tema relativamente novo em nossa agenda, os Processos de Cooperação Sul-Sul possuem diversas interpretações e não há um consenso entre os autores sobre o que realmente eles significam e como são realizados seus projetos. No discurso do Itamaraty, este tipo de integração aparece como uma estratégia para o fortalecimento institucional dos parceiros do país, se dando de forma horizontal com a troca de experiências e conhecimentos entre os países em desenvolvimento, sem vinculação a fins lucrativos e a interesses comerciais.

Independente das definições, é inquestionável que a partir dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), houve uma alteração significativa na política externa brasileira. Através de processos de Cooperação Sul-Sul na América Latina, percebe-se um avanço integrador na região nunca antes vislumbrando ou pretendido. Em função disso, estudos sobre o tema se tornam cada vez mais recorrentes e importantes no que tange às Relações Internacionais no subcontinente. Alguns autores afirmam que realmente o Brasil contribuiu, com esses projetos, para um maior desenvolvimento da América Latina de forma recíproca e com solidariedade; enquanto outros acreditam que o país, por ser o mais “desenvolvido” na região em comparação com os países vizinhos, acaba por reproduzir uma espécie de cooperação Norte-Sul de cunho puramente assistencialista, mantendo uma hegemonia cooperativa na América Latina e mascarando uma prática subimperialista, como já alertava Rui Mauro Marini, no continente sul-americano. Dentro deste contexto, é importante diferenciar o discurso oficial das reais motivações que sustentam os Processos de Cooperação Técnica.

Neste sentido, este projeto tem como tema a análise dos processos de Cooperação Sul-Sul que o Brasil realiza com os países da América Latina de forma bilateral a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. Diante deste contexto apresentado de uma mudança de paradigma nas relações exteriores do Brasil, a partir do Governo Lula (2003), observa-se uma mudança com priorização da Cooperação Sul-Sul. Em especial, observa-se um deslocamento de olhar para a América Latina. Em função desse movimento, surge o problema de pesquisa deste trabalho: Em que medida os projetos de Cooperação Sul-Sul na América Latina influenciam uma posição de liderança geopolítica do Brasil na região, a partir do governo Lula (2003)?

Para realizar tal tarefa, optou-se por um recorte analítico que contemplou relações bilaterais em detrimento de processos multilaterais. Ademais, também foi priorizado o continente sul-americano, como sub-região da América Latina. Por último, fez-se uma análise concentrada nas relações bilaterais do Brasil com 3 países em particular da América do Sul: Equador, Bolívia e Paraguai.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é: analisar a relação bilateral existente entre os Projetos de Cooperação Sul-Sul do Brasil e Equador, Bolívia e Paraguai nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014, primeiro mandato). Parte-se da hipótese que a análise dessas relações pode indicar como se caracteriza a política brasileira de Relações Internacionais para a região como um todo.

Em decorrência, surgem os seguintes objetivos específicos: descrever os Projetos de Cooperação Sul-Sul realizados entre o Brasil e os três países mencionados, no período de 2003 a 2014; identificar traços de distinção e de identidade na política externa brasileira para os três países mencionados entre os ciclos dos governos FHC (1995-2002) e Lula-Dilma (2003-2014). Para a concretização dos objetivos específicos mencionados, foram escolhidas algumas variáveis de análise dos projetos selecionados, tais como: temática; cronologia e temporalidade; valores envolvidos na execução; monitoramento e avaliação; e relação comercial do Brasil com os países escolhidos no período de vigência dos projetos.

Justifica-se a pesquisa, primeiramente porque o estudo das Relações Internacionais no que se refere às relações que se estabelecem entre Estados, sejam eles países considerados extremamente desenvolvidos, sejam países considerados pobres e subdesenvolvidos, é de crucial importância para o entendimento da ordem internacional a que estamos submetidos. Entender o papel do nosso país e de outros nesta ordem nos permite observar como estas relações refletem e influenciam nossa sociedade, tanto na forma de projeção de Políticas Públicas quanto culturalmente.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, é reconhecida a importância do estudo das relações entre os Estados, tendo como objeto principal a análise dos fenômenos do exercício de poder na sociedade internacional, o que gerou uma variedade de teorias utilizadas amplamente como formas analíticas das Relações Internacionais que se sucederam até então, nos permitindo a compreensão de nossa própria sociedade através de sua inserção na ordem global.

A relevância do tema no Brasil se justifica também pela mudança da postura do país, no que diz respeito a sua política externa, em especial após o início do governo Lula, em 2003, quando se observa significantes impactos para a sociedade brasileira que passou a priorizar a integração da América Latina em detrimento de uma política voltada para os países desenvolvidos. Modifica-se de forma importante o modo de se construir Políticas Públicas, em particular no âmbito regional e, sobretudo, nas zonas de fronteira, através da implementação e aprimoramento de Projetos de cooperação do tipo Sul-Sul.

Justifica-se dessa forma a análise somente do período compreendido entre 2003 e 2014, pois se verifica que estes projetos são uma política de governos liderados pelo PT.

O estudo destes processos de cooperação se dá de forma multidisciplinar, visto que as Relações Internacionais envolvem questões econômicas, culturais, sociais, jurídicas, políticas e, principalmente, de Administração Pública, visto que os projetos de Cooperação Sul-Sul se inserem dentro de uma agenda de Políticas Públicas dos países envolvidos, de forma a perseguir objetivos de ordem social com vistas ao desenvolvimento dos Estados, cabendo aos gestores públicos a execução dessas políticas de forma a atender de forma efetiva as demandas da sociedade dentro do interesse público envolvido nos processos.

Finalmente, justifica-se este estudo, em função do impacto que esse novo cenário de integração regional gerou sobre a política e a Administração Pública. Com a criação de novos processos de integração e, muitas das vezes, de novas organizações internacionais, surgem novas estruturas internas na Administração Pública brasileira, responsáveis por dar conta desses novos desafios.

Para a realização deste trabalho, no que tange à sua metodologia, optou-se pelo método de pesquisa descritivo, com uma abordagem exploratória. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a bibliográfica e a documental. Devido ao extenso número de projetos existentes e países envolvidos, optou-se pela descrição e análise dos projetos de determinados países em específico (Equador, Bolívia e Paraguai), sendo a amostra estabelecida de forma não probabilística. O critério de escolha desses três países foi a localização geográfica (América do Sul) e o Produto Nacional Bruto (PNB) (os menores da região delimitada).

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo o primeiro capítulo de introdução e o último referente às considerações finais. O segundo capítulo se dedica a uma revisão teórica acerca da temática desenvolvida, introduzindo o campo multidisciplinar que se relaciona à integração regional e os processos de cooperação internacional, perpassando uma revisão sobre as teorias das Relações Internacionais, subimperialismo e os conceitos de Cooperação Sul-Sul, contextualizando este último através da revisão histórica dos processos de integração no cenário da América Latina, os novos arranjos internacionais formados neste contexto e o papel do Brasil como ator da geopolítica latino-americana.

O terceiro capítulo, de caráter descritivo, tem por finalidade apresentar um panorama dos projetos de cooperação que o Brasil realiza na América do Sul, especificamente com os três países objeto desta pesquisa. Além disso, são descritos também vários elementos de cada país no que diz respeito suas características regionais, políticas, sociais e econômicas, seus históricos pós-independência, suas diplomacias e os históricos de suas Relações Internacionais com o Brasil, de forma a contribuir para a contextualização e a posterior análise proposta.

Finalmente, no quarto capítulo temos a análise propriamente dita, a partir de algumas variáveis selecionadas. Ele está subdividido em cinco subcapítulos: “temática dos projetos”; “cronologia e temporalidade dos projetos”; “valores envolvidos na execução dos projetos”; “monitoramento e avaliação dos projetos”; e “relação comercial durante o período de vigência dos projetos”. Foi realizada a análise em separado de cada um dos três países, e posterior análise comparativa entre estes com vistas à resolução do problema de pesquisa proposto neste trabalho.

2 INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO SUL-SUL NA AMÉRICA LATINA

Como referencial teórico desta pesquisa, se buscou, através de revisão bibliográfica, o aprofundamento em leis, teorias e estudos que sirvam de instrumentos que permitam a análise empírica do caso concreto objeto deste trabalho. Nesta esteira, primeiramente definiremos o campo de estudo pelo qual será abordado o tema, visto que os processos de integração englobam uma multiplicidade de variáveis que permitem diversas abordagens de forma multidisciplinar.

Seguindo nesta linha, trataremos de buscar a definição do conceito de Cooperação Sul-Sul e Subimperialismo, dois conceitos que também possuem diversas interpretações e se mostram imprescindíveis suas análises para a realização desta pesquisa.

Por último, de forma sucinta, serão descritos os projetos de Cooperação Sul-Sul realizados entre o Brasil e os países da América Latina no período do governo Lula-Dilma definido neste trabalho (2003-2014) e o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) imediatamente anterior ao mesmo (1995-2002), explicitando a presença do Brasil como ator Geopolítico na América Latina neste período, o que nos servirá após, para que possamos fazer uma análise das diferenças entre Governos distintos no que tange às Relações Internacionais do país.

2.1 INTEGRAÇÃO REGIONAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UM CAMPO MULTIDISCIPLINAR

As pesquisas que envolvem integração regional permitem uma singular multidisciplinidade. Analisar como se dá essa integração entre os Estados Nação permite diversas abordagens e englobam uma vasta gama de campos de conhecimento que ultrapassam qualquer olhar engessado em uma única disciplina, de forma que para uma compreensão mais completa do tema não podemos nos deter somente ao que se observa na maioria dos estudos, que enfatizam, “como regra, apenas a variável econômica, relegando a um plano secundário outras esferas, tais como a política, a cultural e social” (DASSO JUNIOR, 2000, p. 26). Exatamente por englobar variáveis tanto econômicas, políticas, culturais e sociais, que o estudo sobre integração regional nos permite abordagens das mais distintas, nas quais se destacam os seguintes campos de conhecimento: Direito Internacional Público; Relações Internacionais; Políticas Públicas; Administração Pública.

O Direito Internacional Público (DIP), surge pela necessidade advinda da globalização e com ela um incremento de relações entre Estados das mais diversas formas e a necessidade

de se regular estas relações (tanto economias, políticas e sociais) num contexto global. Com o chamado enfraquecimento do Estado (MIALHE, 2008) em prol dos interesses do mercado num mundo liberal e globalizado, se percebe a necessidade de criação de leis e regulamentos visando a moral e a ética, que minimizem os efeitos predatórios do capital. Neste sentido, e com o conhecimento de que cada Estado possui legislação própria de acordo unicamente com seus interesses, emergem arranjos internacionais dos mais diversos com vistas à manutenção do DIP como prática entre os países envolvidos.

No Brasil, o Direito internacional tem ocupado, principalmente após a criação do Mercosul, um lugar de destaque na formação do jurista contemporâneo, sintonizado com as complexas questões econômicas, sociais, políticas e culturais decorrentes do relacionamento entre os diferentes povos, organizações não-governamentais, empresas transnacionais e Estados, atores atuando no palco cujo cenário é o da economia globalizada. (MIALHE, 2008, p. 227 e 228)

Sendo uma área relativamente nova, os estudos sobre DIP são um campo de conhecimento em construção, com foco principalmente nas relações econômicas entre os Estados Nação.

Já no que tange o campo das Relações Internacionais, temos que estas são “constituídas por contatos e fluxos que ultrapassam as fronteiras, escapando assim ao império de poder estatal único ou quando delas participam atores que se vinculam às sociedades estatais diferentes” (MIALHE, 2008, p. 206-207). Segundo Pecequilo (2010), as sociedades estabelecem trocas entre si e contatos das mais diversas naturezas e alcances. Deste contato nascem os estudos sobre Relações Internacionais, “uma necessidade específica das sociedades em pensar as realidades externas que as afetam, passando a interferir no encaminhamento destes processos de forma a administrá-los” (PECEQUILO, 2010, p. 14). Podemos dizer dessa forma que as teorias de Relações Internacionais (RI) externam o enfoque no Estado, nos permitindo observá-lo num contexto global, ou, como no objeto de estudo desta pesquisa, regional.

Através do estudo das teorias de RI, permite-se através da leitura das diversas teorias e escolas deste campo de conhecimento, a possibilidade de analisar de forma empírica o caso concreto no que nos diz respeito às relações entre os Estados.

Já a Administração Pública, como denota Ramos (2014, p. 13) “é considerada um campo de conhecimento extremamente rico, que possui assim como as outras ciências (Sociologia, Antropologia, Política, Direito), objeto de estudo próprio a estrutura estatal”. Por Administração Pública entende-se como “uma organização complexa que requer não somente

uma análise jurídica, mas também econômica, sociológica, administrativa e política” (DASSO JUNIOR, 2006, p. 167). Para Di Pietro (2003, p. 54):

A definição para Administração Pública em sentido estrito compreende, sob aspecto subjetivo, apenas os órgãos administrativos, e sob o aspecto objetivo, apenas a função administrativa, excluídos, no primeiro caso, os órgãos governamentais e, no segundo, a função política.

Entretanto, como área de conhecimento que estuda o Estado, a Administração Pública possui em si própria uma multidisciplinariedade intrínseca, perpassando áreas que abrangem desde estudos sobre o Pensamento Social Brasileiro (PSB), enfatizando os autores clássicos que contribuíram para o estudo da formação de nossa sociedade, em sua base, até o enfoque em procedimentos técnicos burocráticos, no seu topo. Conforme Duebel (2003), o estudo das Políticas Públicas adotadas em um governo permite compreender a relação entre sociedade civil e Estado. As Políticas Públicas, portanto, como normativas e programas de ações, representam a realização concreta de decisões.

Dessa forma, a pesquisa sobre Políticas Públicas não pode limitar-se a uma única abordagem, dado a quantidade de variáveis envolvidas no processo de construção de tais políticas.

Como o objetivo geral desta pesquisa é a análise dos processos de Cooperação Sul-Sul como forma de integração regional na América Latina tendo como foco central o papel do Brasil neste processo, e entendendo-se os processos de cooperação como instrumento que permite a concretização de Políticas Públicas internacionais inseridas nas agendas dos países envolvidos, aproxima-se desta forma da importância das áreas de estudo sobre Administração Pública, que volta seus estudos para a compreensão do Estado e Sociedade e Relações Internacionais, que através das teorias e estudos formulados permite a análise destas num contexto global em que diversos estudos se relacionam com determinados fins.

Entendendo que:

Os processos de integração regional, conforme as suas profundidades e os seus objetivos, podem ser denominados de: concertação, cooperação, coordenação, integração econômica, integração política, integração social, integração de fato, interdependência, integração total, etc. Entretanto, não há consenso entre os integracionistas quanto à terminologia a ser utilizada, exceto pelos conceitos de cooperação e de integração econômica (DASSO JUNIOR, 2000, p. 28).

Temos que no Brasil, os processos de integração regional que o país realiza na América Latina são do tipo Cooperação Técnica Sul-Sul, ou cooperação técnica horizontal. Reitera-se

dessa forma as múltiplas abordagens que podem ser realizadas na matéria. Este trabalho, por seu problema de pesquisa definido, pretende analisar os processos de integração sob uma ótica da Administração Pública em conjunto com as teorias de RI, não se limitando a uma visão econômica dos processos que, como já mencionado, tem permeado o tema das Relações Internacionais por muito tempo. Nesta escuridão, torna-se imprescindível a revisão bibliográfica sobre as diversas teorias de RI, que permitam uma análise empírica sobre estas relações criadas com os processos de cooperação do Brasil, o que será realizado a seguir.

2.2 REVISÃO SOBRE AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O estudo das Relações Internacionais em sua concepção é prioritariamente concebido como uma disciplina do Direito, porém, como vamos perceber, ela envolve diversos fatores tanto políticos sociais e econômicos, fazendo dela uma matéria que exige igualmente uma multidisciplinariedade na sua abordagem. Segundo Heredia (2003, p. 282) “*constituye esa disciplina, en la que se colocan a la cabeza el derecho, la economia, la sociologia, la filosofia, la historia, las ciencias políticas*”. Relações Internacionais é uma área de conhecimento autônoma, relativamente jovem, que possui seu apogeu com o advento da globalização, o qual exigiu uma atenção dos estudiosos para com a mudança de paradigmas nas Relações Internacionais no que tange a superação ou anulação das fronteiras nacionais em vários aspectos da vida em sociedade (HEREDIA, 2003). É uma subárea das ciências políticas e também das ciências sociais. Tem como preocupação maior estudar a política no âmbito internacional. Conforme Pecequillo: (2010, p. 15)

Define-se como o objeto de estudo das Relações Internacionais os atores, acontecimentos e fenômenos que existem e interagem no sistema internacional, ou seja, além das fronteiras domésticas das sociedades. Trata-se de uma disciplina dedicada à análise do que acontece “no mundo de fora” destas sociedades, avaliando suas interações, o surgimento de novos atores internacionais e os fluxos diversos do cenário mundial. As Relações Internacionais consistem em uma forma organizada de pensar as relações sociais que se estabelecem além das fronteiras dos Estados, fornecendo-nos parâmetros e instrumentais para interpretar e compreender este campo de ação externo.

No Brasil, o primeiro experimento de estudos acadêmicos de Relações Internacionais se deu com a criação do Mestrado em História na Universidade de Brasília em 1976 (SARAIVA, 2003), ao mesmo tempo que na mesma universidade de Brasília o curso de licenciatura em Relações Internacionais foi criado, tendo como coordenador Amado Cervo, historiador pioneiro neste campo no Brasil. Cervo, indo contra o marxismo espreado pela historiografia brasileira

nos anos 1960 e 1970, buscava no estudo das Relações Internacionais “o multifatorial, as múltiplas causas e o jogo das forças diversas que atuavam na base do fenômeno internacional. Fugia das prisões das determinações unilaterais para a explicação histórica” (SARAIVA, 2003, p. 23).

Neste curso, Mialhe (2008) sintetiza o objeto das Relações Internacionais como sendo todos os domínios da vida social. Ele verifica que as Relações Internacionais, de início, preocupavam-se somente com a questão da “segurança das fronteiras, das provisões, dos mercados, das pessoas que viajavam ou se fixavam no exterior” (MIALHE, 2008, p. 207). Mais tarde, com a intensificação e diversificação das relações, temos no final do século XIX, um cuidado não só na segurança das fronteiras, mas uma trama de relacionamentos motivados por uma solidariedade entre as comunidades de homens e as sociedades de Estado. “As Relações Internacionais foram transformadas pela criação de instituições coletivas permanentes (as Organizações Internacionais) destinadas à cooperação no seio da sociedade internacional” (MIALHE, 2008, p. 207).

Outro objeto do estudo das Relações Internacionais, segundo o autor, é a análise dos fenômenos do exercício de poder na sociedade internacional.

O exercício do poder político na sociedade internacional está essencialmente concentrado nos Estados. Entretanto, esta posição está sendo alterada por conta do aumento considerável da influência de outros atores – sobretudo as empresas transnacionais e, mais recentemente, pela crescente participação das organizações não governamentais (ONGs) nos fóruns internacionais mais importantes. (MIALHE, 2008, p. 208)

A relação prevista entre os Estados é de concorrência, segundo os interesses de cada um, alternando entre situações de conflito e de cooperação de acordo com suas necessidades. Para ele os fenômenos políticos dentro do Estado influem decisivamente nas decisões que o Estado toma com relação aos outros países. Dessa forma, as Políticas Públicas internacionais são antes instrumentos de manutenção de poder do que de relações efetivas de cooperação para o extermínio de determinadas mazelas, por isso quase sempre não são tão audaciosas quanto o necessário. Ele destaca nesse sentido as Políticas Públicas internacionais de proteção ao meio ambiente, luta contra a miséria e as epidemias, direitos humanos, etc.

Nesta escuridão, Mialhe cita Nye para explicar como o poder se distribui no globo. Para este autor, o poder se distribui de modo semelhante a um complexo tabuleiro de xadrez tridimensional onde cada uma das dimensões representa um tipo de relação e todas mantêm também relações com as demais dimensões de forma simultânea (MIALHE, 2008). A primeira

dimensão seria o poder militar, protagonizado pelos Estados Unidos que detém o maior poderio militar mundial e é atualmente o país que mais investe nesta indústria, exercendo influência através desse fator de forma hegemônica. O segundo seria o poder econômico, em que se destacam os países de economias mais avançadas, que detém a hegemonia no globo através de seu poderio econômico e sua influência neste sentido. E o terceiro seria a dimensão dos poderes difusos, um espaço que fugiria ao controle dos Estados, relevando-o a um segundo plano. Neste estariam concentradas as máfias, o tráfico de armas, de drogas, a lavagem de dinheiro internacional, etc.

O autor (2008) identifica que não há uma dimensão que predomine sobre todas as outras, e é imprescindível para os atores internacionais considerarem todas as 3 sob risco de “perda” neste jogo internacional. Segundo Nye “quem participa de um jogo tridimensional perde se se concentrar unicamente no tabuleiro interestatal militar, deixando de lado os outros e as conexões verticais entre eles” (NYE *apud* MIALHE, 2008 p. 212).

Destas relações complexas de poder se originam as Teorias das Relações Internacionais, que surgem para facilitar o entendimento da natureza e do funcionamento do sistema internacional, bem como estudar os fenômenos, atores e acontecimentos importantes que moldam a política mundial (SANTOS, 2012), dentre as quais se destacam a doutrina realista, a idealista e a marxista.

A teoria marxista se distingue por focalizar as atenções para os conflitos de classe, distinguindo padrões de dominação, colocando a relação entre os Estados em segundo plano (MIALHE, 2008), se aproximando deste modo, fazendo uma ligação com a teoria de Nye, do tabuleiro de poderes difusos. Dessa forma, as teorias realistas e idealistas são as que se mostram como instrumentos analíticos mais adequados para o estudo das Relações Internacionais objeto deste trabalho.

A escola realista está baseada no conflito, na força. Parte da premissa de que os estados são beligerantes como o homem também o é, sendo esta teoria herdeira de Maquiavel, Hobbes, Leviafã. Nesta, é através da relação de força que se atinge o poder. Os estados são beligerantes e se impõem pela força.

Algumas características básicas desta teoria são as seguintes (SANTOS, 2012): 1) O Estado é o cerne das Relações Internacionais, sendo este um ator unitário; 2) Existe uma anarquia no sistema internacional, não existe uma autoridade suprema acima dos Estados, sendo necessários a cada um por contra própria garantir a sua sobrevivência; 3) Garantir a sobrevivência é o objetivo maior. Todos os outros só tem validade se não se oporem a este; 4) As relações de poder são o principal objeto de estudo desta teoria, e esta relação só se legitima

em comparação com os poderes de força de cada Estado. No realismo, portanto, “os Estados Nacionais, como entidades soberanas e sem nenhuma autoridade acima da sua, atuam no sistema para preservar sua independência e aumentar seu poder, em um cenário de anarquia” (PECEQUILO, 2010, p. 122).

Esta teoria então, parte do pressuposto que qualquer relação que o Estado realize com outro, sempre será em busca do que é melhor para si e para sua sobrevivência, sendo esta as vezes relações de conflito, de cooperação ou de assistência mas sempre envolvido num jogo de soma zero, onde hajam ganhadores e perdedores (PECEQUILO, 2010). Desta forma, não existe solidariedade na ordem internacional.

Portanto na teoria realista, o Estado-Nação é o elemento chave, ele que tem a força e a política internacional é baseada no conflito. Aos Estados existe uma posição de igualdade e soberania somente formal, pois na verdade eles têm poderes diferentes, são os atores principais, atores racionais, com as suas decisões baseadas no interesse nacional, na maximização do interesse nacional com o poder como elemento central. A hierarquia do poder internacional, dividindo os países em grandes, médias e pequenas potências, determinando uma relação de poder e subordinação é imprescindível para a efetiva compreensão da ordem vigente no sistema internacional (REIS, SILVA, 2013). Os realistas “partem do princípio de que o poder dos Estados e a força militar acolhida por este poder seria o verdadeiro instrumento capaz de garantir a manutenção da paz” (MIALHE, 2008, p. 226), sendo as leis e o direito internacional mera frivolidade.

Ao se examinar os gastos militares dos Estados Unidos, o equivalente a 43% do gasto militar mundial¹, e relacionar com a hegemonia que o país detém a nível mundial, percebe-se a validade da teoria realista, e a sua ligação com o tabuleiro do poder militar de Nye.

Já na teoria idealista, temos nesta uma escola que vai de encontro a esta teoria à medida que propõe um equilíbrio entre os países através de princípios e normas a serem seguidos, perseguindo uma sociedade internacional pacífica e igualitária.

Oriunda do iluminismo, esta teoria pressupõe que o homem

é um ser racional, capaz de dialogar para resolver seus problemas e suas diferenças. Por meio do debate, da troca de idéias, as paixões guerreiras são passíveis de controle, e, nos casos em que não seja, a percepção do bem comum prevalecerá, seja entre os governantes, seja nas diversas opiniões públicas mundiais (LACERDA, 2006, p. 66).

¹ Disponível em: <<http://cebrapaz.org.br/site/todas-as-noticias/370.html>>. Acesso em 07 de outubro de 2015.

Assim como os realistas, os idealistas também partem de uma concepção de anarquia na relação entre os Estados, porém, no idealismo esta anarquia é resolvida a partir de uma ação política que cria uma estrutura artificial responsável por conduzir de forma a organizar os espaços de disputa de forma que se prolifere entre os Estados a paz e a cooperação (PECEQUILO, 2010).

Um dos principais líderes que ousou aplicar tal teoria foi Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos de 1913 à 1921, que, ao assistir os estragos causados pela 1ª Guerra Mundial, elabora ao fim do conflito uma proposta de alteração da ordem internacional, através de uma lista de 14 pontos defendendo uma diplomacia pública e uma regulação do sistema internacional através do direito, propondo a constituição da chamada Liga das Nações, cuja função seria a de zelar pela paz mundial (LACERDA, 2006).

Diferentemente do realismo, aonde predominam os Estados como únicos atores internacionais, no idealismo “na busca de um sistema multilateral para a solução de conflitos” (MIALHE, 2009, p. 221) se busca a criação de um organismo supranacional que regule a coexistência pacífica e a cooperação entre as nações, através de principalmente o direito internacional e organismos internacionais.

Para Pecequilo (2010), três fatores são fundamentais para o surgimento destas cooperações: “a interdependência econômica, a disseminação da democracia e as instituições internacionais que criam “espirais de cooperação”. Os “espirais” levam os Estados a atuarem conjuntamente para seu próprio benefício” (PECEQUILO, 2010, p. 141).

A doutrina idealista se relaciona dessa forma com o tabuleiro do poder econômico, a medida que deixando de lado o poder militar, evidencia um novo paradigma nas relações de poder que se dá através da economia. Com as Relações Internacionais pautadas pelo direito internacional, se explicitam as relações comerciais entre os países, trazendo um cenário muito mais complexo de poder e liderança pautada no poderio econômico das nações, fazendo surgir as chamadas potências regionais (REIS, SILVA, 2013) e sendo esta uma corrente essencialmente neoliberalista.

As potências regionais apresentam preponderância econômica na região em que são líderes e dispõem de meios suficientes para superar os outros atores da região em termos de poder duro, porém, sua política externa é caracterizada pelo emprego do poder brando, se adequando a construção contextual e factual na qual desenvolvem suas ações (REIS, SILVA, 2013).

Comparando-os com o poder que os Estados Unidos exercem no globo, a capacidade de projeção destes é muito limitada, principalmente no que tange ao poder militar. No entanto,

exercem grande influência em sua área de domínio, o que evidencia as relações constantes que Nye observa que ocorrem entre os 3 tabuleiros tridimensionais.

Por último, a teoria marxista, também denominada de radical, tem esse nome pois se fundamenta na escola de Marx, tendo como foco o conflito entre as classes sociais, ficando os Estado e os atores internacionais em segundo plano (MIALHE, 2008). Esta teoria tem seu início com o fim da Guerra Fria e conseqüentemente o início de um processo de multipolarização, que traz entre outras, questões novas no que tange as relações de internacionais, no que diz respeito a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e as relações de dependência entre eles. Segundo Mialhe (2008, p. 227):

O foco dessa teoria está nos padrões de dominação e na rede de relações econômicas entre as sociedades, não na estrutura do sistema internacional de Estados. Ela traça a evolução do sistema capitalista distinguindo as áreas centrais e periféricas e procurando as raízes do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Os enfoques da escola radical adquirem especial interesse na abordagem dos fenômenos contemporâneos da globalização: fluxos de capital e mercadorias, mercados financeiros, mundialização das corporações industriais e configuração de blocos econômicos macrorregionais.

Surgida como novidade no campo das Relações Internacionais, a teoria marxista obriga os demais teóricos a reverem algumas de suas abordagens no que se refere às práticas formais observadas. Se mostra o marxismo, para Pecequillo (2010, p. 158) “um sistema de pensamento que busca não só a explicação do fato, mas a sua mudança, consistindo-se em uma teoria para a ação”.

Estabelecidas essas três teorias como as principais para efeito deste trabalho, existem ainda outras diversas elaboradas para análise das Relações Internacionais, o que ressalta o tema das Relações Internacionais como um campo de conhecimento complexo e em construção. Destas teorias podemos citar (RAMOS, 2014): o neo-realismo, surgido a partir da década de 1970 como contraponto à teoria realista, cujos principais expoentes são Robert Keohane e Joseph Nye Jr.; o grocionismo, considerada por alguns autores como a fusão entre o idealismo e o realismo fundamentado nas ideias do filósofo Hugo Grócio; o globalismo, criado a partir dos anos 1980, também denominada de liberal-internacionalista, tem como foco a economia em detrimento da corrente realista e a teoria da interdependência, a qual se relaciona com a questão da soberania nacional, postulando que as novas estruturas de RI diminuiriam as ações do Estado, aumentando sua capacidade de ser afetado por forças externas.

Desta forma, observa-se que as trocas oriundas das interações entre sociedades que se dão de diversas formas: políticas, culturais, econômicas, diplomáticas, beligerantes

(PECEQUILO, 2010) que são o campo de estudo de RI, necessitam, de uma multidisciplinariedade de abordagens, que perpassam desde as ciências políticas, sociais, antropológicas, diplomáticas e questões de direito, que nos permitem um maior grau de conhecimento sobre o Estado e a Sociedade, igualmente ao que concerne o campo de estudos da Administração Pública, o que nos permite ressaltar que toda relação internacional é fruto de uma política pública de Estado.

2.3 COOPERAÇÃO SUL-SUL

O termo Cooperação Sul-Sul (CSS) remete ao fim da segunda guerra mundial, “momento em que a reestruturação das relações entre os países passou a ser permeada pelo contraste entre desenvolvidos e subdesenvolvidos” (BOSCAINI, 2013, p. 12). Na realidade, tem-se no período a emergência do conceito que define os países do sul como subdesenvolvidos e do norte como desenvolvidos. Em contraste com um sistema assistencialista que separava países “doadores” (desenvolvidos) e “receptores” (subdesenvolvidos), somente após a guerra fria que o termo passa a ser utilizado de forma mais regular, explicitando Relações Internacionais mais “horizontalizadas”. Segundo Leite (2012), o termo passa a ser utilizado com recorrência inédita por governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil abrangendo os mais variados significados nos dias atuais.

Com o aumento do número de processos desta natureza, tem se conseqüentemente a emergência de estudos sobre o tema, os quais “o esforço de atribuir significado ao termo Cooperação Sul-Sul produziu uma série de conceitos distintos entre si” (BOSCAINI, 2013, p. 29). Leite (2011) cita Stephen Krauser como um dos teóricos pioneiros sobre o estudo das relações entre países subdesenvolvidos na década de 1980, o qual postulava que esta “unidade do Terceiro Mundo é resultado de situação objetiva e de um autoentendimento subjetivo. As condições objetivas consistem na vulnerabilidade daquele grupo e as questões subjetivas são dadas pela coincidência de visões sobre características desiguais do sistema econômico” (LEITE, 2011, p. 37). Num primeiro momento percebe-se a ênfase no papel econômico dado aos processos de cooperação. Só depois se foi construindo outras abordagens acerca da discussão.

Com o avanço dos estudos sobre o tema, criam-se diversas oportunidades de problematização do conceito de CSS. Conforme Leite (2012, p. 1):

Em geral ele é usado para se referir a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento – formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados, etc. Já para especialistas a CSS diz respeito a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).

Boscaini (2013), na mesma linha de Krauser, destaca duas abordagens principais sobre CSS complementares entre si:

A primeira delas entende a Cooperação Sul-Sul como um conceito amplo, isto é, como ações que tenham o objetivo de construir alianças políticas e econômicas, especialmente em ambientes multilaterais. A segunda abordagem, por seu turno, tem uma percepção mais delimitada do tema, referindo-se, dessa forma, à cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD), se sendo, portanto, mais pragmática, concreta e específica. (BOSCAINI, 2013 ps. 29-30)

Para Pecequillo (2008), falar em Sul-Sul nos remete à dimensão terceiro-mundista da política externa, um eixo horizontal representado por parcerias entre países emergentes e definido por suas semelhanças e concebido como um modelo de enfrentamento de problemas comuns através de Políticas Públicas internacionais cujos benefícios potenciais são de ordem econômica, estratégia e política.

De acordo com a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB, 2008, p.16 *apud* SANTOS, CERQUEIRA, 2015), a CSS se caracteriza pelos seguintes princípios básicos:

Horizontalidade: A Cooperação Sul-Sul exige que os países colaborem entre si em termos de sócios. Isso significa que, muito além das diferenças nos níveis do desenvolvimento relativo entre eles, a colaboração se estabelece de maneira voluntária e sem que nenhuma das partes conecte sua participação ao estabelecimento de condições. Consenso: A execução de uma ação de Cooperação Sul-Sul deve ser submetida ao consenso pelos responsáveis de cada país, no marco de negociação comum, podendo ser feita por comissões mistas ou seus equivalentes. Equidade: A Cooperação Sul-Sul deve se exercer de modo tal que seus benefícios (muitas vezes consistentes em potenciar mutuamente as capacidades críticas para o desenvolvimento) se distribua de maneira equitativa a todos os participantes. Esse mesmo critério deve aplicar-se à distribuição de custos, que devem ser assumidos de maneira compartilhada e proporcional às possibilidades reais de cada contraparte.

Quanto à materialização dos processos, conforme Milani (2012), as estratégias de CSS são praticadas pelos países subdesenvolvidos

por intermédio de alianças forjadas no seio de organizações multilaterais (comerciais, financeiras, de segurança), de espaços regionais de integração, mas igualmente por meio de projetos de financiamento e cooperação técnica em áreas desde a saúde pública, educação fundamental e não formal, intercâmbio universitário, meio ambiente, desenvolvimento agrícola, cooperação tecnológica e desenvolvimento

científico, gestão pública, até projetos de desenvolvimento produtivo, industrial e de infraestruturas. (MILANI, 2012, p. 24)

Para Boscaini (2013, p. 26), comparando a CSS com os primeiros processos assistencialistas de caráter Norte-Sul, denota que “em contraste com a ação dos doadores tradicionais, a Cooperação Sul-Sul é marcada pela ausência ou reduzido grau de condicionalidades macroeconômicas, ambientais, de governança e de direitos humanos”.

Entende dessa forma Leite (2012), que este uso do termo como um leque de múltiplas interpretações, dificulta a geração de um conhecimento teórico mais profundo sobre o mesmo, mas diante dos exemplos elencados, percebe-se as múltiplas abordagens que a análise do conceito permite. Ainda para a autora, parece que o único consenso existente nas definições de CSS é a participação dos países em desenvolvimento nas relações estabelecidas sendo “que os marcos utilizados para interpretá-la pecam pelo excesso de normativismo (tratando a CSS não como ela é, mas como ela deve ser) e reducionismo (deixando de dar sentido à multiplicidade de determinantes e dinâmicas que caracterizam a CSS)” (LEITE, 2012, p. 34).

Outra questão presente que há de se salientar é a emergência dos países do sul como atores relevantes no cenário internacional, o que permitiu a estes “estabelecer atividades de cooperação voltadas a atender suas necessidades de desenvolvimento” (BOSCAINI, 2013, p. 29) sendo também uma das características importantes para o estabelecimento deste tipo de relações. Para Riediger (2010), a emergência da Cooperação Sul-Sul no final dos anos 1990 é impulsionada por fatores como a grande decepção dos modelos tradicionais de cooperação baseados nas antigas relações Norte-Sul e, “os sinais de recuperação econômica e ganhos sociais de alguns países em desenvolvimento no início da década, entre eles o Brasil (que poderiam servir de possíveis modelos)” (RIEDIGER, 2010, p. 30) impulsionando os processos de CSS.

Oficialmente no caso brasileiro, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento² (PNUD) entende a Cooperação Sul-Sul como “um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns” (PNUD, 2015). Conforme a ABC, os projetos de cooperação técnica prestados pelo Brasil pretendem

² O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento executa diversos projetos em diferentes áreas. Neles, o PNUD oferece aos parceiros apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias, o PNUD Brasil tem a constante missão de buscar alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado. Os projetos são realizados em parceria com o Governo Brasileiro, instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

compartilhar êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros sem fins lucrativos e desvinculada de interesses comerciais³. Ainda segundo a Agência, essa

troca de experiências e de conhecimentos materializa o sentimento de solidariedade e responsabilidade entre os povos, beneficiando todas as partes envolvidas na cooperação. Os projetos de cooperação técnica revelam-se eficientes promotores do desenvolvimento social, além de representarem os esforços de muitos profissionais, demonstrando que com disposição e vontade política é possível realizar atividades de importante valor socioeconômico. (ABC)

Conforme se depreende dos principais fomentadores e mantenedores desta política no Brasil, a CSS prioriza no discurso o componente técnico visando o desenvolvimento, se aproximando das modalidades de CID. Essa aproximação, segundo Leite (2012, p. 1) “limita a apreensão da complexidade das trocas realizadas entre os países em desenvolvimento, as quais não se restringem de forma alguma à ajuda oferecida pelos chamados “doadores emergentes””.

O Brasil, conforme demonstrado, inserido num contexto de integração na região da América Latina, utiliza dos processos de Cooperação Sul-Sul com os países vizinhos para a implementação desta, onde se percebe após a ascensão do governo do PT no país (2003), um incremento significativo do número de processos desta natureza na região.

Dado a complexidade de conceituação da CSS e as múltiplas abordagens que o tema permite, para efeitos deste trabalho no que concerne ao problema de pesquisa proposto, os projetos de CSS serão abordados tomando como base de análise empírica as teorias das Relações Internacionais inseridos no contexto do estudo do Estado e Sociedade inerentes à Administração Pública, desta forma colidindo com o que Leite (2012) propõe que é a complementariedade existente entre a esfera política criada pela cooperação e o componente técnico gerado pela ou com o interesse na implementação desta relação entre os países, entendendo os projetos realizados como Políticas Públicas internacionais que visam a CTPD.

Para tornar mais claro nosso objeto de estudo e contextualizá-lo no tempo, se mostra importante a análise do histórico dos processos de integração na América Latina, buscando alguns exemplos de arranjos construídos entre países subdesenvolvidos no contexto global quando da emergência de relações deste tipo, de modo que nos permita, principalmente, diferenciar este tipo de Cooperação Sul-Sul, com as práticas assistencialistas de natureza Norte-Sul surgidas com o fim da Segunda Guerra Mundial de modo a compreendermos o atual papel dos projetos de CSS na América Latina.

³ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

2.3.1 Histórico dos Processos de Integração e Cooperação Sul-Sul na América Latina

Por causa da geografia e por seu histórico, a política externa do Brasil sempre deu prioridade à América do Sul (FIORI, 2011). A diplomacia brasileira, no que tange às Relações Internacionais, encontra amparo inclusive no texto constitucional. O artigo 4º da Constituição Brasileira, prevê os princípios pela qual o país rege suas Relações Internacionais, quais sejam:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político. (BRASILc, 1988)

Diferentemente de outras constituições sul-americanas mais recentes, a Constituição Brasileira não possui capítulo específico sobre as Relações Internacionais do país, ficando o Artigo 4º como principal norteador de sua diplomacia, além de outras previsões pontuais acerca de determinadas matérias internacionais. Ainda no parágrafo único do mesmo artigo, é previsto à República Federativa do Brasil a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Os acordos firmados pelo Brasil com os países da região, cujos projetos de cooperação são implementados e supervisionados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vão ao encontro desta previsão. “Partindo de um conceito bastante amplo, todo e qualquer esforço de aproximação entre Estados que gere vínculos pode ser classificado genericamente de integração regional” (DASSO JÚNIOR, 2000, p. 27).

Conforme denota-se, no entanto, a Constituição Federal em nenhum momento aponta para uma delegação de competências do país em prol de uma ordem supranacional, optando o país por manter uma intergovernabilidade, isto é, o reconhecimento de que todos os tratados internacionais firmados pelo país com outros Estados Nacionais devem ser ratificados internamente para que passem a compor a ordem jurídica interna do mesmo, de outra forma, os mesmos não possuem valor algum no âmbito do território nacional. Excetua-se deste princípio tratados que versem sobre direitos humanos, conforma preceitua o Artigo 5º da Constituição, que aborda os direitos e deveres individuais e coletivos, em seus parágrafos 2º e 3º:

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Atos aprovados na forma deste parágrafo) (BRASILc, 1988)

Historicamente, os processos de integração da Região na América Latina sofreram diversas nuances desde a independência e a formação dos Estados Nacionais até os dias de hoje. Souza (2012) divide estes processos na história em quatro ondas, que para ele, “trata-se de tentativas de integração que, diante de obstáculos que se interpõem no processo, apresentam dificuldades de consolidar-se” (SOUZA, 2012, p.87). Ainda, acredita que a onda atual que tem início a partir da década de 2000, seja a com maiores possibilidades de consolidação, onde se observa um incremento no número de acordos de cooperação técnica entre os países da América Latina. Para Fiori (2011, p. 23) “o projeto de integração sul-americano nunca foi uma política de estado, mantendo-se como se fosse um sonho sazonal, que se fortalece ou enfraquece dependendo das flutuações da economia mundial e das mudanças de governo da própria América do Sul”.

A cooperação é entendida como uma atividade mais flexível de integração e “envolve ações destinadas a diminuir a discriminação entre Estados” (DASSO JÚNIOR, 2000, p. 28). Valler Filho (2007, p. 35) recorre ao vocabulário das Relações Internacionais dos anos 1960 para distinguir o conceito de CID do conceito de assistencialismo:

O termo assistência técnica está registrado no “*Dictionnaire de la Terminologie du Droit International*” como expressão empregada para designar a ajuda fornecida pelos Estados com estrutura econômica adiantada aos países insuficientemente desenvolvidos, a fim de colocar à disposição destes os meios técnicos que lhes fazem falta para promover suas economias. A assistência técnica consiste, pois, em ajuda diversificada e em princípio gratuita, fornecida por mecanismos internacionais em proveito dos Estados subdesenvolvidos. No mesmo dicionário o verbete *coopération* aparece como “a ação de trabalhar conjuntamente com outros. Na expressão cooperação internacional, esse termo visa, em geral, à ação coordenada de dois ou mais Estados, com vistas a atingir resultados por eles julgados desejáveis”. Já o termo *assistance technique* está ligado à idéia de ajuda.

O tema da CID entre países e sua colocação na agenda mundial remete à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), após o fim da Segunda Guerra Mundial. Conforme Valler Filho (2007, p. 29):

Nesse período, seriam enfatizadas preocupações com a paz e a reconstrução da Europa e outras instituições internacionais seriam criadas, de modo a consolidar uma “teia de

cooperação entre estados”. Aos temas econômicos seria conferida relevância especial, vinculando-os ao conceito de desenvolvimento, muito embora, no curto prazo, o objetivo primeiro fosse o de evitar a reincidência do quadro de recessão, desemprego e restrições ao comércio do período de entre-guerras.

São os países do, na época denominado, terceiro mundo que colocaram em pauta as questões sociais nos processos de Relações Internacionais, reivindicando junto à ONU políticas de desenvolvimento solidário, culminando com a criação em 1948 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL),⁴ onde, economistas de vanguarda como Raúl Prebisch, Celso Furtado, José Maria Echevarría, Aníbal Pinto, entre outros, iniciaram a discussão sobre questões estruturais como o terceiro-mundismo, o nacionalismo, as formulações econômicas do modelo de substituição de importações, e abriram novos debates sobre dependência, desenvolvimento, subdesenvolvimento, centro e periferia (VALLER FILHO, 2007). A CEPAL foi uma tentativa de retomada dos processos de integração latino-americanas, dentro do período que Souza (2012) estipulou como 2ª Onda de Integração. Para ele, a CEPAL

cumpriu um papel decisivo na formulação do pensamento econômico latino-americano. Partindo do diagnóstico de que a dependência externa e as estruturas internas arcaicas da América Latina eram responsáveis pelo subdesenvolvimento, a Cepal propunha que a saída estava na industrialização[...] [...], a Cepal propugnou a realização de um projeto integracionista. O alargamento do mercado, com a criação de um mercado regional, ensejaria a instalação de plantas industriais maiores e mais eficientes (SOUZA, 2012, p. 96)

Para Teixeira e Desiderá Neto (2012) a CEPAL teve papel imprescindível na construção das ideias de integração na região exercendo forte influência sobre os objetivos dos acordos provenientes destas. Entretanto, por ocasião do período de ditaduras que eclodiram na região nesta época, os pensamentos da CEPAL somente se materializam após o fim destas, no começo dos anos 1990.

Apesar de trazerem à tona questões sociais para o debate internacional junto a ONU, a CEPAL pautava suas ideias exclusivamente em fatores econômicos, principalmente de mercado, na esteira do chamado desenvolvimentismo, onde se confunde desenvolvimento econômico com o social, podendo-se dizer que a CEPAL defendia a integração regional

⁴ A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Fonte: <<http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em 07 de outubro de 2015

a partir da perspectiva de um planejamento do desenvolvimento econômico de nações subdesenvolvidas e da redução das desigualdades regionais, ressaltando a necessidade da cooperação e da coordenação de políticas para o desenvolvimento: A teoria da integração constitui uma etapa superior da teoria do desenvolvimento e a política de integração uma forma avançada de política de desenvolvimento. O planejamento da integração surge, assim, como a forma mais complexa desta técnica de coordenação das decisões econômicas. Em se tratando de economias subdesenvolvidas, a integração não planejada leva necessariamente ao agravamento dos desequilíbrios regionais, isto é, à concentração geográfica da renda (Furtado, 1985, p. 234). (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 16)

É neste contexto relatado que se desenvolve a prerrogativa de cooperar para desenvolver, trazendo à ordem mundial o surgimento de novas agências e programas das Nações Unidas com o intuito de debater efetivamente a cooperação técnica internacional como forma de desenvolvimento.

Primeiramente, esta cooperação teria caráter e denominação de assistência internacional, se dando como uma relação de ajuda dos países desenvolvidos para com os subdesenvolvidos, conforme:

Em 1948, a Assembléia Geral da ONU, por meio da Resolução 200, instituiria formalmente a assistência técnica internacional e por meio dela lançaria seu programa multilateral. Por assistência técnica entendia-se a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, através da execução de projetos a serem desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento – prestador e recipiendário – envolvendo peritos, treinamento de pessoal, elaboração de material bibliográfico, aquisição de equipamentos, realização de estudos e pesquisas. (VALLER FILHO, 2007, p. 29)

A cooperação internacional passou a ser entendida como indispensável para criar as condições de estabilidade necessárias para a paz entre os Estados, sendo priorizadas ações para solução de problemas internacionais de ordem econômica, social, sanitária e de segurança. Porém, longe de serem propostas de aproximar os países do Norte, considerados desenvolvidos, com os do Sul, subdesenvolvidos, a ponto de se tentar equacionar as reivindicações dos últimos com o alcance tecnológico dos primeiros, este se mostrou ao longo da história um instrumento para que o Norte mantivesse sua hegemonia e sua influência junto aos países do terceiro mundo, buscando manter sua condição favorável de desenvolvimento através de uma relação de dependência. Uma forma de mascarar esta realidade foi a mudança do termo “países subdesenvolvidos” para “países em desenvolvimento”. Em outras palavras, o subdesenvolvimento era empregado como um atraso que os países poderiam ultrapassar desde que alavancassem seus níveis técnicos e sociais. O que se viu, no entanto, foi uma cada vez

maior dependência destes para com os países ricos e até hoje não se observa nenhum exemplo de país que tenha alterado sua condição de subdesenvolvido para desenvolvido ou vice-versa.

Por outro lado, havia um interesse neste auxílio aos países em desenvolvimento, à medida que os problemas de desenvolvimento social e econômico se mostravam como entraves para se pôr em prática a nova ordem econômica internacional. “O progresso dos próprios países desenvolvidos estava afetado, num quadro de crescente interdependência, pela política e pela atuação dos países em desenvolvimento” (VALLER FILHO, 2007, p. 39).

Já então na década de 1960, passou-se a cooperação técnica internacional a ser considerada como “uma alternativa para a captação de tecnologia por parte dos países do terceiro mundo, enquanto os países prestadores ou ofertantes viam nela uma oportunidade para fortalecer seus interesses e sua presença no exterior” (VALLER FILHO, 2007, p. 39). Dessa forma sendo priorizada no cenário mundial.

Já segundo o ponto de vista dos países subdesenvolvidos, as relações de cooperação deveriam transpassar a ideia de somente receber ajuda dos países do Norte, e sim servir de instrumento de efetiva ajuda mútua para a impulsão de seu desenvolvimento, rompendo com a ideia de um doador detentor do conhecimento e hegemônico e um receptor passivo. “A integração regional é vista como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento econômico de países em condições de desvantagem relativamente aos países em estágio mais avançado de desenvolvimento capitalista (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 9)”. Na América Latina,

os processos de integração da região apresentam uma característica bem específica: ao se dar no contexto de nações dependentes e subdesenvolvidas, visa, de forma mais ou menos consciente, contribuir para aumentar o grau de autonomia e ampliar as condições para o desenvolvimento dos países da região. (SOUZA, 2012, p. 88)

Temos então em 1978, a criação de uma unidade especial encarregada de promover a cooperação técnica entre países em desenvolvimento, dentro do PNUD, denominada *Special Unit for South-South Cooperation*, ou Unidade Especial para Cooperação Sul-Sul. Segundo o PNUD, a CSS é um processo pelo qual dois ou mais países trabalham em conjunto para alcançar o desenvolvimento de capacidades por meio de intercâmbios de conhecimentos, habilidades, recursos e tecnologias (PNUD, 2015). Sua principal característica incide no compartilhamento de capacidades especializadas e experiências exitosas entre os países, numa relação mais horizontal, solidária e integral do que a clássica cooperação "Norte-Sul" com tendência unidirecional (SANTOS, CERQUEIRA, 2015).

Na América Latina há um incremento dos processos de cooperação deste tipo no final dos anos 1990, devido a uma mudança de foco dos países hegemônicos para com a região, passando estes a priorizarem a cooperação horizontal como forma de desenvolvimento.

Esta preocupação com a cooperação chamada horizontal se dá quando do reconhecimento “da urgência e da dimensão dos problemas com os quais a comunidade mundial se defrontava, bem como daqueles que haveria de enfrentar no futuro” (VALLER FILHO, 2007, p. 42). É de fato, a partir do fim da Guerra Fria durante a década de 1980, que realmente ocorre o fenômeno chamado de globalização⁵, onde efetivamente as Organizações Internacionais passam a exercer influência no globo.

No plano internacional, observa-se a proliferação deste tipo de organizações, o que de certa forma passa a limitar a atuação dos Estados, também pela participação nas Relações Internacionais de outros atores como, por exemplo, as empresas transnacionais, as organizações não-governamentais internacionais e os governos subnacionais.

Entra-se então no que Souza denomina de 3ª Onda de Integração. Nesta, “ampliam-se as possibilidades de acordos sub-regionais, como forma de incentivar parcerias entre países com maior proximidade” (SOUZA, 2012, p. 104) sendo esse o mecanismo que permitiu o avanço do projeto integracionista a partir da década de 1980. Para Moreira (2010), o chamado regionalismo surgido neste momento histórico, era definido “como o processo de formação de uma área integrada, por meio do estabelecimento de normas comuns e da extinção ou adoção de tarifas preferenciais entre os países signatários” (MOREIRA, 2010, p. 235), reduzindo a integração a um processo econômico. Na América do Sul, a integração ganharia força com a aproximação entre Brasil e Argentina devido ao apoio dado pelo governo brasileiro na Guerra das Malvinas em 1982 (SOUZA, 2012). Brasil e Argentina, já na considerada 2ª Onda de Integração definida por Souza, ocorrida antes da segunda guerra mundial, como os dois países mais avançados industrialmente, a partir da Conferência da Bacia do Prata realizada em 1941, já haviam assinado diversos acordos de integração comercial (MELO, 2009). Essa reaproximação culminaria mais tarde na formação do MERCOSUL, num período imediatamente após o fim da ditadura nos dois países. Com este processo de democratização

⁵ A expressão globalização surgiu na década de 1980 nas universidades dos Estados Unidos. Esse termo se propunha a explicar o movimento de abertura das fronteiras econômicas e da desregulamentação acelerada durante a década de 1970. Alguns autores preferem usar o termo mundialização do capital por entenderem que seja a expressão mais correta. (MOREIRA, 2010, p. 215)

dos dois países, foi-se formando uma proposta de integração voltada para a cooperação, como forma de fortalecer o poder político na América Latina perante os países desenvolvidos.⁶

Na década de 1990, observa-se uma mudança de paradigma nos processos de integração: nesse, o “papel do Estado não é mais o de coordenar uma integração cujo foco está no desenvolvimento econômico de países atrasados, mas apenas o de promover reformas para que o setor privado promova a integração de fato” (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 28). Nesse sentido, as empresas transnacionais surgem como atores globais, pressionando governos para agirem de acordo com seus interesses (MOREIRA, 2010), participando das Relações Internacionais. Esse regionalismo liberal, voltado inteiramente para a questão comercial, acaba por dar pouca ou nenhuma atenção ao papel das mudanças estruturais e ao progresso tecnológico. Neste período, observa-se um aumento da participação nas Relações Internacionais de atores não estatais, “fenômeno que foi se acentuando nas últimas décadas do século XX, ampliando a interdependência recíproca e a necessidade de cooperação dentro da comunidade internacional”⁷.

Dessa forma, pode-se dizer que o espírito cooperativista que havia se iniciado nos anos 1980 com o fim das ditaduras na América Latina é interrompido rapidamente no início dos anos 1990. A instabilidade macroeconômica, com os sucessivos planos de combate à inflação que sucederam o Plano Cruzado, no Brasil, acompanhados da eleição de governos neoliberais⁸, significaram um freio brusco nos processos de integração da região, tomando a partir de então um viés eminentemente mercantil, legitimado pelo MERCOSUL. “Inicia-se, dessa forma, a predominância na região de uma nova visão a respeito do regionalismo, pendente para o regionalismo liberal, que ficou conhecida como regionalismo aberto ou novo regionalismo” (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 24).

A própria CEPAL, que havia sido a precursora dos ideais de integração por outras vias que não somente a econômica, nos anos 1990, altera seu discurso e adota um cunho unicamente mercantil neoliberal, abandonando de vez as ideias que priorizavam cooperações sociais e políticas.

Se o MERCOSUL possuía algum caráter de integração, e entre outras, através de cooperação, entre os países da região para atingir objetivos além dos relativos à

⁶ Em 1985, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín emanaram a Declaração de Iguazu, na qual afirmaram que a integração latino-americana precisava de um impulso renovado para que a região reforçasse seu poder de negociação na política global (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 23)

⁷ Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8156>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

⁸ Em 1989, Fernando Collor de Mello é eleito presidente no Brasil e Carlos Menem na Argentina.

mercantilização, o advento do neoliberalismo tratou por colocar um fim neste, reduzindo-o a um bloco para discutir o livre comércio na região.

Esta adoção por políticas neoliberais numa região subdesenvolvida como a América Latina não tardou para que graves problemas econômicos e sociais assolassem a região, provocando uma onda de manifestações reivindicatórias por parte de diversos movimentos sociais antes censurados pela ditadura, culminando ao final da década de 1990, com a ascensão ao poder de governos considerados de esquerda, cujas correntes políticas “havam contestado a onda neoliberal” (SOUZA, 2012, p. 114)⁹.

Chegamos então a 4ª onda de integração de Souza, cujo enfoque se distancia completamente da preocupação exclusivamente comercial e volta-se para questões políticas, culturais e socioeconômicas, rejeitando a competição em prol da cooperação. Para Teixeira e Desiderá Neto (2012), a ascensão ao poder de governos de esquerda no período em alguns dos países da América Latina, provocou uma inflexão nas propostas para a integração do continente, tendo como forte elemento em suas agendas uma revisão crítica das políticas neoliberais da década anterior. Os projetos de cooperação, neste período, “procuraram superar as formas tradicionais de integração baseadas apenas no comércio e se colocaram como objetivo a integração produtiva e físico-energética, além da integração social, política e cultural” (SOUZA, 2012, p. 117). De acordo com as diretrizes do Programa de Cooperação Técnica Sul-Sul da ABC, as ações cooperativas internacionais que se lançam os países da América Latina no início dos anos 2000 visam a captação de recursos internacionais, intercâmbios de conhecimento e experiências, visibilidade nacional e internacional e movimentos de articulação de política (ABC, 2015).

Há um incremento neste período dos processos de CSS, com o foco em parcerias produtivas e na área de infraestrutura, como forma de desenvolver a região como um todo e fortalece-la num cenário mundial, alinhando as agendas das Políticas Públicas dos países em torno de temas internacionais de interesse comum (ABC, 2015). Conforme diretrizes do Programa de Cooperação Sul-Sul da ABC. Os processos de Cooperação Sul-Sul latino-americano nos últimos anos

vem ganhando forte projeção [...], por meio de fluxos de investimento externo direto dos próprios países do Sul, de transferência de tecnologias, de compartilhamento de

⁹ A partir da eleição de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998, formou-se uma onda que varreu os liberais do poder. Assim, assistiu-se à eleição de Lula da Silva (2002), no Brasil, de Néstor Kirchner (2003), na Argentina, de Tabaré Vázquez (2005), no Uruguai, de Evo Morales (2006), na Bolívia, de Rafael Correa (2006), no Equador, e de Fernando Lugo (2008), no Paraguai. (GONÇALVES, 2011, p. 138)

soluções, de novas técnicas e de ações em prol da integração regional. Seus princípios fundamentais são o respeito à soberania, a igualdade, a horizontalidade de relacionamento, a não-ingerência em assuntos internos e o benefício mútuo. A Cooperação Sul-Sul é uma ação de solidariedade entre os países deste eixo que possibilita o aumento do bem-estar nacional e contribui para a realização das metas acordadas internacionalmente, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ABC).

Conforme Teixeira e Desiderá Neto (2012, p. 31)

Esse regionalismo latino-americano dos anos 2000, à diferença das experiências passadas, apresenta não somente uma face econômica essencialmente comercial mas também preocupações de ordem política e social. Tanto a CELAC como a Unasul têm entre seus objetivos a coalizão política de seus participantes para a adoção de posições comuns em fóruns multilaterais da governança global.

No Brasil há, com a ascensão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, uma alteração no enfoque das suas políticas externas para com a sub-região, passando a América Latina a ser o foco das Relações Internacionais do país, caracterizando a América do Sul como um espaço geopolítico distinto (REIS, SILVA, 2013). Neste contexto que é criada a Agência ABC para coordenação e implementação dos projetos de cooperação internacional brasileira, com destaque para os projetos do tipo Sul-Sul.

O conceito de "parceria para o desenvolvimento", adotado pelo Brasil, consolida a idéia de a relação de cooperação acarretar, a ambos os lados, compartilhar esforços e benefícios. As iniciativas propostas são avaliadas à luz do impacto e do alcance sobre as comunidades receptoras. Esse procedimento implica aprimorar mecanismos de negociação, avaliação e gestão dos projetos, a fim de enquadrá-los às prioridades nacionais.¹⁰

A política do governo Lula procura desta forma se contrapor a assimetria existente na região. A diplomacia brasileira tem se empenhado em criar uma agenda positiva no relacionamento internacional no que tange a acordos de cooperação técnica, se tornando uma política em expansão nos últimos anos. Isso é perceptível “durante as negociações sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, os conflitos com a Argentina a propósito das decisões daquele país, no sentido de proteger seus produtos da chamada linha branca, a demanda paraguaia de corrigir a defasagem de sua receita oriunda de Itaipu¹¹ (SOUZA, 2012, p. 123)”. A diplomacia brasileira, a partir do governo Lula, incluiu em sua agenda um projeto mais claro de construção de uma liderança regional articulado à segurança regional, à defesa da

¹⁰ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>>. Acesso em 20 de abril de 2015.

¹¹ No caso Paraguai, o governo brasileiro concordou em multiplicar por três a receita paraguaia; ainda que insuficiente, é uma situação mais favorável que a anterior (SILVA, RODRIGUES, 2010).

democracia, aos processos de integração regional e às perspectivas de desenvolvimento nacional (SARAIVA, 2007). Como se observa, é inegável a mudança no paradigma das Relações Internacionais no país, que passou a priorizar a integração regional através dos processos de cooperação, em detrimento de políticas voltadas para o norte desenvolvido.

Voltando ao início dos anos 2000, e a denominada 4ª onda de integração proposta por Souza, cabe destacar a criação da ALBA e da UNASUL como os processos de integração exemplo das mudanças ocorridas no viés integratório do período. A ALBA se inicia com as relações de cooperação entre Venezuela e Cuba. “De um lado, a Venezuela garantia o suprimento de petróleo subsidiado a Cuba; de outro, médicos, educadores e cientistas cubanos ajudavam nos programas de saúde, educação e desenvolvimento tecnológico da Venezuela” (SOUZA, 2012, p. 119). Ainda segundo o autor:

[...] Ambos os projetos integracionistas – UNASUL e ALBA – se propõem, pela via da cooperação, a corrigir os problemas criados para o desenvolvimento econômico-social pela inserção subordinada da América Latina no mundo e pelo processo de integração regional baseado na competição. O projeto da ALBA tem claramente uma definição anti-imperialista. (SOUZA, 2012, p. 119)

Como observa-se nesta revisão histórica, a ideia de cooperação técnica internacional sempre partiu do princípio de que os países mais bem desenvolvidos industrialmente devem assistir aos menos favorecidos, a fim de que estes possam vir a se desenvolver socioeconomicamente. A cooperação técnica do tipo Sul-Sul traz uma mudança neste sentido à medida que altera a cooperação entre países do norte, desenvolvidos, entre os países do sul, subdesenvolvidos.

A Cooperação Sul-Sul, na visão da diplomacia brasileira, não se propõe reproduzir os mecanismos da antiga assistência técnica Norte-Sul. Em vez disso, as maiores vantagens comparativas da cooperação horizontal residem nos esforços conjuntos para a resolução de problemas comuns por parte dos países em desenvolvimento. Desse ponto de vista, a cooperação internacional passou a ser necessária não apenas nas áreas costumeiras como as da saúde, agricultura ou educação, mas representa também ferramenta para fortalecer os anseios por uma democracia representativa e funcional para apoiar a modernização do papel e da estrutura do Estado e da sociedade civil. (VALLER FILHO, 2007, p. 47)

Um dos fatores que favorecem para que se tenha um processo de integração efetivo na América Latina é a falta de conflitos graves entre os Estados da região. Em comparação com regiões como a Europa, África e Ásia, onde os Estados possuem problemas graves de diplomacia motivados por conflitos religiosos ou de território, a América Latina aparece como uma região mais propícia para uma integração de fato. Rivalidades como a que desencadeou a

Guerra do Paraguai são motivadas por fatores externos e não são intrínsecas à região. Diante disso, o modelo de atuação brasileiro diante de situações de crise é o de não-intervenção, baseado em preceitos tradicionais da diplomacia brasileira em termos de percepções da segurança internacional e de conceitos clássicos da política internacional, que foram mantidos a despeito de todas as mudanças ocorridas no cenário internacional (SARAIVA, 2007).

Um outro enfoque de importante contribuição para o estudo da integração regional latino-americana é a que confere Teixeira e Desiderá Neto (2012) em estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo ele, pode se observar no período transcorrido desde o início dos processos de integração a existência de dois tipos de regionalismo, o liberal e o desenvolvimentista, que ao longo da história foram se alternando de forma pendular. Mais ou menos o que foi visto nas tentativas de integração, ora com caráter puramente mercantilista, ora pendendo para uma visão de resolução de problemas sociais através da cooperação, mas sempre com viés econômico. De acordo com Saraiva (2007), com base nesta dicotomia, desde o início dos anos 1990, existe no Brasil certo equilíbrio entre um pensamento liberal recente e outro mais nacionalista e desenvolvimentista, o que levou a uma mudança de paradigma estruturante da economia nacional e características próprias do liberalismo foram implementadas embora de forma gradual e descontínua.

Teixeira e Desiderá Neto concordam com Souza em definir que a partir dos anos 2000 a integração na América Latina passa a fazer parte efetivamente da agenda dos países da região, sendo o período com maiores probabilidades da ocorrência de uma integração de fato. Para ele, nos anos 2000 “há um resgate das ideias cepalinas dos anos 1950 e 1960 quanto ao caráter que deve ter esta integração” (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 7). Ou seja, uma cooperação econômica que iria muito além da mera abertura comercial nos moldes liberais. “A integração envolveria mecanismos de redução de assimetrias e a não exigência de reciprocidade, de maneira que países superavitários se dispusessem a reduzir mais rapidamente suas barreiras ao comércio, ao passo que países deficitários poderiam fazê-lo de forma mais lenta” (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012, p. 13).

Apesar da alternância verificada nos processos de integração durante o período, ora com caráter liberal ora de cunho cooperativo desenvolvimentista, o comum nestes é que eles sempre se dão prioritariamente baseados em fatores econômicos, fato que se comprova ao se verificar que somente os acordos comerciais foram prósperos, ainda que não da forma como foram planejados.

2.3.2 BRICS, IBAS e MERCOSUL: novos processos de integração entre países em desenvolvimento num mundo multipolarizado

Como já demonstrado, com o fim da Guerra Fria e com ela o fim da divisão internacional entre Rússia e Estados Unidos, abre-se a possibilidade de uma multipolarização no contexto global, e com ela uma crescente disputa pelos países por espaço de relevância no cenário internacional. Com isso observou-se o espaço necessário para que nações em desenvolvimento se projetassem e mostrassem seu potencial, não mais como meros coadjuvantes neste cenário. “Desse ponto de vista, destacam-se alguns países pelo seu dinamismo econômico e pelo ativismo de suas políticas externas” (GONÇALVES, 2011, p. 26), entre eles o Brasil. Nesta esteira, observa-se a criação cada vez maior de arranjos internacionais dos mais diversos modelos. Como este trabalho tem como objeto de estudo a Cooperação Sul-Sul, destacaremos três processos de integração entre países subdesenvolvidos com grande relevância no contexto internacional pós-Guerra Fria e anteriores ao período de 2003. A quantidade de estudos e pesquisas realizadas sobre o tema da CSS a partir da criação de arranjos como o IBAS e os BRICS demonstram a importância destes para a geopolítica mundial.

2.3.2.1 BRICS

Tidas como as economias que mais cresceram nas últimas décadas, grupo importante no contexto de multipolaridade e Cooperação Sul-Sul instalado pós-Guerra Fria, o BRICS, sigla que se refere à primeira letra de cada um dos países membros: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (em inglês *South Africa*),

Surgiu em Nova Iorque como uma ferramenta de análise prospectiva da economia mundial, concebido pouco antes da guerra ao terrorismo. Permaneceu por vários anos como tal, até adquirir um significado político, assumido coletivamente por seus membros designados na conjuntura da crise de 2008. Nesta ocasião os países da OCDE foram duramente atingidos, enquanto Brasil, Rússia, Índia e China mantinham seu crescimento econômico e buscavam atuar de forma articulada propondo soluções para a crise. Em 2010 a África do Sul passou a integrar o grupo. (VISENTINI, 2011, ps. 249 e 250)

Segundo Fiori (2011, p. 25) os países membros do BRICS “devem ultrapassar as economias dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha, da Grã-Bretanha, da França e da Itália, até 2040, segundo as projeções da *Goldman Sachs*, devendo produzir uma mudança paralela no balanço de poder e na governança mundial”.

Como se depreende do texto de Visentini (2011), o BRICS não foi cunhado como um agrupamento de Estados. Na realidade, esse termo é utilizado pela primeira vez pelo economista Jim O'Neill em relatório chamado *Building Better Global Economic BRICs*, entregue ao Banco de investimentos americano *Goldman Sachs*, apontando estes países como os que se encontravam em maior nível de desenvolvimento no período.

Forjado unicamente através da análise de teorias econômicas, o BRICS acaba entrando como arranjo dos mais importantes na agenda tanto global como dos próprios membros, “tornando este grupo um fator importante não mais em relação a investimentos unicamente, mas, principalmente, no que tange à formulação da política externa destes países e de todos os demais” (VISENTINI, 2011, p. 251), transformando definitivamente o termo BRICS de uma alcunha da mídia para um componente da geopolítica mundial.

Prevista a China como possível maior potência econômica mundial nos próximos dez anos (FIORI, 2011), tem-se observado o cada vez maior incremento de relações comerciais entre esta e os demais países do BRICS, além disso, o grupo esteve presente em diversas iniciativas importantes internacionais “como foi o caso da criação do G20, na reunião de Cancun, nas negociações comerciais da Rodada de Doha e, depois, na formação e na reunião do G20, criado como resposta à crise financeira de 2008” (FIORI, 2011, p. 26) o BRICS aparenta ter em sua agenda política a diminuição da enorme assimetria entre os países do Norte e do Sul.

Consolidado como arranjo internacional que desafia a nova ordem multipolar pelo papel que tem desempenhado nas Relações Internacionais, o BRICS tem como um de seus trunfos possuir quase um quarto do território mundial e um terço da população (FIORI, 2011). No entanto, “a coalizão apresenta caráter informal e baixo grau de institucionalização, sendo portando, movida pela vontade política de seus membros” (BOSCAINI, 2013, p. 28). As distâncias geográficas entre eles, bem como diferenças culturais, políticas e econômicas, incluindo inclusive conflitos e discordâncias diplomáticas entre Índia, China e Rússia, ainda são entraves para uma coalizão mais concreta do grupo como organização internacional efetiva. Estas diferenças políticas colaboram para que o BRICS ainda não tenha formado um consenso acerca da nova ordem internacional desejada. Nos anos posteriores a sua criação, seu foco principal é econômico-financeiro, só depois os países começam a acenar para a implementação de projetos em conjunto em setores específicos como: agrícola, energético e científico-tecnológico (BOSCAINI, 2013). No contexto da ordem mundial, os BRICS, “na verdade, não chegaram mesmo a revelar intenção de promover completa mudança. Por ora, sua ação tem caminhado no sentido de tornar a atual ordem mais “equilibrada, equitativa e sustentável”

(GONÇALVES, 2011, p. 135-136). Destarte tudo isso, o BRICS é o principal exemplo da nova ordem global e da ascensão das denominadas novas potências ou potências médias.

2.3.2.2 IBAS

Outra experiência de Integração é a criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o qual segundo Visentini (2011, p. 242) “constitui um dos mais importantes esforços cooperativos do Sul no mundo pós Guerra Fria”. Ainda conforme Visentini (2011, p. 242) “sua estratégia é marcada pelo pragmatismo, pelo peso político próprio e a legitimidade para se apresentar como interlocutor relevante para os grandes temas da agenda global”. O IBAS é criado como uma força dos países em desenvolvimento terem um canal de interlocução com os países desenvolvidos, considerados na época como incapazes de formular soluções para o mundo globalizado que incluíssem as demandas dos países em desenvolvimento (VISENTINI, 2011). Seus principais objetivos em comum são relacionados a concertação política, cooperação setorial e o fundo IBAS (BOSCAINI, 2013) com foco ao fortalecimento político desses países perante o sistema internacional.

O Brasil utiliza do IBAS e dos processos de cooperação advindos deste a partir dos anos 1990, assim como Índia e África do Sul, como instrumento propulsor para elevar seu status como ator no cenário internacional utilizando-se das seguintes credenciais em comum com estes países: “são potências médias, lideranças regionais, mercados emergentes; aspiram a uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU; e confrontam desafios comuns de desenvolvimento” (VISENTINI, 2011, p. 243). Na prática, através do IBAS observa-se que “Brasil, Índia e África do Sul aumentam sua capacidade de ação em relação à competitividade no comércio internacional, ao pleito pela reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e a disputas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) (FARIA *et al.*, 2012, p. 181 *apud* BOSCAINI, 2013, p. 28).

Devido às pressões oriundas do Consenso de Washington, a cooperação foi posta de lado, voltando-se estes países em desenvolvimento ao foco na liberalização de suas economias em detrimento de processos de integração econômica e política mais profundos.

Com as tensões internacionais provocadas pelos acontecimentos do 11 de setembro de 2001, o grupo revisa sua proposta que não passa mais a ser exclusivamente o diálogo com os países do Norte, ficando o IBAS como um processo “de afirmação dos interesses dos países em desenvolvimento e de uma tentativa de construir uma ordem internacional multipolar,

estruturada a partir da maior atenção aos países em desenvolvimento e baseada no Direito Internacional e na democracia” (VISENTINI, 2011, p. 243).

2.3.2.3 MERCOSUL

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1948, com a criação da CEPAL, inicia-se uma discussão sobre questões estruturais como o terceiro-mundismo, o nacionalismo, as formulações econômicas do modelo de substituição de importações, e abre-se novos debates sobre dependência, desenvolvimento, subdesenvolvimento, centro e periferia (VALLER FILHO, 2007). Apesar de trazerem à tona questões sociais para o debate internacional junto a ONU, a CEPAL pautava suas ideias exclusivamente em fatores econômicos, principalmente de mercado, na esteira do chamado desenvolvimentismo, onde se confunde desenvolvimento econômico com o social, sendo estes ideais o embrião da criação do MERCOSUL, anos mais tarde.

A criação do MERCOSUL remete à denominada 3ª Onda de Integração de Souza (2012). Onde no período “ampliam-se as possibilidades de acordos sub-regionais, como forma de incentivar parcerias entre países com maior proximidade” (SOUZA, 2012, p. 104) sendo esse o mecanismo que permitiu o avanço do projeto integracionista a partir da década de 1980. Para Moreira (2010), o chamado regionalismo surgido neste momento histórico, era definido “como o processo de formação de uma área integrada, por meio do estabelecimento de normas comuns e da extinção ou adoção de tarifas preferenciais entre os países signatários” (MOREIRA, 2010, p. 235), reduzindo a integração a um processo econômico.

Na América do Sul, a integração ganharia força com a aproximação entre Brasil e Argentina devido ao apoio dado pelo governo brasileiro na Guerra das Malvinas em 1982 (SOUZA, 2012), conforme mencionado anteriormente. Brasil e Argentina, sendo os dois países mais avançados industrialmente na região, já haviam assinado diversos acordos de integração comercial (MELO, 2009), fortalecendo-as até a formação do MERCOSUL, num período imediatamente após o fim da ditadura nos dois países, com uma proposta de integração voltada para a cooperação como forma de fortalecer o poder político na América Latina perante os países desenvolvidos. Entretanto, com o advento do neoliberalismo acaba por reduzir-se a um projeto para a abertura do comércio na América do Sul, tratando exclusivamente da criação de uma zona de livre comércio entre os países da região.

O Mercosul, como organização internacional, pode ser definido como um processo de integração regional, constituído em 26 de março de 1991 com a assinatura do Tratado de

Assunção pelos países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que tem como objetivos a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio entre os países membros, adoção de uma tarifa externa comum, coordenação de políticas macroeconômicas, livre circulação de serviços, livre circulação de mão de obra e de capitais (MOREIRA, 2010). Conforme o sítio eletrônico do MERCOSUL, o objetivo primordial do MERCOSUL expresso pela assinatura do Tratado de Assunção

é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. (MERCOSUL)

No período dos anos 1990,

o MERCOSUL constituía o quarto maior mercado consumidor do mundo [...]. Seu setor industrial é um dos mais importantes dentre os países em desenvolvimento. No entanto, o MERCOSUL começou a ser implementado num período (década de 1990) em que o Consenso de Washington e o neoliberalismo, com seu postulado de livre comércio, começaram a orientar as políticas econômicas da região. Isso alterou em grande medida os objetivos iniciais. Concebido na década anterior pelos presidentes Sarney e Alfonsín como instrumento de desenvolvimento autônomo da região, com base em parcerias produtivas, particularmente nas áreas de bens de capital e tecnologias avançadas, converteu-se, nas mãos de Fernando Collor de Mello e Carlos Menem, num bloco que passou a priorizar o livre comércio. (SOUZA, 2012, p. 108)

Como já visto, o caráter de cooperação do MERCOSUL, com objetivos de integração regional além do caráter comercial, passou pelos anos 1990 a se constituir apenas em um bloco para discutir o livre comércio na região. Neste processo, Souza (2012) destaca dois problemas importantes para compreendermos as relações de Integração Regional que o Brasil pratica na América Latina na atualidade:

1) há uma divisão regional do trabalho em que o Brasil é o principal beneficiário: exporta principalmente produtos industriais e importa preferencialmente produtos primários; 2) o Brasil vem sendo crescentemente superavitário: seu superávit comercial em relação aos demais países do MERCOSUL [...] Assim, além da invasão indiscriminada de produtos oriundos de fora da região, resultante dos processos de abertura comercial da época, os países mais frágeis ainda eram vítimas da invasão de produtos fabricados no Brasil. Esse processo, portanto, beneficiou, sobretudo, às transnacionais, instaladas ou não na região, e aos grandes grupos empresariais brasileiros. (SOUZA, 2012, p. 109)

O MERCOSUL, antes de atuar como forma de cooperação, acaba por criar mecanismos de competição entre os países onde circula o livre comércio regional, fortalecendo os países

mais industrializados e as empresas advindas destes, como é caso do Brasil. De fato, desde a criação do Mercosul de 1991 até 1994, o mesmo não foi institucionalizado em pessoa jurídica internacional. Em outras palavras, não houve interesse dos países em realmente transformar de fato a região em um mercado comum, delegando suas competências em prol de uma integração efetiva através de uma organização de caráter supranacional. Isso se percebe quando da análise das decisões proferidas pela organização, onde em nenhum momento se menciona nenhuma medida relativa a serviços públicos ou medidas socioculturais.

Somente nos anos 2000, dentro da considerada quarta onda de cooperação de Souza (2012), percebe-se uma mudança de viés no papel do MERCOSUL na região, encabeçada pelos novos governos progressistas dos países membros, que passam a incorporar ao bloco aspectos políticos e sociais nas decisões realizadas, porém ainda sem nenhum aceno para a transformação deste em um organismo internacional de caráter supranacional que enseje um novo tipo de integração mais consolidada dentro da região.

2.4 SUBIMPERIALISMO

“O vocábulo subimperialismo vem sendo crescentemente empregado no exame de diferentes contextos da atualidade” (LUCE, 2011, p. 30). Para traçarmos um significado de subimperialismo, é necessário revisarmos a obra de Ruy Mauro Marini, teórico brasileiro que, mesmo tendo deixado lacunas em suas obras que levaram a toda uma posterior reflexão sobre o real significado do conceito (LUCE, 2011), propõe o termo pela primeira vez através da análise do capitalismo latino-americano e sua relação de dependência. Além disso, especificamente para o objeto do trabalho ora em questão, cabe também realizar uma leitura de Guimarães (2013), que apesar de não ser um adepto aberto ao termo do subimperialismo, traz uma importante contribuição no que diz respeito às relações de poder entre os diversos atores do sistema internacional.

Em síntese, entende-se subimperialismo como uma prática imperialista praticada por países emergentes para com os de menor desenvolvimento, estabelecendo uma relação de hegemonia de um lado e dependência de outro. Esses países emergentes, Guimarães (2013) denomina de Estados médios,

Estados com maior capacidade potencial para atingir níveis de desenvolvimento político e econômico superior, a partir de uma avaliação de fatores econômicos, de ocorrência e distribuição de recursos naturais, de situação geopolítica, de dimensão de território e população, de características de política econômica, de compromissos

assumidos e de fatores políticos. Na América Latina, esses Estados seriam a Argentina e o Brasil. (GUIMARÃES, 2013, p. 26)

Para Marini “a nova divisão internacional do trabalho do pós-II Guerra levava à ascensão de subcentros políticos e econômicos como o Brasil – a seu modo dependente e subordinado – à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (LUCE, 2011, p. 19), dessa forma, para o autor o subimperialismo tem em seu âmago o novo papel destas economias em conjunto com as novas relações de trabalho,

marcada pela diferenciação interna da burguesia e pela lógica de cooperação antagônica e o impasse político que resultou do amálgama de todos esses fatores, no curso da crise de realização irrompida nos anos 60, que refletia as leis próprias da economia dependente, em particular as contradições verificadas no ciclo do capital. (LUCE, 2011, p. 22)

Marini prevê que “a teoria do subimperialismo tem um elemento central na conformação, dentre as frações da burguesia, de alianças que sustentem a busca da ampliação dos mercados externos como elemento unificador do bloco dominante” (BUENO, SEABRA, 2009, p. 4). Diante da necessidade de abrir mercado para as economias em ascensão, como é o caso do Brasil, inserido num contexto capitalista de dependência, Marini forja seu conceito de subimperialismo, este tendo como eixo a questão econômica, representada pelo mercado, onde observa o autor que na crise de 1960 há a impossibilidade da indústria de bens duráveis seguir um rumo de desenvolvimento se mantidos o limite previsto pelo mercado interno, determinado pela superexploração do trabalho (LUCE, 2011). Especificamente no caso brasileiro a busca por mercados externos serviu para “contornar os problemas de realização do limitado mercado interno brasileiro, diante da aceleração do ritmo de acumulação e das novas escalas de produção proporcionadas pela renovação tecnológica” (BUENO, SEABRA, 2009, p. 6).

Seja devido a sua política de reforço da aliança com o latifúndio, seja devido a sua política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não pode contar com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica. Não lhe resta outra alternativa além de tentar se expandir para o exterior, tornando-se então necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados. (MARINI, 2012b, p. 129)

Marini vislumbra no golpe militar de 1964, implementado por motivos imperialistas dos Estados Unidos que enxergava no Brasil o parceiro ideal para manter sua hegemonia no continente latino-americano, a inserção do país na busca pelo grande capital através de um esquema proposto pelos militares de cunho econômico-político.

O que se propôs foi a expansão imperialista do Brasil na América Latina, que corresponde na realidade a um subimperialismo, ou a uma extensão indireta do imperialismo estadunidense (não nos esqueçamos de que o centro de um imperialismo desse tipo seria uma economia brasileira integrada à estadunidense). (MARINI, 2012b, p. 130)

Ainda para o autor, esta tentativa de integração militar e econômica da América Latina sob o comando estadunidense segue sendo até hoje uma intenção que sofre diversas vicissitudes em seu caminho (MARINI, 2012b).

Isso possibilitou ao Brasil uma ofensiva sobre a América do Sul e África com o intuito de garantir zonas de influência e mercados, iniciando o que podemos denominar de política externa de cooperação antagônica¹² (BUENO, SEABRA, 2009). “Esse esquema é o subimperialismo, a forma que assume o capitalismo dependente *ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro*” (MARINI, 1974, 191-2 *apud* LUCE, 2011, p. 23, grifo do autor).

Marini atribuiu dois significados ao tipo de expansionismo inaugurado por aquele fenômeno. Um deles é a perseguição do objetivo da hegemonia regional. O outro é a busca de uma autonomia relativa frente ao imperialismo dominante, expressa na categoria da cooperação antagônica. (LUCE, 2011, p. 28)

Esse subimperialismo, portanto, para Marini, tem como seus pilares três dimensões específicas, quais sejam, a emergência de potências médias, cooperação antagônica e política de hegemonia regional. Para Luce (2011), essas três dimensões são retratadas como: subcentros econômicos da acumulação mundial, cooperação antagônica e política expansionista relativamente autônoma. Para Bueno e Seabra (2009), fazendo a análise da obra de Marini

as condições necessárias de uma dinâmica subimperialista seriam a presença simultânea, nos países dependentes, de i) uma integração aos centros imperialistas que abra espaços para políticas externas relativamente autônomas; ii) um patamar internacional da composição orgânica do capital que aponte para os mercados externos como forma de resolver entraves de acumulação, e iii) contextos da luta de classes em que as alianças no interior da burguesia sustentem a busca da ampliação dos mercados externos como elemento unificador. (BUENO, SEABRA, 2009, p. 2)

¹² Por cooperação antagônica, entende-se como “a tentativa de expansão da hegemonia regional para assuntos não consentidos pela estratégia do imperialismo dominante, no momento de multilateralização da política internacional”. (LUCE, 2007, p. 30)

Ainda conforme Luce (2007), há o resgate do conceito de subimperialismo na atualidade segundo quatro lógicas que podem ser utilizadas pelos países subimperialistas: interdependência assimétrica; competição antagônica; integração hierárquica vertical e anti-imperialismo (este de maneira bem conflituosa).

Em pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Teoria da Dependência¹³, Nilson Araujo de Souza reitera para três condições necessárias para a ocorrência do subimperialismo: a constituição de um capital financeiro próprio pelo país, que o permita gozar de certo grau de autonomia para explorar outras economias periféricas; A exportação de capitais deste país deve superar a exportação de mercadorias; e é necessário que o capital financeiro tenha capturado este Estado de tal forma que o mesmo passe a defender seus interesses internacionalmente. Apesar disso, não necessariamente a existência de tais condições ensejam práticas subimperialistas obrigatoriamente, devendo ser considerada a vontade política dos Estados potências médias de utilizarem estas potencialidades para tal.

Através da leitura de Marini, que elabora o conceito de subimperialismo através da análise do caso Brasileiro, este como potência média que realiza processos de integração regional através da cooperação, percebe-se uma grande diferença entre a integração pelo mercado e a integração por uma política de estado, dando o exemplo da expansão das empresas instaladas no Brasil pela América Latina com uma dinâmica invasiva quase sempre contrária as políticas de cooperação dos países envolvidos¹⁴.

Dessa forma, tem-se no significado econômico de subimperialismo registrado por Marini, como a implicação de “um esquema singular de realização do capital-mercadoria cuja lógica cumpre a função de deslocar certas contradições intrínsecas ao desenvolvimento dependente” (LUCE, 2011, p. 31).

Para Mocelin e Costa Júnior (2013) fazendo uma leitura de Luce, o subimperialismo, no caso brasileiro, se sustenta em dois pilares: A ideia que houve uma cooperação antagônica entre o Brasil e os Estados Unidos que permitiu ao Brasil manter suas grandes empresas na América Latina enquanto às empresas norte-americanas obtiveram vantagens para se instalar no país, e a ideia de que o Brasil deva assumir “um caráter de hegemonia regional, procurando

¹³ Grupo desenvolvido por professores e alunos das Universidades; Unila - Unicamp - Unifesp - UFMS e USP. Disponível em: <<http://teoriadependencia.blogspot.com.br/2013/02/a-quem-interessa-o-discurso-do.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

¹⁴ Grupo de Estudos da Teoria da Dependência: A quem interessa o discurso do subimperialismo brasileiro? Disponível em: <<http://teoriadependencia.blogspot.com.br/2013/02/a-quem-interessa-o-discurso-do.html>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

sempre trazer os vizinhos para sua órbita de influência, através de planos de cooperação e processos de integração” (MOCELIN, COSTA JÚNIOR, 2013, p. 4).

Entretanto, o subimperialismo não se restringe a um fenômeno exclusivamente brasileiro e nem se relaciona ao desenvolvimento da superação da relação de dependência de determinadas economias, “mas sim a expressão política e econômica de integração dos sistemas de produção dos países dependentes à etapa monopolista da economia dos centros imperialistas” (BUENO, SEABRA, 2009, p. 2). No caso brasileiro, a expansão verificada por Luce das empresas brasileiras na América Latina, remete a este argumento (MOCELIN, COSTA JÚNIOR, 2013), essas buscando extrair dos países vizinhos as matérias-primas necessárias a sua sobrevivência sem se preocupar com o impacto sócio-econômicos nestas nações, bem nos moldes imperialistas já bem conhecidos nas relações de dependência entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Conforme Luce (2007, p. 12): “Enquanto potência média, o Brasil exerceria no subsistema regional de poder sul-americano um papel expansionista análogo ao dos Estados imperialistas, porém sob laços de dependência perante as economias dominantes”.

No entanto, essas concepções levaram, como já mencionado a diversas reflexões e críticas de diversos teóricos e intelectuais brasileiros quanto a teoria do subimperialismo. O próprio Marini, neste contexto,

ressaltou diferenças estruturais entre o imperialismo dominante e o subimperialismo. O segundo não seria imagem e semelhança do primeiro, embora em menor escala e intensidade. Na verdade, os laços de dependência configuraram traços particulares na gênese do subimperialismo. (LUCE, 2007, p. 21)

Dessa forma, há que se distinguir subimperialismo de imperialismo porquanto os laços de dependência neste primeiro caso se distinguem das nações imperialistas tradicionais. Enquanto que as potências médias observadas no subimperialismo possuem laços de dependência para com as potências desenvolvidas e realizam sua “dominação” através de formas de cooperação antagônica, no imperialismo isto não se observa, e os laços de dependência se dão em forma de relações entre dominantes e dominados, numa relação do tipo assistencialista.

Como visto, enquanto Marini restringe de certa forma as relações de dependência dos Estados Nação a questões econômicas, Guimarães (2013), realiza uma leitura dentro de um contexto mundial muito mais complexo pós-guerra fria. Neste, através das interações entre as grandes potências, as potências médias, e os pequenos, mini e micro Estados, além de todos os

demais atores internacionais surgidos nas últimas décadas, as dinâmicas do sistema internacional se dariam através de diversas esferas da política internacional, sejam estas as esferas político-jurídica, militar, econômica, tecnológica, social e ideológica, cultural e das comunicações e a esfera religiosa. Segundo o autor:

A dinâmica internacional caracteriza-se pelas iniciativas da metrópole do novo império para alcançar seu objetivo supremo que é manter sua hegemonia, imposta a partir de 1945, sobre os Estados nacionais, em especial mas não somente da periferia, na realidade novas “colônias”. De outro lado, esporadicamente, alguns Estados nacionais procuram se libertar tanto quanto possível dessa teia de compromissos jurídicos, acordos e organismos de toda a natureza tecida ao longo de décadas e que beneficia a metrópole imperial e seus aliados mais próximos. Buscam esses Estados alcançar maior autonomia de ação para desenvolver suas economias em benefício de suas sociedades. A luta desigual é travada todos os dias, em todas as regiões, em todos os foros de negociação internacional. (GUIMARÃES, 2013, ps. 50-51)

As questões de dominação donde derivariam as práticas imperialistas e subimperialistas se dariam justamente dentro destas diversas esferas, tendo ampla vantagem no jogo internacional os Estados que souberem utilizar de suas potencialidades à seu favor nas Relações Internacionais. Deste modo, a relação de dominação entre uma potência média e um micro Estado, por exemplo, estaria ligada a outras questões políticas que não só as relacionadas a uma dominação econômica ou militar, sempre num jogo de luta desigual.

2.5 BRASIL: ATOR DA GEOPOLÍTICA LATINO-AMERICANA

Para podermos situar o Brasil e o seu papel como ator dentro do cenário da geopolítica latino-americana no que diz respeito aos processos de Cooperação Sul-Sul, se faz necessário, para início de análise, verificar os tipos de projetos que o Brasil realiza com os países da região.

Como já dito, no Brasil cabe a ABC a implementação e manutenção destes projetos, sendo que anualmente a agência atualiza os dados sobre os projetos em execução e fornece informações sobre os projetos já concluídos em seu sítio eletrônico¹⁵.

O seguinte quadro apresentado a seguir feito através de dados fornecidos pela ABC, contém discriminados os projetos que o Brasil realiza com os países da América Latina considerados como destaque pela própria ABC, enumerando as principais áreas em que o Brasil atua com cada um de forma bilateral, nos permitindo vislumbrar de forma inicial e simplificada as Políticas Públicas que o país compartilha com os países vizinhos.

¹⁵ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

Conforme relatório fornecido pela ABC onde constam todos os projetos Sul-Sul já realizados e em execução até a data de 13 de outubro de 2015¹⁶, são ao todo 1.623 projetos registrados entre o Brasil e os países da América Latina e entre o Brasil e as Organizações Internacionais da região. Este número abrange em alguns casos as várias etapas de um mesmo projeto, cuja política pública envolvida ou o sucesso deste gerou a necessidade de uma continuidade na cooperação. Para fins deste trabalho, foram listados apenas os projetos, ignoradas o número de etapas do mesmo, que o país realiza com os países da região de forma bilateral. Além disso, constam no quadro somente os projetos considerados como destaque pela ABC apenas para, como já mencionado, nos permitir uma visão inicial das áreas mais importantes que o Brasil atua de forma cooperativa na América Latina.

Além disso, são elencados o ano de início e término dos projetos, nos permitindo verificar o(s) período(s) em que houve um papel mais intensivo do Brasil nos processos de cooperação na região.

Quadro 1 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais Concluídos e em Execução na América Latina com a Participação do Brasil

País	Acordo de Cooperação	Projetos que compõem a pauta com o país (política pública envolvida)	Situação	Ano de Início	Ano de conclusão (previsão de conclusão)
Argentina	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina de 9 de abril de 1999	Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas	Concluído	2008	2010
		Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira	Concluído	2008	2011
		Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina	Concluído	2011	2012
		Transferência de Cultivares e Técnicas para o Melhoramento das Batatas	Em execução	2008	2016
		Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue	Em execução	2010	2015
		Fortalecimento das Farmacopéias do Brasil e da Argentina e de seus Laboratórios Nacionais de Controle para a Criação de uma Farmacopéia Regional	Em execução	2011	2015
Belize	Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica de 7 de junho de 2005	Apoio Técnico para a Implantação de Bancos de Leite Humano em Belize	Concluído	2009	2010
		Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Feijão em Belize	Concluído	2009	2014
Bolívia	Acordo Básico de Cooperação Técnica,	Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização da Área Livre de Praga	Concluído	2006	2008

¹⁶ Relatório dos Projetos e Atividades Isoladas Em Execução em América do Norte, Central, Sul e o Caribe. Fornecido ao autor em 27 de outubro de 2015 pelo Ministério das Relações Exteriores através de solicitação realizada através do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC. Este relatório foi solicitado no segundo semestre do ano de 2015 durante a disciplina de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, sendo respondida 30 dias depois pelo referido Ministério.

Científica e Tecnológica de 17 de dezembro de 1999	Apoyo à Administração do Trabalho: Programas em matérias de Políticas Públicas de Emprego e Economia Solidária – Fortalecimento das Instituições	Concluído	2007	2008	
		Concluído	2007	2009	
		Concluído	2008	2008	
		Concluído	2008	2010	
		Concluído	2008	2013	
		Concluído	2008	2012	
		Concluído	2009	2015	
		Concluído	2009	2012	
		Concluído	2009	2014	
		Concluído	2009	2013	
		Concluído	2010	2014	
		Concluído	2011	2014	
		Concluído	2012	2012	
		Concluído	2012	2012	
		Em execução	2010	2016	
		Em execução	2011	2016	
		Em execução	2011	2016	
		Em execução	2011	2016	
Chile	Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de julho de 1990	Apoyo Técnico para a Implementação da Televisão Digital no Chile	Em execução	2011	2015
Colombia	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia de 13 de dezembro de 1978	Plano de Energização Rural Vinculado ao Desenvolvimento Local – Segunda Fase	Concluído	2006	2014
		Intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre gestão dos incêndios florestais	Concluído	2007	2009
		Apoyo técnico para a implementação de bancos de leite humano na Colômbia	Concluído	2008	2014
		Capacitação técnica em sistemas de produção de ovinos e caprinos	Concluído	2008	2011
		Intercâmbio de conhecimentos sobre implementação de tecnologias limpas na produção de gado na Colômbia	Concluído	2008	2014
		Intercâmbio de Experiências sobre Gestão Ambiental Urbana	Concluído	2008	2011
		Destinação adequada do lixo coletado junto à população em situação de vulnerabilidade em Bogotá	Concluído	2009	2011
		Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e Não-escape	Concluído	2010	2012
		Capacitação Técnica em Epidemiologia e Biologia para o Controle de Monília e de Escova de Bruxa em Sistemas Agroflorestais com Cacau	Concluído	2010	2012
		Cooperação para o Fortalecimento do Sistema e do Processo de Proteção da Propriedade Industrial na Colômbia	Concluído	2010	2011
		Cooperação Técnica para o Incremento do Conhecimento sobre a Palma Azeiteira e da Mamona	Concluído	2010	2014

		como Fonte de Biomassa para a Produção de Biodiesel			
		Fortalecimento no Diagnóstico Molecular e Bioquímico das Espécies de Leishmania e sua Georreferenciação	Concluído	2010	2013
		Implementação de um Programa de Aproveitamento do Material Reciclável para a Região de Letícia-Tabatinga	Concluído	2010	2014
		Cidades intermediárias e sustentáveis no Brasil e na Colômbia: rumo a uma definição de estratégias comuns para o desenvolvimento de um habitat social em equilíbrio com o território	Concluído	2011	2014
		Implementação de programa de intercâmbio para o fortalecimento de projetos sobre ecologia da paisagem e controle biológico da seringueira (hevea brasiliensis)	Concluído	2011	2014
		Apoio ao processo de reestruturação do Invima com vistas ao seu fortalecimento institucional	Em execução	2014	2016
		Capacitação de Técnicos Colombianos nas Áreas de Monitoramento Hidrológico, de Qualidade de Água e de Automação das Redes Hidrológicas e Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos sobre Gestão dos Recursos Hídricos	Em execução	2014	2015
Costa Rica	Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica de 22 de setembro de 2003	Aprimoramento de técnicas de produção de hortaliças sob ambientes protegidos na Costa Rica	Concluído	2007	2009
		Alternativas de Produção de B combustíveis em Costa Rica	Concluído	2008	2011
		Apoio Técnico para Implantação de Bancos de Leite Humano na Costa Rica	Concluído	2008	2009
		Fortalecimento do Processo de Operação, Manutenção e Controle de Estações de Tratamento de Águas Residuais em Pequenas Coletividades Urbanas e Sistemas Lagunares	Concluído	2009	2011
		Desenvolvimento da Carreira Postal na Costa Rica	Concluído	2011	2011
		Modelagem de Programa de Capacitação e Otimização dos Processos de Serviços Postais nos Correios da Costa Rica	Concluído	2011	2011
		Modelo de Gestão Empresarial para a Unidade Estratégica de Negócios de Produção de Energia do ICE (Projeto ainda não registrado no NAF, mas já assinado por todas as Partes)	Concluído	2012	2013
		Análise da Institucionalidade dos Sistema Elétrico Brasileiro e da Aplicabilidade em um Novo Modelo de Mercado para o Setor elétrico da Costa Rica - Alcances e Implementação	Em execução	2011	2015
Cuba	Programa de Cooperação Técnica Brasil-Cuba em 2012	Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba	Concluído	2006	2015
		Apoio Técnico para Implementação de Bancos de Leite Humano em Cuba	Concluído	2008	2011
		Assistência Técnica para a Produção de Soja em Cuba	Concluído	2008	2011
		Fortalecimento Institucional do CECMED e da ANVISA na área de vigilância sanitária de medicamentos	Concluído	2008	2012
		Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sidero-Mecânica de Cuba	Concluído	2008	2010
		Capacitação sobre a utilização de derivados de crédito como instrumentos financeiros de controle de risco creditício	Concluído	2009	2012
		Assistência técnica para a produção de soja e milho em Cuba	Concluído	2010	2015
		Desenvolvimento de Capacidades Técnicas em Controle Biológico de Pragas Agrícolas em Cuba	Concluído	2010	2012
		Fortalecimento institucional do CECMED e da ANVISA na área de vigilância sanitária	Concluído	2010	2015
		Fortalecimento Institucional dos Laboratórios Nacionais de Vigilância Sanitária de Brasil e de Cuba	Concluído	2010	2013
		Limites permissíveis de metais pesados na agricultura cubana – transferência e adequação da experiência de elaboração da legislação brasileira	Concluído	2010	2014
		Transferência de metodologias para o controle genético de Ralstonia solanacearum, Begomovirus,	Concluído	2010	2012

		Tospovirus, Potyvirus y Phytophthora capsici em tomates e pimentões			
		Transferência de técnicas avançadas para beneficiamento de sementes e avaliação de substratos orgânicos utilizados na produção de mudas de flores e plantas ornamentais de Cuba	Concluído	2010	2012
Equador	Acordo Básico de Cooperação Técnica de 09 de fevereiro de 1992	Capacitação Técnica em Manejo da Produção e Processamento Agroindustrial de Frutas Tropicais no Litoral Equatoriano	Concluído	2006	2009
		Projeto de Consolidação e Reprodução de Ações de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Equatoriana na Luta contra a Pobreza Rural	Concluído	2006	2008
		Fortalecimento dos Modelos Nacionais de Promoção e Proteção à Saúde dos Povos Indígenas do Brasil e do Equador	Concluído	2007	2010
		Implementação do Banco de Leite Humano Isidro Ayora	Concluído	2007	2010
		Políticas Públicas de Desenvolvimento Social, Combate à Fome e de Segurança Alimentar e Nutricional no Equador	Concluído	2007	2013
		Capacitação Técnica em Manejo Agronômico e Processamento para a Cultura do Cacau no Equador	Concluído	2008	2011
		Apoio à criação de um Sistema de Informação Nacional de Recursos Hídricos Florestais	Concluído	2011	2014
		Apoio Técnico à Implementação da TV Digital Terrestre no Equador	Em execução	2011	2016
		Apoio técnico para a expansão e consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Equador	Em execução	2011	2016
		Apoio técnico para o fortalecimento das funções regulatórias de pré e pós comercialização de medicamentos no Equador	Em execução	2011	2016
		Capacitação Técnica em Produção Integrada, com Ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andina	Em execução	2011	2016
		Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis	Em execução	2011	2016
		Fortalecimento do Sistema de Proteção de Direito às Crianças e Adolescentes Contribuindo para a Erradicação do Trabalho Infantil	Em execução	2011	2015
		Guiana	Acordo Básico de Cooperação Técnica de 29 de janeiro de 1983	Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aqüicultura da Guiana	Concluído
Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil-Guiana	Concluído			2010	2014
Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção e Utilização da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana	Em execução			2006	2015
Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana	Em execução			2009	2015
Haiti	Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Haiti de novembro de 2014	Construção de Cisternas para Captação e armazenamento de água de chuva no Haiti	Concluído	2006	2008
		Promoção da Sustentabilidade da Produção de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti	Concluído	2008	2011
		Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional	Concluído	2009	2009
		Apoio à Implantação e Implementação de Banco de Leite Humano no Haiti	Concluído	2010	2012
		Capacitação da Polícia Nacional Haitiana – (Armamento e Tiro)	Concluído	2010	2010
		Polícia Federal - Capacitação técnica para formação de instrutores de táticas defensivas: defesa pessoal policial	Concluído	2010	2012
		Fortalecimento da capacidade política institucional de agentes governamentais e não governamentais do Haiti para a promoção de defesa dos direitos das pessoas com deficiência	Concluído	2011	2014
		Cooperação na área de turismo e hotelaria	Concluído	2013	2014
		Revitalização da Fazenda do Ministério da Agricultura, Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural do Haiti (MARNDR) em Fond des Nègres	Em execução	2009	2015
		Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência	Em execução	2010	2015

		Instituto Haitiano de Reabilitação de Pessoas com Deficiência	Em execução	2011	2016
Jamaica	Acordo de Cooperação Técnica de 28 de agosto de 1998	Capacitação de Recursos Humanos para Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias da Jamaica com Ênfase na Cadeia da Mandioca	Concluído	2010	2012
		Centro de Formação e Capacitação Profissional Brasil – Jamaica	Concluído	2010	2015
		Programa de Capacitação de Técnicos da Jamaica em Produção e Processamento de Frutas Tropicais	Concluído	2010	2014
México	Acordo Básico de Cooperação Técnica Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos de 24 de julho de 1984	Apoio ao Desenvolvimento de Serviços Tecnológicos e de Atividades Educativas do CONALEP	Concluído	2009	2011
		Capacitação de Técnicos Mexicanos em Sanidade Vegetal	Concluído	2009	2011
		Capacitação em Formação Profissional nas áreas de Turismo, Hospitalidade, Saúde e Informática	Concluído	2009	2012
		Capacitação em Transferência de Tecnologias e Agronegócios: Casos de Biofertilizantes e Sementes	Concluído	2009	2011
		Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação sobre a Água	Concluído	2010	2012
		Intercâmbio de Experiências e Conhecimentos entre Brasil e México sobre Práticas Integrativas e Complementares e Competência Intercultural na Oferta de Serviços de Saúde	Concluído	2010	2012
		Apoio Técnico para a expansão e consolidação da rede de bancos de leite humano do México	Concluído	2012	2013
		Fortalecimiento de la Vigilancia en Salud Ambiental relacionada con desastres y con población expuesta	Concluído	2014	2015
		Apoio ao Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do México nas áreas de Aeronáutica, Energias Renováveis, Telecomunicações e Educação a Distância	Em execução	2009	2015
		Intercâmbio de Experiências na Formação Profissional-Tecnológica nas Áreas de Pesca e Aquicultura	Em execução	2012	2016
		Capacitación de Personal Científico en Mejoramiento Genético de <i>Jatropha Curcas L.</i>	Em execução	2013	2015
		Aplicação das Práticas Integrativas e Complementares em Áreas Específicas de Saúde – Fase II	Em execução	2014	2015
		Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias em Melhoramento Genético e Manejo Agronômico de Soja	Em execução	2014	2016
		Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias em Melhoramento Genético, Manejo Agronômico e Sanidade da Cana-de-Açúcar	Em execução	2014	2016
		Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias em Melhoramento Genético, Manejo Agronômico e Sanidade de Bovinos e Suínos	Em execução	2014	2016
		Intercâmbio de experiências de gestão de perímetros públicos de irrigação entre o Brasil e o México	Em execução	2014	2016
Nicaragua	Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica de 2 de fevereiro de 2010	Apoio Técnico para Implantação de Bancos de Leite Humano na Nicarágua	Concluído	2009	2013
		Capacitação em cadeia produtiva da mandioca	Concluído	2009	2014
		Plano de Energização Rural vinculado ao desenvolvimento Local	Concluído	2009	2013
		Plano de Desenvolvimento Turístico do Departamento de Río San Juan.	Concluído	2010	2014
		Suporte técnico para a melhoria dos Processos de Carbonização Vegetal na Nicarágua	Em execução	2011	2015
		Capacitação técnica e implementação de mecanismos para o manejo sustentável do Sistema de Águas Pluviais das Bacias do Lago Manágua e Nicarágua			
Panamá	Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica de 9 de abril de 1981	Assistência Técnica na Área de Genética Bovina	Concluído	2008	2013
		Fortalecimento do Programa de Combate à Hantavirose	Concluído	2008	2011
		Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	Concluído	2008	2014
		Apoio Técnico para a Implantação/Implementação de Bancos de Leite Humano no Panamá	Em execução	2008	2015

		Fortalecimento do Programa de Controle de Dengue	Em execução	2008	2015
		Apoio ao Programa de Hortas Escolares, Familiares e Comunitárias –PHEFC – do Governo do Panamá	Em execução	2012	2015
		Apoio ao Programa de Manejo Sanitário e Reprodutivo na Atividade Leiteira	Em execução	2012	2015
		Apoio à Diversificação Agrícola dos Cultivos de Soja, Cenoura e Cana de Açúcar em Regiões Tropicais do Panamá	Em execução	2014	2015
		Reforço à Área de Sanidade Vegetal do Ministério do Desenvolvimento Agropecuário do Panamá - MIDA.	Em execução	2014	2015
Paraguai	Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai de 27 de outubro de 1987.	Desenvolvimento de técnicas para a produção de matérias-primas de bicomustíveis no Paraguai	Concluído	2006	2013
		Apoio à Implantação e Implementação do Banco de Leite Humano	Concluído	2007	2011
		Fortalecimento da vigilância epidemiológica, com ênfase no combate à dengue e à implantação do regulamento sanitário internacional	Concluído	2007	2013
		Intercâmbio de conhecimentos sobre sistemas de conservação integrada e patrimônio cultural	Concluído	2007	2012
		Capacitação de técnicos para o desenvolvimento da produção leiteira de agricultores familiares do Paraguai	Concluído	2008	2013
		Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do Paraguai	Concluído	2008	2012
		Centro de Formação Profissional "Brasil-Paraguai" em Hernandárias	Concluído	2009	2015
		Técnicas para a diversificação das atividades agropecuárias para agricultura familiar no Paraguai	Concluído	2009	2012
Peru	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica de 8 de outubro 1975	Apoio à implementação de bancos de leite humano no Peru	Concluído	2010	2012
		Intercâmbio de experiências e tecnologias para melhoria da produtividade do cacau	Concluído	2010	2014
		Fortalecimento de Capacidades Locais para o Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAF) em Comunidades Fronteiriças da Amazônia Peruana	Em execução	2010	2015
Suriname	Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de 22 de junho de 1978	Fortalecimento de ações de vigilância e prevenção da doença de Chagas no Suriname	Concluído	2010	2014
		Fortalecimento da resposta à epidemia do HIV/AIDS no Suriname	Em execução	2009	2015
		Mapeamento da Geodiversidade/Geológico na Fronteira Brasil-Suriname	Em execução	2011	2015
		Zoneamento Agro-ecológico no Suriname	Em execução	2014	2017
Uruguai	Acordo de Cooperação Científica e Técnica de 12 de junho de 1994	Apoio Técnico para Implementação de Banco de Leite Humano no Uruguai	Concluído	2006	2008
		Capacitação em Educação Ambiental e Produção Colaborativa de Material Didático para a Conservação de Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim	Concluído	2006	2009
		Cooperação Técnica em Melhoramento Genético de Hortaliças	Concluído	2007	2011
		Impactos Ambientais nos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas: o Caso de Lagoa Mirim	Concluído	2007	2009
		Produção colaborativa de Informações Ambientais para a Conservação da Biodiversidade na Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim: consolidação de rede de instituições parceiras e adequação de base de dados para SIG	Concluído	2007	2009
		Fortalecimento da Capacidade do Ministério da Saúde Pública do Uruguai em Sistemas de Vigilância em Saúde Ambiental	Concluído	2008	2011
		Programa de Educação Alimentar e Nutricional – Cozinha Uruguia	Concluído	2008	2012
		Apoio ao Fortalecimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do Uruguai	Concluído	2009	2012
		Capacitação em Português Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguiaio – Polícia Rodoviária	Concluído	2009	2012
		Fortalecimento do Ensino Técnico na Área de Meio Ambiente	Concluído	2009	2010

		Apoio ao Fortalecimento Institucional do CETP-UTU na área de Mecânica Industrial	Concluído	2010	2015
		Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Uruguai	Concluído	2010	2015
		Capacitação em Português Língua Estrangeira Instrumental para Agentes do Governo Uruguaio – Polícia Penitenciária	Concluído	2010	2014
		Diagnóstico das Potencialidades de Desenvolvimento Regional na Área de Restauro do Patrimônio Edificado IFSul/IFMG/CETP-UTU	Concluído	2010	2012
		Capacitação e Formação técnico/jurídicas e administrativas proporcionadas pela Defensoria Pública da União do Brasil	Concluído	2011	2015
		Consolidação da capacidade institucional do Ministério de Saúde do Uruguai e ampliação do diálogo regulatório entre as autoridades sanitárias de Brasil e Uruguai	Concluído	2011	2015
		Fortalecimento e Aperfeiçoamento do Sistema de Observações Meteorológicas da Direção Nacional de Meteorologia (DNM)	Concluído	2011	2015
		Fortalecimento e Sustentabilidade de Ações da Sociedade Civil e de Ações da Sociedade Civil e de Organizações de Pessoas vivendo com HIV/AIDS nas Regiões de Fronteiras entre o Brasil e o Uruguai	Concluído	2014	2015
		Transferência de Metodologia do Programa PROTEJO para o Ministério do Interior do Uruguai	Concluído	2014	2015
		Transferência de Práticas e Metodologias em Polícia Comunitária	Concluído	2014	2015
Venezuela	Convênio Básico de Cooperação Técnica de 20 de fevereiro de 1977	Apoio técnico para implantação/implementação de bancos de leite humano na Venezuela	Concluído	2010	2015
		Capacitação dos recursos humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em vigilância e controle dos produtos de uso e consumo humano	Concluído	2010	2014
		Desenvolvimento de tecnologias alternativas para a produção de cítricos em pequena escala	Concluído	2010	2015
		Fortalecimento da vigilância e controle dos resíduos e contaminantes nos alimentos	Concluído	2010	2015
		Produção de Mandioca nos Estados Venezuelanos de Anzoátegui e Monágas	Concluído	2010	2015
		Produção de mudas e beneficiamento ecológico do café	Concluído	2010	2015
		Fortalecimento da Sanidade Agropecuária na República Bolivariana da Venezuela	Concluído	2014	2015

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 3 de novembro de 2015

Uma área que abrange um grande número de projetos, mas que não é mencionado como destaque pela ABC, são os projetos de cooperação de caráter militar como treinamentos e cursos de formação. Verifica-se um número expressivo deste tipo de projetos onde o Brasil fornece cursos e treinamentos para oficiais e tenentes, principalmente junto aos países fronteiriços, o que demonstra uma grande preocupação do Brasil nesta questão.

Fazendo uma análise inicial e sucinta da tabela apresentada, verifica-se que, apesar dos acordos de cooperação técnica, em sua maioria remeterem a datas anteriores aos anos 2000, principalmente entre os anos 1980 e 1990, alguns até firmados nos anos 1970, não há nos registros de projetos de Cooperação Sul-Sul bilaterais com os países da América Latina projetos destaque anteriores ao ano de 2006, registrando a partir de 1997 apenas alguns projetos pontuais de cooperação que serão verificados adiante. Isso já demonstra a existência de uma mudança

na política externa brasileira ocorrida durante os anos 2000 que passou a privilegiar os processos de cooperação como política pública, tendo como principal foco a região da América Latina.

2.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO DOIS

O estudo das Relações Internacionais, em especial sobre o tema da cooperação, envolve uma singular multidisciplinaridade em sua análise, merecendo destaque disciplinas referentes às Relações Internacionais e a Administração Pública através da análise de Políticas Públicas, visto que tais relações envolvem aspectos tanto políticos como econômicos e sociais, sendo principalmente uma estratégia de gestão dos governos, o que nos permite traduzir os processos de cooperação em Políticas Públicas internacionais.

Dentro destes campos de análise, as teorias das Relações Internacionais nos permitem construir uma base sobre o sistema internacional, onde se desenvolvem todas as relações entre Estados Nação e os demais atores internacionais. Dentro destas, destaca-se a doutrina realista e a doutrina idealista. De acordo com a primeira, a relação entre os Estados se caracterizaria pela beligerância. Toda a relação entre estes se daria pela força, pela imposição de poder sempre na defesa dos interesses do próprio Estado, num jogo de soma zero (PECEQUILO, 2010). Já na teoria idealista, os Estados igualmente defenderiam seus próprios interesses, porém, de forma racional em busca de harmonia através de uma regulação política supranacional que possa garantir a manutenção da coexistência pacífica entre os países.

Com o fim da Guerra Fria se observa um incremento da complexidade nas Relações Internacionais, com relações às vezes de caráter realista, as vezes de caráter idealista, entre outras teorias formuladas ao passar dos anos. O mundo antes dividido em dois blocos beligerantes toma contornos multipolares, aprimorando-se diversas formas de interação entre os países, como as relações políticas, culturais, econômicas e sociais. É neste período também que ocorre uma divisão no globo entre Norte e Sul, aonde o Norte contemplaria os países desenvolvidos e o Sul os países subdesenvolvidos. Da interação entre estes países derivam os conceitos de relações do tipo Norte-Sul e Sul-Sul. As relações do tipo Norte-Sul, que surgiriam após a criação da ONU após o final da Segunda Guerra Mundial, teriam um caráter puramente assistencialista, se dando entre um país de maior desenvolvimento econômico, político, social e tecnológico agindo como doador, e um país de condições precárias de desenvolvimento, como donatário. Já a Cooperação Sul-Sul surge através de uma reivindicação dos países subdesenvolvidos como contraponto a este tipo de relação. Percebido que as relações do tipo

Norte-Sul acabariam por fortalecer uma condição de dependência dos países pobres para com os ricos, aumentando a distância entre estes, a Cooperação Sul-Sul surge com a premissa de ser um processo de ajuda mútua entre os países subdesenvolvidos do Sul, com vistas a seu fortalecimento no cenário internacional frente aos países desenvolvidos.

Através do estudo realizado, percebe-se a complexidade com que este tipo de cooperação se dá no cenário internacional (LEITE, 2011), o que remete o conceito de Cooperação Sul-Sul a diversas relações existentes entre os países subdesenvolvidos, desde uma modalidade de CID à formação de coalizões políticas em negociações multilaterais, exaltando a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema. Uma das principais problemáticas existentes é a assimetria existente entre os próprios países do Sul. Com o final da Guerra Fria e a ampliação da multipolaridade, que permitiu a ascensão de blocos de potências consideradas emergentes, com destaque neste trabalho para os arranjos do IBAS e BRICS, temos que as relações entre estes países e os demais países do Sul, apesar de ainda se caracterizarem por ações realizadas entre dois países subdesenvolvidos, se dão de forma assimétrica. Coloca-se em dúvida se esta cooperação seria realmente uma Cooperação Horizontal que é o que propõe a Cooperação do tipo Sul-Sul, ou esta estaria mais próxima de uma relação de cunho assistencialista, do tipo doador-receptor?

Na América do Sul, objeto de estudo deste trabalho, observa-se períodos de maior e menor integração regional, tendo a Cooperação Sul-Sul se iniciado principalmente através das ideias da CEPAL nos anos 1940 que iniciaram os primeiros debates sobre dependência. No entanto, com a eclosão de ditaduras militares na região a partir do final dos anos 1960, estas não se concretizariam, voltando à agenda da região somente ao final destas, nos anos 1990, culminando na criação do MERCOSUL, num período de reaproximação política entre os países através de políticas de caráter econômico. Novamente, porém, a integração na região é colocada de lado com a ascensão em meados dos anos 1990 de partidos neoliberais que voltam suas atenções para o comércio com os países do Norte, submetendo-se ao Consenso de Washington. É somente então a partir dos anos 2000, com o fracasso das políticas de privatização e de abertura ao mercado internacional, que a América Latina retoma uma postura de integração, passando a abranger em sua agenda questões além de econômicas, também políticas, sociais e culturais, com vistas ao desenvolvimento da região como uma unidade (TEIXEIRA; DESIDERÁ NETO, 2012), principalmente através de políticas de cooperação, o que faz surgir neste período arranjos como a ALBA e a UNASUL. Souza (2012) divide estes momentos da história latino-americana em quatro ondas, sendo para ele o momento atual o de maior

possibilidade efetiva de integração, graças à concertação política à esquerda que se deu nos governos dos principais países do subcontinente.

Em 2003, com a ascensão de Lula à presidência do país, temos que a política externa brasileira se volta para a América Latina. É somente após 2003 que efetivamente são postos em prática projetos de Cooperação Sul-Sul efetivos com vistas à implementação de diversas Políticas Públicas internacionais no subcontinente, conforme observado no quadro apresentado contendo os principais projetos de Cooperação entre o Brasil e os países da América Latina de forma bilateral, apontando o papel do Brasil como ator central na geopolítica do continente.

No entanto, sendo o Brasil o país mais desenvolvido dentre os vizinhos, questiona-se então como se dão estes processos de cooperação, sendo o objeto deste trabalho justamente verificar em que medida os projetos de Cooperação Sul-Sul no continente latino-americano influenciam o papel de liderança do Brasil na região, tendo sido escolhidos para estudo três países que teoricamente demonstrariam as relações mais assimétricas na região. Dessa forma, fez-se necessário revisar o conceito de Subimperialismo proposto principalmente por Marini (2012b). Conforme este, se trata de uma prática imperialista praticada por países emergentes para com os de menor desenvolvimento, estabelecendo uma relação de hegemonia de um lado e dependência de outro. No Brasil, Marini (2012b) enxerga após o início da ditadura militar em 1964, a prática aberta de uma política externa subimperialista, subjugando os países vizinhos aos interesses hegemônicos brasileiros através da ampliação de seu mercado, dentro de um alinhamento político e de uma cooperação antagônica com os Estados Unidos.

Realizada a revisão teórica, no próximo capítulo é realizada uma descrição dos projetos de Cooperação Sul-Sul firmados de forma bilateral entre o Brasil e os três países da América do Sul selecionados, com enfoque também nas características regionais, políticas, culturais, sociais e econômicas dos mesmos, com vistas a permitir a contextualização para posterior análise dos projetos objeto desta pesquisa à luz das teorias e bibliografias estudadas.

3 PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL DO BRASIL: UMA DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES COM EQUADOR, BOLÍVIA E PARAGUAI

Neste capítulo se pretende descrever os projetos de Cooperação Sul-Sul realizados de forma bilateral entre o Brasil e os três países da América do Sul selecionados. Essa descrição, realizada de forma sucinta, tendo como principal referência bibliográfica publicações da ABC, tem por finalidade criar um panorama dos projetos de cooperação que o Brasil realiza na América do Sul, como já referido, tomando como exemplo três países com descrições realizadas individualmente, para posterior análise quanto à importância destes projetos para o papel de liderança do Brasil na região.

Além da descrição dos projetos em si, serão descritas também vários elementos de cada país, como suas principais características regionais, políticas, sociais e econômicas, seus históricos pós-independência, como se dá diplomacia de cada um conforme previsão nos respectivos textos constitucionais e o histórico de suas Relações Internacionais com o Brasil, de forma a permitir a contextualização e a análise das bases que levaram à sua situação atual no cenário internacional. Além disso, a descrição de tais elementos permite a realização de comparações entre os três países, possibilitando o estabelecimento de semelhanças e peculiaridades entre estes no que diz respeito a seus aspectos políticos e socioculturais, criando uma base para posterior análise quanto a seu papel na América do Sul.

Como fonte de pesquisa para o referido capítulo no que tange, entre outros, a descrição histórica dos três países, buscou-se prioritariamente o uso de fontes bibliográficas internas de cada país, como *sites* governamentais, noticiários locais e dados levantados por institutos de pesquisa oficiais, de forma a tornar a descrição dos mesmos a mais acurada possível e sem interferências externas. Além disso, para dados econômicos e sociais específicos foram utilizadas como fonte de pesquisa dados de organismos internacionais como por exemplo a CEPAL¹⁷ e o Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁸, tendo como objetivo a padronização da informação pesquisada.

A ordem de apresentação dos países, já mencionados que selecionados pelo autor por terem sido indicados como os três países de pior PNB e Renda Per Capita (RPC) no ano de 2003 e anos posteriores na América do Sul, segue do país que apresentou o menor número de projetos de cooperação no período 2003-2014 ao que realizou o maior número de projetos, qual

¹⁷ Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp>. Acesso em 6 de abril de 2016.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em 6 de abril de 2016.

seja, Equador, Bolívia e Paraguai. Coincidentemente, se não fosse por Paraguai e Bolívia, a ordem seguiria do país de melhor índice nos indicadores mencionados para o pior, o que também coincidiria com o país que compartilha com o Brasil a menor fronteira (Equador, que não faz fronteira com o Brasil), para o que compartilha a maior faixa fronteira (Bolívia). Feitas as observações, tem-se a seguir as descrições de cada país.

3.1 EQUADOR

O Equador, juntamente com o Chile, são os únicos dois países da América do Sul que não fazem fronteira com o Brasil. País situado à noroeste da América do Sul, faz fronteira com o Peru e a Colômbia, além de possuir litoral no Oceano Pacífico. Possui uma área de 283.561 quilômetros quadrados¹⁹ dividida em 24 províncias²⁰ com população aproximada de 16 milhões e meio de habitantes²¹. Destes, conforme dados do último censo do país realizado em 2010, aproximadamente 77% são formados por mestiços, misturas entre europeus e os índios nativos, sendo estes últimos representantes de aproximadamente 7% da população (EQUADORb, 2016). De fato, a presença indígena no país é bastante significativa, o que se expressa pela presença de idiomas não-oficiais em algumas regiões, sendo o quíchua, idioma falado pelos incas, um dos mais praticados.

A economia equatoriana baseia-se na exportação de hidrocarbonetos, sendo o petróleo o principal produto do país (LUCE, 2007). Entretanto, “devido à drenagem do produto excedente pela economia capitalista nos marcos das relações imperialistas, as reservas equatorianas deste recurso, ao longo de trinta anos de atividade petroleira mais intensa, não proporcionaram um melhor nível de vida à população” (LUCE, 2007, p. 88). Dados levantados em 2014 indicam para o país um Produto Interno Bruto (PIB) de 100,917 bilhões de dólares e um PIB per capita de 6.346 dólares²², ficando à frente apenas de Bolívia, Paraguai e Uruguai na América do Sul. Entretanto, no mesmo ano segundo dados do PNUD, obteve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,732, considerado um índice alto, ficando em 88º lugar no ranking mundial de IDHs. Além disso, segundo informações do Fundo Monetário

¹⁹ Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/es/ecuador/area.html>>. Acesso em 2 de março de 2016.

²⁰ O Equador é um Estado unitário, diferentemente do Brasil que é um Estado Federado, portanto seus departamentos são puramente administrativos e não entes políticos, não sendo comparados aos Estados que possuímos no Brasil. Fonte: Anotações da disciplina de Integração Regional, 8º Semestre do Curso de Bacharelado em Administração Pública e Social, 1º semestre de 2015.

²¹ Disponível em: <<http://countrymeters.info/pt/ecuador>>. Acesso em 2 de março de 2016.

²² Disponível em: <http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=ECU&idioma=spanish>. Acesso em 2 de março de 2016.

Internacional (FMI), foi o terceiro país da América do Sul no que diz respeito à taxa de crescimento econômico no período entre 2011 e 2014, ficando atrás apenas de Peru e Bolívia.

3.1.1 Breve Descrição sobre a História do Estado Equatoriano

Colônia espanhola como a maioria dos países da América Latina, o Equador, região antes habitada pelos incas, estes dizimados durante a colonização, obtém sua independência em 1822, mesmo ano que Brasil. Dirigida pelo General Sucre com o apoio de Simon Bolívar, o movimento de independência derrota o exército espanhol, passando o Equador a fazer parte da chamada Grã Colômbia, região compreendida pela Colômbia, Venezuela e Panamá²³. Este agrupamento tinha como objetivo uma integração regional a fim de preparar estes países para a guerra contra os Espanhóis nas demais colônias, como Peru e Bolívia.

Somente em 24 de maio de 1830, entretanto, o Equador se torna um Estado Autônomo, a República do Equador, sob o governo do presidente Juan José Flores, um dos expoentes do processo de independência. Juan José Flores governa por 15 anos e após seu governo, o Equador experimenta até os anos 1990 diversos governos alternados entre civis, militares, legítimos e ditatoriais, o que trouxe grande instabilidade ao país.

Semelhante aos demais países da América do Sul, apesar da conquista da independência o país mantém durante todo o período posterior a esta a estrutura de colônia, dependente da exportação de materiais primários e do capital internacional, com uma indústria sem inovação tecnológica, contraindo uma cada vez maior dívida externa. Neste quadro de dependência, o Equador, com a economia baseada principalmente na produção de cacau e banana, enfrenta um grave quadro de crise a partir da primeira guerra mundial com a diminuição do preço internacional dos referidos produtos, o que culmina com o golpe militar de 9 de julho de 1925, assumindo o poder o General Isidro Ayora que governa entre 1926 e 1931 (MORA, 2008).

Em 1941 o Equador enfrenta novo período conturbado com a invasão de parte de seu território pelo Peru, eclodindo o conflito denominado de Guerra Peru-Ecuador (FUNAG, 2005). Este conflito na verdade é apenas a eclosão de uma relação conturbada entre os dois países desde a colonização, quando houve uma demarcação do território dos dois países realização de forma discricionária pelos espanhóis sem levar em conta as peculiaridades dos povos e das regiões ali instaladas. A guerra se encerra através da assinatura do Protocolo do Rio de Janeiro em 1942 (BRASIEL, 2011), um tratado de paz mediado pelo Brasil, em um de

²³ Disponível em: <<http://www.ecuale.com/historia.php>>. Acesso em 2 de março de 2016.

seus primeiros contatos de relações com o Equador. Através deste instrumento o Equador acaba por perder metade de seu território para o Peru e toda região amazônica que possuía, o que trouxe ainda mais instabilidade para o país e manteve uma relação conflituosa com o Peru ainda por muitos anos.

Nos anos que seguem, o governo equatoriano é marcado pela figura de José María Velasco Ibarra, presidente em 5 ocasiões dentro do período de 1944 a 1972. Apoiado em diversas ocasiões pela esquerda do país, Ibarra mantém um governo essencialmente populista, indo na contramão do resto dos países da América do Sul, que, principalmente a partir dos anos 1960, atravessam períodos ditatoriais concertados principalmente por influência norte americana. Não é necessário dizer que este fato provocou grande inquietação junto aos Estados Unidos e os governos militares sul-americanos em si, sendo a década de 1960 extremamente negativa internacionalmente para o Equador, marcada por queda das exportações, crise econômica, créditos contingentes do FMI e precário esquema constitucional (FUNAG, 2005).

Somente nos anos 1970, com o apogeu da exploração do petróleo no país, o Equador entra significativamente no mercado mundial, chegando a tornar-se o 2º maior produtor de petróleo na América Latina, ficando atrás apenas da Venezuela. O petróleo revitaliza a economia do país, trazendo um crescimento econômico para o mesmo nunca antes presenciado, o que permitiu diversas mudanças estruturais no mesmo. Pode-se dizer que é somente neste período, através do petróleo, que o Equador entra de vez no capitalismo global, voltando-se o mercado mundial um olhar de forma mais agressiva para o país, que passa a receber intensivo capital estrangeiro. Entretanto, apesar da euforia econômica, em 1972, como reação às políticas populistas de Ibarra, é formada uma junta militar que derruba o presidente e instala a ditadura no país, esbarrando políticas redistributivas socializantes num período que se observa a emergência de uma classe média que antes era ínfima no Equador, provocando aumento da inflação e das desigualdades sociais.

Durante o período ditatorial observa-se outra aproximação do Brasil com o país, que se dá através da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica²⁴ em 3 de julho de 1978, instrumento realizado com o objetivo de regularizar e promover o desenvolvimento da região amazônica dentro dos países compreendidos no tratado, dando mostras do papel de liderança regional do Brasil no período o qual Marini (2012) denota como uma política subimperialista a qual baseou-se o Brasil durante sua ditadura.

²⁴ O Tratado de Cooperação Amazônica, firmado pelo Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, foi promulgado pelo Brasil em 18 de agosto de 1980 através do Decreto nº 85.050, disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=126133>>. Acesso em 5 de março de 2016.

A ditadura militar no Equador tem duração de 1972 a 1979, período considerado curto se comparado aos demais países da América do Sul, mas semelhante a estes, se observa um crescimento econômico voltado para o mercado externo de forma dependente, não rompendo com o modelo colonialista, aumentando as desigualdades sociais e gerando ao fim deste um aumento da dívida externa de forma intransponível, levando à iminência falência dos bancos nacionais que se estende de forma crescente até 1996, quando com a baixa do preço mundial do Petróleo o Equador entra no que se pode chamar da pior crise de sua história (FUNAG, 2005).

Em 2000, como forma de conter o colapso econômico o governo decide liquidar o câmbio, dolarizando sua moeda em detrimento do antigo Sucre, aumentando a inflação e, conseqüentemente a perda de poder aquisitivo da população e o aumento do desemprego. Neste mesmo ano, como consequência da grande instabilidade do país e o crescimento dos movimentos sociais indígenas que já haviam se consolidado e ganhado força durante o período ditatorial, um golpe cívico-militar faz com que o atual presidente, Jamil Mahuad, seja destituído do cargo. Cabe ressaltar também que este é um período marcado pela intensa emigração da população equatoriana, que parte em busca de emprego e condições dignas de subsistência nos países vizinhos. Dentro deste quadro, tem-se em 2002 a eleição e posteriormente em 2003 a posse de Lucio Gutierrez à Presidência da República sob o apoio dos militantes que destituíram Mahuad com o apoio do movimento indígena.

Mesmo ano da posse de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, este no seu primeiro mês de mandato visita o presidente Gutierrez em Quito dando início às negociações de cooperação com o país indo ao encontro do novo viés da política externa brasileira de integração regional na América Latina.

Lucio Gutierrez, no entanto, mantém a dolarização e a política do governo anterior, submetida ao “Consenso de Washington” e com a economia voltada para a reestruturação e estabilidade como forma de atender a demandas do FMI e do Banco Mundial (FUNAG, 2005), gerando revolta em seus apoiadores. Com uma nova oposição ao Governo agora com a participação de diversos movimentos sociais e sindicais, junto com o sempre forte movimento indígena, eclodem diversas manifestações no país que acabam por enfraquecer o governo. Em 2005, o Congresso Nacional destitui Gutierrez, assim como Mahuad, por abandono de cargo.

Diante deste cenário, tem-se finalmente em 2006, na esteira do que já ocorria em diversos países da América Latina num período marcado pelo esgotamento do modelo neoliberal vigente no continente, a eleição de um governo progressista no Equador, na figura

de Rafael Vicente Correa Delgado, presidente eleito com 58% dos votos no segundo turno²⁵ no país pelo Partido *Alianza País*.

Correa assume a presidência atacando o neoliberalismo e as práticas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, enfatizando que seu governo é “um instrumento de poder cidadão, de poder indígena²⁶”. Com a promulgação da nova constituição em 2008 os indígenas vem seus direitos e sua cultura bastante fortalecida²⁷. Aliás, a nova constituição, alicerçada no princípio do “*Buen Vivir*”²⁸ pode ser considerada uma das maiores conquistas do Equador no período, revitalizando a política e a sociedade equatoriana. No campo econômico, Correa não encerra a dolarização no país, no entanto, realiza uma audição da dívida externa recuperando enormes quantidades de dinheiro para o Equador retomando os investimentos no país.

Com a eleição de Correa, reeleito em 2009, o Equador entra de vez na chamada quarta onda de integração de Souza (2012), onde conforme o autor há finalmente um processo de integração efetivo com a ascensão de governos considerados de esquerda nos principais países da América Latina. Observa-se uma aproximação do país com a Venezuela com a adesão deste à ALBA e o fortalecimento da relação com o Brasil, já iniciada com Lula e Gutierrez, que se intensifica agora com Correa à frente da presidência, traduzindo-se na colocação em prática de diversos processos de cooperação entre os dois países a partir de 2007.

3.1.2 Relações Internacionais do Equador

No que tange à política externa equatoriana, a Constituição da República do Equador de 2008 apresenta capítulo específico sobre a matéria. Iniciando o título no artigo 416. Este arrola os princípios que nortearão o país nas suas Relações Internacionais, tais como a igualdade jurídica e independência dos Estados, a solução pacífica das controvérsias, a condenação da intervenção do Estado em assuntos internos de outro Estado, o direito dos diferentes povos, entre outros (EQUADORa, 2008).

Sobre os tratados e instrumentos internacionais, o texto constitucional dispõe:

²⁵ Disponível em: <<https://www.wsws.org/pt/2006/dec2006/por1-d13.shtml>>. Acesso em 7 de março de 2016.

²⁶ Discurso de posse de Rafael Correa. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/13059>>. Acesso em 7 de março de 2016.

²⁷ A nova Constituição do Equador de 2008 contém um capítulo inteiramente sobre a justiça indígena, (Capítulo Cuatro: Función Judicial e Justicia Indígena) incluindo o reconhecimento de línguas e costumes em diversas regiões do país. (EQUADORa, 2008)

²⁸ *EL Buen Vivir es un principio constitucional basado en el 'Sumak Kawsay', que recoge una visión del mundo centrada en el ser humano, como parte de un entorno natural y social.* Disponível em: <<http://educacion.gob.ec/que-es-el-buen-vivir/>>. Acesso em 7 de março de 2016.

Art. 417.- Los tratados internacionales ratificados por el Ecuador se sujetarán a lo establecido en la Constitución. En el caso de los tratados y otros instrumentos internacionales de derechos humanos se aplicarán los principios pro ser humano, de no restricción de derechos, de aplicabilidad directa y de cláusula abierta establecidos en la Constitución.

Art. 418.- A la Presidenta o Presidente de la República le corresponde suscribir o ratificar los tratados y otros instrumentos internacionales. (EQUADORa, 2008, p. 185)

Ou seja, semelhante ao caso brasileiro, é necessária a ratificação interna dos tratados para sua validade no território nacional, e este é de responsabilidade do Presidente da República, excetuando-se os casos de tratados e instrumentos que versem sobre direitos humanos, quando neste caso os mesmos terão aplicação direta nos termos da constituição. Entretanto, a Constituição Equatoriana explicita a possibilidade de cedência de competências para instâncias internacionais, quando nestes casos fica impedido o Estado de celebrar tratados internacionais:

Art. 422.- No se podrá celebrar tratados o instrumentos internacionales en los que el Estado ecuatoriano ceda jurisdicción soberana a instancias de arbitraje internacional, en controversias contractuales o de índole comercial, entre el Estado y personas naturales o jurídicas privadas.

Se exceptúan los tratados e instrumentos internacionales que establezcan la solución de controversias entre Estados y ciudadanos en Latinoamérica por instancias arbitrales regionales o por órganos jurisdiccionales de designación de los países signatarios. No podrán intervenir jueces de los Estados que como tales o sus nacionales sean parte de la controversia. (EQUADORa, 2008, p. 186)

No que diz respeito à diplomacia equatoriana na região, tem-se o artigo 423 da Constituição do Equador, na esteira da quarta onda de integração (SOUZA, 2012):

Art. 423.- La integración, en especial con los países de Latinoamérica y el Caribe será un objetivo estratégico del Estado. En todas las instancias y procesos de integración, el Estado ecuatoriano se comprometerá a:

1. Impulsar la integración económica, equitativa, solidaria y complementaria; la unidad productiva, financiera y monetaria; la adopción de una política económica internacional común; el fomento de políticas de compensación para superar las asimetrías regionales; y el comercio regional, con énfasis en bienes de alto valor agregado.

2. Promover estrategias conjuntas de manejo sustentable del patrimonio natural, en especial la regulación de la actividad extractiva; la cooperación y complementación energética sustentable; la conservación de la biodiversidad, los ecosistemas y el agua; la investigación, el desarrollo científico y el intercambio de conocimiento y tecnología; y la implementación de estrategias coordinadas de soberanía alimentaria.

3. Fortalecer la armonización de las legislaciones nacionales con énfasis en los derechos y regímenes laboral, migratorio, fronterizo, ambiental, social, educativo, cultural y de salud pública, de acuerdo con los principios de progresividad y de no regresividad.

4. Proteger y promover la diversidad cultural, el ejercicio de la interculturalidad, la conservación del patrimonio cultural y la memoria común de América Latina y del Caribe, así como la creación de redes de comunicación y de un mercado común para las industrias culturales.

5. Propiciar la creación de la ciudadanía latinoamericana y caribeños; la libre circulación de las personas en la región; la implementación de políticas que garanticen los derechos humanos de las poblaciones de frontera y de los refugiados; y la protección común de los latinoamericanos y caribenhos en los países de tránsito y destino migratorio.

6. Impulsar una política común de defensa que consolide una alianza estratégica para fortalecer la soberanía de los países y de la región.

7. Favorecer la consolidación de organizaciones de carácter supranacional conformadas por Estados de América Latina y del Caribe, así como la suscripción de tratados y otros instrumentos internacionales de integración regional. (EQUADORa, 2008, p. 187)

De forma análoga ao Brasil, o Equador coloca a América Latina como prioridade no cenário internacional, tendo como objetivo principal e estratégico a promoção da integração regional através da cooperação técnica, política, social e cultural, se comprometendo a engendrar esforços para a consolidação e aprofundamento desta.

3.1.3 Relações Internacionais Brasil e Equador

As primeiras relações diplomáticas entre Brasil e o Equador datam de 1844, quando Dom Pedro I, então imperador do Brasil, designa um encarregado de negócios junto aos governos tanto do Equador como de Nova Granada, atual Colômbia (BRASILa). Após, em 1904 tem-se assinatura de tratado de limites, estabelecendo um marco divisório fronteiriço entre os dois países. Em 1942, sob mediação brasileira, ocorre no Rio de Janeiro a assinatura do Tratado de Paz entre Peru e Equador, como já destacado, dando fim temporário ao conflito eclodido entre os dois países em ano anterior, fazendo com que o Equador perdesse grande parte de seu território dentro da bacia amazônica. Findada a guerra, este conflito ainda se estenderia por vários anos e somente em 1998, também mediado pelo Brasil, seria assinado Acordo de Paz entre os dois países em Brasília, pondo fim à disputa sobre o território sobre a Cordilheira do Condor (BRASILa, 2016).

Em 1982, por ocasião do já mencionado Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países, acontece a primeira visita oficial de um presidente Equatoriano no Brasil. Porém, é somente em 2005 que este é colocado em prática através de reuniões entre os dois países para a definição dos projetos de cooperação.

A partir de 1982, o que se percebe é uma acentuação nas relações comerciais entre os dois países, com o Brasil exportando produtos manufaturados e importando matérias primas, criado uma relação de dependência do Equador para com o Brasil, com este sempre apresentando uma balança comercial superavitária em relação ao parceiro, numa das relações comerciais mais desiguais dentro da América do Sul (BRASILb, 2015).

Neste contexto, tem-se em 1996, num período marcado pela América Latina submetida ao Consenso de Washington e com ela uma onda de privatizações como resposta a imposições do FMI e do Banco Mundial, o início de uma característica marcante na relação entre os dois países que é a entrada de empresas transnacionais brasileiras no Equador, no caso em questão, a Petrobrás inicia suas operações no país ao adquirir petróleo do Equador²⁹ visando a obtenção de alta lucratividade através de contratos extremamente favoráveis ao Brasil, até a compra de 100% das ações da companhia equatoriana de petróleo em 2002.

Somente em 2007, com a ascensão de Rafael Correa à presidência, esse quadro se altera, com Rafael impondo uma política de fim da exploração, propondo um equilíbrio nos contratos firmados com a empresa brasileira, indo ao encontro da pressão pública que já se instalava acerca da presença da empresa brasileira no país, fato que trouxe certa tensão na relação entre os dois países, fazendo com que o governo brasileiro viesse a intervir favoravelmente à Petrobras. Temos neste momento uma contradição na política externa brasileira, que com a posse de Lula em 2003 aproxima-se de forma efetiva do Equador sob o comando de Lucio Gutierrez e, ao mesmo tempo em que Rafael Correa assume a presidência do país em 2007, o que contribui para uma concertação de cooperação política e social entre os dois países, observa-se um conflito entre essa política e o novo governo equatoriano, culminando com a saída da estatal do país no ano de 2010³⁰.

Ainda antes da posse de Rafael Correa, outro grande marco nas relações entre os dois países, é a presença da empresa privada brasileira ODREBRECHT, que se fortalece realizando grandes obras no país, sob financiamento do BNDES, durante o primeiro período Lula (2003 – 2006). Novamente, sob o governo de Rafael Correa em 2007, a presença da empresa brasileira é questionada, principalmente após o início das obras de construção da Hidroelétrica San Francisco, a qual foram constatadas inúmeras falhas estruturais na edificação entregue, além de suspeitas de superfaturamento na produção³¹, o que levou o governo equatoriano a suspender o contrato com a construtora lançando um decreto presidencial aonde o Estado assumiria os projetos da ODREBRECHT, entrando igualmente o país em conflito com o governo brasileiro, que apesar de tratar-se de empresa privada, intervém favoravelmente à favor da empresa³².

²⁹ Disponível em: <<http://201.77.217.135/pt/paises/equador/equador.htm>>. Acesso em 10 de março de 2016.

³⁰ Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/986704/sem-acordo-petrobras-confirma-saida-do-equador>>. Acesso em 10 de março de 2016.

³¹ Disponível em: <<http://spotniks.com/20-obras-que-o-bndes-financiou-em-outros-paises/>>. Acesso em 10 de março de 2016.

³² No dia 20 de novembro de 2008, o governo do Equador anunciou que pediu a abertura de arbitragem internacional questionando a legalidade da dívida contraída junto ao banco estatal brasileiro, o BNDES, por meio do grupo Odebrecht, para a construção da usina hidrelétrica San Francisco.[1] Enquanto o governo do Equador insiste que o problema em torno das acusações de fraude contra a construtora brasileira é um assunto entre o Estado

Passados os conflitos e com o fortalecimento dos projetos de Cooperação Sul-Sul entre os dois países especialmente durante o ano de 2011, já durante o Governo Dilma em 2013, Brasil e Equador se aproximam novamente a fim de dar prosseguimento às obras da rota Manta-Manaus, importante canal de integração fluvial que se mostra como uma alternativa ao Canal do Panamá, permitindo ao Brasil escoar sua produção pelo Oceano Pacífico através de passagem aquífera pelo Equador³³.

Quanto à participação dos dois países em organismos internacionais na região, ambos compartilham relações multilaterais nos blocos regionais UNASUL, CELAC e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)³⁴. Ainda, tem-se em 2003 a entrada do Equador como Estado Associado do MERCOSUL, bloco criado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Pode-se dizer resumidamente que a aproximação entre os dois países possui dois momentos específicos em que a integração efetivamente se realiza: durante o período da ditadura em 1982 por ocasião da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre os dois países, num período em que Marini (2012) denota como marcado explicitamente por uma política subimperialista brasileira, e após 2003, com a posse de Luís Inácio Lula da Silva ao governo brasileiro, pondo em prática sua política externa voltada para a integração regional latino-americana, o qual acentua-se esta relação após a posse de Rafael Correa, dentro do período denominado por Souza (2012) como a 4ª Onda de Integração na América Latina.

do Equador e uma empresa privada[2], o governo Brasileiro convocou o Embaixador do Brasil no Equador, Antonino Marques Porto e Santos para consultas.[3] O Presidente do Equador, Rafael Corrêa afirma que a dívida é ilegal, ilegítima e corrupta[4], e portanto não será paga. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5366>. Acesso em 10 de março de 2016.

³³ Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/27130/do+pacifico+a+manaus+equador+leva+a+cabo+um+dos+maiores+projetos+de+integracao+sul-americana.shtml>>. Acesso em 10 de março de 2016.

³⁴ A ALADI é o maior grupo latino-americano de integração. É formado por treze países-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, representando, em conjunto, 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 510 milhões de habitantes (Ver indicadores socioeconômicos).[...] [...]A ALADI promove a criação de uma área de preferências econômicas na região, objetivando um mercado comum latino-americano, através de três mecanismos:

- uma preferência tarifária regional, aplicada a produtos originários dos países-membros frente às tarifas em vigor para terceiros países;
- acordos de alcance regional (comuns a todos os países-membros); e
- acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da área.

Disponível em: <<http://www.aladi.org/sitioAladi/quienesSomosP.html>>. Acesso em 10 de março de 2016.

3.1.4 Acordos Bilaterais de Cooperação Sul-Sul Brasil x Equador

Brasil e Equador iniciam suas relações de cooperação técnica tendo como marco inicial o Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador de 9 de fevereiro de 1982, período já democrático no Equador e ainda sob ditadura no Brasil, sendo este aprovado em 1984 através do Decreto Legislativo nº 47 e após, promulgado em 23 de janeiro de 1985 através do Decreto nº 90.845 pelo então Presidente João Figueiredo tendo como objetivos, conforme o texto constante no Decreto:

As Partes Contratantes promoverão a cooperação científica e tecnológica com o objetivo de contribuir para a melhor avaliação dos recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam em decorrência do presente Acordo se ajustem à política e plano de desenvolvimento dos dois países, como apoio complementar de suas próprias iniciativas para atingir os objetivos de desenvolvimento científico e tecnológico.

Ainda, o Decreto define as seguintes ações como condutoras dos objetivos almejados:

- a) intercâmbio de informações e de documentação científica e tecnológica;
- b) intercâmbio de cientistas, pesquisadores, professores, peritos, técnicos e estagiários (doravante denominados "especialistas"), bem como de representantes de organizações industriais e comerciais interessadas nessa cooperação;
- c) organização de seminários, simpósios e conferências;
- d) investigação conjunta de problemas científicos e tecnológicos, com vistas à utilização prática dos resultados obtidos;
- e) intercâmbio de resultados de pesquisas e experiências, inclusive de licenças, entre institutos, universidades, companhias e outros organismos;
- f) intercâmbio de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos;
- g) outras formas de cooperação científica e tecnológica a serem abordadas pelas Partes Contratantes.³⁵

Prevendo que a cooperação se realizaria nas áreas científicas e tecnológicas através da concordância dos dois Governos através de ajustes complementares ao Acordo Básico, realizados sob via diplomática.

Ainda conforme o Acordo, ficam Brasil e Equador encarregados de elaborar Comissão Mista de Ciência e Tecnologia, coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores dos dois países a fim de se discutirem temas relacionados às diretrizes científicas e tecnológicas do

³⁵ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=129346>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016

Acordo, bem como examinar e fazer recomendações a ambos os Governos sobre as atividades pertinentes aos projetos de cooperação.

Apesar de o Acordo Básico de Cooperação entre Brasil e Equador ter sua promulgação no ano de 1985, período final da ditadura no Brasil, segundo a ABC, somente a partir de 2005 foram efetivamente iniciadas as tratativas entre os dois países com vistas a implementação de projetos de Cooperação. De acordo com a agência, após a assinatura do Acordo, foram realizadas quatro reuniões de trabalho na cidade de Quito, capital do Equador, em 2005, 2007, 2011 e 2012³⁶.

Em visita de Lula ao Equador em janeiro de 2003, início de seu mandato presidencial, para a posse do Presidente Lucio Gutiérrez, tem-se o início de um diálogo de cooperação entre os dois Governos que se intensifica logo após, em 27 de maio com visita do Presidente Gutierrez ao Brasil. Por ocasião desta visita, Lula publica declaração à imprensa ressaltando a necessidade de colocar em prática a cooperação com vistas à integração regional, reiterando o papel da América do Sul como prioridade política e diplomática para o Brasil³⁷. Neste mesmo documento, o Presidente cita a ampliação de iniciativas nas áreas do comércio, da cultura e de investimentos nas áreas de educação, ciência e tecnologia como principais norteadores no relacionamento entre os dois países, ressaltando a importância do papel da futura hidrelétrica de São Francisco no desenvolvimento do Equador, dando ênfase também a execução de projetos ao longo do Eixo Multimodal do Amazonas, importante canal de transporte entre os dois países³⁸, visto que não há zona fronteiriça entre ambos.

Conforme a ABC:

Durante a visita do Presidente Lula ao Equador, em janeiro de 2003, os chefes de Estado enfatizaram a importância conferida às questões da área social e afirmaram o interesse mútuo de impulsionar a cooperação técnica no tema de gestão de políticas sociais, dando início à discussão entre as autoridades de ambos os países, visando

³⁶ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Equador>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

³⁷ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente do Equador, Lucio Gutiérrez Disponível em: <<file:///C:/Users/ariel/Downloads/27-05-2003%20Declaracao%20a%20imprensa%20do%20Presidente%20da%20Republica-%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-%20durante%20visita%20de%20trabalho%20ao%20Brasil%20.pdf>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

³⁸ Do ponto de vista econômico, destaca-se o projeto de integração multimodal Eixo Manta-Manaus, ainda em estudo, entre o porto de Manta, no Pacífico, e o porto de Providencia, no rio Napo, de onde seria possível navegar até Tabatinga e Manaus (AM), após cruzar território peruano. O Eixo, se implementado, possibilitará o incremento das trocas comerciais e poderá contribuir para o dinamismo das economias do Norte e do Centro-Oeste do Brasil, em especial na Zona Franca de Manaus. Poderá servir, também, de alternativa ao transporte de mercadorias pelo Canal do Panamá, o que tornaria as exportações brasileiras para a Ásia mais competitivas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6419&Itemid=478&cod_pais=ECU&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

promover ações conjuntas por meio do intercâmbio de experiências e do repasse ao Governo equatoriano de conhecimentos e metodologias das experiências brasileiras de sucesso. (ABC)

Tem-se então, já em 2005, o início das ações de Cooperação entre os dois países com as seguintes missões:

- BRA/04/044 -A012 - Missão de Identificação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica na Área Agrícola no Equador. Início em 05/11/2005 e término em 12/11/2005.
- BRA/04/044 -A014 - Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Meio Ambiente e Agricultura entre o Brasil e o Equador. Início em 18/11/2005 e término em 10/12/2005
- BRA/04/044 -A015 - Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Microfinanças e Reestruturação de Bancos Públicos entre Brasil e o Equador. Início em 18/11/2005 e término em 10/12/2005.³⁹

Entretanto, é em 2007, mesmo ano da ascensão de Correa à presidência do Equador que se observa a consolidação dos processos de cooperação entre os dois países e o incremento de mais missões de reconhecimento de necessidades públicas para a implantação destas, sendo em 2011 o ano em que mais houve a implantação de projetos.

Desde o início das reuniões e através das missões realizadas, foram desenvolvidas atividades principalmente nas áreas de agricultura, questão hidrográfica e desenvolvimento social, com ênfase no trabalho infantil, tendo o Brasil como parceiros na implementação dos projetos a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o Ministério das Comunicações, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Instituto Florestal do Estado de São Paulo (IFSP)⁴⁰.

Nota-se uma mudança de rumo na integração entre os dois países em relação ao Acordo Básico de Cooperação. Neste primeiro, conforme se depreende do seu Decreto promulgador, a

³⁹ Relatório dos Projetos e Atividades Isoladas Em Execução em América do Norte, Central, Sul e o Caribe. Fornecido ao autor em 27 de outubro de 2015 pelo Ministério das Relações Exteriores através de solicitação realizada através do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC. Este relatório foi solicitado no segundo semestre do ano de 2015 durante a disciplina de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, sendo respondida 30 dias depois pelo referido Ministério.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Equador>>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

cooperação se restringe ao domínio das ações no campo da ciência e tecnologia entre os dois países. A partir do efetivo início dos processos de integração, com a ascensão de Lula à presidência, volta-se a Cooperação para aspectos políticos econômicos e culturais entre os dois países.

Após a realização das primeiras missões em 2005 com vistas à análise das Políticas Públicas que seriam objeto de realização dos projetos de cooperação entre os dois países, houve a implementação, dentro do período entre 2003 e 2014 de 54 projetos, os quais constam em sua totalidade conforme demonstrado em quadro a seguir:

Quadro 2 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador

Nome do Projeto (política pública envolvida)	Ano de Início	Ano de conclusão (previsão de conclusão)	Situação
BRA/98/004 -A019 - Sistema de Cadastro Único de Programas Sociais	2003	2003	Concluído
BRA/04/044 -A014 - Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Meio Ambiente e Agricultura entre o Brasil e o Equador	2005	2005	Concluído
BRA/04/044 -A015 - Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Microfinanças e Reestruturação de Bancos Públicos entre Brasil e o Equador	2005	2005	Concluído
BRA/04/044 -A1011 - Missão da ABC ao Segundo Curso sobre Hidrologia Florestal em Cunha, SP	2005	2005	Concluído
BRA/04/043 -A005 - Reunião Preparatória à Visita ao Brasil do Ministro da Saúde Pública do Equador	2005	2005	Concluído
BRA/04/044 -S026 - Projeto Consolidação e Reprodução de Ações de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Equatoriana na Luta contra a Pobreza Rural	2006	2008	Concluído
BRA/04/044 -S028 - Capacitação Técnica em Manejo da Produção e Processamento Agroindustrial de Frutas Tropicais no Litoral Equatoriano	2006	2009	Concluído
BRA/04/044 -A109 - Missão para Detalhamento de Novos Projetos de Cooperação Técnica entre Brasil e Equador	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A175 - Visita Técnica à Escola Nacional de Administração Pública - Conhecimento da Experiência Brasileira em Escolas de Administração Pública	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -S087 - Fortalecimento dos Sistemas de Inspeção do Trabalho , com Ênfase no Combate e Erradicação do Trabalho Infantil	2007	2008	Concluído
BRA/04/044 -S071 - Implementação do Banco de Leite Humano Isidro Ayora	2007	2010	Concluído
BRA/04/044 -S093 - Políticas Públicas de Desenvolvimento Social, Combate à Fome e de Segurança Alimentar e Nutricional no Equador	2007	2013	Concluído
BRA/04/044 -S092 - Fortalecimento Institucional da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde do Equador	2007	2009	Concluído
BRA/04/044 -S086 - Fortalecimento dos Modelos Nacionais de Promoção e Proteção à Saúde dos Povos Indígenas do Brasil e do Equador	2007	2010	Concluído
BRA/04/044 -A202 - Apoio ao fortalecimento do processo de planejamento, formulação, aprovação e avaliação das prioridades do Governo equatoriano: fortalecimento do sistema de compras públicas e planejamento orçamentário - atividade preliminar	2008	2008	Concluído
BRA/04/043 -A104 - Participação de Técnicos Equatorianos no Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico - CONSEGI	2008	2008	Concluído
BRA/04/044 -S027 - Capacitação Técnica em Manejo Agronômico e Processamento para a Cultura do Cacao no Equador	2008	2011	Concluído
BRA/04/044 -A277 - Encontro Regional Avanços da Cooperação Brasil - Equador - Biodiversidade	2009	2009	Concluído
BRA/04/044 -A393 - Treinamento de Militares (Curso de Dobragem, Manutenção de Páraquedas e Suprimentos pelo ar para Sargentos)	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A797 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Psicopedagogia Escolar para Oficiais	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A745 - Seminário de Capacitação em TV Digital	2011	2011	Concluído

BRA/04/044 -A694 - Missão multidisciplinar para elaboração de projetos de Cooperação Técnica	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A719 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsaO	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A729 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Operações na Selva, Categoria "C"	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A740 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Dobragem, Manutenção de Pára-quedas e Suprimentos pelo ar para Sargentos	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A747 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Comando e Estado Maior para Oficiais do Equador (ECEME)	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A748 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Avançado de Inteligência para Oficiais do Equador	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A776 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Precursor Paraquedista	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A806 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Coordenação Pedagógica	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A841 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A738 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Operações na Selva Categoria - "B"	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A559 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Auxiliar de Ensino	2011	2012	Concluído
BRA/04/043 -A490 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Mestrado em Engenharia Mecânica	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -S323 - Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis	2011	2014	Concluído
BRA/04/044 -S324 - Apoio técnico para o fortalecimento das funções regulatórias de pré e pós-comercialização de medicamentos no Equador	2011	2014	Concluído
BRA/04/044 -S322 - Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Equador	2011	2014	Concluído
BRA/04/044 -S321 - Capacitação Técnica em Produção Integrada, com ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andinas	2011	2014	Concluído
BRA/04/044 -S320 - Apoio à Criação de um Sistema de Informação Nacional de Recursos Hídricos Florestais	2011	2014	Concluído
BRA/04/044 -S318 - Fortalecimento do Sistema de Proteção de Direito das Crianças e Adolescentes Contribuindo para a Erradicação do Trabalho Infantil	2011	2014	Concluído
BRA/04/043 -S182 - Apoio Técnico à Implementação da TV Digital Terrestre no Equador	2011	2014	Concluído
BRA/04/044 -A982 - Missão Multidisciplinar para a IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil - Equador para avaliação e elaboração de projetos	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A978 - Missão do Instituto Florestal de São Paulo ao Equador para apoio à criação de um Sistema de Informação Nacional de Recursos Hídricos Florestais	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A1093 - Missão Multidisciplinar para a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Ecuador para Avaliação e Renegociação de Projetos	2013	2014	Concluído
BRA/04/044 -A1072 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais de Nações Amigas (ECEME)	2013	2013	Concluído
BRA/04/044 -S451 - Apoio a Restauração Florestal e Monitoramento Hidrológico de Microbacias Hidrográficas sob Influências Direta de Grandes Reservatórios no Equador	2013	2014	Concluído
BRA/04/044 -A1137 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais de Nações Amigas (ECEME)	2014	2014	Concluído
BRA/13/008 -A043 - Apoio a Inclusão Digital no Equador (Telecentro Comunitário)	2014	2015	Concluído
BRA/13/008 -S207 - Fortalecimento do Sistema de Proteção de Direito das Crianças e Adolescentes Contribuindo para a Erradicação do Trabalho Infantil	2014	2015	Concluído
BRA/13/008 -S134 - Apoio Técnico para o Fortalecimento das Funções Regulatórias de Pré e Pós-Comercialização de Medicamentos no Equador	2014	2016	Em execução
BRA/13/008 -S130 - Apoio a Restauração Florestal e Monitoramento Hidrológico de Microbacias Hidrográficas sob Influências Direta de Grandes Reservatórios no Equador	2014	2016	Em execução
BRA/13/008 -S129 - Capacitação Técnica em Produção Integrada, com ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andinas	2014	2016	Em execução

BRA/13/008 -S128 - Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano do Equador	2014	2016	Em execução
BRA/13/008 -S125 - Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis	2014	2016	Em execução
BRA/13/008 -S068 - Apoio Técnico à Implementação da TV Digital Terrestre no Equador	2014	2016	Em execução

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 3 de novembro de 2015

Nota-se no rol de projetos um grande número destes tendo o Equador como receptor de tecnologia ou conhecimento técnico do Brasil em questões públicas de seu interesse, como é o caso das capacitações técnicas nas questões agropecuárias ou como o apoio para a criação da rede de Leite Humano ou a restauração ambiental de reservatórios do Equador. Um exemplo que expressa esta característica é o Projeto de Cooperação Políticas Públicas de Desenvolvimento Social, Combate à Fome e Segurança Alimentar e Nutricional no Equador⁴¹, o qual em seu ajuste complementar prevê a capacitação de técnicos equatorianos em Políticas Brasileiras de Desenvolvimento Social durante o período de 12 meses, com o objetivo de repassar ao Equador os conhecimentos brasileiros nesta área de Políticas Públicas.

Outro projeto que se encaixa neste perfil é a resolução de questões sociais do país como a ênfase dada no problema do trabalho infantil. Aliás, o apoio técnico à erradicação do Trabalho Infantil no Equador, juntamente com as questões relacionadas à agricultura e a alimentação foram os projetos com maior destaque dado pela ABC dentro do rol de projetos de cooperação entre os dois países.

Nesta esteira, o Equador é hoje um dos países que mais enviaram missões ao Brasil no período de 2003 a 2014, com vistas a promover a cooperação, tendo como foco principal a área social com ênfase nos projetos de combate à fome, à miséria e à desnutrição e o trabalho infantil⁴².

Em maio de 2015, reunião do grupo de trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Ecuador coordenados pela ABC, apresentou os resultados dos projetos 2012-2014, os quais, segundo nota da própria ABC⁴³, se traduzem em avanços importantes nas Políticas Públicas desenvolvidas e fomentadas através dos projetos de cooperação, se mostrando a complementaridade e o apoio entre as diversas instituições durante a execução dos projetos, um instrumento bastante positivo.

⁴¹ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_59/> Acesso em 8 de março de 2016.

⁴² Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6419&Itemid=478&cod_pais=ECU&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

⁴³ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostranoticia/614>>. Acesso em 8 de março de 2016.

3.2 BOLÍVIA

A Bolívia, junto com o Paraguai, são os únicos dois países da América do Sul que não possuem litoral, ou seja, uma saída para o mar. Faz parte da chamada América Andina, grupo de países cujo território atravessa a Cordilheira dos Andes, juntamente com Venezuela, Equador, Colômbia, Peru e Chile.

Localizado no centro do continente, possui fronteira ao sul com a Argentina, ao oeste com o Peru, ao sudeste com o Paraguai, ao sudoeste com o Chile e ao norte e leste com o Brasil, aliás, é o país com que o Brasil compartilha a maior fronteira, com uma extensão de 3.423 km (BRASILa, 2016). Possui um território de aproximadamente 1,1 milhão de quilômetros quadrados⁴⁴ com uma população de 11 milhões de habitantes⁴⁵ dividido administrativamente em 9 departamentos⁴⁶ tendo como capital a cidade de Sucre. Assim como o Equador, entre outros países da América do Sul, a Bolívia possui uma representatividade indígena muito forte, sendo aproximadamente 62% da população formada por indígenas e 35% de mestiços, totalizando mais de 90% da população total⁴⁷ com a Constituição reconhecendo 36 populações indígenas (BOLIVIAa, 2009). Esta representatividade fica bastante clara quando da leitura da nova Constituição Boliviana a qual reconhece além do espanhol, diversos idiomas indígenas originários como idiomas oficiais do país, sendo inclusive obrigatório aos órgãos governamentais a utilização de no mínimo dois idiomas em suas comunicações oficiais⁴⁸. Da mesma forma que o Equador, sua Constituição é bastante recente, sendo promulgada em 7 de fevereiro de 2009 após sua aprovação em referendo nacional realizado em 25 de janeiro do

⁴⁴ “La extensión territorial es de 1,098,581 kilómetros cuadrados”. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/html/visualizadorHtml.aspx?ah=Aspectos_Geograficos.htm>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁴⁵ Disponível em: <<http://countrymeters.info/pt/Bolivia>>. Acesso em 14 de março de 2016.

⁴⁶ A Bolívia é um Estado unitário, diferentemente do Brasil que é um Estado Federado, portanto seus departamentos são puramente administrativos e não entes políticos, não sendo comparados aos Estados que possuímos no Brasil. Fonte: próprio autor.

⁴⁷ Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/0,,contentMDK:20505826~menuPK:508626~pagePK:146736~piPK:226340~theSitePK:489669,00.html>>. Acesso em 14 de março de 2016.

⁴⁸ “Artículo 5. I. Son idiomas oficiales del Estado el castellano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, que son el aymara, araña, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasu’we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco. II. El Gobierno plurinacional y los gobiernos departamentales deben utilizar al menos dos idiomas oficiales. Uno de ellos debe ser el castellano, y el otro se decidirá tomando en cuenta el uso, la conveniencia, las circunstancias, las necesidades y preferencias de la población en su totalidad o del territorio en cuestión. Los demás gobiernos autónomos deben utilizar los idiomas propios de su territorio, y uno de ellos debe ser el castellano.” (BOLIVIAa, 2009, p. 11-12)

mesmo ano⁴⁹. No entanto, no último censo realizado no país em 2012 (BOLIVIAAb, 2016), apenas 41% da população se autodeclarou indígena, causando uma grande surpresa entre os governantes bolivianos⁵⁰.

A Economia Boliviana baseia-se nas suas indústrias de Gás Natural e Petróleo, mineração e agricultura, sendo a exportação de Gás e de Zinco historicamente um dos principais motores do país, com forte presença de Brasil, Argentina e Estados Unidos como principais parceiros importadores⁵¹, fazendo da Bolívia um país altamente dependente do capital estrangeiro. Em 2014 registra um PIB e um PIB per capita de respectivamente 32,996 bilhões de dólares e 3.121 dólares⁵², ficando na 96ª posição no ranking econômico mundial e em último na América do Sul⁵³. Entretanto, nos últimos anos tem apresentado crescimento econômico invejável, com uma média de 5,6 de crescimento do PIB entre os anos de 2011 e 2015, alcançando em 2013 a incrível marca de 6,8, uma das maiores taxas mundiais de crescimento, ficando atrás apenas do Peru na região durante o período (BOLIVIAAb, 2016). Entretanto, continua sendo o país com a maior taxa de analfabetismo e apresentando a menor taxa de IDH da região (VIZENTINI, 2004, p. 345)

Outra característica em que o país se destaca nos últimos anos é no campo das políticas sócio afirmativas de distribuição de renda, como por exemplo uma versão local do Bolsa Família registrando uma queda de 38% para 24% do percentual de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza no país desde 2006⁵⁴.

3.2.1 Breve Descrição sobre a História do Estado Boliviano

A história Boliviana pré-colonização é uma das mais ricas da América do Sul, concentrando no território hoje compreendido pelo país diversas civilizações históricas, sendo as principais o Império Colla, cujo dialeto é o aimará, e o lendário Império Inca, da língua quíchua (WASSERMAN, 2004) que mais tarde viria a dominar todas as civilizações da região.

⁴⁹ Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Bolivia/bolivia09.html>>. Acesso em 14 de março de 2016.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.servindi.org/actualidad/91607>>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁵¹ Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=50101>>. Acesso em 14 de março de 2016.

⁵² Disponível em:

<http://interwp.cepal.org/cepalstat/WEB_cepstat/Perfil_nacional_economico.asp?Pais=BOL&idioma=e>.

Acesso em 14 de março de 2016.

⁵³ Disponível em: <<http://statisticstimes.com/economy/south-american-countries-by-gdp-per-capita.php>>. Acesso em 14 de março de 2016.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/economia-o-notavel-exemplo-da-bolivia-6693.html>>. Acesso em 14 de março de 2016.

Com abundantes recursos naturais com destaque para a prata na região de Potosí, sofreu de forma veemente os efeitos da exploração dos colonizadores espanhóis, desfigurando tanto o seu território como sua população deixando marcas que perduram até hoje na região boliviana.

O Estado da Bolívia surge após sua independência em 6 de agosto de 1825 constituído o país como uma república unitária, livre, independente e soberana⁵⁵. Inspirada pela Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa que também serviu para enfraquecer o domínio espanhol na região no período, o movimento de independência tem início em 1809 sob a liderança de Simón Bolívar e Antônio José de Sucre, sendo nomeada inicialmente o território de República Bolívar em homenagem ao primeiro que também foi o primeiro presidente do país, sendo substituído no ano posterior por Sucre (BOLIVIAb, 2016). Nos anos iniciais da república, no entanto, o país sofre grande instabilidade principalmente devido às tentativas de invasão do Peru que tentava anexar a Bolívia ao seu território, só adquirindo certa estabilidade com a chegada de Andrés de Santa Cruz ao poder em 1829. *“Bolívia vivió su época de mayor esplendor durante la presidencia del Mariscal Andrés de Santa Cruz. Este periodo se caracterizó por un gran desarrollo económico y avance político y social, el mayor de la historia boliviana”*⁵⁶.

Com Santa Cruz no poder, há a efetiva consolidação da república boliviana, trazendo grande desenvolvimento ao país com realizações importantes como a criação das primeiras universidades⁵⁷. No entanto, em guerra em que Santa Cruz liderou confederação formada entre Peru e Bolívia contra o Chile em 1839, este, após a derrota da confederação é destituído do poder entrando a Bolívia num período de diversas sucessões presidenciais através de, principalmente, golpes de Estado que perdurou até o século XXI. A tensão com o Peru também se manteve, eclodindo em 1841 a Guerra Peruano-Boliviana, a qual a Bolívia obteve grande êxito ao derrotar em batalha as tropas peruanas⁵⁸ e ocupar diversas regiões do Peru no ano de 1841⁵⁹. Entretanto, José Ballivián Segurola, presidente boliviana à época, enfraquecido por diversas outras batalhas não consegue garantir a vitória boliviana, pondo um fim definitivo à

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.eldiario.net/bolivia/>>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.eabolivia.com/bolivia/54-historia-de-bolivia.html>>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁵⁷ *“En la educación superior creó la primera universidad en tiempo de la República, la Universidad Mayor de San Andrés de La Paz (1831) y luego la Universidad Mayor de San Simón de Cochabamba (1832).”* (BOLIVIAb, 2016)

⁵⁸ *“en noviembre de 1841 en los campos de Ingavi, Ballivián derrotó a Gamarra que murió en combate. Fue el último intento peruano por lograr la anexión, este triunfo militar significó la consolidación definitiva de la independencia boliviana.”* (BOLIVIAb, 2016)

⁵⁹ *“Las tropas del General José Ballivián ocupan los departamentos peruanos de Puno, Moquegua, Tacna y Tarapacá y la zona sur del Perú queda al mando del coronel boliviano Rodríguez Magariños.”* Disponível em: <<http://www.eabolivia.com/bolivia/54-historia-de-bolivia.html>>. Acesso em 15 de março de 2016.

disputa territorial com a assinatura pelos dois países do Tratado de Puno, em 7 de junho de 1842⁶⁰.

Em 1879, nova guerra contra o Chile é travada, num dos momentos mais dramáticos da história boliviana. A “Guerra do Pacífico” (1879-1884) eclode com a invasão pelo Chile do porto boliviano de Antofagasta e termina com a perda de saída para o mar do Estado boliviano, gerando diversos prejuízos comerciais para o país e uma sensação de ressentimento que perdura até os dias atuais (WASSERMAN, 2004).

Novas perdas territoriais aconteceriam em 1903, com a disputa de região fronteiriça entre a Bolívia e o Brasil rica em borracha, material que ganha alta importância comercial após a revolução industrial, culminando com a assinatura em 17 de novembro de 1903 do Tratado de Petrópolis, tratado este em que a Bolívia termina por ceder a região que hoje compreende o Estado do Acre ao Brasil em troca de dois milhões de libras esterlinas e uma linha férrea de acesso ao Oceano Atlântico para os produtos bolivianos⁶¹.

Em 1935 a Bolívia volta a perder território desta vez para o Paraguai, após a derrota do país na conhecida Guerra do Chaco (1932 – 1935), surgida após uma série de desentendimentos fronteiriços entre os dois países principalmente após a especulação de que haveria petróleo na região em disputa conhecida como Chaco⁶². Durante a guerra, o Paraguai, tomando proveito da grave crise que se passava na Bolívia, resultado da instabilidade econômica consolidada através dos diversos conflitos que houveram no país e as diversas sucessões presidenciais, derrotou facilmente o exército boliviano, formado principalmente por índios e população de baixa renda, terminando a Bolívia com aproximadamente 60 mil soldados mortos no embate (BANDEIRA, 1998).

Não é preciso ressaltar os grandes prejuízos que todos estes acontecimentos trouxeram para o Estado Boliviano, tanto econômicos como sociais, o que culminariam na Revolução de 1952. Aliás, “existe um consenso na historiografia boliviana de que toda sua história contemporânea está marcada pela Revolução de 1952” (WASSERMAN, 2004, p. 319). A extrema pobreza e a sensação de fracasso do povo boliviano frente às derrotas sucessivas nos conflitos internacionais fez emergir o partido Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que vence as eleições realizadas em 1951, porém através de novo golpe militar, não consegue

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.diarioinca.com/2008/11/guerra-entre-peru-y-bolivia.html>>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/html/visualizadorHtml.aspx?ah=historia2.htm>>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁶² Disponível em: <<http://pnld.moderna.com.br/2012/12/14/guerra-do-chaco-bolivia-e-paraguai-em-guerra/>>. Acesso em 15 de março de 2016.

tomar posse. Tal fato acaba gerando uma revolta geral das classes operárias e camponesas que, juntamente com jovens intelectuais do país, fortalecidos após a derrota na Guerra do Chaco, através de um contragolpe conseguem colocar a frente da presidência o MNR em episódio que ficou conhecido como a Revolução de 1952.

O governo do MNR dura 12 anos e nesse período observa-se a implantação de uma série de medidas pautadas nos ideais fomentados pelos movimentos sociais operários e camponeses tais como a implantação do voto universal, a nacionalização das indústrias bolivianas, particularmente as baseadas na exploração e exportação de minérios, e a reforma agrária e educacional⁶³. A Revolução trouxe um custo muito alto para o país e cabe ressaltar, num período de Guerra Fria pós Segunda-Guerra Mundial, um decisivo apoio financeiro Norte-Americano à Bolívia, tornando o país economicamente dependente dos Estados Unidos aumentando de forma exponencial sua dívida externa e conseqüentemente sua inflação gerando conflitos dentro do MNR os quais foram fortemente represados pelo governo, rachando totalmente o partido.

Com os Estados Unidos financiando os exércitos latino americanos em prol de um movimento anticomunista na região como resposta à Revolução Cubana de 1959 e mais tarde influenciando os mesmos à tomada do poder, aproveitando-se da crise interna ao MNR, ocorre o Golpe de 1964 implantando a Ditadura Militar na Bolívia⁶⁴. A Ditadura militar na Bolívia acontece durante período quase idêntico ao Brasil, de 1964 a 1982 e também similar a este, é um período em que se observa um crescimento econômico sem precedentes no país baseado no endividamento externo e uma política de dependência econômica para os Estados Unidos através da exportação de matérias primas, em especial o estanho, que encontra-se em alta no seu preço no mercado internacional durante o período, o que traz diversas conseqüências negativas posteriormente como a alta da inflação e o desemprego no país. Há também neste período a alteração do marco regulatório dos hidrocarbonetos, abrindo à entrada de capital estrangeiro na indústria petrolífera boliviana. Da implantação do governo militar sob o Comando de René Barrientos, se observa uma forte repressão ao movimento operário, com a proibição de greves e *“enfrentamiento implacable con obreros y mineros que pasó por la rebaja y congelación salarial de 1965 y creación del llamado pacto militar-campesino heredando el fuerte arraigo del MNR en el campo”* (BOLIVIAb, 2016).

⁶³ Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/html/visualizadorHtml.aspx?ah=historia2.htm>>. Acesso em 15 de março de 2016.

⁶⁴ *“En 1964 un golpe de estado militar derrocó a Víctor Paz Estenssoro iniciando una larga serie de nuevos golpes y gobiernos militares hasta 1982”*. Disponível em: <<http://www.eabolivia.com/bolivia/54-historia-de-bolivia.html>>. Acesso em 15 de março de 2016.

Também similar à ditadura militar brasileira, a redemocratização boliviana ocorre de forma gradativa através de influências internas e externas, fomentadas por grave crise econômica que começa a assolar o país em 1978, agravada pela crise mundial do petróleo em 1979⁶⁵. Assim como no Brasil, o primeiro presidente eleito pós ditadura é de representação militar, e os governos que se seguiram tentam contornar a crise através do liberalismo econômico, privatizando indústrias importantes bolivianas como a mineradora e a petrolífera, além do fechamento de diversas empresas públicas, colocando em prática as primeiras experiências neoliberais na América Latina, mesmo antes do Consenso de Washington, em 1989.

Assim como nos demais países da América do Sul, a política neoliberal na Bolívia não se mostra efetiva para contornar a crise econômica herdada do período militar, pelo contrário, acaba por aumentar de forma crítica a dívida externa do país, refletindo em alta taxa de desemprego, aumento das desigualdades sociais e uma inflação que chega a atingir mais de 2 mil% ao ano entre 1980 e 1985, sendo a maior disparada do continente no período⁶⁶. Tal situação faz emergir uma mobilização social nunca antes presenciada pelo país, liderada pelos movimentos camponeses, em especial pelos produtores de coca, de grande força reivindicativa, e respaldada pelo aumento crescente da disparidade econômica incrementada durante o período neoliberal, que tem seu auge no ano de 2000 em episódio que ficou conhecido como a Guerra da Água⁶⁷, onde numa tentativa do governo de privatizar o sistema de água potável e esgoto de Cochabamba, provoca uma mobilização popular que se espalha pelo país e consegue expulsar a empresa transacional responsável pela exploração da água, em evento de grandeza comparada por alguns historiadores com a Revolução de 1952. Em 2003 evento semelhante ocorre com mobilização contra a exportação de Gás Natural⁶⁸ e, finalmente, em 2005 ocorre a eleição do

⁶⁵ A paralisação da produção petrolífera do Irã, consequência da Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, provoca a segunda crise do petróleo. O preço médio do barril explode, chegando a US\$ 40. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 17 de março de 2016.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/35-2.PDF>>. Acesso em 17 de março de 2016.

⁶⁷ “massiva mobilização popular que expulsou a transnacional que geria o sistema de água potável e esgoto de Cochabamba, região central da Bolívia, em 2000”. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/03/01/cochabamba-guerra-da-agua-completa-10-anos/>>. Acesso em 17 de março de 2016.

⁶⁸ “guerra del gas” originada en la demanda de los diferentes sectores sociales para que no se suscriba el contrato de exportación de gas natural a Estados Unidos vía un puerto chileno, pedido que aglutinó a diferentes organizaciones sindicales y se tradujo en un bloqueo nacional de caminos iniciado por la principal fuerza sindical campesina del país, medida que después de casi quince días mostró su mayor fuerza en la zona del altiplano boliviano. (BOLIVIA, 2016)

candidato socialista Juan Evo Morales Aima à presidência do Estado Boliviano com 54% dos votos⁶⁹, se tornando o primeiro presidente indígena da história do país.

A eleição de Evo Morales acompanha uma onda de ascensões de governos progressistas na América Latina iniciada com Chavez na Venezuela, já mencionada como a chamada por Souza (2012) como a 4ª onda de integração do subcontinente. Evo assume a presidência tendo como bandeiras a reforma agrária, o apoio aos produtores de coca e a estatização das indústrias bolivianas, fato ocorrido já em 2006 com a renegociação dos contratos de exploração dos hidrocarbonetos e do gás, fazendo com que a economia boliviana se estabilizasse chegando a ocupar o posto de país de maior crescimento econômico na América Latina entre 2011 e 2015.

Em 2009, durante o governo de Evo, se promulga nova constituição de forma histórica, sendo a primeira a contar com participação popular, através de referendo realizado em 25 de janeiro do mesmo ano que aprova a Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia (BOLIVIAa, 2009). A nova constituição se mostra um avanço à medida que, dentre diversos avanços sociais como por exemplo mudanças na questão da divisão de terras, reconhece e incorpora os direitos indígenas no país, tornando estes, personagens principais na sociedade boliviana⁷⁰. No mesmo ano Evo é reeleito, se tornando o presidente de maior permanência no poder da história boliviana. Desde a independência do país até a primeira eleição de Evo, a Bolívia teve 64 presidentes, sendo o país da América do Sul de maior número de sucessões presidenciais, alcançando-o a país de maior instabilidade política da região⁷¹.

3.2.2 Relações Internacionais da Bolívia

Referente a Política Externa Boliviana, já nos primeiros capítulos da sua Constituição de 2009 percebe-se a intergovernabilidade como preponderante nos tratados internacionais, sendo necessária a ratificação interna para que tais acordos passem a fazer parte do ordenamento jurídico do país.

⁶⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91825.shtml>>. Acesso em 17 de março de 2016.

⁷⁰ Mais de 80 dos 411 artigos da nova Constituição proposta pelo governo tratam da questão indígena no país. Pelo texto, os 36 “povos originários” (aqueles que viviam na Bolívia antes da chegada dos europeus), passam a ter participação ampla efetiva em todos os níveis do poder estatal e na economia. O documento prevê que a Bolívia passe a ter uma cota para parlamentares oriundos de povos indígenas, que também passarão a ter propriedade exclusiva sobre os recursos florestais e direitos sobre a terra e os recursos hídricos de suas comunidades. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090123_bolivia_entenda_cq.shtml>. Acesso em 17 de março de 2016.

⁷¹ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/01/19/ult1766u14213.jhtm>>. Acesso em 17 de março de 2016.

Título III Derechos fundamentales y garantías Capítulo primero: disposiciones generales [...]

[...] III. La clasificación de los derechos establecida en esta Constitución no determina jerarquía alguna ni superioridad de unos derechos sobre otros. Los tratados y convenios internacionales ratificados por la Asamblea Legislativa Plurinacional, que reconocen los derechos humanos y que prohíben su limitación en los Estados de Excepción prevalecen en el orden interno. Los derechos y deberes consagrados en esta Constitución se interpretarán de conformidad con los Tratados internacionales de derechos humanos ratificados por Bolivia. (BOLIVIAa, 2009, ps. 14-15)

Assim como o Brasil e o Equador, há uma exceção para os tratados que versam sobre direitos humanos. Os demais são incorporados ao ordenamento jurídico do país sem hierarquia e nem superioridade entre eles.

Quanto a responsabilidade pela ratificação de tais tratados, o texto constitucional dispõe que:

Artículo 158. I. Son atribuciones de la Asamblea Legislativa Plurinacional, además de las que determina esta Constitución y la ley: [...]

[...] 14. Ratificar los tratados internacionales celebrados por el Ejecutivo, en las formas establecidas por esta Constitución. (BOLIVIAa, 2009, ps. 58-59)

A competência para a ratificação cabe a Assembleia Legislativa Plurinacional, cabendo ao chefe do poder executivo a direção da política exterior através da celebração e subscrição dos tratados internacionais.

Igualmente ao Equador, a Bolívia também possui em sua Constituição capítulo específico que trata sobre a diplomacia boliviana. Iniciando no seu artigo 255, este capítulo trata das relações fronteiriças, de integração e de reivindicação internacional do país, versando sobre os princípios que norteiam estas relações e as formas com que estas se realizam, onde percebe-se novamente a retomada da necessidade de ratificação para a vigência interna dos Tratados Internacionais, conforme:

Título VIII Relaciones Internacionales, Fronteras, Integración y Reivindicación Marítima Capítulo primero: relaciones internacionales Artículo 255. I. Las relaciones internacionales y la negociación, suscripción y ratificación de los tratados internacionales responden a los fines del Estado en función de la soberanía y de los intereses del pueblo. II. La negociación, suscripción y ratificación de tratados internacionales se regirá por los principios de: 1. Independencia e igualdad entre los estados, no intervención en asuntos internos y solución pacífica de los conflictos. 2. Rechazo y condena a toda forma de dictadura, colonialismo, neocolonialismo e imperialismo. 3. Defensa y promoción de los derechos humanos, económicos, sociales, culturales y ambientales, con repudio a toda forma de racismo y discriminación. 4. Respeto a los derechos de los pueblos indígenas originarios campesinos. 5. Cooperación y solidaridad entre los estados y los pueblos. 6.

Preservación del patrimonio, capacidad de gestión y regulación del Estado. 7. Armonía con la naturaleza, defensa de la biodiversidad, y prohibición de formas de apropiación privada para el uso y explotación exclusiva de plantas, animales, microorganismos y cualquier materia viva. 8. Seguridad y soberanía alimentaria para toda la población; prohibición de importación, producción y comercialización de organismos genéticamente modificados y elementos tóxicos que dañen la salud y el medio ambiente. 9. Acceso de toda la población a los servicios básicos para su bienestar y desarrollo. 10. Preservación del derecho de la población al acceso a todos los medicamentos, principalmente los genéricos. 11. Protección y preferencias para la producción boliviana, y fomento a las exportaciones con valor agregado. (BOLIVIAa, 2009, ps. 92-93)

Uma inovação trazida pela Constituição boliviana no que se refere à ratificação de tratados internacionais é a necessidade de referendo popular para a ratificação de tratados que versem sobre determinadas questões, além de qualquer tratado desde que solicitado este referendo por iniciativa popular ou pela Assembleia Legislativa Plurinacional, conforme:

Artículo 257. I. Los tratados internacionales ratificados forman parte del ordenamiento jurídico interno con rango de ley. II. Requerirán de aprobación mediante referendo popular vinculante previo a la ratificación los tratados internacionales que impliquen: 1. Cuestiones limítrofes. 2. Integración monetaria. 3. Integración económica estructural. 4. Cesión de competencias institucionales a organismos internacionales o supranacionales, en el marco de procesos de integración. Artículo 258. Los procedimientos de celebración de tratados internacionales se regularán por la ley. Artículo 259. I. Cualquier tratado internacional requerirá de aprobación mediante referendo popular cuando así lo solicite el cinco por ciento de los ciudadanos registrados en el padrón electoral, o el treinta y cinco por ciento de los representantes de la Asamblea Legislativa Plurinacional. Estas iniciativas podrán utilizarse también para solicitar al Órgano Ejecutivo la suscripción de un tratado. II. El anuncio de convocatoria a referendo suspenderá, de acuerdo a los plazos establecidos por la ley, el proceso de ratificación del tratado internacional hasta la obtención del resultado. Artículo 260. I. La denuncia de los tratados internacionales seguirá los procedimientos establecidos en el propio tratado internacional, las normas generales del Derecho internacional, y los procedimientos establecidos en la Constitución y la ley para su ratificación. II. La denuncia de los tratados ratificados deberá ser aprobada por la Asamblea Legislativa Plurinacional antes de ser ejecutada por la Presidenta o Presidente del Estado. III. Los tratados aprobados por referendo deberán ser sometidos a un nuevo referendo antes de su denuncia por la Presidenta o Presidente del Estado. (BOLIVIAa, 2009, ps. 93-94)

Quanto ao que permeia constitucionalmente a integração boliviana na América do Sul, o texto constitucional é bem sucinto neste sentido:

Capítulo tercero: integración Artículo 265. I. El Estado promoverá, sobre los principios de una relación justa, equitativa y con reconocimiento de las asimetrías, las relaciones de integración social, política, cultural y económica con los demás estados, naciones y pueblos del mundo y, en particular, promoverá la integración latinoamericana. II. El Estado fortalecerá la integración de sus naciones y pueblos indígena originario campesinos con los pueblos indígenas del mundo. Artículo 266. Las representantes y los representantes de Bolivia ante organismos parlamentarios

supraestatales emergentes de los procesos de integración se elegirán mediante sufragio universal. (BOLIVIAa, 2009, p. 95)

A diplomacia boliviana tem como princípio a integração de forma justa e equitativa com todas as nações do globo, apenas fazendo breve menção de uma integração em particular com os Estados da América Latina, trazendo maior ênfase na integração dos povos e nações indígenas bolivianos, uma das maiores características da nova constituição, com os indígenas de todo o mundo. Além disso, outra característica é a previsão de eleições universais para representantes bolivianos perante organismos internacionais, fato não comum nos demais países sul-americanos.

3.2.3 Relações Internacionais Brasil e Bolívia

O relacionamento diplomático entre Brasil e Bolívia tem no fator fronteiriço e energético, principalmente na questão do gás natural, seu principal elemento, explicitando uma interdependência energética entre eles. Entretanto, diversos outros acontecimentos marcaram a relação entre os dois países, produzindo marcas históricas em ambos.

A primeira relação bilateral entre os dois países ocorre em 1867, com a assinatura do Tratado de La Paz de Ayacucho⁷², que estabelece a linha Madeira-Javari como fronteira comum entre os dois países. Somente em 1903 os dois países voltariam a ter uma aproximação mais efetiva em virtude da Guerra do Acre, conflito que se difere de todas as outras disputas internacionais bolivianas pela participação militar praticamente nula, sendo a guerra resolvida com a compra do território boliviano pelo governo brasileiro.

A Guerra do Acre tem origens com o aumento do preço mundial da borracha no final do século XIX. Sendo a região rica na matéria prima e não povoada, observa-se a partir de 1899 uma invasão de colonos brasileiros na região com vistas à exploração do produto, gerando um conflito entre brasileiros e bolivianos, que criam uma alfandega nos limites do território acreano, revoltando a população brasileira ali instalada. Aproveitando-se do enfraquecimento bélico boliviano durante o período (BOLIVIAb, 2016), o governo brasileiro não permitiu confrontos significativos da região, resolvendo o conflito através da compra do Estado do Acre por dois milhões de libras esterlinas e o compromisso com a Bolívia de construir a ferrovia

⁷² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>>. Acesso em 21 de março de 2016.

Madeira-Mamoré, através da assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903⁷³. Diferentemente de outras disputas territoriais da Bolívia como por exemplo com o Peru ou Chile, a partir da assinatura do Tratado de Petrópolis, a situação se normaliza entre os dois países, extinguindo a tensão gerada durante o período do conflito.

Em 1938, após o fim da Guerra do Chaco, a Bolívia volta a se aproximar do Brasil. Temendo por mais perdas territoriais, o país vislumbra na possibilidade da aliança com um país mais forte, no caso o Brasil, um fortalecimento de sua soberania na região, firmando com este um Tratado que, entre outras questões permitiria a exploração do petróleo boliviano pelo Brasil de forma indiscriminada, iniciando a efetiva relação bilateral de comércio entre os dois países (VILARINO, 2005). Mais tarde, nos anos 1950, influenciado pela Revolução de 1952, que trouxe à tona questões como a nacionalização das mineradoras bolivianas, este tratado seria revisto através de notas reversais em 1958, que ficariam conhecidas como Acordos de Roboré, onde a Petrobrás, então detentora do monopólio da produção petrolífera na Bolívia, diminui sua área de exploração (VILARINO, 2005).

Em 1973, durante o período subimperialista brasileiro (MARINI, 2012b), os dois países firmam o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica. No entanto, novo Acordo é firmado em 1996, extinguindo o realizado anteriormente durante o período ditatorial. Antes disso em 1992, acompanhando as políticas neoliberais vigentes em toda a América Latina, observa-se a privatização massiva das empresas estatais bolivianas, entregando a economia do país ao capital estrangeiro, permitindo a entrada de empresas transnacionais no país, como é o caso da Petrobrás, na exploração dos hidrocarbonetos bolivianos. Nesta escuridão, Brasil e Bolívia consolidam sua integração energética através da formalização de acordo para construção de gasoduto de 3 mil quilômetros ligando os dois países (BRASILb, 2016), tornando o Brasil um dos maiores consumidores de Gás Natural do país vizinho.

Em 2003, já com Lula à frente da presidência, o governo brasileiro põe em prática uma política de apoio à Bolívia perdendo a dívida externa com o país e firmando um compromisso de aumento do volume de gás adquirido junto a este⁷⁴, passando a se tornar a Bolívia o único país da América do Sul a possuir uma balança comercial superavitária com o Brasil, desde 2003 até hoje⁷⁵, fixando o Brasil como o principal parceiro comercial do país.

⁷³ Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2016.

⁷⁴ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/inter/reuters/2003/10/27/ult27u39037.jhtm>>. Acesso em 21 de março de 2016.

⁷⁵ O Saldo comercial Brasil x Bolívia em 2000 apontava um superávit brasileiro de 224.365.310 dólares, em 2003 este número passa a ser de -158.006.321 dólares, chegando ao máximo de -2.500.939.541 dólares em 2013.

Com a posse de Evo Morales em 2006, e com ele a implementação de políticas anti-neoliberais no país, expressas através da nacionalização de diversos setores da economia boliviana como a regulamentação das exportações dos hidrocarbonetos, é gerada uma relação controversa entre os dois países. Por um lado, com o alinhamento político dos dois governos, aprofunda-se a integração em questões como a cooperação técnica em áreas sociais, intercâmbio cultural e educativo e cooperação fronteiriça com especial destaque para o combate ao narcotráfico na fronteira e a questão migratória (HIRST, 2013). Por outro lado, “a política de nacionalização do governo boliviano ocasionou tensões com todas as empresas estrangeiras envolvidas na exploração e na comercialização dos hidrocarbonetos bolivianos, entre as quais se destacava a Petrobras” (HIRST, 2013, p. 24). Esta política do governo boliviano redefiniu os termos contratuais da exploração dos hidrocarbonetos, aumentando de imediato os preços de exportação para o Brasil, gerando uma situação conflituosa entre os dois países. No entanto, com a exploração do pré-sal, a Petrobras consegue administrar as perdas da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, conseguindo manter uma relação menor de dependência, embora ainda continue o Brasil como o maior importador do produto boliviano.

Um fator que contribuiu para o fortalecimento do relacionamento entre os dois países foi justamente a aproximação em outras áreas de integração, fruto do alinhamento dos governos Lula e Evo, em destaque obras de infraestrutura na região, destacando-se na Bolívia iniciativas de melhorias na rede viária, como por exemplo a construção da rodovia ligando *San Ignacio de Moxos* e *Villa Tunari*, através de financiamento brasileiro autorizado através de Protocolo assinado em 2009 (BRASILb, 2016), sendo este um dos principais eixos da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)⁷⁶.

Quanto a participação dos dois países em organismos internacionais na região, ambos compartilham relações multilaterais nos blocos regionais UNASUL, CELAC e a ALADI. Quanto ao MERCOSUL, a Bolívia participa do bloco como estado associado desde 1996, tendo sido efetivamente incorporado como membro em 17 de julho de 2015, após a ratificação do

Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em 21 de março de 2016.

⁷⁶ *La Primera Reunión de Presidentes Suramericanos, que se llevó a cabo en Brasilia (Brasil) en el año 2000, fue el hito destacado que lanzó un proceso de integración y cooperación de múltiples ejes que integra a los doce países independientes de América del Sur: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Perú, Suriname, Uruguay y Venezuela.*

Un resultado concreto desde esta reunión, fue la creación de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA), con el propósito de “impulsar la integración y modernización de la infraestructura física bajo una concepción regional del espacio suramericano” (Comunicado de Brasília, 2000). Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=121>>. Acesso em 23 de março de 2016.

Protocolo de Adesão assinado pelo país em 2012 por todos os seus países membros (MERCOSUL, 2016), que agora passa a contar com 6 países integrantes.

3.2.4 Acordos Bilaterais de Cooperação Sul-Sul Brasil x Bolívia

Durante a ditadura militar, mais precisamente durante o governo de Ernesto Geisel no Brasil, Brasil e Bolívia firmam o primeiro Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em 10 de julho de 1973, sendo promulgado em 1º de outubro de 1974 através do Decreto nº 74.628⁷⁷. Já durante o período neoliberal nos dois países, entretanto, firma-se novo Acordo de Cooperação em substituição ao anterior, ao qual permanece em vigor até hoje e regula os projetos de Cooperação Sul-Sul bilaterais entre os dois países, o Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em 17 de dezembro de 1996, aprovado pelo Congresso Brasileiro em 9 de janeiro de 1998 através de Decreto Legislativo e promulgado em 28 de outubro de 2002 através do Decreto nº 4.445⁷⁸ pelo Ministro de Estado Luiz Felipe Lampreia, sendo um dos últimos realizados pelo Brasil na América do Sul. Excetuada a validade do Acordo, que passa a ser de 5 anos prorrogáveis automaticamente ao invés de 2 anos, não há nenhuma mudança significativa no acordo, sendo os objetivos e os princípios do mesmo permanecendo inalterados.

O Acordo reconhece vantagens na cooperação internacional dentro do campo da ciência e tecnologia, comprometendo-se os dois a elaboração e execução de programas e projetos de cooperação técnica, científica e tecnológica através de:

- a) elaboração e execução conjuntas de programas e projetos de cooperação técnica e de pesquisa científica e tecnológica;
 - b) organização de seminários e conferências;
 - c) realização de estágios para treinamento de pessoal;
 - d) troca de informações e documentação;
 - e) prestação de serviços de consultoria; ou
 - f) qualquer outra modalidade convencionada pelas Partes Contratantes.
2. Na execução das diversas formas de cooperação técnica, científica e tecnológica, poderão ser utilizados os seguintes meios:
- a) envio de técnicos e pesquisadores, individualmente ou em grupos;
 - b) concessão de bolsas de estudo para o aperfeiçoamento profissional;
 - c) envio de equipamento indispensável à realização de projetos específicos.

⁷⁷ Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=122411>>. Acesso em 18 de março de 2016.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4445.htm>. Acesso em 18 de março de 2016.

Sendo estes projetos implementados através de ajustes complementares que regularão, sempre em comum acordo:

- a) o conteúdo e alcance dos projetos de pesquisa e as instituições a serem responsáveis por sua implementação;
- b) a exploração dos resultados produzidos pelas atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento;
- c) o financiamento da cooperação;
- d) obediência aos regulamentos vigentes no local de trabalho pelos cientistas e pesquisadores que participem de programas de intercâmbio.

Assim como no Acordo entre Brasil e Equador, ficam encarregados o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, pelo lado brasileiro, e o Ministério das Relações Exteriores e Culto e a Subsecretaria de Investimento Público e Financiamento Externo da Bolívia, pelo lado boliviano, da criação de Grupo Permanente de Coordenação, com a finalidade de definir os campos de cooperação e os programas exigidos para a implementação dos projetos.

Importante destacar também no Acordo o que é previsto nos seus artigos IV e VI. No primeiro trata-se de matéria referente à utilização dos equipamentos necessários a implementação dos projetos no que diz respeito à importação e exportação dos mesmos entre os dois países, sendo prevista a isenção de taxas alfandegárias para o transporte dos mesmos. Já no artigo VI, fica estabelecido a entrada em vigor do Acordo somente quando da notificação de que o mesmo passou a fazer do ordenamento jurídicos dos dois países, ou seja, no momento em que este é ratificado internamente nos países, explicitando que não há nenhuma supranacionalidade prevista no tratado.

Após sua implementação, logo no ano seguinte, em 1997, tem início as primeiras ações de Cooperação com projetos pontuais principalmente nas áreas agrícola e de meio ambiente. Porém, é somente após 2003, com a posse do presidente Lula, que se intensificam os processos de cooperação técnica entre os dois países em visita do presidente da Bolívia Gonzalo Sánchez de Lozada ao Brasil em 28 de abril de 2003, onde Lula destaca a necessidade da relação dos dois países ir além da questão energética, em especial ao gás natural, fortalecendo a cooperação técnica entre os dois no intuito de “constituir malha de vínculos entre o Brasil e a Bolívia, similar a que já existe entre o Brasil e outros países da América do Sul, beneficiando as áreas dos transportes, do comércio, da cultura, dos investimentos, da vida fronteiriça, entre outras”⁷⁹.

⁷⁹ Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita de trabalho ao Brasil do Presidente da Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada. Disponível em: <file:///C:/Users/ariel/Downloads/28-04-2003%20Decl.%20do%20Pres.%20da%20Rep.%20%20Luiz%20Inacio%20Lula%20da%20Silva-

No mesmo ano, o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim realiza visita ao país vizinho visando o fortalecimento da cooperação bilateral entre Brasil e Bolívia.

É somente em 2006 entretanto, que ocorrem as primeiras missões de prospecção para o desenvolvimento de projetos de Cooperação Técnica na Bolívia, que são:

- BRA/04/043 -A024 - Missão de Prospecção e capacitação de técnico boliviano à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-Ambiental. Início em 19/09/2006 e término em 30/09/2006.
- BRA/04/044 -A039 - Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Meio Ambiente, Agricultura e Saúde entre o Brasil e a Bolívia. Início em 19/04/2006 e término em 01/05/2006.
- BRA/04/044 -A052 - Missão de especialistas para a realização de diagnóstico do tratamento a vítimas de queimaduras na Bolívia. Início em 14/07/2006 e término em 31/07/2006.
- BRA/04/044 -A060 - Missão de Especialistas Bolivianos para Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica sobre Experiência Brasileira do Sistema Único de Saúde. Início em 24/07/2006 e término em 01/09/2006.
- BRA/04/044 -A096 - Missão de prospecção para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia. Início em 11/12/2006 e término em 31/12/2006⁸⁰.

Essas missões iniciais se mostram como um resultado da maior aproximação dos dois países após a eleição de Evo Morales em 2006 na Bolívia, aonde foram

colocados em marcha projetos nas áreas de infraestrutura e apoio em agricultura, proteção ambiental, saúde pública, educação, ciência e tecnologia. Os projetos de cooperação envolveram a construção de pontes; a pavimentação de estradas; o apoio ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa; a capacitação e a transferência de tecnologia para cultivo e processamento de frutas tropicais, café, palmito e algodão; a implementação de um sistema de alerta e monitoramento de incêndios florestais; a melhoria de procedimentos para a gestão ambiental; e a gestão integrada de recursos hídricos no Rio Paraguai. (HIRST, 2013, ps. 21-22)

%20dur.%20visita%20de%20trab.%20ao%20Brasil%20do%20Pres.%20da%20Bolivia.pdf>. Acesso em 19 de março de 2016.

⁸⁰ Relatório dos Projetos e Atividades Isoladas Em Execução em América do Norte, Central, Sul e o Caribe. Fornecido ao autor em 27 de outubro de 2015 pelo Ministério das Relações Exteriores através de solicitação realizada através do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC. Este relatório foi solicitado no segundo semestre do ano de 2015 durante a disciplina de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, sendo respondida 30 dias depois pelo referido Ministério.

Nos anos seguintes a 2006, diversas missões foram realizadas para a análise das Políticas Públicas passíveis de implementação de projetos de Cooperação Sul-Sul foram realizadas, havendo a implementação de 73 projetos no período 2003 – 2014, conforme quadro abaixo:

Quadro 3 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia

Nome do Projeto (política pública envolvida)	Ano de Início	Ano de conclusão (previsão de conclusão)	Situação
BRA/98/004 -A016 - Transferência de Metodologia da Pastoral da Criança do Brasil para a Pastoral del Niño da Bolívia.	2003	2003	Concluído
BRA/98/004 -S048 - Legislação de Recursos Hídricos	2003	2004	Concluído
BRA/04/044 -A009 - Assessoria à Pastoral da Criança na Bolívia	2005	2005	Concluído
BRA/04/043 -A015 - Curso de Inteligência e Segurança Institucional.	2006	2006	Concluído
BRA/04/043 -A024 - Missão de Prospecção e capacitação de técnico boliviano à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Sócio-Ambiental	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -A039 - Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnica nas Áreas de Meio Ambiente, Agricultura e Saúde entre o Brasil e a Bolívia	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -A052 - Missão de especialistas para a realização de diagnóstico do tratamento a vítimas de queimaduras na Bolívia	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -A060 - Missão de Especialistas Bolivianos para Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica sobre Experiência Brasileira do Sistema Único de Saúde	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -A089 - Capacitação sobre cultivo do palmito (bactris gasipaes) em Chapare - fase final	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -A096 - Missão de prospecção para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -S051 - Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização da Área Livre de Praga	2006	2008	Concluído
BRA/04/044 -S053 - Estructuración del Centro de Referencia para Quemados en La Paz	2006	2008	Concluído
BRA/04/044 -A098 - Missão de prospecção e detalhamento para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia.	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A105 - Missão de prospecção para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica na área energética entre Brasil e Bolívia.	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A116 - Cultivo do Palmito em Chapare - Implantação do Projeto Piloto	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A119 - Missão para treinamento de técnicos agrônomos bolivianos em produção e comercialização de café.	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A132 - Missão de Identificação de Projetos de Cooperação Técnica Potencialmente Favoráveis à Reocupação Laboral	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A149 - Missão para Elaboração do Projeto de Diagnóstico e Controle da Febre Aftosa na Bolívia	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A106 - Missão para fortalecimento da cooperação técnica entre as instituições responsáveis pela área dos transportes rodoviários no Brasil e na Bolívia.	2007	2008	Concluído
BRA/04/044 -S060 - Apoio à Administração do Trabalho: Programas em Matéria de Políticas Públicas de Emprego e Economia Solidária - Fortalecimento das Instituições	2007	2008	Concluído
BRA/04/044 -S065 - Apoio à Criação de uma Instituição Pública de Pesquisa Agropecuária na Bolívia	2007	2009	Concluído
BRA/04/044 -A201 - Missão de elaboração e acompanhamento de projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia	2008	2008	Concluído
BRA/04/044 -A211 - Apoio à participação de representantes bolivianos na "Consulta Regional para América Latina e Caribe sobre HIV/AIDS no Sistema Penitenciário"	2008	2008	Concluído
BRA/04/043 -S071 - Apoio ao Programa Multisetorial Desnutrição Zero	2008	2010	Concluído

BRA/04/044 -S135 - Apoio ao desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar Boliviano	2008	2010	Concluído
BRA/04/044 -S104 - Plano de Ação para o Fortalecimento Técnico e Institucional do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar da Bolívia	2008	2012	Concluído
BRA/04/044 -S151 - Fortalecimento da oferta da educação escolar indígena na Bolívia e no Brasil	2008	2013	Concluído
BRA/04/043 -A189 - Transferência da Metodologia do Projeto Rondon para Instituição de Ensino Superior da Bolívia	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A337 - Avaliação das Condições Agrárias para o Desenvolvimento Fabril de Açúcar e Etanol na Bolívia	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A358 - Missão Multidisciplinar para Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A385 - Capacitação em segurança e saúde no trabalho e em programa de emprego	2009	2009	Concluído
BRA/04/044 -A279 - Missão para Elaboração de Projetos de Prevenção e Controle de Incêndios	2009	2009	Concluído
BRA/04/044 -A295 - Missão para negociação e elaboração de projetos de Cooperação Técnica	2009	2009	Concluído
BRA/04/044 -A296 - Missão de diagnóstico para viabilização da transferência da metodologia do projeto Rondon para instituição de ensino superior da Bolívia	2009	2009	Concluído
BRA/04/044 -A321 - Capacitação de técnicos bolivianos para o uso de ferramentas de cadastro e georreferenciamento de imóveis rurais	2009	2010	Concluído
BRA/04/044 -S163 - Fortalecimento da capacidade institucional do Ministério de Saúde e Esporte da Bolívia em sistemas de vigilância em saúde ambiental	2009	2011	Concluído
BRA/04/043 -S135 - Fortalecimento da atenção integral e vigilância epidemiológica em DST/HIV/AIDS na Bolívia	2009	2012	Concluído
BRA/04/043 -S132 - "Fortalecimento do Sistema de Sementes do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)"	2009	2013	Concluído
BRA/04/044 -S144 - Fortalecimento da Gestão Pública Florestal	2009	2014	Concluído
BRA/04/044 -S159 - Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno	2009	2014	Concluído
BRA/04/044 -A525 - Acompanhar a avaliação conjunta do projeto "Amazônia sem fogo" Brasil-Itália, a qual tem metodologia similar a que será aplicada na iniciativa trilateral em favor da Bolívia	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A527 - "Operação especial Projeto Rondon Brasil-Bolívia 2010"	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A535 - Missão para conhecimento da experiência brasileira na implementação do seguro agrário	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A619 - Peixes Amazônicos - Povo Amazônico	2010	2011	Concluído
BRA/04/044 -A661 - Projeto de desenvolvimento agroflorestal do cacau na região norte de La Paz, Bolívia - PANLAP	2010	2011	Concluído
BRA/04/044 -S199 - Intercâmbio de Experiência e Conhecimentos para a Gestão das Culturas	2010	2014	Concluído
BRA/04/044 -S331 - Fortalecimento do Sistema de Recursos Genéticos do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)	2010	2014	Concluído
BRA/04/043 -A428 - "Missão para Negociação e Elaboração de Projeto para Melhoria da Atenção às Hemofilias na Bolívia"	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A430 - Missão para cooperação em matéria de programas de prestação de serviços públicos ao cidadão	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A438 - Missão para Apoio Técnico à Implementação do Seguro Agrário Universal Boliviano	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A450 - Missão para Negociação de Proposta de Cooperação em Matéria de Industrialização do Lixo	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A463 - Missão para Negociação e Elaboração de Projeto na Área de Serviços Postais	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A481 - Apoio a Elaboração do Plano de Infraestrutura do Setor Postal da	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A485 - Missão Técnica para apoio ao registro e ao financiamento em Agricultura Familiar	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A792 - Visita Técnica no Âmbito da X Reunião Extraordinária do Conselho Agropecuário do Sul	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -S162 - Construção de Estratégias Públicas para o Desenvolvimento Rural do Norte Amazônico da Bolívia com Foco na Promoção da Agricultura Familiar e do Extrativismo	2011	2014	Concluído
BRA/04/043 -S163 - Apoio ao estabelecimento de instituição nacional de abastecimento interno na Bolívia	2011	2014	Concluído
BRA/04/043 -S164 - Fortalecimento do Sistema de Informações Agropecuárias da Bolívia	2011	2014	Concluído

BRA/04/043 -S194 - Apoio ao Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF) no Desenvolvimento de um Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural na Bolívia	2011	2014	Concluído
BRA/04/044 -A885 - Visita Técnica para Apoio ao Treinamento de Líderes de Instituições Sociais da Bolívia	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A932 - Curso sobre Planejamento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A953 - Seminário regional da OACI sobre documentos de viagem legíveis por máquinas e segurança nas fronteiras	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A983 - Fortalecimento e Capacitação na Área de Saúde, Nutrição, Cidadania e Educação na Bolívia - Pastoral da Criança	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A994 - Missão Técnica para Avaliação, Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica Brasil - Bolívia	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A1049 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Adaptação de Pilotos e Mecânicos de Helicóptero	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A1059 - Missão para Elaboração de Projeto de Cooperação Técnica para Apoio à Reestruturação do Serviço Postal Boliviano	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A1060 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Adaptação de Vôo de Aeronave e Transporte	2012	2014	Concluído
BRA/04/044 -A1139 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Piloto de Aeronaves (CIAvEX)	2014	2014	Concluído
BRA/13/008 -S191 - Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno	2014	2015	Concluído
BRA/13/008 -S165 - Fortalecimento do Sistema de Recursos Genéticos do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)	2014	2016	Em execução
BRA/13/008 -S166 - Fortalecimento do Sistema de Informações Agropecuárias da Bolívia	2014	2016	Em execução
BRA/13/008 -S167 - Apoio ao Estabelecimento de Instituição Nacional de Abastecimento Interno na Bolívia	2014	2016	Em execução
BRA/13/008 -S168 - Construção de Estratégias Públicas para o Desenvolvimento Rural do Norte Amazônico da Bolívia com Foco na Promoção da Agricultura Familiar e do Extrativismo	2014	2016	Em execução

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 3 de novembro de 2015

Semelhante ao caso equatoriano, grande parte dos projetos referem-se à transferência de tecnologia e conhecimentos técnicos do Brasil para a Bolívia, que utiliza do conhecimento brasileiro em diversas áreas para a efetivação das Políticas Públicas de seu país. Isso já se evidencia quando da análise das missões de prospecção, todas realizadas no país andino.

Embora o Acordo de Cooperação de 1973 e, igualmente o novo Acordo de 1996, não possuam de forma muito clara o escopo dos projetos que seriam provenientes de tal tratado, há uma preocupação específica com projetos de cunho social, reconhecendo o governo Lula o problema de governabilidade da Bolívia como consequência principalmente da grave carência socioeconômica do país (HIRST, 2013). Nesta escoreta, ganham destaque internacional projetos em áreas como a erradicação do trabalho infantil, que obteve grande repercussão positiva junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Criação do Banco de Leite Humano na Bolívia, implementado através de ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação em 2009⁸¹, que se torna um centro de referência para a implementação de Bancos na América Latina.

⁸¹ “O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é estabelecer e implementar um banco de leite humano na Bolívia, desenvolvendo um processo contínuo de cooperação técnica para sua organização e

A ABC destaca na parceria Brasil-Bolívia as missões multidisciplinares ocorridas em La Paz em 2008 que, contando com a participação de diversos organismos brasileiros como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Ministério da Saúde, Ministério da Cultura e a Fundação Oswaldo Cruz, foram responsáveis pela elaboração de nove projetos nas áreas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento social, educação e cultura⁸².

Embora se observe até o ano de 2009 um número de projetos menor se comparado a outros países da América Latina, a partir deste período este número cresce consideravelmente consolidando a parceria entre os dois países que, ao compartilharem fronteira, possuem uma agenda permanente de questões estratégicas⁸³ como a cooperação fronteiriça, as migrações, a segurança fronteiriça com ênfase no tráfico de drogas, o intercâmbio cultural e educativo, a saúde pública e a proteção ambiental na região amazônica, que exigem intensivas articulações intergovernamentais e intersocietárias (HIRST, 2013).

3.3 PARAGUAI

O Paraguai, assim como a Bolívia, são os dois únicos países da América do Sul que não possuem saída para o mar, sendo o Rio Paraguai sua principal via comercial⁸⁴. O território paraguaio está localizado no centro da América do Sul, fazendo fronteira ao norte com o Brasil e a Bolívia, ao leste com Brasil e Argentina, ao sul com a Argentina e ao oeste com Argentina e Bolívia⁸⁵. Com uma área de aproximadamente 406.750 quilômetros quadrados⁸⁶ dividido em 17 departamentos⁸⁷, possui uma população de 6.639.123 habitantes em 2015, tendo uma

seu funcionamento, convertendo-o em um centro de referência na Bolívia.” Disponível em: <http://daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6298/>. Acesso em 19 de março de 2016.

⁸² Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Bolivia>>. Acesso em 19 de março de 2016.

⁸³ “Brasil e Bolívia têm desenvolvido importante política de integração fronteiriça, a fim de tornar a fronteira um espaço de paz, cooperação e desenvolvimento econômico e social. Em 2011, foram criados os “Comitês de Integração Fronteiriça”, com o objetivo de buscar soluções para questões específicas das zonas de fronteira.” (BRASILb, 2016)

⁸⁴ Disponível em: <http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/level.php?lang=pt&component=41&item=34>. Acesso em 17 de abril de 2015.

⁸⁵ Disponível em: <http://www.senatur.gov.py/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=134>. Acesso em 24 de março de 2016.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php>. Acesso em 24 de março de 2016.

⁸⁷ O Paraguai é um Estado unitário, diferentemente do Brasil que é um Estado Federado, portanto seus departamentos são puramente administrativos e não entes políticos, não sendo comparados aos Estados que possuímos no Brasil. Fonte: próprio autor.

densidade de aproximadamente 18,08 habitantes por quilometro quadrado⁸⁸. Em comparação com o Brasil, pode ser comparada sua área e população com a do Estado de Santa Catarina. Dentro dessa população, assim como Equador e Bolívia, a presença indígena é bastante significativa, sendo composta por 112.848 pessoas que formam 19 que compreendem 19 grupos étnicos e 5 línguas diferentes (PARAGUA**I**b, 2016). Embora esse número seja pequeno em relação à população total do país (1,68%), este levantamento revela um aumento de 30% em relação ao censo anterior realizado em 2002, além disso, a cultura indígena é bastante valorizada, sendo a população do Paraguai considerada mestiça principalmente com a etnia *guarany* e tendo como língua oficial reconhecida pela constituição, além do espanhol a língua guaraní⁸⁹.

Quanto a sua economia, o Paraguai situa-se entre as piores da América do Sul. Este apontamento é realizado levando-se em conta o seu PIB de 25,5 bilhões de dólares, o PIB per capita, de aproximadamente 3.800 dólares, e seu IDH, de 0,669, dados estes levantados em 2013 (TEIXEIRA, 2013). Em 2014, Seu PIB e PIB per capita correspondem à 30.881 bilhões de dólares e 4.711 dólares respectivamente⁹⁰, alçando-o ao posto de pior PIB da América do Sul. Possui como principal parceiro comercial o Brasil, sendo este país o maior mercado de exportação de seus produtos, além de compartilharem os dois, grande produção energética através da Usina Hidrelétrica de Itaipú, a maior usina hidrelétrica do mundo e responsável por 72% do consumo energético paraguaio (BRASIL**b**, 2016).

Olhando de forma superficial os indicadores econômicos e sociais paraguaios, não parece que os processos de integração entre o Paraguai e os países vizinhos no final do século XX resultaram em benefícios significativos para o desenvolvimento do país. Entretanto, entre 2011 e 2014 houve uma média de variação no seu PIB de 5,1%, a quarta maior da América do Sul⁹¹ no período. Para Teixeira (2013), a situação econômica e financeira do Paraguai atual

⁸⁸ Estimativa do *U.S. Census Bureau* com base em estatísticas dos censos da população, estatísticas vitais sistemas de registro de nascimento e morte, ou inquéritos por amostragem referentes ao passado recente e em suposições sobre as tendências futuras. Disponível em: <<http://esa.un.org/unpd/wpp/Download/Standard/Population/>>. Acesso em 24 de março de 2016.

⁸⁹ “*Artículo 140 - DE LOS IDIOMAS*

El Paraguay es un país pluricultural y bilingüe.

Son idiomas oficiales el castellano y el guaraní. La ley establecerá las modalidades de utilización de uno y otro. Las lenguas indígenas, así como las de otras minorías, forman parte del patrimonio cultural de la Nación.” (PARAGUA**I**a, 1992)

⁹⁰ Disponível em: <http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=PRY&idioma=spanish>. Acesso em 24 de março de 2016.

⁹¹ Disponível em: <<http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=PRY&idioma=spanish>. Acesso em 24 de março de 2016.

passa por dois momentos históricos, a Guerra da Tríplice Aliança e o período ditatorial de Stroessner.

3.3.1 Breve Descrição sobre a História do Estado Paraguai

O início da história do Paraguai, após sua independência, ocorrida em 1811, é promissora. Após a independência, o país inicia um processo de isolamento das demais nações da América do Sul, se tornando um expoente de industrialização e desenvolvimento no continente. No entanto, logo em seguida a seu descobrimento, mais precisamente em 1530 com a construção do Forte de Nossa Senhora de Assunção, a função inicial da cidade homóloga, para seus colonizadores era a de uma base para incursões e busca de metais preciosos no norte do continente, mas acabou se revelando também um território estratégico para servir de escudo às incursões portuguesas. Como o objetivo da Espanha não era, portanto, garantir a prosperidade e integridade do Paraguai, não houve hesitação em realizar sucessivos desmembramentos de seu território em favor de outros grupos de colonizadores. A consequência negativa do descaso com a região, que servia apenas como ponto de rota para as colônias vizinhas, foi o isolamento para o resto do continente, tornando Assunção decadente. Mas a mais grave consequência foi a reação espanhola à integração regional, à época denominada de “contrabando”, desmembrando a província em duas, retirando o acesso ao mar do Paraguai na região onde hoje situa-se a Argentina (TEIXEIRA, 2013).

A independência do Paraguai ocorre em período semelhante ao das demais colônias espanholas na América Latina, em 15 de maio de 1811, como resposta a uma tentativa de anexação pela recém-formada República da Argentina (TEIXEIRA, 2013). Em 1814, após um período considerado de anarquia, inicia-se uma ditadura através do comando de José Gaspar Rodríguez Francia, que em seu governo, trata de isolar o Paraguai do resto do mundo, cortando qualquer tipo de relação com algum país, principalmente os vizinhos. Essa política é tomada como medida para deter o expansionismo detectado nas políticas brasileira e argentina, incentivada principalmente por políticas externas. Para isso, Francia estimula a autossuficiência agrícola, mediante a introdução de novas culturas e desenvolvimento de manufaturas, funcionando a política isolacionista como um estimulante de independência do povo paraguaio (MENNA, 2012).

Em setembro de 1840, com a morte do ditador Francia, o país passou a ser governado por Carlos Antonio López, abandonando o caráter isolacionista e promovendo um intenso processo de industrialização e investimentos em educação e infraestrutura. Com a morte do

ditador López, em 1862, seu filho assume a presidência do Paraguai, num período em que a nação atinge um status de potência no continente, alcançando um alto grau de desenvolvimento econômico através da crescente industrialização, além de possuir, na época o maior poderio militar da América do Sul.

Esse crescimento do poderio econômico e militar do Estado paraguaio começou a “incomodar” as potências mundiais, à época Inglaterra e Estados Unidos, que passaram a ver o Paraguai como uma ameaça a sua hegemonia. A Inglaterra via no Paraguai, país independente economicamente das potências europeias, um exemplo que não deveria ser seguido pelos seus vizinhos sul-americanos, todos dependentes do mercado Inglês. Disso resulta um dos acontecimentos mais marcantes na história do país, mais particularmente, na história de empobrecimento da nação paraguaia, deixando marcas que perduram até os dias de hoje. É o advento da Guerra do Paraguai, onde Argentina, Uruguai e Brasil se unem formando a Tríplice Aliança, sob financiamento e dependentes da Inglaterra, para breçar o desenvolvimento paraguaio tratado como prejudicial aos interesses ingleses no subcontinente⁹².

A guerra se inicia então em 1864, com o ditador Solano Lopes como alvo da Tríplice Aliança, tendo essa só terminado após sua morte, em 1870, após a perda paraguaia em batalhas como a batalha naval de Riachuelo e a luta de Uruguaiana⁹³.

Com a derrota na guerra, o Paraguai foi extremamente prejudicado, tendo aproximadamente 50% da sua população morta, destruição da infraestrutura e de sua avançada indústria, além de perdas territoriais, destruindo definitivamente o desenvolvimento econômico alcançado pelo país. No plano interno a situação se torna crítica. Os níveis populacionais pré-guerra só seriam alcançados no início do século XX. “E em relação tanto à área agrícola cultivada quanto seu nível de produção seriam necessários mais de quarenta anos de trabalho. A situação fiscal do Estado era calamitosa, levando à venda maciça das terras públicas” (TEIXEIRA, 2013, p. 27).

A derrota na Guerra do Paraguai pôs fim a um grande período de estabilidade política e trouxe como consequências o fim da autonomia do país. Neste período, implantou-se um sistema econômico e social dependente, beneficiando os grandes proprietários do capital estrangeiro (MENNA, 2012). Aliás, “desde a época imediatamente posterior à guerra do Paraguai, o país “não desencadeou um processo de modernização econômica e social que se pudesse dizer consolidado” (MENNA, 2012, p. 39).

⁹² Disponível em: <<http://www.miparaguay.com/history/>>. Acesso em 1º de abril de 2016.

⁹³ Disponível em: <<http://www.miparaguay.com/history/>>. Acesso em 1º de abril de 2016.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, resta ao Paraguai se manter neutro ao certame, condicionada sua política externa por Brasil e Argentina, experimentando somente os efeitos da contenda em sua vida econômica e, apesar de uma breve prosperidade sentida ao fim da Guerra devido à alta na demanda de produtos alimentícios, principalmente a demanda de carne pelos países beligerantes (YEGROS, 2013), logo em seguida o Paraguai se vê novamente em conflito, desta vez em disputa de território junto à Bolívia, eclodindo a Guerra do Chaco em 1932, sendo que durante a Primeira Guerra Mundial, os dois países já haviam construído fortes na área contestada devido à especulação da existência de petróleo na mesma. Comandados pelo coronel José Félix Estigarribia, o Paraguai vence com muito custo e consegue anexar 75% do Chaco ao seu território, sendo assinado em 1938, um Tratado de Paz com a intermediação do Brasil, Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Estados Unidos, dando ao Paraguai a maior parte do território disputado e à Bolívia uma saída para o rio Paraguai via Puerto Suárez⁹⁴.

A Guerra do Chaco permitiu ao Paraguai experimentar o surgimento do primeiro movimento reformista importante na sua história recente. O chamado movimento Febrerista, promovido pelo Coronel Rafael Franco, assume em 1936 com forte apoio popular, empregando métodos ditatoriais e promovendo uma distribuição limitada de terras, promulgando leis sociais e trabalhistas e nacionalizando parte da economia. Este movimento é interrompido pelos liberais em apenas um ano, mas os paraguaios conseguem em 1938 eleger para presidente o seu “herói” da Guerra do Chaco, Jose Estigarribia, que promulga a constituição reformista em 1940. Tem-se então a introdução de novos acordos internacionais do país com o Brasil e a Argentina, como por exemplo os acordos de 1939 entre o Brasil e o Paraguai para a construção de forma cooperativa de bases para a conexão ferroviária e o intercâmbio cultural entre os dois países (YEGROS 2013). Esse tipo de cooperação buscado no período, visava exclusivamente a redução da dependência do país, aproveitando as rivalidades sub-regionais para obter vantagens em benefício próprio, tendo em paralelo um incremento de laços com os Estados Unidos, cuja assistência técnica e financeira constituía um significativo impacto político econômico.

De fato, com o advento da Segunda Guerra Mundial, a consolidação da assistência técnica e financeira dos Estados Unidos e Paraguai, estreitou de forma intensa os laços entre os dois países. Motivado principalmente por perceber uma certa influência que a Alemanha buscava junto ao país, os Estados Unidos resolveram por financiar o governo de Etigarribia, enfrentando uma certa crise com sua morte em 1940, mas dando continuidade com o seu

⁹⁴ Disponível em: <http://www.bvmemorial.fapesp.br/php/level.php?lang=pt&component=41&item=34>. Acesso em 2 de abril de 2016.

sucessor, o general Morínigo que reconheceu a importância da assistência estadunidense para o país (YEGROS, 2013). Para o autor “entre 1941 e 1943, Washington abriu a chave de doações e iniciou uma ofensiva diplomática para obter os meios de poder brando e duro necessários para manter o Paraguai dentro de sua esfera” (2013, ps. 152-153). Os planos de reforma agrária e modernização caem por terra após a morte de Estigarribia. Sob o governo de Morínigo, o Paraguai recai na ditadura militar, sendo as liberdades suprimidas e reestabelecidos os direitos dos latifundiários.

Após um período de intensa turbulência política, onde registrou-se sete presidentes diferentes em sete anos, finalmente temos em 1954 a ascensão do general Alfredo Stroessner ao poder, no que seria o mais longo período ditatorial presenciado na América Latina. Com o apoio do Partido Colorado e um estreitamento de laços com o Brasil a partir do início do período ditatorial no mesmo, ocorrem ações conjuntas como a conclusão de obras de infraestrutura como por exemplo a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipú (YEGROS, 2013, p. 160). Oficialmente inaugurada em 1984, ainda hoje a usina hidrelétrica considerada maior do mundo em geração de energia, respondendo por aproximadamente 17% da energia consumida no Brasil e 72% do consumo paraguaio (BRASILb, 2016). Acentua-se também a aproximação com o Brasil através da construção da Ponte da Amizade, sobre o Rio Paraná, ligando a Cidade do Leste no lado paraguaio à Foz do Iguaçu no lado brasileiro, dando ao Paraguai uma saída para o Oceano Atlântico para o escoamento de sua produção. O fato é que durante a ditadura de Stroessner, o Paraguai observou um apogeu econômico que ainda não havia contemplado desde antes da Guerra do Paraguai, derivado principalmente da construção de Itaipú e da demanda internacional de algodão e soja, o que permitiu um menor grau de dependência para os Estados Unidos e conseqüentemente a diminuição drástica da assistência militar deste.

Aliado o fator de dependência norte-americana ao isolamento que o Paraguai presenciou em meados dos anos 1980 com a abertura democrática dos países vizinhos, além da saúde declinante de seu ditador, ocorre através de um golpe de Estado protagonizado pelo general Andrés Rodríguez, a abertura democrática do Paraguai⁹⁵. O general Rodríguez autorizou a volta dos exilados políticos, legalizou os partidos e convocou eleições após 60 anos, promovendo o fim do isolamento político do país. Neste período é promulgada a constituição paraguaia em 20 de agosto de 1992, estabelecendo o país como uma república baseada na democracia e na divisão dos poderes (PARAGUAIa, 1992).

⁹⁵ Disponível em: <<http://paraguay.costasur.com/pt/geografia-historia.html>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

As primeiras eleições no país, entretanto, levam ao poder o Partido Colorado, o mesmo de Stroessner⁹⁶, cuja afinidade com os Estados Unidos, à época do início da disseminação das políticas neoliberais entre os países da América do Sul, trata de levar a cabo estas políticas. Convicto a isto, temos então no período a assinatura do Tratado de Assunção que define a participação do Paraguai no Mercosul, um dos mais importantes processos de integração regional do país. “A decisão de somar-se ao Mercosul coloca o país em um dilema, pois se sabia que a abertura de sua economia geraria efeitos negativos para a atividade comercial e industrial” (YEGROS, 2013, p. 174). Depois de consultar os setores políticos e empresariais, resolveu-se pela participação, principalmente por considerar-se que o Paraguai não tinha outras opções fora desse processo e também por entender que sua participação lhe daria mais capacidade negociadora com os países de fora, algo do qual ainda carecia.

Não é necessário dizer que o longo período ditatorial por qual passou o país, marcada pela dependência econômica externa e privilégios à elite formada pelos militares em detrimento da grande massa de trabalhadores do país trouxe problemas crônicos como o alto nível de desemprego aliado à baixíssima capacidade produtiva da população, além do empobrecimento político social e cultural do país o que levou o mesmo ao posto de país mais pobre da América do Sul⁹⁷, fato este ainda mais consolidado após o Consenso de Washington e, apesar da abertura democrática do país, diversas tentativas de golpe são observadas no período entre a promulgação de sua nova constituição democrática até meados dos anos 2000, sendo todas frustradas por agentes externos ao país, principalmente os Estados Membros do MERCOSUL.

Somente em 2006 há a ocorrência no Paraguai de uma manifestação popular significativa contando com diversos setores sociais, tendo como foco a tentativa de reeleição do na época presidente Nicanor Duarte Frutos⁹⁸, o que culmina em 2008 com a eleição de Fernando Lugo à presidência com 40,83% dos votos⁹⁹. Fernando Lugo, ex-bispo e teólogo, torna-se presidente através da coalização partidária Aliança Patriótica para a Mudança (APC), a qual reúne partidos de extrema esquerda e de centro-direita, encerrando uma hegemonia de mais de 60 anos do Partido conservador Colorado, colocando o Paraguai finalmente dentro da chamada quarta onda de integração proposta por Souza (2012) em referência a ascensão de

⁹⁶ Esta eleição foi marcada pelo “*voto premio, voto obediência, voto superstición, voto miedo, voto seguridad*” (Rodríguez, 1996, p. 123), pois foi realizada sob a vigência da lei eleitoral da ditadura, além do Partido Colorado ter sido claramente beneficiado por recursos do Estado, ao contrário dos partidos de oposição. Na prática, Rodríguez apenas completou o mandato constitucional de Stroessner. (DASSO JÚNIOR, 2000, p. 40)

⁹⁷ Disponível em: <<http://www.miparaguay.com/history/>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

⁹⁸ A possibilidade de reeleição presidencial havia sido extinta na nova constituição, visando a não perpetuação de um mesmo candidato no poder, caso do General Stroessner. No entanto, Nicanor Duarte havia instaurado uma constituinte apenas para tratar da inclusão da possibilidade de reeleição para presidência na nova constituição.

⁹⁹ Disponível em: <<http://tsje.gov.py/>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

governos considerados de esquerda na América Latina. O novo presidente assume prometendo realizar uma reforma agrária dentro dos marcos constitucionais do país, ampliar o sistema de seguridade social e lutar pela soberania energética do Paraguai, principalmente através da renegociação com o Brasil da situação do empreendimento binacional de Itaipú.

Porém, em 2012 Fernando Lugo é afastado da presidência por aquilo que ficou conhecido como “impeachment relâmpago”¹⁰⁰. A abertura do processo de impeachment se deu em um dia, e o julgamento foi realizado no outro, disponibilizando apenas 24 horas para o então presidente apresentar defesa. O motivo para a abertura do Processo foi a acusação de “mau desempenho de suas funções”, tendo a câmara dos deputados elencado 5 motivos para a promoção do impeachment: mau uso de quartéis militares, *Ñacunday*¹⁰¹, insegurança, assinatura do protocolo de ushuaia e o que foi considerado o estopim do impeachment, o confronto agrário em *Curuguay*, que resultou em 17 mortos¹⁰².

Obviamente, este episódio repercutiu negativamente no contexto internacional, principalmente na região, sendo o Paraguai suspenso do Mercosul por ter sido considerado este processo uma violação da ordem democrática, indo de encontro ao acordado pelos países membros no Protocolo de Ushuaia¹⁰³. Após a restauração do processo eleitoral em 2013, o Paraguai retorna ao Mercosul, sob forte auxílio da presidenta do Brasil Dilma Houssef, que serviu de intermediadora entre o país e a Organização. Com a eleição de Horacio Cartes em 2013, o Partido Colorado retorna novamente ao poder.

¹⁰⁰ <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/06/22/entenda-a-criese-que-levou-a-destituicao-do-presidente-lugo-no-paraguai.htm>. Acesso em 20 de maio de 2015.

¹⁰¹ Este ponto está relacionado às invasões de terras na região de *Ñacunday*, distrito localizado no departamento do Alto Paraná, a 95 quilômetros da fronteira do Brasil com o Paraguai. O deputado Jorge Avalos Marín acusa Lugo de gerar instabilidade entre os camponeses na área ao incentivar os próprios “*carperos*”, como são chamados os que acampa sob lonas pretas, as ditas “*carpas*”, encarregados da demarcação de terras. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/06/22/entenda-a-criese-que-levou-a-destituicao-do-presidente-lugo-no-paraguai.htm>>. Acesso em 2 de abril de 2016.

¹⁰² Embora haja indícios convincentes de que a destituição do presidente foi precipitada por motivações políticas imediatistas, o poder brasiguaió é parte dos atores que confluíram para o interesse das multinacionais do agronegócio, da Rio Tinto Alcan, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, de pecuaristas e de traficantes diversos para favorecer a aliança tática entre liberais e colorados que consumou a queda do presidente. Nesta perspectiva, o dilema paraguaio expressou um paradoxo da influência brasileira na região, na medida em que o apoio ao empresariado rural brasiguaió enrijeceu os óbices enfrentados pelo governo Fernando Lugo para avançar ações mínimas de democratização do acesso a terra. Isto enfraqueceu sua posição diante de interesses, desencadeando um processo relâmpago de *impeachment* que a diplomacia brasileira foi então impotente para frear e revogar. (NETO, 2014, p. 468)

¹⁰³ Art. 1 A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo. [...] [...] Art. 3 Toda ruptura da ordem democrática em um dos Estados Partes do presente Protocolo implicará a aplicação dos procedimentos previstos nos artigos seguintes[...] Fonte: Protocolo de Ushuaia sobre o compromisso democrático no Mercosul. Disponível em: <<http://www.mre.gov.py/v1/Adjuntos/mercosur/Acuerdos/1998/portugues/31protocolodeushuaia.pdf>>. Acesso em 3 de abril de 2016.

Como percebido, apesar da abertura política do Paraguai, o que se percebe até o final dos anos 2000, quiçá até os dias atuais, é ainda uma influência muito grande dos militares nesta, como se percebe em várias tentativas de golpes ocorridas no período, frustradas pelas forças internacionais. O longo período militar pelo qual atravessou o Paraguai, inclusive com um certo impacto positivo na sua economia, deixou marcas profundas neste país, sendo considerado este o país da América do Sul de democracia menos consolidada na comparação com o resto do subcontinente. Para Menna (2012), a crise cultural que aflige o Paraguai é consequência da globalização, onde um país que possui uma dinâmica de industrialização debilitada e predomínio da informalidade, a cultura se converte em práticas disseminadas de desonestidade, trazendo baixa autoestima e crise da identidade coletiva.

3.3.2 Relações Internacionais do Paraguai

As Relações Internacionais do Paraguai encontram previsão em capítulo específico de sua atual constituição. No entanto, a mesma presta informações mínimas sobre o objeto, se comparadas a constituições mais recentes como a da Bolívia e a do Equador, realizadas em outro contexto político na América do Sul. Temos em seu artigo 143, os princípios que norteiam sua diplomacia, quais sejam:

1. *la independencia nacional;*
 2. *la autodeterminación de los pueblos;*
 3. *la igualdad jurídica entre los Estados;*
 4. *la solidaridad y la cooperación internacional;*
 5. *la protección internacional de los derechos humanos;*
 6. *la libre navegación de los ríos internacionales;*
 7. *la no intervención, y*
 8. *la condena a toda forma de dictadura, colonialismo e imperialismo.*
- (PARAGUAIa, 1992, p. 43)

Quanto aos tratados internacionais, admite-se na Constituição do Paraguai a supranacionalidade em sua ordem jurídica abrangendo outras matérias além das relativas à direitos humanos, conforme:

Artículo 145 - DEL ORDEN JURIDICO SUPRANACIONAL
La República del Paraguay, en condiciones de igualdad con otros Estados, admite un orden jurídico supranacional que garantice la vigencia de los derechos humanos, de la paz, de la justicia, de la cooperación y del desarrollo, en lo político, económico, social y cultural. (PARAGUAIa, 1992, p. 44)

Para a celebração de acordos internacionais e os mesmos passarem a fazer parte do ordenamento jurídico interno do Estado Paraguaio, no entanto, há a necessidade de aprovação por lei do seu congresso, votado por maioria absoluta nas suas duas câmaras, e a necessidade de depósito dos instrumentos de ratificação necessários aos países envolvidos (PARAGUAIA, 1992). Diferentemente da Bolívia, a Constituição paraguaia nega de forma expressa o referendo para qualquer tipo de relação internacional, conforme seu artigo 122, “*No podrán ser objeto de referendun: 1. Las relaciones internacionales, tratados, convenios o acuerdos internacionales;*” (PARAGUAIA, 1992, p.34).

No que diz respeito à cooperação internacional e à integração latino-americana, não há qualquer dispositivo constitucional que faça referência a este tipo de relação internacional do país.

3.3.3 Relações Internacionais Brasil e Paraguai

A primeira relação diplomática entre Brasil e Paraguai remonta à 1844, quando do reconhecimento da independência paraguaia pelo império brasileiro e a assinatura de Tratado de Aliança, Comércio e Limites entre os dois países, embora esse tratado nunca tenha sido ratificado pelo Brasil (BRASILb, 2016). Após este tratado, várias outras tratativas comerciais foram realizadas entre os dois países, principalmente nos anos 1850.

Em 1864, tem-se a eclosão da Guerra do Paraguai, tendo como estopim a invasão brasileira no Uruguai, que destituiu o governador uruguaio Atanasio Aguirre, aliado político de Solano López, há época presidente do Paraguai. O Paraguai, temendo a ocupação brasileira no Uruguai, e como resposta à intervenção no país aliado, resolve atacar a região do Mato Grosso do Sul tomando posse em poucos meses, de diversas cidades na região além da realização de sequestro de navio brasileiro, o Marquês de Olinda, no porto paraguaio¹⁰⁴, dando início aberto à Guerra. Em 1865, o Paraguai tenta realizar nova invasão, desta vez no Rio Grande do Sul, através da Argentina que, ao possuir aliança com o Brasil, nega a passagem paraguaia pela região, forçando Lopez a invadir à força a cidade de *Corrientes*, colocando a Argentina, juntamente com o Brasil e o Uruguai, dentro da guerra. Com a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, os três países, com grande apoio da Inglaterra que, como já visto, enxergava no poderio militar paraguaio uma ameaça às suas pretensões na região, se unem contra o Paraguai, matando

¹⁰⁴ Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/lang/es-es/2011/05/la-guerra-de-la-triple-alianza-1864-70/>>. Acesso em 4 de abril de 2016.

o presidente Solano Lopez em 1870 e invadindo Assunção, dando fim à guerra e trazendo consequências negativas irreversíveis para o Estado paraguaio.

Quanto aos países da Tríplice Aliança, o que se viu foi que

desde o fim da guerra, a equidistância do país ante o Brasil e a Argentina foi se deslocando progressivamente em favor do último país. [...] [...] Até 1904, mesmo após o fim da ocupação militar brasileira, estaria no poder o Partido Colorado, mais inclinado ao Brasil. (TEIXEIRA, 2013, p. 26)

Apesar disso, mesmo para o Brasil houve diversos prejuízos financeiros com o conflito, aumentando consideravelmente sua dívida externa e em consequência sua dependência para a Inglaterra. Outra consequência da guerra foi o surgimento dos brasiguaios, camponeses brasileiros que se apossaram das terras fronteiriças do Paraguai, de alto valor produtivo, aproveitando-se da debilidade produtora do país no pós-guerra, gerando com a questão da posse dessas terras conflitos que se estendem até a atualidade, principalmente relativas à nacionalidade dos brasiguaios¹⁰⁵.

Em 1872, Brasil e Paraguai selam acordo perpétuo de paz e amizade, aprofundando suas relações comerciais agora com a abertura do Rio Paraguai ao Brasil, provendo o abastecimento da região do Mato Grosso (BANDEIRA, 1998).

Já durante a segunda guerra mundial, com o relativo crescimento econômico paraguaio contando com a assistência norte americana, temos neste período um aprofundamento das Relações Internacionais entre o Brasil e o Paraguai, como resultado do interesse comum em que o comércio exterior do Paraguai se desviasse para o Brasil e da identidade política entre os regimes de Getúlio Vargas e Estigarribia, promovendo notável aproximação política e cultural entre os dois (DORATIOTO, 2012). Essa aproximação se aprofundaria ainda mais após o início do governo Stroessner, o qual seu partido, o Colorado, via na aproximação com o Brasil um trunfo estratégico, principalmente para diminuir a dependência paraguaia para a Argentina (TEIXEIRA, 2013). Desta relação derivam a criação da Hidrelétrica binacional de Itaipú e a construção da Ponte da Amizade, ligando Foz do Iguaçu no lado brasileiro à *Ciudad del Este*, no Paraguai, já num período de ditadura militar em ambos os países. Tem-se no período também a assinatura do primeiro Acordo de Cooperação entre os dois países, o Acordo de cooperação educacional, científica e cultural, firmado em 1973. Mais tarde, em 1987, Brasil e Paraguai

¹⁰⁵ O Paraguai utiliza o conceito do jus sanguinis para considerá-los brasileiros. O Brasil utiliza o conceito do jus solis para considerá-los paraguaios. Diante deste impasse jurídico internacional, os brasiguaios não possuem registro civil e nacionalidade, e quando possuem é por meio de ação judicial. (SALIBA, 2015, p. 152)

firmam novo acordo de cooperação técnica, vigente até os dias de hoje e responsável pelos atuais projetos de Cooperação Sul-Sul entre os dois países.

Embora a construção da Hidrelétrica de Itaipú tenha sido extremamente benéfica para os dois países, construída numa época em que o Brasil adotava uma política subimperialista na região (MARINI, 2012), o Tratado assinado para o funcionamento da usina se mostrou bastante desvantajoso para o Paraguai que só conseguiria melhorar sua condição em questão de valores a partir de 2023¹⁰⁶, sendo este Tratado bastante criticado pela população paraguaia até a posse de Lugo em 2008, quando o mesmo iniciou uma renegociação do mesmo. Igualmente, Itaipú também contribuiu para geração de conflitos com os brasiguaios na região, devido às diversas desapropriações de terra para sua construção.

Após a morte de Stroessner, o relacionamento entre os dois países observa um enfraquecimento, motivado principalmente pela aproximação do Brasil com a Argentina, cujos acordos internacionais mais tarde viriam a dar origem ao MERCOSUL juntamente com o Uruguai e o próprio Paraguai. A participação dos dois países no MERCOSUL, como Estados Fundadores, traz uma nova configuração nas suas relações econômicas. Com a eliminação das tarifas alfandegárias e a adesão à Tarifa Externa Comum (TEC), foi experimentado um aumento do comércio paraguaio com o Brasil, aumentando o volume de exportação do país.

A evolução dos indicadores econômicos, todavia, foi péssima até o início dos anos 2000: a média de crescimento econômico da década de 90 foi de 2%, sendo o único país do MERCOSUL a crescer menos do que na década de 80; entre 1995 e 2002 a pobreza no país aumentou em mais de 50%. (TEIXEIRA, 2013, p. 60)

Com a chegada de Lula à presidência do Brasil em 2003, a diplomacia Brasil-Paraguai toma um viés cooperativo. Apesar de atravessarem no período governos distintos, observa-se um interesse de aproximação do presidente do Paraguai Nicanor Duarte para com Lula, que já em 2003 realiza visitas no Brasil (ALMEIDA, 2004), além de observarmos durante seu governo a implementação de diversos projetos de Cooperação Sul-Sul.

Como observado, pode-se dizer que o Paraguai entra na quarta onda de integração latino-americana (SOUZA, 2012), somente em 2008, com a ascensão de Fernando Lugo ao poder. A partir daí observa-se um aumento expressivo nos projetos de cooperação entre os dois

¹⁰⁶ No tratado, fica definido que cada país receberia 50% da energia produzida, porém, como o Paraguai não tinha nem tem demanda por toda sua parte da produção, o mesmo se obriga a vender o excedente energético produzido na usina de Itaipu para o Brasil obrigatoriamente por força de contrato, pois para a construção foram gastos cerca de US\$ 27 bilhões, financiados inteiramente pelo Brasil. Disponível em: <<https://onial.wordpress.com/2013/06/10/itaipu-os-acordos-e-as-questoes-recentes-entre-brasil-e-paraguai/>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

países, os quais renderam bons frutos ao Paraguai, visto a proximidade dos governantes dos dois países. Inaugura-se desta forma uma nova etapa nas relações Paraguai-Brasil, com a prioridade na agenda dos dois países para as questões da energia elétrica, dos brasiguaios¹⁰⁷ e do tráfico transfronteiriço (SILVA, RODRIGUES, 2010). Um exemplo do excelente relacionamento com a política brasileira no período é a assinatura de diversos acordos como por exemplo o ajuste dos acordos de cooperação em segurança pública e enfrentamento ao tráfico além da implementação dos projetos: Fortalecimento Institucional da Assessoria Jurídica da Presidência da República do Paraguai; Apoio à elaboração e à implementação do Programa Nacional para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Leiteira no Paraguai; e Fortalecimento da transparência e desenvolvimento de capacidades dos governos locais do Paraguai, realizados em 2011¹⁰⁸.

Apesar disso, ao tomar posse no Paraguai o governo anti-neoliberalista, o presidente Lugo põe em prática uma de suas metas de campanha que é a renegociação do Tratado de Itaipú, propondo uma alteração dos valores pagos pelo Brasil ao Paraguai alegando de imperialista o uso da usina pelo país. Este fato gerou certo desconforto ao governo brasileiro, que não aceitou negociar até 2010, quando enfim o presidente Lula cede aos interesses paraguaios em prol da continuidade de um bom relacionamento entre os dois países, assinando acordo que revisa os valores repassados ao Paraguai, aumentando-os consideravelmente¹⁰⁹.

Nas relações atuais com o Brasil o principal ponto de tensão remete à região da tríplice fronteira, onde se situa a região do Alto Paraná. Por longos anos na denominada Cidade do Leste, desenvolveu-se um comércio de triangulação ou reexportação para o Brasil, onde distintas mercadorias são ali adquiridas por “sacoleiros”, que as introduzem no Brasil com evasões no pagamento de impostos, estigmatizando a zona fronteira como um ativo centro de contrabando, pirataria, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas e de armas (YEGROS, 2013). A magnitude desta atividade na região já havia levado o Brasil a voltar a atenção para ela. Além de extremar o controle e as restrições na fronteira, o país enxerga a necessidade de um desenvolvimento maior no entorno daquele local, principalmente no lado paraguaio,

¹⁰⁷ O emprego frequente do termo relacionado a conflitos que envolvem proprietários rurais de origem brasileira popularizou em anos recentes uma espécie de sinédoque, na qual o neologismo brasiguai tornou-se sinônimo de empresário da soja. No entanto, embora não haja estatísticas precisas, a maioria dos emigrantes brasileiros não usufrui desta condição econômica no país vizinho. Ao contrário, a própria origem do termo brasiguai está associada à afirmação de uma identidade social positiva entre sem-terra brasileiros, no sentido de uma reivindicação fundiária que se consumou em princípio dos anos 1980 no município de Novo Mundo, no Mato Grosso do Sul. (NETO, 2014, ps. 447 e 448)

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/2011/06/page/2/>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://onial.wordpress.com/2013/06/10/itaipu-os-acordos-e-as-questoes-recentes-entre-brasil-e-paraguai/>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

dispendendo auxílio principalmente através de programas de cooperação para o fortalecimento do Paraguai e a retomada do crescimento econômico do país.

Quanto a participação dos dois países em organismos internacionais na América Latina, ambos compartilham relações multilaterais nos blocos regionais UNASUL, CELAC e a ALADI. Além de serem ambos membros fundadores do MERCOSUL, tendo o Paraguai sua participação suspensa entre 2012 e 2013 por suposta infração ao Protocolo de Ushuaia.

3.3.4 Acordos Bilaterais de Cooperação Sul-Sul Brasil x Paraguai

A Cooperação Técnica entre Brasil e Paraguai é amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai firmado entre os dois países em 27 de outubro de 1987 e aprovado através do Decreto Legislativo nº 68, de 1989 pelo presidente Sarney e ratificado internamente no Brasil em 1º de junho de 1991 através do Decreto nº141¹¹⁰.

No entanto, Brasil e Paraguai já haviam no seu período ditatorial firmado Acordo de cooperação educacional, científica e cultural em 1973, promulgado pelo presidente Ernesto Geisel através do Decreto nº 75.105, de 20 de dezembro de 1974, com foco justamente na capacitação profissional, prevendo o intercâmbio de professores e profissionais por meio de cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e pesquisa, fornecendo às partes anualmente cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento de treinamento profissional. No que concerne à parte educacional, o acordo visava somente o ensino superior, sendo importante pois destituiu a necessidade de revalidação de diplomas expedidos para sua validade nos dois países. Quanto a cultura, previa o favorecimento do ingresso em seus territórios de filmes documentários, artísticos, educativos e turísticos, originários da outra Parte, além de jornais, revistas e publicações de caráter cultural¹¹¹.

Ainda longe de um processo de cooperação com vistas ao desenvolvimento entre as regiões, o acordo supracitado foi um importante introdutor da educação profissional na agenda dos dois países, promovendo com o intercâmbio de estudantes e profissionais um aprimoramento neste sentido.

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D01>. Acesso em 3 de abril de 2016.

¹¹¹ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1973/b_63/>. Acesso em 3 de abril de 2016.

O novo acordo realizado em 1987 não extinguiu o anterior, servindo apenas para consolidar a cooperação entre os dois países, já num período de abertura democrática no Brasil e de ditadura, ainda, no Paraguai. Esse acordo é firmado tendo em vista os interesses dos parceiros no progresso do desenvolvimento técnico visando o incremento da qualidade de vida dos seus povos, nele prevalecendo formas de cooperação através do intercâmbio de informação, disponibilidade e intercâmbio de pessoal técnico para estudo pesquisa e treinamento, como por exemplo a implementação conjunta ou coordenada de programas e projetos nos dois territórios. Fica também definido no acordo o estabelecimento das formas de cooperação através dos ajustes complementares, que entram em vigor pela via diplomática, podendo os mesmos contar com a participação de organizações privadas para o seu incremento.

Além da observância dos mesmos princípios básicos de cooperação, este novo acordo ainda instituía uma comissão mista, integrada por representantes do Ministério das Relações Exteriores de ambos os países, do Ministério da Educação e Cultura do Brasil e do Ministério da Educação e Culto do Paraguai, tendo como atribuições principais, entre outras, avaliar de forma periódica o funcionamento do Acordo nos dois países.

Ratificado em um período que se caracteriza pelo início das políticas neoliberais nos países da América do Sul, com suas relações exteriores voltadas para o norte, em especial os Estados Unidos, os projetos oriundos do acordo só ganham impacto na região após a ascensão de Lula à presidência do Brasil em 2003, tendo como carro chefe e projeto de grande destaque dado pela ABC não só na Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Paraguai mas entre todos os projetos, o Projeto Centro de Formação Profissional Brasil Paraguai em Hernandarias iniciado já em 2002 através de ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação¹¹², tendo como desenvolvedores e responsáveis pela execução do projeto o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) pelo lado brasileiro e o Serviço Nacional de Promoção Profissional (SNPP)¹¹³ pelo lado paraguaio.

Este projeto tem início após a verificação de uma queda do comércio de triangulação na região em torno da fronteira, especialmente do lado de *Ciudad del Este*, tornando a população ociosa no perímetro, num local que se estigmatizou pelo tráfico de drogas, armas e contrabando,

¹¹² Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_5/>. Acesso em 3 de abril de 2016.

¹¹³ “El Servicio Nacional de Promoción Profesional -SNPP, fue creado por la ley N° 1253 del año 1971 y modificado por las Leyes N° 1265 del año 1987, 1405/1999, 1652/2000 y la 2199/2003. Es un organismo dependiente del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. Sus actividades, iniciadas en el año 1972. se dirigen a atender fundamentalmente la política ocupacional del gobierno. Realiza sus acciones formativas atendiendo principalmente el proceso de desarrollo nacional, otorgando respuestas inmediatas al mercado laboral en términos de capacitación”. Disponível em: <<http://www.snpp.edu.py/>>. Acesso em 3 de abril de 2016.

fazendo com que o desenvolvimento da região entrasse na agenda dos governos envolvidos. Aliás, grande parte dos projetos ocorridos após o início do governo Lula, mas anteriores ao governo de Lugo no Paraguai, são pontuais, em questões específicas da agenda das Políticas Públicas de ambos governos. Percebe-se após a posse de Lugo em 2008, com o alinhamento político dos dois governos, um crescimento no número de missões brasileiras para implementação de projetos no Paraguai, com destaque para as áreas de políticas sociais, culturais e militares, além do fortalecimento dos projetos de capacitação como o de Hernandarias, que atinge sua 4ª fase em 2009. Dessa forma, tem-se no período de 2003 a 2014 a implementação de 114 projetos, um dos países o qual o Brasil mais desenvolveu projetos de Cooperação Sul-Sul na América Latina, listados no seguinte quadro:

Quadro 4 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai

Nome do Projeto (política pública envolvida)	Ano de Início	Ano de conclusão (previsão de conclusão)	Situação
BRA/98/004 -A024 - Visita Técnica para Detalhamento do Projeto Bolsa-Escola no Paraguai	2003	2003	Concluído
BRA/98/004 -A030 - APOIO AO PROJETO CENTRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL/PARAGUAI EM HERNANDÁRIAS.	2004	2004	Concluído
BRA/04/044 -A006 - Capacitação Técnica em Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural	2005	2005	Concluído
BRA/04/043 -S004 - Centro de Formação e Capacitação Profissional Paraguai-Brasil em Hernandarias - FASE II, Consolidação e Ampliação	2005	2006	Concluído
BRA/04/044 -A053 - Prospecção de oportunidades e projetos nas áreas de agricultura, pecuária, saúde e biocombustíveis	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -A090 - Treinamento de funcionários paraguaios nas áreas de informação tecnológica e patentes	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -A092 - Missão de prospecção de oportunidades na área de inclusão digital	2006	2006	Concluído
BRA/04/044 -S067 - Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Matérias-Primas de Biocombustíveis no Paraguai	2006	2013	Concluído
BRA/04/043 -A063 - Política de Acesso à Terra e Reforma Agrária.	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A114 - Missão para Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica no Paraguai - Pastoral da Criança	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A127 - Missão de Especialistas Brasileiros para Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica com o Paraguai	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A129 - Instalação de Telecentros Comunitários e Capacitação em Software Livre	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A143 - Desenvolvimento do Setor de Diversidade Cultural no Paraguai	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A144 - Missão de Prospecção para a Formulação de Políticas e Programas Nacionais de Cultura	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A154 - Visita a Unidades de Ensino e Pesquisa do Paraguai para Definição do Enfoque a ser Estabelecido nas Atividades in Loco Teórico-Práticas, Relativas ao Projeto para "Capacitação Técnica de Pesquisadores nas Principais Cadeias Produtivas d	2007	2007	Concluído
BRA/04/044 -A184 - Missão de Prospecção para a formulação do Projeto "Cozinha Paraguai"	2007	2008	Concluído
BRA/04/043 -S024 - Centro de Formação e Capacitação Profissional "Paraguai - Brasil" em Hernandarias - Fase III. Consolidação, Ampliação e Expansão	2007	2009	Concluído
BRA/04/043 -S030 - Capacitação em Museologia	2007	2010	Concluído
BRA/04/044 -S070 - Capacitação Técnica de Pesquisadores nas Principais Cadeias Produtivas do Agronegócio do Paraguai	2007	2010	Concluído
BRA/04/044 -S081 - Modelagem de Política Postal no Paraguai, com o Estabelecimento do Serviço Postal Universal	2007	2010	Concluído

BRA/04/044 -S069 - Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina	2007	2011	Concluído
BRA/04/044 -S082 - Apoio à Implantação e Implementação do Banco de Leite Humano no Paraguai	2007	2011	Concluído
BRA/04/043 -S031 - Intercâmbio de Conhecimentos sobre Sistemas de Conservação Integrada e Patrimônio Cultural	2007	2012	Concluído
BRA/04/043 -S039 - Fortalecimento da vigilância epidemiológica, com ênfase no combate à dengue e à implantação do regulamento sanitário internacional	2007	2013	Concluído
BRA/04/043 -A079 - Missão para detalhamento do Projeto "Cadastramento de cidadãos brasileiros e paraguaios na fronteira"	2008	2008	Concluído
BRA/04/043 -A083 - Estágio de Operações em Pantanal	2008	2008	Concluído
BRA/04/043 -A096 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Operações em Pantanal para Sargentos)	2008	2008	Concluído
BRA/04/044 -A206 - Missão para detalhamento do Projeto Cozinha Paraguai	2008	2008	Concluído
BRA/04/044 -A212 - Apoio à participação de representantes paraguaios na "Consulta Regional para América Latina e Caribe sobre HIV/AIDS no Sistema Penitenciário"	2008	2008	Concluído
BRA/04/044 -A233 - Missão para elaboração de estudos sobre a realidade migratória no Paraguai e seus impactos econômicos	2008	2008	Concluído
BRA/04/044 -A261 - Missão de especialistas brasileiros para detalhamento de novos projetos de cooperação técnica	2008	2008	Concluído
BRA/04/044 -A271 - Missão técnica de Negociação sobre Projeto de Cooperação Trilateral para o Fortalecimento do Serviço Público Paraguai.	2008	2008	Concluído
BRA/04/043 -A119 - Missão de equalização e capacitação sobre o desenvolvimento de subprojeto de cooperação técnica no setor postal do Paraguai	2008	2009	Concluído
BRA/04/043 -A128 - Mapeamento de Material Genético e da Produção de Matérias Primas de Biocombustíveis no Paraguai	2008	2009	Concluído
BRA/04/043 -A135 - Participação de Técnicos Paraguaios no Congresso Internacional de Software Livre para a gestão pública Free Software Rio 2008	2008	2009	Concluído
BRA/04/043 -S065 - Fortalecimento da Educação Técnica e Profissional do Paraguai	2008	2012	Concluído
BRA/04/043 -S042 - Capacitação de técnicos para o desenvolvimento da produção leiteira de agricultores familiares do Paraguai	2008	2013	Concluído
BRA/04/043 -A164 - Visita técnica para avaliação e reformulação do subprojeto "Apoio à Implantação e Implementação do Banco de Leite Humano no Paraguai"	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A187 - Missão de especialistas brasileiros para elaboração de diagnóstico sobre a estrutura técnico-operacional da Direção-Geral de Migrações	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A230 - Missão de elaboração e acompanhamento de projetos de cooperação técnica entre Brasil e Paraguai	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A233 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (CINS - Curso de Inspetor de Suprimento)	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A241 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (CGSM - Curso Geral de Suprimento e Manutenção)	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A245 - Participação de Especialistas Brasileiros em Missão de Acompanhamento de Projetos em Sistemas de Conservação Integrada e Patrimônio Cultural no Paraguai	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A262 - Seminário sobre Sistemas de Gestão e Infraestruturas (no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão)	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A272 - Transferência de Conhecimento quanto ao Funcionamento, Processamento, Rotina e Trabalho Social de Bancos de Leite Humano	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A278 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (CEMAE - Curso de Especialização em Medicina Aeroespacial)	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A328 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Mecânica Geral da Aeronave UH-50)	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A345 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Preparação de Instrutores)	2009	2009	Concluído
BRA/04/043 -A242 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (CPCE - Curso de Piloto de Combate para Estrangeiros)	2009	2010	Concluído
BRA/04/043 -A294 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Polícia do Exército)	2009	2010	Concluído
BRA/04/043 -A303 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso Especial de Pilotagem Militar para Estrangeiros, primeira fase)	2009	2010	Concluído
BRA/04/043 -A314 - Mapeamento das necessidades de capacitação dos técnicos do INTN na área de metrologia legal	2009	2010	Concluído

BRA/04/044 -A313 - Transparência e Desenvolvimento da Capacidade dos Governos Locais	2009	2010	Concluído
BRA/04/044 -S158 - Técnicas para a diversificação das atividades agropecuárias para agricultura familiar no Paraguai	2009	2012	Concluído
BRA/04/043 -S104 - Centro de Formação Profissional Brasil-Paraguai em Hernandarias - Fase IV Ampliação e Expansão	2009	2015	Concluído
BRA/04/043 -A408 - Missão técnica para identificação e elaboração de projeto de cooperação técnica com órgãos de assessoria jurídica	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A365 - Missão de Prospecção para a reformulação do Projeto Apoio ao Fortalecimento do Gabinete Civil da Presidência da República do Paraguai	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A479 - Treinamento de Militares Estágio de Comunicação Social para Oficiais do Quadro do Estado-Maior da Ativa	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A517 - Capacitação em ações básicas de saúde, nutrição, educação para Gestantes/crianças e famílias - Pastoral da criança	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A548 - Capacitação dos processos produtivos no cultivo da Batata e Alho	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A563 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Mestre de Salto para Sargentos)	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A565 - Treinamento de militares Sul-Americanos no âmbito da defesa (Curso de prevenção de acidentes aeronáuticos atividade aeroportuária)	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A593 - Treinamento de militares Sul-Americanos no âmbito da defesa (Curso de operador de estação de telecomunicações de RCC- Centro de Coordenação de Salvamento)	2010	2010	Concluído
BRA/04/044 -A600 - Reunião de Coordenadores Nacionais do SGT 10 do MERCOSUL	2010	2010	Concluído
BRA/04/043 -A414 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Estágio de Desminagem para Oficiais)	2010	2011	Concluído
BRA/04/044 -A634 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa Curso de Formação de Sargentos - CFS (Pré-Seleção)	2010	2011	Concluído
BRA/04/044 -A637 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no âmbito da Defesa (Curso Especial de Pilotagem Militar para Estrangeiros, segunda fase)	2010	2011	Concluído
BRA/04/043 -A429 - "Capacitação de Técnicos Paraguaiois em Ferramentas de Governo Eletrônico"	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A715 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa Curso Básico de Inteligência para Sargentos	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A725 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Preparação de Instrutores de Voo	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A736 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Precursor Pára-quedista para Sargentos	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A760 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Mestre de Salto para Sargentos	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A768 - Visita técnica para avaliação e elaboração da segunda fase do projeto "Apoio à Implantação e Implementação do Banco de Leite Humano no Paraguai"	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A771 - Capacitação de técnicos paraguaiois em ferramentas de governo eletrônico - Fase II	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A781 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Estágio de Mestre de Salto Livre para Sargentos	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A809 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Sargentos	2011	2011	Concluído
BRA/04/044 -A821 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Auxiliar de Comunicação Social	2011	2011	Concluído
BRA/04/043 -A520 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Inspetor de Manutenção Aeronáutica	2011	2012	Concluído
BRA/04/043 -A521 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Intermediário de Inteligência	2011	2012	Concluído
BRA/04/043 -A577 - Missão de prospecção na área de produção e beneficiamento de algodão no Paraguai	2011	2012	Concluído
BRA/04/043 -A580 - Capacitação de Técnicos Paraguaiois em Ferramentas de Mensageria Expresso	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A686 - "Missão de Prospecção para Identificação de Áreas Específicas de Cooperação Técnica de Segurança Pública no Paraguai"	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A731 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Sargentos	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A733 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A743 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsaO (Paraguai)	2011	2012	Concluído
BRA/04/044 -A785 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Mestre de Salto para Oficiais do Paraguai	2011	2012	Concluído

BRA/04/044 -A830 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais	2011	2012	Concluído
BRA/04/043 -A571 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa: Curso de Formação de Sargentos - CFS	2011	2013	Concluído
BRA/04/043 -S172 - Fortalecimento Institucional da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar Social da República do Paraguai	2011	2013	Concluído
BRA/04/044 -A1005 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso Básico de Manutenção do Sistema ILS para Sargentos da Força Aérea do Paraguai	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A1045 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no âmbito da Defesa - Curso de Cooperação Civil - Militar	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A912 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso Especial de Pilotagem Militar para Estrangeiros	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A924 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Preparação de Instrutores de Vôo	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A927 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Preparação de Instrutores - CPI	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A937 - Missão para Reformulação de Projetos voltados para o Desenvolvimento Rural e da Terra, no âmbito da Cooperação Técnica Brasil - Paraguai	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A945 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa -Estágio de Preparação para Missão de Paz	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A950 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Inspetor de Suprimentos	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A981 - Desenho de Cursos e Programas de Capacitação	2012	2012	Concluído
BRA/04/044 -A1052 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Auxiliar de Coordenador SAR para Graduados	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A876 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - AMAN	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A877 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A890 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - ECEME	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A910 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Sargentos	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A928 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais do Paraguai	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A935 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Instrutor de Educação Física	2012	2013	Concluído
BRA/04/044 -A1088 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Formação de Sargentos	2013	2013	Concluído
BRA/04/044 -A1090 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no âmbito da Defesa - Curso de Segurança de Voo idioma Espanhol	2013	2013	Concluído
BRA/04/044 -A1096 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no âmbito da Defesa - Curso de Formação de Sargentos, Paraguai.	2013	2013	Concluído
BRA/04/044 -A1126 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no âmbito da Defesa - Curso de Formação de Sargentos da Escola de Especialistas da Aeronáutica	2013	2014	Concluído
BRA/04/044 -A1140 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Formação de Sargentos (CFS)	2014	2014	Concluído
BRA/13/008 -A008 - Missão Multidisciplinar de Cooperação Técnica	2014	2014	Concluído
BRA/13/008 -A023 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Oficiais (AMAN), 2º ano	2014	2014	Concluído
BRA/13/008 -A037 - Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Sargentos (CFS)	2014	2015	Concluído
BRA/13/008 -S057 - Fortalecimento Institucional da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde Pública e Bem-Estar da República do Paraguai	2014	2017	Em execução

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 3 de novembro de 2015

Assim como os outros dois países pesquisados, tem-se como norteador dos projetos a transferência de tecnologia e conhecimento técnico brasileiro para o Paraguai, expresso pelas

missões realizadas para a análise das Políticas Públicas necessárias de implementação de projetos de cooperação, todas em território paraguaio.

Como já mencionado, percebe-se a partir de 2008 um grande incremento de projetos, fruto do alinhamento político entre os governos de Lula e Lugo. Nesta esteira, percebe-se uma grande preocupação na política dos dois países na área militar, demonstrado através da implementação de grande número de projetos nesta área, além da questão do trabalho, através do incremento e renovação de projetos para a promoção da capacitação técnica para o desenvolvimento da indústria paraguaia, dentro de um contexto onde ambos compartilham uma região considerada importante para a economia dos dois países, onde localiza-se a hidrelétrica de Itaipú.

O grau de excelência com que os projetos de Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Paraguai na área de capacitação técnica, principalmente o Centro de Formação em Hernandarias executado pelo SENAI e SNPP, são tratados pela ABC, permitiram ao Brasil avançar neste tipo de projeto para além da América do Sul, aumentando a gama de projetos bilaterais de cooperação do país em regiões como África e Ásia¹¹⁴

Segundo a ABC (2015), ao final de 2011, o programa paraguaio era composto principalmente por projetos com enfoque nas áreas de agricultura, educação, fortalecimento institucional, formação profissional, migração, patrimônio e cultura, saúde e segurança pública.

3.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO TRÊS

Equador, Bolívia e Paraguai possuem configurações semelhantes no que diz respeito ao seu processo de formação histórica. Através da descrição realizada de forma sucinta de seus principais aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e históricos, além da análise de suas Relações Internacionais, com foco no seu relacionamento com o Brasil, é possível arrolar uma série de características de cada país, ora aproximando-os, ora os diferenciando.

Referente aos principais acontecimentos históricos pós-independência, tem-se o envolvimento recorrente destes em conflitos gerados principalmente por questões territoriais, fruto de uma divisão de terras imposta pelos colonizadores, que não levou em considerações aspectos culturais e sociais dos antigos habitantes ali instalados (indígenas). Aliás, diferem-se do Brasil os países porquanto suas independências todas foram derivadas de luta armada

114

Disponível

em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 4 de abril de 2016.

intensa, sendo todas conquistadas através do conflito contra os colonizadores. O período em que ocorrem estas independências são todos semelhantes, sendo o Paraguai em 1811, Equador em 1822 e Bolívia em 1825.

Voltando aos conflitos históricos, Bolívia e Paraguai tiveram como adversário o Brasil em duas ocasiões marcantes, na Guerra do Acre e na Guerra do Paraguai respectivamente. Em ambas, o Brasil saiu como vencedor.

Uma característica já mencionada, inerente a todos os países da América Latina e que se relaciona diretamente com a dependência da região para a política norte-americana é a presença de governos ditatoriais militares após a metade do século XX. Dentre os países estudados, o Paraguai é o que mais se submeteu ao regime, com 35 anos de governo ininterrupto do General Stroessner, e o Equador apresentou um período ditatorial ínfimo se comparado aos demais países latino-americanos, apenas 7 anos. Neste período, que coincide com o período ditatorial brasileiro, se observa uma primeira aproximação mais incisiva do país para com os vizinhos da América do Sul, marcado por uma política externa subimperialista brasileira (MARINI, 2012). Desta aproximação derivam iniciativas significativas na região, como a criação da Hidrelétrica de Itaipu, no Paraguai, a exploração do gás natural boliviano e dos hidrocarbonetos no Equador, além, é claro, da assinatura dos primeiros acordos de cooperação técnica do Brasil com os três países. Este período ditatorial mais longo por qual passou o Paraguai, somado aos esparsos crescimentos econômicos que o mesmo apresentou, explica por que o país é o que possui a democracia mais tênue dentre os países da América do Sul. Elegeu um representante considerado popular somente em 2008, sendo o mesmo deposto poucos anos depois através de impeachment considerado irregular no âmbito do MERCOSUL.

Outra característica comum entre os três países, diferindo-os do Brasil, é a população indígena, sendo forte a presença indígena em sua cultura, tendo os idiomas e a cultura indígena reconhecimento constitucional, principalmente nas novas constituições promulgadas pela Bolívia e Equador dentro do período de ascensão de governos progressistas na região. Inclusive, papel importante tiveram os movimentos indígenas em diversas reivindicações sociais nos dois países, como, por exemplo, o “Guerra da Água” na cidade boliviana de Cochabamba.

No que diz respeito a sua diplomacia, nota-se que com a promulgação de constituições bastante recentes, 2009 na Bolívia e 2008 no Equador, é dada ênfase à América Latina, sendo a integração regional um de seus princípios das relações exteriores dos dois países. A constituição Paraguaia de 1992, concebida num período neoliberal e de submissão ao Consenso de Washington, não traz nenhum elemento neste sentido. No entanto, dentre as constituições estudadas é a única que expressa o elemento da supranacionalidade nos Tratados Internacionais,

contrariando as Constituições bolivianas e equatorianas que, assim como a brasileira, exigem a necessidade de ratificação interna de tratados internacionais para que estes passem a fazer parte da ordem jurídica interna dos países.

Quanto à relação de Equador, Bolívia e Paraguai com o Brasil, percebe-se ao longo da história latino-americana, que, excetuados os conflitos elencados, essa aproximação se apresenta de forma mais prática em dois momentos: durante o período ditatorial brasileiro, onde este emprega, como já mencionado uma política externa subimperialista para com a região, primando esta relação em questões de exploração energética, e após a quarta onda de integração (SOUZA, 2012), onde no início do governo Lula, em 2003, há a imersão de projetos de Cooperação Sul-Sul na região para a resolução de Políticas Públicas de caráter primordialmente social, que se fortalece quando da ascensão de governos de ideologias correlatas nos países parceiros. De fato, em 2005, no Equador, em 2006 na Bolívia e 2008 no Paraguai, foi onde se observou um aumento significativo de projetos bilaterais deste tipo, sendo o Paraguai o parceiro com maior número de projetos, seguido da Bolívia e do Equador.

No próximo capítulo pretende-se, portanto, realizar uma análise dos projetos de Cooperação Sul-Sul implementados dentro do período de 2003-2014 entre o Brasil e os três países pesquisados, pretendendo dessa forma estabelecer quais as Políticas Públicas que foram o maior alvo do Brasil neste quesito e de que maneira estes projetos se relacionam com a política externa brasileira no período na América do Sul.

4 RELAÇÕES BILATERAIS DO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS CASOS EQUATORIANO, BOLIVIANO E PARAGUAIO

Realizada a descrição de forma sucinta dos três países selecionados para a pesquisa, no que se refere as suas principais características regionais, políticas, sociais, econômicas, diplomáticas e históricas, com ênfase na sua relação bilateral com o Brasil, trata-se neste capítulo de realizar a análise dos projetos de Cooperação Sul-Sul bilaterais do país com os três, com vistas a estabelecer a relação destes para com a liderança regional brasileira no período pesquisado, objeto deste trabalho.

Definida a metodologia de pesquisa utilizada, a qual optou-se pelo método de pesquisa descritivo com abordagem exploratória, sendo as técnicas de pesquisa utilizadas a bibliográfica e a documental, tem-se que devido a inviabilidade de análise sucinta de cada um dos projetos realizados no que diz respeito aos tratados e normativas estabelecidas nos ajustes complementares responsáveis por sua regulação, foram estabelecidas variáveis de análise que serão utilizadas para cada um dos países, com vistas ao estudo dos projetos de forma global, na tentativa de verificação de suas implicações em diversas esferas da política internacional. Seguindo dessa forma uma linha defendida por Guimarães (2013), o qual preceitua que as relações de poder no cenário mundial são definidas por diversas esferas diferentes. Nesta escoreta, as variáveis escolhidas foram a temática dos projetos, cronologia e temporalidade, valores envolvidos, monitoramento e avaliação e a relação comercial entre os países, onde será analisada a balança comercial¹¹⁵ durante o período e se de alguma forma sua relação comercial foi alterada, sugerindo uma relação de dependência entre os Estados Nação. Por último, finaliza-se o capítulo com uma análise das implicações na liderança política do Brasil na região, destacando episódios importantes ocorridos na política latino-americana no período e o papel do Brasil nestes.

Para fins de facilitação do estudo, seguir-se-á a mesma ordem do capítulo anterior, primeiro com a análise das variáveis equatorianas, seguidas de Bolívia e Paraguai, para somente após proceder a análise comparativa dos três casos, introduzindo o elemento político já à luz das teorias das Relações Internacionais, Políticas Públicas e Subimperialismo, conforme referencial teórico apresentado, imprescindível para a análise ora em questão.

¹¹⁵ Balança comercial é o indicador econômico que representa a relação entre o total de exportações e importações de bens e serviços de um país em determinado período. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/balanca-comercial>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

Cabe destacar que primeiramente realiza-se uma explanação acerca dos aspectos metodológicos utilizados no que diz respeito às variáveis definidas, explicitando-se as fontes utilizadas de forma a padronizar os dados coletados, permitindo sua análise de forma generalizada.

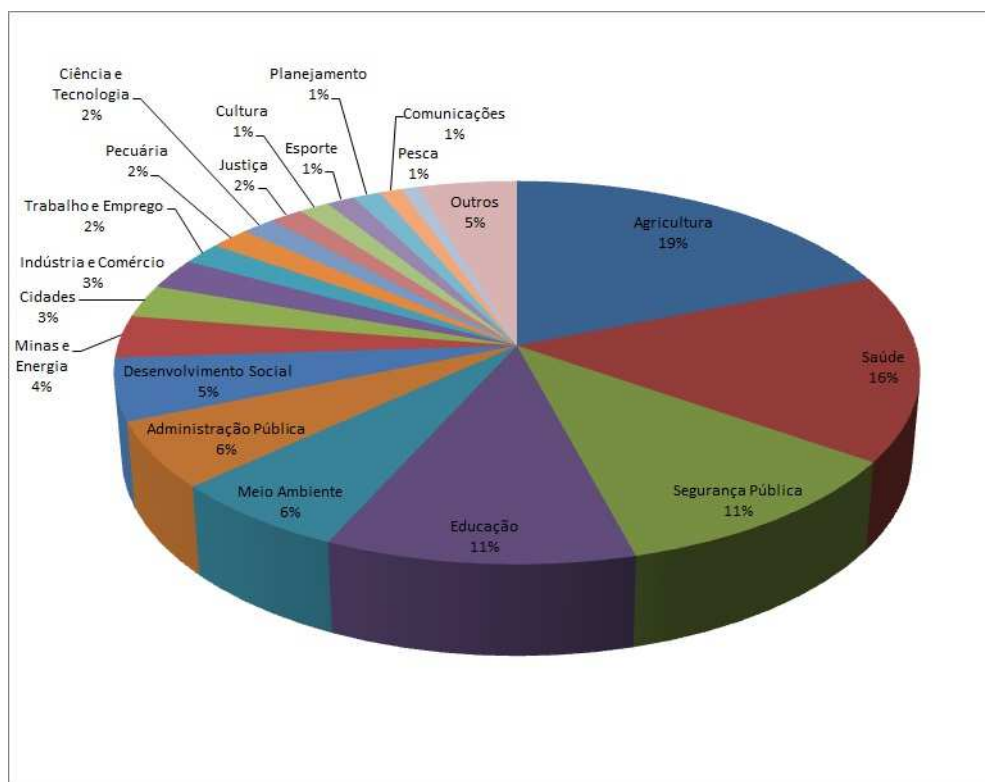
4.1 ASPECTOS METODOLOGICOS

Conforme já denotado, os estudos de Políticas Públicas envolvem uma complexidade que exige uma multidisciplinaridade em sua abordagem, a fim de permitir uma análise destas políticas que explicitem o porquê, para que e como os governos seguem particulares cursos de ação ou inação, oferecendo uma compreensão das questões relacionadas com a legitimidade, eficácia e durabilidade da ação pública (ASENSIO, 2010). No Brasil, as Políticas Públicas possuem vasta capilaridade, contemplando áreas temáticas que vão desde o saneamento, educação, meio ambiente, mobilidade urbana, desenvolvimento social, capacitação profissional, entre outros, em alguns casos contemplando diversos fatores em um mesmo programa, como por exemplo educação e saneamento. Segundo Arsego (2013), as formas de definição e compreensão dos processos em Políticas Públicas podem variar conforme os autores e suas distintas vertentes teóricas, traduzida em diversa literatura onde os conceitos e os critérios de agrupamento para análise do tema são bastante diversificados.

A definição do termo Políticas Públicas é o início de uma caminhada que permite adentrar na análise dos diferentes atores e interesses envolvidos, das formas de identificação da demanda ou problema, das suas etapas de operacionalização, da racionalidade ou irracionalidade envolvidas, entre outros aspectos. A relevância da temática na atualidade demonstra ao menos uma congruência, de que a análise das Políticas Públicas permite complementar e ir além da análise do Estado enquanto ente, funções e aparatos legais e burocráticos, para verificar como atua, decide, interfere e impacta os problemas concretos que identifica ou lhe são demandados. (ARSEGO, 2013, p.244)

Para o autor, portanto, a base teórica do estudo e definição dos agrupamentos temáticos de Políticas Públicas faz parte da construção do pesquisador, permitindo através da visibilidade da atenção dada a cada Estado, a análise de seus objetivos principais e resoluções.

A ABC define as linhas temáticas dos projetos de Cooperação Sul-Sul conforme gráfico abaixo, que inclusive contém o percentual de projetos realizados em cada área, o qual a agência denomina de segmento, referente a todos os projetos que o Brasil realiza tanto de forma bilateral como trilateral e multilateral nos continentes africano, asiático e americano.

Gráfico 1 - Classificação da Cooperação Sul-Sul por Segmento (2000-2014)

Fonte: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/ClassificacaoSegmento>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

A segmentação proposta pela ABC limita-se ao gráfico acima, não atrelando uma área específica para cada projeto em seus relatórios. Para efeitos deste trabalho, no que diz respeito a linha temática a qual os projetos foram enquadrados, usou-se as linhas temáticas com as nomenclaturas propostas pela ABC, à exceção dos projetos militares classificados como de “defesa”, por não estarem contemplados dentro do gráfico apresentado pela ABC, a despeito de representarem um percentual bastante significativo nos projetos de CSS, tendo como principal definidor das áreas os Ministérios ou Órgãos principais responsáveis pela execução dos projetos, não esgotando outros órgãos ou outras temáticas envolvidas na implementação dos mesmos. Em outras palavras, embora realizada a delimitação dos projetos por área temática de forma a permitir a generalização e o estudo dos mesmos de forma mais abrangente, isto, não limita que determinados projetos não possam perpassar diversas outras Políticas Públicas de outros setores envolvidos.

No que diz respeito à cronologia e à temporalidade dos projetos, também se utilizam dados da ABC. A Agência, encarregada da supervisão e da manutenção dos processos de Cooperação Sul-Sul brasileiros, tem sua criação datada de 1987, por meio do Decreto nº

94.973¹¹⁶, voltada para o amadurecimento da diplomacia do país frente aos organismos multilaterais que sugeriram, acompanhando as novas políticas construídas no âmbito internacional, com grande auxílio do PNUD. Com uma visão de longo prazo, a agência foi aperfeiçoando-se durante os anos, vinculada ao Ministério de Relações Exteriores do Brasil, até voltar seu foco para os países em desenvolvimento, competindo à ABC

planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações. (ABC, 2015)

Segundo regimento interno da ABC aprovado em 2012. Desta forma, fica como competência da agência o desdobramento dos acordos de cooperação técnica e científica previamente celebrados entre os países. De acordo com o histórico da ABC em seu sítio eletrônico,

a estrutura operacional da Agência e a composição de seu quadro de recursos humanos e de sistemas gerenciais foi progressivamente sendo estruturado pari-passu ao expressivo crescimento dos programas de cooperação horizontal do Brasil, que se ampliaram geometricamente em termos de países parceiros atendidos, projetos implementados e em recursos efetivamente desembolsados. Atualmente, a Cooperação Sul-Sul do Brasil está presente em todos os continentes, seja por meio de programas e projetos bilaterais, ou via parcerias triangulares com governos estrangeiros e organismos internacionais. (ABC, 2015)

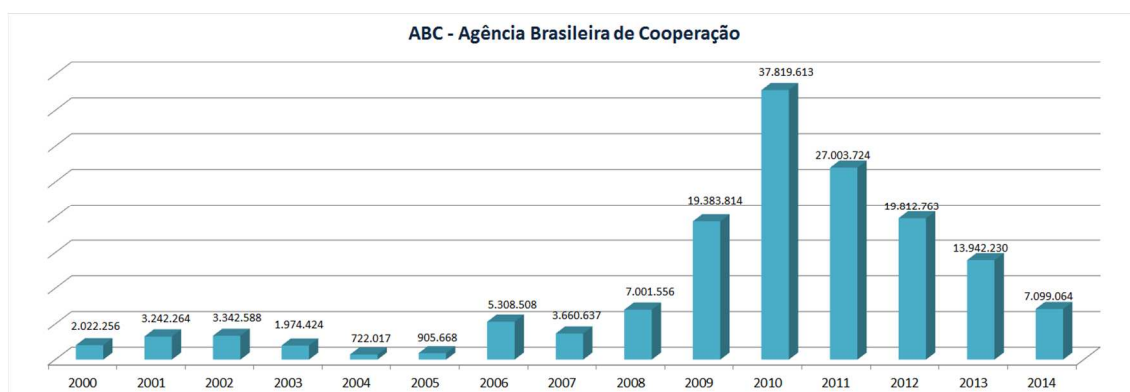
Conforme já descrito, o começo efetivo dos projetos de Cooperação Sul-Sul no âmbito da América do Sul ocorre somente a partir do Governo Lula em 2003, com a observação de escassos processos iniciados antes deste período, sem definição da política pública específica trabalhada, exemplo da Bolívia, cujo primeiro projeto de cooperação bilateral com o Brasil data de 1997.

Diante deste enunciado e de posse da listagem de projetos executados, foram construídas tabelas contendo o quantitativo anual de projetos, permitindo verificar em quais períodos que estes se intensificaram. Além disso através do prazo estipulado de execução dos projetos, se elaboraram tabelas contendo a temporalidade dos projetos, permitindo fazer uma média dos prazos dos projetos executados e em execução.

¹¹⁶ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94973-25-setembro-1987-445492-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

Quanto aos valores envolvidos na execução dos projetos, utilizou-se também da análise de dados da ABC. De acordo com esta agência, a cooperação brasileira se dá principalmente através da utilização de técnicos administrativos que já integram a Administração Pública brasileira, os quais proporcionam assessoria técnica aos projetos sem a necessidade de gastos com pessoal e/ ou infraestrutura pela agência (ABC, 2016). A principal fonte de recursos para os projetos na América do Sul provém da parceria do Brasil com o PNUD, o qual reconheceu no país, através das suas experiências, uma referência neste tipo de cooperação¹¹⁷. A evolução da execução financeira da ABC nos projetos de Cooperação Sul-Sul segue conforme gráfico abaixo retirado do sitio eletrônico da agência, sendo os valores anuais as somas da execução de seu orçamento, das transferências para Organismos Internacionais e de repasses de recursos de órgãos e instituições públicas brasileiras para a execução dos projetos (ABC, 2016).

Gráfico 2 - Evolução da Execução Financeira dos Projetos da ABC



Fonte: < <http://www.abc.gov.br/Gestao/EvolucaoFinanceira>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

De acordo com dados da ABC, o orçamento total utilizado pelo Brasil nos Projetos de Cooperação Sul-Sul na América Latina no período compreendido entre 2003 e 2014 foi de \$65.139.769,83. Pretende-se através da análise desta variável, verificar como se dá a divisão deste orçamento por país, se o orçamento condiz com o quantitativo de projetos e se é utilizado de forma mais ou menos semelhante em cada um.

Outra variável de análise utilizada foi a busca de indicadores generalizados de monitoramento e avaliação dos projetos. Por tratar-se de avaliação de Políticas Públicas, que como visto, muitas vezes envolvem elementos muito mais políticos do que técnicos, o que denota uma subjetividade inerente ao tema, Arsego (2013) define que a avaliação compreende a visualização e análise dos efeitos e impactos dos programas executados, levando em conta

¹¹⁷ Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4032>>. Acesso em 25 de abril de 2016.

critérios como de economicidade, eficiência econômica e administrativa, eficácia e equidade, e conforme a análise, a política pública poderá manter-se, ser adaptada ou reestruturada, ou ser extinta. Conforme Baptista; Rezende (2011) convém diferenciar a avaliação normativa da pesquisa avaliativa. Considera-se que a avaliação pode ser resultado direto da aplicação de critérios e normas bem definidos ou ser elaborada a partir de um procedimento científico, caracterizando-se como uma pesquisa. Neste último caso, são analisadas também a pertinência, os fundamentos teóricos e as relações existentes entre a intervenção e o contexto no qual ela se situa. Nas avaliações de resultados, critério amplamente usado na análise de Políticas Públicas atual, busca-se saber se os programas cumpriram seus objetivos; o quanto cumpriram e com que qualidade.

O monitoramento e avaliação de projetos de Cooperação Sul-Sul tem previsão em manual elaborado pela ABC (BRASILE, 2013), o qual dispõe que:

O monitoramento é um processo contínuo de coleta e análise sistemáticas de informação para apoiar a gestão das iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul. É um exercício que permite averiguar se os Produtos e os Resultados estão sendo obtidos conforme planejado, se os recursos estão sendo disponibilizados e aplicados como deveriam e se os riscos identificados anteriormente vieram a se materializar. Sua finalidade é a de fornecer subsídios para o reconhecimento das dificuldades encontradas pelo caminho e para a adoção tempestiva de medidas corretivas. Ademais, é por meio do monitoramento se revelam os pontos fortes e as áreas de sucesso potencial de Projetos e Ações Preparatórias. (BRASILE, 2013, p. 101)

Já no que diz respeito à avaliação:

A avaliação é um exercício fundamental que atende a três importantes propósitos:

- Aferir a eficácia, a eficiência e o potencial de sustentabilidade das iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul, bem como mensurar o seu desempenho;
- Examinar a qualidade do desenho, do planejamento, da gestão, a coordenação e da execução das ações, e;
- Prover lições aprendidas e recomendações para o aprimoramento da cooperação técnica Sul-Sul brasileira. [...]

[...] Ao contrário do monitoramento, a avaliação é um exercício fixo no tempo. A avaliação obedece ao intuito de comparar os efeitos esperados aos efeitos efetivamente alcançados por um projeto, examinar os seus elementos contextuais, lógicos e processuais e analisar os seus êxitos e insucessos, com vistas a subsidiar a aprendizagem a respeito da cooperação técnica Sul-Sul. (BRASILE, 2013, p. 109)

Para a realização destas atividades, são organizadas missões de monitoramento e avaliação, cujo grupo de trabalho é composto por técnicos brasileiros das instituições encarregadas da implementação dos projetos que, deslocando-se até o local em que estes são executados, realizam a verificação in loco dos processos em execução. Segundo a ABC (2015),

até o final de 2014, iniciando-se a partir de 2003, já haviam sido realizadas 663 missões em todos os parceiros Sul-Sul do país no globo¹¹⁸.

Através destas missões são gerados Relatórios de Monitoramento e Avaliação, cujo teor registra os avanços progressivos dos projetos no cumprimento de suas metas quantitativas e qualitativas, bem como os resultados financeiros, orçamentários e de execução utilizados (BRASILE, 2013). Por meio destes resultados, se define se o Projeto sofrerá revisão, suspensão ou cancelamento. Em outras palavras, define-se se o projeto terá continuidade, caso que iremos observar nos projetos que foram realizados em diversas etapas, será cancelado, em caso de fracasso deste, ou encerrado, caso verifique-se que todos os objetivos propostos foram atingidos.

Conforme veremos mais adiante, apesar da importante ênfase dada pela ABC ao monitoramento e avaliação dos projetos em seu manual, na prática estes são realizados de forma não padronizada, sendo as missões de monitoramento ocorridas de forma aparentemente aleatória, de acordo com os interesses em cada projeto. Também não há publicização dos relatórios. Ao início deste trabalho, cópia dos mesmos foi solicitada junto ao MRE através do Portal da Transparência deste ministério, a qual não foi concedida sob a alegação de que estes são realizados internamente pelos organismos envolvidos, necessitando de anuência do país parceiro para divulgação, apenas informando que os mesmos são realizados conforme o Manual proposto pela ABC. Dessa forma, não foi possível obter dados concretos sobre estes relatórios que não os divulgados nos canais de comunicação.

Busca-se também, a análise da relação comercial entre Estados Nação, possivelmente o principal fator de preocupação da diplomacia dos países. Embora as políticas de integração remetam a diversos outras questões como a cooperação técnica, científica, social e cultural, o fator econômico num mundo globalizado capitalista se não é o, é um dos principais fatores de influência nas Relações Internacionais desde o fim da Guerra Fria consoante a doutrina idealista das teorias de RI. Além disso, embora a Cooperação Técnica esteja desvinculada de seu caráter econômico e de interesses comerciais, não se deve esquecer que esta pode contribuir de forma indireta para o aumento e o adensamento da presença do país prestador da assistência no país receptor deste, inclusive com a abertura de espaço para empresas privadas nacionais, agindo a cooperação como uma fonte de poder no sistema internacional (RIEDIGER, 2010).

Na América Latina, arranjos internacionais como o MERCOSUL, fruto de um embrião de integral desenvolvido pela CEPAL nos anos 1960, tem como pressuposto o desenvolvimento

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Gestao/Missoes>>. Acesso em 19 de maio de 2016.

através da integração, esta confundida eminentemente com desenvolvimento econômico dos países, colocando de lado fatores culturais e sociais envolvidos.

Diante deste construto, se faz mister que analisemos a relação comercial do Brasil para com os países objeto desta pesquisa. A fim de verificar se houve influência dos projetos de cooperação iniciados após o início do governo Lula em 2003 na balança comercial entre os países, comparando-as ao governo imediatamente antecessor (1999 – 2002), sugerindo o fortalecimento ou enfraquecimento de uma relação de dependência entre estes, elaborou-se para cada relação bilateral, tabela com dados obtidos pelo aplicativo *AliceWeb*¹¹⁹, instrumento estatístico disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), com os dados referentes aos valores de exportação e importação do Brasil e os países em questão, desde 1999 até 2014.

Finalizando, após esta análise das variáveis estabelecidas, que referem-se aos aspectos mais técnicos da cooperação, trata-se de realizar uma análise dos aspectos políticos da integração durante o período de estudo, a fim de estabelecer uma relação dos projetos com o cenário geopolítico da região e o papel de liderança brasileiro. Para isso serão analisados alguns episódios relevantes ocorridos na América Latina durante o período 2003-2014 e o papel que o Brasil desempenhou nestes.

4.2 ANÁLISE DO CASO EQUATORIANO

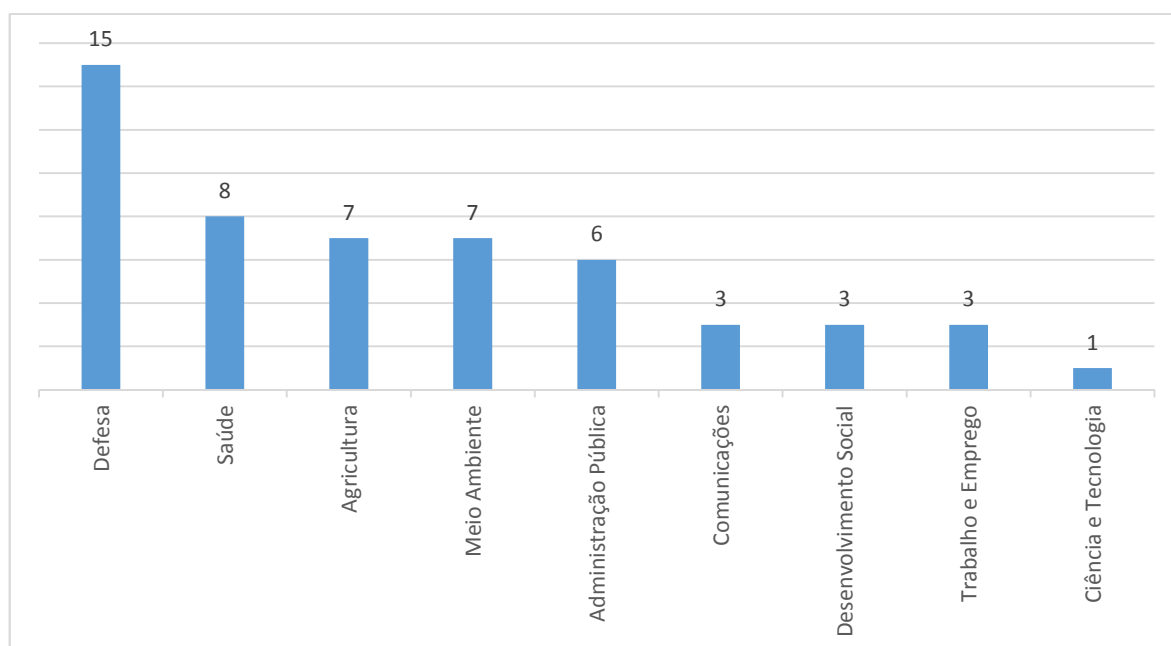
Neste tópico, será realizada a análise da relação bilateral Brasil-Ecuador, conforme variáveis expostas no item 4.1.

4.2.1 Temática dos Projetos

De acordo com os enfoques referentes às áreas temáticas dos Projetos de Cooperação Sul-Sul realizados no caso equatoriano, através da análise dos relatórios da ABC, utilizando-se como principal elemento definidor da política pública o Órgão ou Ministério envolvido, chega-se ao seguinte gráfico:

¹¹⁹ O Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, denominado *AliceWeb*, da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi desenvolvido visando modernizar as formas de acesso e a sistemática de disseminação das estatísticas brasileiras de exportações e importações. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

Gráfico 3 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador por Área Temática



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
 <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 30 de maio de 2016

Ressalta-se novamente que esta divisão se realiza apenas para efeito de generalização com vistas a facilitação da pesquisa colocada. Lembra-se que o estudo de Políticas Públicas envolve uma multidisciplinariedade que perpassa muitas vezes o seu enquadramento em apenas uma área temática em específico. No caso equatoriano temos vários exemplos, como o Projeto para criação de Banco de Leite Humano, que se enquadraria tanto em uma questão de saúde pública, como de desenvolvimento social, ou o Projeto para Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis, que poderia ser enquadrado tanto como uma política de agricultura como de energia. Nestes casos, observou-se o Órgão responsável pela implementação do Projeto. No último exemplo citado, tendo a EMBRAPA como instituição executora, enquadrou-se o mesmo como Projeto na área temática de agricultura.

Dito isso, voltando ao gráfico apresentado, destaca-se o quantitativo de projetos de cooperação de caráter militar (15), quase o dobro da segunda área em destaque, a da saúde (8), demonstrando uma grande preocupação dos dois países nesta questão. Outras Políticas Públicas que são dadas bastante atenção na cooperação entre os dois países são os projetos na área de meio ambiente (7), agricultura (7) e Administração Pública (6). Os projetos referentes ao Trabalho e Emprego, no entanto, apesar do pequeno número (3), contemplam o projeto de erradicação do trabalho infantil, considerada uma das áreas de destaque pela ABC na cooperação entre os dois países.

Na esteira do já apresentado de que neste tipo de relação o Brasil, como país mais desenvolvido economicamente, se mostra como um doador de tecnologia, verifica-se que em todos os Projetos realizados a responsabilidade de execução dos mesmos sempre contempla uma organização brasileira. O mesmo não acontece no lado equatoriano, sendo diversos projetos implementados de forma unilateral através de organismos brasileiros. Excetuados os projetos em que não houve divulgação das instituições responsáveis pela execução pela ABC, foram contabilizadas 40 participações de organizações públicas brasileiras e 31 participações de organismos equatorianos. Destes, destaca-se do lado brasileiro, consoante o quantitativo de projetos apresentados, 7 projetos de responsabilidade do Ministério da Defesa, 6 da EMBRAPA e 6 do Exército Brasileiro, além de 5 do IFSP. No lado equatoriano o Órgão que mais participa dos projetos é o Ministério da Saúde Pública, com 6 participações, além do *Instituto Nacional Autonomo de Investigaciones Agropecuarias*, com 5 projetos sob sua responsabilidade.

Uma observação importante no que diz respeito à análise das Políticas Públicas para implementação dos projetos é, visto a expressiva influência da cultura indígena e a vasta população indígena que inclusive foi um fator que ganhou relevância ímpar na nova constituição do país, o pequeno número de projetos desta temática, sendo observado apenas um projeto referente ao Fortalecimento dos Modelos Nacionais de Promoção e Proteção à Saúde dos Povos Indígenas do Brasil e do Equador, de início em 2007 e término em 2010 que, embora com um aporte financeiro relativamente alto (\$ 49.928,58), é insuficiente num contexto apresentado de exaltação dos costumes indígenas proposto a partir do governo de Correa e principalmente pela nova constituição de 2008, o que auxilia na proposição de que a iniciativa dos projetos de cooperação seguem uma agenda de iniciativa brasileira, aliás, o Equador, dos três países pesquisados foi o único em que não houve nenhum projeto tendo a Cultura como área temática.

4.2.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos

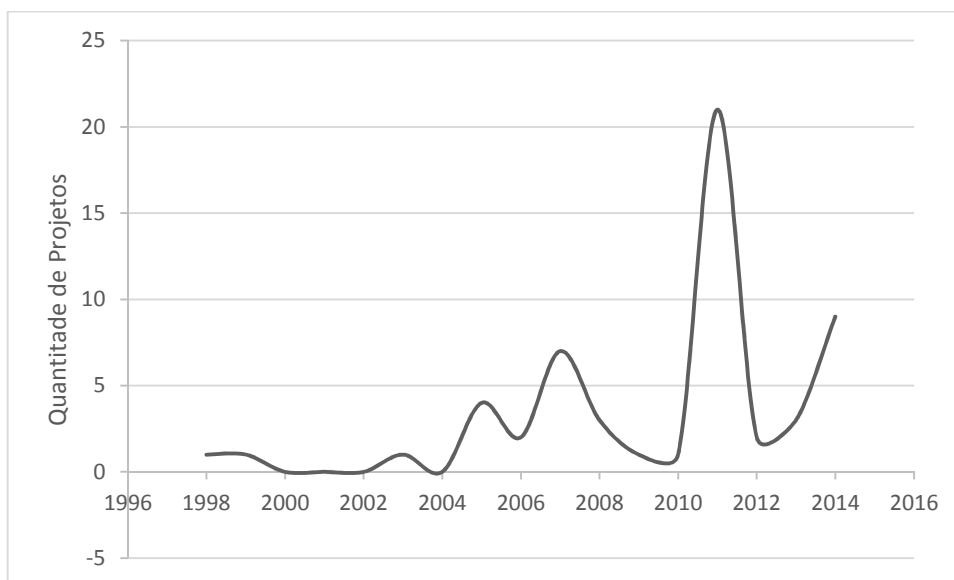
De posse da listagem de projetos executados entre Brasil e Equador, foi construída seguinte tabela contendo o quantitativo anual de projetos, que permitem verificar em quais períodos que estes se intensificaram. Como definido, logo a seguir, igualmente, se elaborou tabela contendo a temporalidade dos projetos, o que permite o cálculo de uma média dos prazos dos projetos executados e em execução.

Tabela 1 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador por ano de implementação

ANO	QUANTIDADE DE PROJETOS IMPLEMENTADOS
1998	1
1999	1
2000	0
2001	0
2002	0
2003	1
2004	0
2005	4
2006	2
2007	7
2008	3
2009	1
2010	1
2011	21
2012	2
2013	3
2014	9

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 22 de abril de 2016

Gráfico 4 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador por ano de implementação



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 22 de abril de 2016

Tabela 2 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Equador

QUANTIDADE DE PROJETOS	DURAÇÃO
23	1 Ano
12	2 Anos
8	3 Anos
11	4 Anos
1	5 Anos
0	6 Anos
1	7 Anos
MÉDIA DE DURAÇÃO:	2,2678 Anos

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 22 de abril de 2016

Informa-se que para fins de análise, a duração dos projetos foi arredondada para anos, desprezando-se os meses ou dias de duração, sendo que os projetos de menor duração do que 1(um) ano foram representados como se de 1 ano de duração fossem. Da análise desta última tabela, como pode-se inferir, a duração dos projetos tem média de 2 anos, sendo que aproximadamente 41% deles possui 1 ano ou menos de duração. O único projeto que apresentou duração considerável, de 7 anos, foi o Projeto de Fortalecimento dos Sistemas de Inspeção do Trabalho, com Ênfase no Combate e Erradicação do Trabalho Infantil que, como visto, é um dos principais projetos entre os dois países, de grande estima no cenário internacional. Esta informação nos permite duas deduções. Primeiramente, a ideia de que os projetos de Cooperação Sul-Sul se tratam de projetos de governo e não de Estado, devido à duração extremamente baixa de sua execução. Parece-me muito difícil que estas se traduzam em Políticas Públicas efetivas sendo executadas neste período de tempo, que não ensejam tempo hábil para um efetivo monitoramento e avaliação de médio/ longo prazo, se aproximando muito mais de atividades isoladas para resolução de questões públicas envolvendo os países à curto prazo.

O gráfico anterior ressalta ainda mais a afirmação realizada, mostrando que os Projetos de Cooperação Sul-Sul são extremamente dependentes de uma concertação política entre os países envolvidos. Conforme já havia sido descrito, antes do governo Lula, os projetos de cooperação entre os dois países são escassos e tratam-se, conforme a própria ABC (2015) de atividades isoladas entre os dois países. Somente com a política externa adotada pelo novo governo que a partir de 2003 começam a aparecer os projetos de cooperação efetivos sobre Políticas Públicas específicas, sendo que em 2005 acontecem as primeiras missões brasileiras no Equador para a definição destas políticas. Mas é a partir da posse de Correa em 2007 e com ela o alinhamento político dos dois governos, considerados progressistas, que somente em seu

primeiro mandato foram implantados 12 projetos de cooperação, e após sua reeleição, já durante o governo Dilma, esse número quase triplica, chegando a 35 projetos implementados entre 2011 e 2014, salientando a aproximação política dos dois países e a necessidade desta para a prosperidade dos Projetos deste tipo.

4.2.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos

Diante da análise do Gráfico 4, nota-se, no caso equatoriano, que os anos em que há um crescente da execução financeira coincidem ao aumento de número de projetos no país. Com exceção do ano de 2007 onde foram implementados 7 projetos. Tem-se em 2011, conforme já demonstrado, 21 projetos executados no país, ano de segundo maior valor de execução financeira no período.

Referente aos valores envolvidos para a execução dos projetos na América do Sul, tem-se no ano de 2016, relativo aos projetos bilaterais entre Brasil e Equador no período 2003 - 2014, um orçamento previsto de \$1.517.518,56 o qual foi utilizado deste \$1.263.751,94, o que representa 83,28% do total¹²⁰. Essa quantia faltante diz respeito aos processos que ainda não foram finalizados, sendo que todos os outros cuja fase de execução alcançara 100%, fizeram uso de todo o orçamento previsto, conforme dados da ABC. Ainda segundo a Agência de Cooperação, os recursos foram todos originários do PNUD na implementação destes projetos.

Conforme Relatório da ABC, o orçamento demandado para a América Latina foi, até 2015, da ordem de \$65.139.769,83, destes sendo executado 76,23% de seu total. Corresponde então os projetos bilaterais entre Brasil e Equador, a aproximadamente 2,33% do total orçamentário previsto para a região.

Dividindo-se os valores executados pelas áreas temáticas contempladas, apresentadas anteriormente, tem-se o seguinte:

¹²⁰ Relatório dos Projetos e Atividades Isoladas Em Execução e Concluídas entre Brasil e Equador. Fornecido ao autor em 18 de março de 2016 pelo Ministério das Relações Exteriores através de solicitação realizada através do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC.

Tabela 3 - Orçamento Previsto por Área Temática dos Projetos

ÁREA TEMÁTICA	QUANTIDADE DE PROJETOS	ORÇAMENTO PREVISTO
DEFESA	15	\$ 283.077,60
AGRICULTURA	7	\$ 266.906,80
SAÚDE	8	\$ 218.656,09
COMUNICAÇÕES	3	\$ 206.964,12
MEIO AMBIENTE	7	\$ 97.316,44
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3	\$ 72.424,25
TRABALHO E EMPREGO	3	\$ 64.974,42
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6	\$ 64.948,44
FINANÇAS/ ECONOMIA	1	\$ 1.429,30
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1	\$ - ¹²¹
TOTAL:	54	\$ 1.276.697,46¹²²

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 30 de maio de 2016

Excetuados os projetos na área de Administração Pública, que possui orçamento relativamente baixo em comparação a quantidade de projetos, o orçamento previsto vai ao encontro do quantitativo de projetos implementados, sendo os relativos à defesa, agricultura e saúde os responsáveis pelos maiores valores de execução. Nota-se que mesmo tendo o Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil como carro-chefe na cooperação com o Equador, o campo de trabalho e emprego não dispõe de orçamento expressivo em comparação com os demais projetos.

4.2.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos

No Equador, foram realizadas até 2014, 11 missões de monitoramento, conforme seguinte tabela:

¹²¹ O orçamento referente ao Projeto: BRA/13/008 -A043 - Apoio a Inclusão Digital no Equador (Telecentro Comunitário) não foi divulgado pela ABC

¹²² O valor difere do valor total orçamentário dos projetos de Cooperação Sul-Sul bilaterais entre Brasil e Equador apresentados anteriormente devido à não divulgação pela ABC do orçamentário de todos os projetos executados, além desta tabela não contemplar os projetos executados fora do período de estudo deste trabalho (2003-2014).

Tabela 4 - Missões de Monitoramento e Avaliação Realizadas no Equador até 2014

ANO	NÚMERO DE MISSÕES
2003	0
2004	0
2005	3
2006	0
2007	1
2008	0
2009	0
2010	0
2011	1
2012	3
2013	2
2014	1

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Miss%C3%B5es.pdf>> Acesso em 19 de maio de 2016

Percebe-se, como já mencionado, que estas são realizadas de forma não padronizada. Entre 2008 e 2010 não foram realizadas nenhuma missão de monitoramento e, após 2011, ano que houve a implementação de 21 projetos bilaterais, houve mínimas missões nos anos posteriores referentes a avaliação destes projetos (6 missões). Também já informado, não foi possível encontrar registro destas avaliações realizadas, relegando o sucesso ou insucesso dos projetos ao que é divulgado pela ABC em notas publicadas em seu sítio eletrônico, ou pela grande mídia. Nesta escuridão, especificamente no caso Equatoriano, há uma ênfase dada ao Projeto de Fortalecimento dos Sistemas de Inspeção do Trabalho do Equador com Ênfase na Prevenção, no Combate e na Erradicação do Trabalho Infantil que, em sua implementação em 4 de abril de 2007¹²³, tem como objetivo principal: “contribuir para a implementação de mecanismos adequados para o funcionamento da inspeção do trabalho no Equador, a partir da experiência brasileira”¹²⁴.

O ajuste complementar originário do projeto, prevê pelo lado brasileiro, a participação da ABC, do MRE e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como instituições responsáveis pelo andamento do Projeto, e do lado Equatoriano participam o Instituto Equatoriano de Cooperação Internacional (INECI) e o Ministério do Trabalho e Emprego.

A ABC divulga que o êxito do Brasil neste tipo de ação, tanto no caso do Equador como em projetos semelhantes nos demais países da América do Sul, em especial com os outros dois países pesquisados neste trabalho (Paraguai e Bolívia), além de projetos sociais como o Programa Bolsa Família e Fome Zero implantados dentro do Governo Lula, acabaram por

¹²³ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_57/>. Acesso em 8 de março de 2016.

¹²⁴ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_57/>. Acesso em 8 de março de 2016.

despertar a atenção de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em março de 2009 firmaria acordo com o Brasil com o intuito de dar apoio a continuidade aos projetos de Cooperação Sul-Sul na área de promoção de emprego decente e erradicação do trabalho infantil¹²⁵, promovendo o Brasil a condutor desta política no subcontinente.

Pela avaliação positiva realizada, tem-se em 2011 novo ajuste complementar entre Brasil e Equador para a continuação do projeto. Através de nova avaliação dos resultados do projeto, tem-se em 2013, durante Seminário sobre o Intercâmbio de Boas Práticas nos Temas do Trabalho Decente realizado em Brasília e Cuiabá, o planejamento pelo Ministério de Relações Laborais do Equador, juntamente com o Serviço Equatoriano de Capacitação Profissional e a OIT, da realização de um programa de capacitação e inserção laboral para jovens no Equador¹²⁶. Em 2014, em relatório da VIII Reunião Anual de Revisão sobre a Cooperação Sul-Sul OIT-Brasil realizada em Genebra¹²⁷, há o registro da criação de um Sistema Único de Registro de Trabalho Infantil (SURTI).

Ainda como resultados do projeto, o relatório da OIT-Brasil destaca como positivo o desenvolvimento de uma ferramenta on-line de capacitação para os agentes equatorianos, facilitando o intercâmbio de conhecimentos trazidos da experiência brasileira para se por em prática no país.

4.2.5 Relação Comercial Brasil e Equador durante o Período de Vigência dos Projetos

O início das relações comerciais do Brasil com o Equador data ainda do período imperial, em 1844 (BRASILa, 2016), entretanto, conforme visto no capítulo anterior, somente em 1982 que esta relação comercial se acentua de forma veemente, apresentando sempre o Brasil uma balança superavitária numa das relações comerciais mais desiguais da América Latina, sendo o Brasil exportador de produtos manufaturados e importador de matéria prima,

¹²⁵ “A diretora do Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil da OIT (IPEC, pela sigla em inglês), Michele Jankanish, elogiou o desempenho do Brasil no combate ao trabalho infantil. “Como parte do movimento pelo fim do trabalho infantil, o Brasil foi além. Essa cooperação [por meio dos projetos firmados hoje] é que permitirá o diálogo e o respeito pelas diferenças”, disse. Para ela, o “Brasil conseguiu gerar novas competências e aumentar os esforços” para eliminar o problema. ” Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-e-governo-brasileiro-ampliam-coopera%C3%A7%C3%A3o-Sul-Sul-com-assinatura-de-novos-acordos-para-for>>. Acesso em 8 de março de 2016.

¹²⁶ Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/meetingdocument/wcms_245520.pdf>. Acesso em 8 de março de 2016.

¹²⁷ Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/meetingdocument/wcms_245520.pdf>. Acesso em 8 de março de 2016.

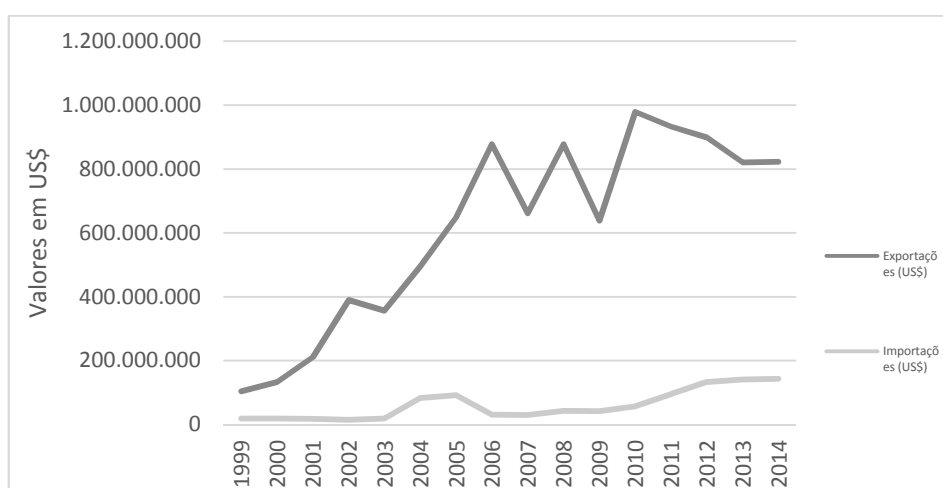
criando uma relação de dependência equatoriana para com o Brasil. O ano mencionado coincide com a Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre os dois países durante a ditadura militar brasileira, confirmando a política externa subimperialista do Brasil no período proposta por Marini (2012b). Tabela contendo a balança comercial entre Brasil e Equador segue abaixo, com dados obtidos pelo aplicativo *AliceWeb*¹²⁸ referentes ao período de 1999 até 2014:

Tabela 5 - Balança Comercial Brasil x Equador (1999 – 2014)

ANO	EXPORTAÇÕES (US\$)	IMPORTAÇÕES (US\$)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT (US\$)
1999	104.484.766	19.095.471	85.389.295
2000	133.458.208	18.573.931	114.884.277
2001	211.194.958	17.565.899	193.629.059
2002	389.283.340	14.906.908	374.376.432
2003	356.858.207	18.892.504	337.965.703
2004	494.888.862	82.781.123	412.107.739
2005	648.647.252	91.706.707	556.940.545
2006	877.497.508	30.392.909	847.104.599
2007	661.723.709	30.279.363	631.444.346
2008	877.964.780	42.580.798	835.383.982
2009	638.206.928	41.429.439	596.777.489
2010	978.681.264	56.885.016	921.796.248
2011	933.178.029	95.214.422	837.963.607
2012	898.591.182	133.041.593	765.549.589
2013	820.245.195	140.856.077	679.389.118
2014	822.104.258	142.849.162	679.255.096

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados do MDIC Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

Gráfico 5 - Exportações e Importações do Brasil com o Equador (1999 – 2014)



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados do MDIC Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

¹²⁸ O Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, denominado AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi desenvolvido visando modernizar as formas de acesso e a sistemática de disseminação das estatísticas brasileiras de exportações e importações. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

Conforme se observa, durante o governo FHC (1999 – 2002) imediatamente anterior ao Governo Lula, os valores de exportação do Brasil se mantem baixos, e mais baixos ainda os valores de importação. Percebe-se um aumento crescente no valor das exportações brasileiras a partir de 2004, atingindo um pico em 2006, ano de posse de Correa à presidência equatoriana. As importações equatorianas, excetuando 2004 e 2005 onde obtiveram estas um aumento extraordinário de aproximadamente 300%, mantiveram o mesmo padrão, aumentando o superávit brasileiro para um máximo de mais de 1.000% em 2010 em relação ao início do último governo FHC.

Os projetos de Cooperação Sul-Sul entre os dois países, que se iniciam efetivamente em 2005 acompanham o gráfico descrito, a partir de 2005 há uma mudança na inclinação das exportações brasileiras que cresce exponencialmente até 2006 quando se mantém constante, sempre com alto valor superavitário. Como é de se esperar, com a ascensão de Correa em 2006 e com ela um alinhamento político entre os dois governos, há um fortalecimento da relação comercial, porém, como se observa, com ampla vantagem brasileira. A relação de dependência do Equador para com o Brasil, que havia se iniciado nos anos 1980, sofre uma diminuição durante os anos 1990, período neoliberal na América Latina, porém nunca é totalmente suplantada. Com a política externa do governo Lula, voltada para a integração regional latino-americana, esta relação se renova, e mesmo com as políticas antiliberais de Correa, que entre outras, foi responsável pela retirada das empresas transnacionais brasileiras no Equador além da assinatura de acordos junto com Lula para o aumento das importações brasileiras no Equador com vistas à diminuição da disparidade na balança comercial dos dois países¹²⁹, tem-se a manutenção de uma relação comercial extremamente favorável ao Brasil, embora o país não seja um dos maiores parceiros comerciais do Estado Equatoriano¹³⁰.

A saída das transnacionais brasileiras também não influenciou nestas estatísticas, pelo contrário, em 2010, ano de saída da PETROBRAS do país, é onde o superávit brasileiro apresentou seu maior valor, mais de 900 milhões de dólares.

¹²⁹ Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,equador-nao-da-garantias-a-petrobras-no-pais,20070327p10261>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

¹³⁰ As maiores importações do Equador provem, em ordem decrescente, dos EUA, China, Colômbia e Perú. Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/equador/importacoes_procedencia.html>. Acesso em 20 de abril de 2016.

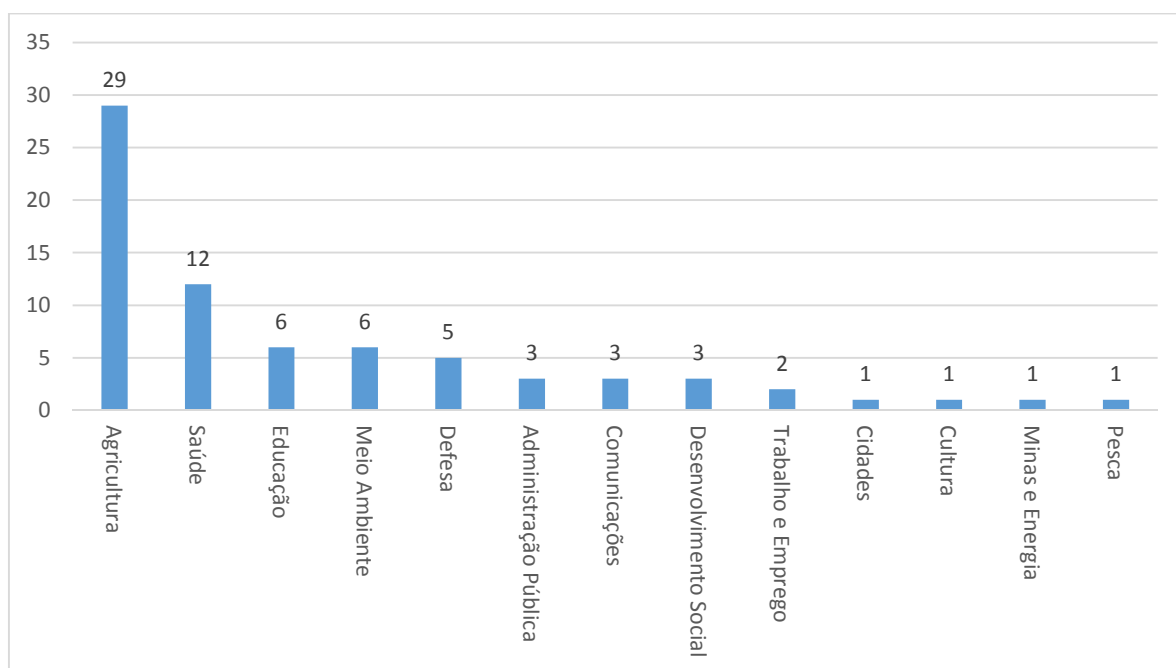
4.3 ANÁLISE DO CASO BOLIVIANO

Neste tópico, será realizada a análise da relação bilateral Brasil-Bolívia, conforme variáveis expostas no item 4.1.

4.3.1 Temática dos Projetos

Seguindo a mesma linha definida para o caso Equatoriano, onde a linha temática a qual os projetos foram enquadrados tem como principal norteador os Ministérios ou Órgãos principais responsáveis pela execução dos projetos, temos nos projetos de Cooperação entre Brasil e Bolívia o seguinte gráfico com a delimitação das áreas temáticas abrangidas:

Gráfico 6 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia por Área Temática



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 31 de maio de 2016

Nota-se desde já um enfoque diferente do caso equatoriano, sendo priorizados os projetos no campo das Políticas Públicas de agricultura (29), mais que o dobro dos da área da saúde (12) segunda área com maior número de projetos entre os dois países. Nesta inclusive enquadra-se os projetos referentes à criação do Banco do Leite Humano na Bolívia, projeto realizado pela FIOCRUZ tratado pela ABC como referência no tema. Observa-se neste caso

também uma maior gama de temáticas abrangidas, incluindo projetos nas áreas de pesca, cultura, cidades, comunicações, desenvolvimento social e educação.

Quanto às instituições responsáveis pela implementação dos projetos, difere-se do caso equatoriano pois nestes verificou-se projetos cuja responsabilidade pela execução cabem somente a organizações bolivianas, sem corresponsabilidade de outro organismo brasileiro. Entretanto, e já descontados os projetos em que não houve divulgação das instituições responsáveis pela ABC, estes resumem-se a apenas 3 projetos, quais sejam, Missão para cooperação em matéria de programas de prestação de serviços públicos ao cidadão, de responsabilidade de execução pelo Ministério de Transparência Institucional e Luta contra a Corrupção da Bolívia, Missão de Prospecção e capacitação de técnico boliviano à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Socioambiental implementado pelo Ministério da Agricultura da Bolívia, e Missão para Elaboração de Projeto de Cooperação Técnica para Apoio à Reestruturação do Serviço Postal Boliviano, pela Empresa de Correios da Bolívia (ECOBOL). Como percebe-se, tratam-se de apenas missões para elaboração de projetos. Destarte esse dado, ao todo foram 49 instituições brasileiras envolvidas nos projetos contra 36 bolivianas, ressaltando novamente a supremacia brasileira neste tipo de relação bilateral. Destas, acompanhando o quantitativo significativo de projetos na área da agricultura, encontra-se a EMBRAPA, com 6 projetos, acompanhada do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ambos com 3 processos implementados. Bem atrás, na área da Saúde, os órgãos responsáveis foram o Ministério da Saúde e a Pastoral da Criança, com 2 e 3 projetos respectivamente. Do lado boliviano, o principal responsável dessa política foi o Ministério da Saúde e Esportes, com 6 projetos.

Consoante o caso Equatoriano, os projetos que visam o fortalecimento da cultura indígena se resumem a um único projeto, referente ao Fortalecimento da oferta da educação escolar indígena na Bolívia e no Brasil, com um aporte financeiro baixo, de apenas \$3536,69, insuficiente para um país cuja nova constituição trata o papel da população indígena com grande relevância, reconhecendo 36 populações diferentes além de diversos idiomas indígenas como idiomas oficiais do país.

4.3.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos

Brasil e Bolívia diferem das demais relações bilaterais estudadas, porquanto seu Acordo de Cooperação é assinado em período distinto de tempo, no ano de 1996, bem mais tarde que a

maioria dos demais países da América do Sul. Além disso, antes mesmo de 2003, com a alteração na diplomacia brasileira que propiciou o incremento dos processos de cooperação do país, os dois Estados já haviam implementado um número considerável de projetos de Cooperação, com projetos referentes à erradicação da febre aftosa, transferência de tecnologia para plantio e cultivo de café, palmito e frutas tropicais na Bolívia, entre outros projetos de cunho ambiental, para citar alguns exemplos.

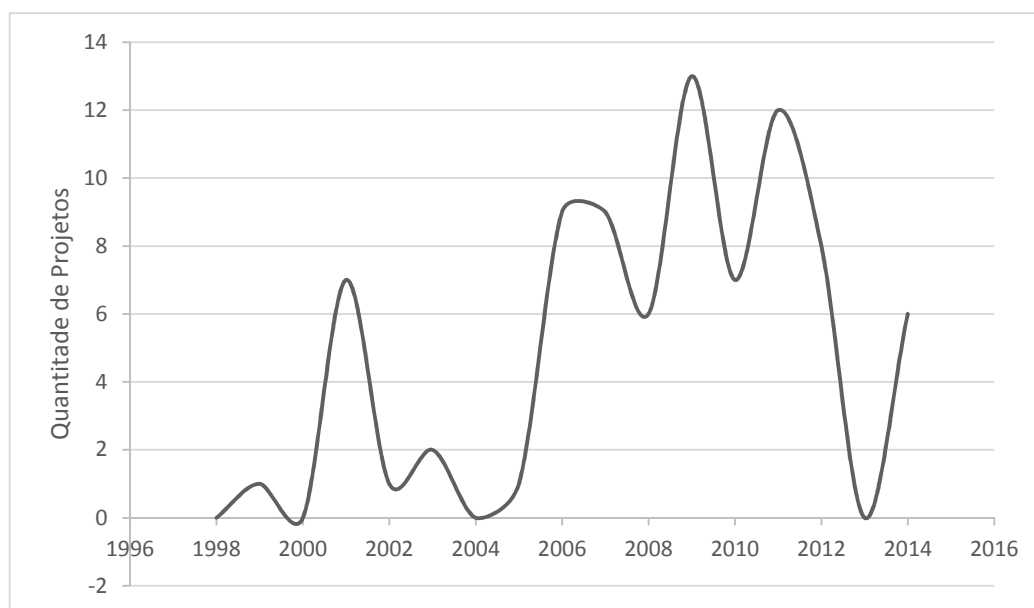
A tabela contendo o quantitativo anual de projetos, permitindo verificar em quais períodos que esta relação bilateral se mostrou mais intensa, além de tabela contendo a temporalidade dos projetos, segue conforme:

Tabela 6 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia por ano de implementação

ANO	QUANTIDADE DE PROJETOS IMPLEMENTADOS
1999	1
2000	0
2001	7
2002	1
2003	2
2004	0
2005	1
2006	9
2007	9
2008	6
2009	13
2010	7
2011	12
2012	8
2013	0
2014	6

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 28 de abril de 2016

Gráfico 7 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia por ano de implementação



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 22 de abril de 2016

Tabela 7 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Bolívia

QUANTIDADE DE PROJETOS	DURAÇÃO
43	1 Ano
9	2 Anos
13	3 Anos
5	4 Anos
9	5 Anos
3	6 Anos
MÉDIA DE DURAÇÃO:	2,2268 Anos

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 29 de abril de 2016

Informa-se novamente que para fins de análise, a duração dos projetos foi arredondada para anos, desprezando-se os meses ou dias de duração, sendo que os projetos de menor duração do que 1(um) ano foram representados como se de 1 ano de duração fossem. Observando a última tabela, tem-se que a duração dos projetos tem média aproximada de 2 anos, sendo que mais da metade deles (43) são projetos curtíssimos, com 1 ano ou menos de duração. Curiosamente, os projetos de maior duração datam de antes de 2003, os projetos implementados em 2001 com duração prevista de 5 anos. Os projetos mais longos implementados tiveram 6 anos de duração, apenas 3, são eles o referente à implementação do Banco de Leite Materno da Bolívia, de grande relevância e destaque na região, o projeto de fortalecimento da Gestão Pública Ambiental, também de grande relevância devido à extensa faixa amazônica fronteira

que ambos países compartilham, e o projeto de Fortalecimento da Educação Escolar Indígena, realizado pelo Ministério da Educação Brasileiro (MEC). Novamente, a duração estimada dos projetos, extremamente baixa quando se analisam estes sob a ótica de Políticas Públicas, ressaltam a tese de que tais processos se tratam de projetos de governo e não de Estado. Projetos com duração de 1 ano de implementação que são a maioria dos projetos listados traduzem ações pontuais de curto prazo, e não políticas continuadas efetivas de integração.

O primeiro gráfico também refuta as afirmações apontadas. Retirando os projetos iniciados anteriormente ao Governo Lula, é somente em 2006, com a ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia que as políticas de integração se mostram mais sólidas, com grande número de projetos de cooperação bilaterais sendo iniciados, se mantendo alto esse quantitativo de projetos até 2012, além de diversas missões de reconhecimento que se iniciam de forma efetiva a partir de 2007. Isso demonstra que os Projetos de Cooperação Sul-Sul são dependentes de uma concertação política entre os países envolvidos. Antes do Governo Lula, foram 9 projetos lançados. Entre 2003 e 2006, apenas 3. Após a posse de Evo, até 2014 foram 80 projetos.

4.3.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos

Semelhante ao caso Equatoriano, os anos verificados em que houve aumento da execução financeira coincidem com o aumento do número de projetos entre Brasil e Bolívia, apenas com uma quantidade mais expressiva um pouco antes dos anos de maior quantidade de recursos (entre 2009 e 2011), já em 2007 e 2006 foram iniciados 18 projetos somando-se os dois anos. Entre 2009 e 2011 foram implementados 32 projetos, quase 40% do total de projetos realizados.

Quanto aos valores totais envolvidos para a execução dos projetos de cooperação bilaterais entre Brasil e Bolívia no período 2003 - 2014, tem-se a situação em 2016 um orçamento previsto de \$1.339.302,96, sendo utilizado \$1.297.801,05, representando 96,90% do total¹³¹. Esse valor não utilizado refere-se aos projetos ainda não finalizados na data do relatório, sendo que todos os outros cuja fase de execução alcançara 100%, fizeram uso de todo o orçamento previsto. Segundo a ABC, os recursos utilizados para a execução dos projetos foram todos com fontes do PNUD.

¹³¹ Relatório dos Projetos e Atividades Isoladas Em Execução e Concluídas entre Brasil e Equador. Fornecido ao autor em 18 de março de 2016 pelo Ministério das Relações Exteriores através de solicitação realizada através do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC.

Corresponde os projetos bilaterais entre Brasil e Bolívia a aproximadamente 2,05% do total orçamentário previsto para a América do Sul. Por área temática, tem-se os seguintes valores apresentados:

Tabela 8 - Orçamento Previsto por Área Temática dos Projetos

ÁREA TEMÁTICA	QUANTIDADE DE PROJETOS	ORÇAMENTO PREVISTO
AGRICULTURA	29	\$ 444.727,16
SAÚDE	12	\$ 307.791,88
DEFESA	5	\$ 91.135,71
EDUCAÇÃO	6	\$ 89.302,42
PESCA	1	\$ 88.820,99
MEIO AMBIENTE	6	\$ 72.843,37
CULTURA	1	\$ 38.112,64
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3	\$ 35.846,56
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3	\$ 34.145,60
TRABALHO E EMPREGO	2	\$ 20.120,25
COMUNICAÇÕES	3	\$ 14.384,58
MINAS E ENERGIA	1	\$ 5.149,67
CIDADES	1	\$ 2.851,42
TOTAL:	73	\$ 1.245.232,25¹³²

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 31 de maio de 2016

Novamente o aporte orçamentário acompanha o quantitativo de projetos, sendo o maior valor utilizado pelos projetos na área da agricultura, seguidos da área da saúde. Notam-se valores maiores utilizados nos projetos de saúde se comparados proporcionalmente à agricultura, que compreende como visto o dobro do quantitativo de projetos implementados.

4.3.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos

Na Bolívia, comparativamente ao Equador, houve um número mais expressivo de missões de monitoramento, ao todo, até 2014 foram realizadas 27 missões, conforme:

¹³² O valor difere do valor total orçamentário dos projetos de Cooperação Sul-Sul bilaterais entre Brasil e Equador apresentados anteriormente devido à não divulgação pela ABC do orçamentário de todos os projetos executados, além desta tabela não contemplar os projetos executados fora do período de estudo deste trabalho (2003-2014).

Tabela 9 - Missões de Monitoramento e Avaliação Realizadas na Bolívia até 2014

ANO	NÚMERO DE MISSÕES
2003	0
2004	0
2005	0
2006	5
2007	6
2008	1
2009	4
2010	1
2011	8
2012	2
2013	0
2014	0

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Miss%C3%B5es.pdf> Acesso em 20 de maio de 2016

Entretanto, este número é ainda insuficiente visto que até aquele ano 82 projetos de cooperação foram executados e/ou implementados. As missões de monitoramento seguem de certa forma, em razões numéricas, o quantitativo de projetos implementados. Nos anos em que foi apresentado o maior número de projetos, 2009 e 2011, foram também os anos em que ocorreram as missões de monitoramento em maior quantidade e, como o estabelecimento deste tipo de avaliação dos processos se deu somente a partir de 2003, os projetos implementados anteriormente, com destaque para 2001, ano em que foram executados 7 projetos, não foram realizadas missão de monitoramento e avaliação destes. Mesmo assim, não é possível afirmar ou vislumbrar uma linearidade na realização destas missões, sugerindo igualmente uma não padronização destas.

Na Bolívia, um projeto que apresenta avaliação bastante positiva, relatado como destaque pela ABC, além do projeto referente a erradicação do trabalho infantil, é o Projeto de Apoio à Implementação do Banco de Leite Materno na Bolívia, uma grande política de saúde pública de assistência contínua, implementada com o intuito de servir de modelo para a construção de um Centro de Referência no país. Este projeto é posto em prática através de ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países realizado em 2009, e faz parte de uma estratégia de cooperação internacional da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano¹³³, da FIOCRUZ¹³⁴, na formação de multiplicadores da tecnologia brasileira em outros

¹³³ Disponível em: <http://www.redeblh.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=271>. Acesso em 20 de maio de 2016.

¹³⁴ Promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, ser um agente da cidadania. Estes são os conceitos que pautam a atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, a mais destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Disponível em: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/funda%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 20 de maio de 2016.

países para diminuir as condições adversas de saúde em grupos estratégicos, principalmente para recém-nascidos, com vistas a diminuição da mortalidade infantil.

Este projeto é implementado com duração prevista de 5 anos, tempo longo se comparado à média já descrita dos projetos realizados. Tendo como responsável pela execução previsto pelo Ajuste Complementar no lado boliviano o Ministério da Saúde e Esportes da Bolívia (MSEB), após avaliação da importância da continuidade da política pública implementada, o projeto é renovado ao seu final em 2014, através de novo ajuste complementar, agora com um ano de duração previsto.

Como se nota, este é mais um caso em que o Brasil é o protagonista da cooperação, sendo o país de melhor tecnologia que se estabelece como um doador ao parceiro bilateral. O ideário de criação do banco de leite é todo desenvolvido pelo Brasil na figura da FIOCRUZ, sendo esta uma das estratégias da Fundação em sua cooperação internacional na criação de uma Rede de Leite Humano na América Latina, definida em documento elaborado em Congresso Internacional de Bancos de Leite Humano em 2005 com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde, denominado de Carta de Brasília¹³⁵.

4.3.5 Relação Comercial Brasil e Bolívia durante o Período de Vigência dos Projetos

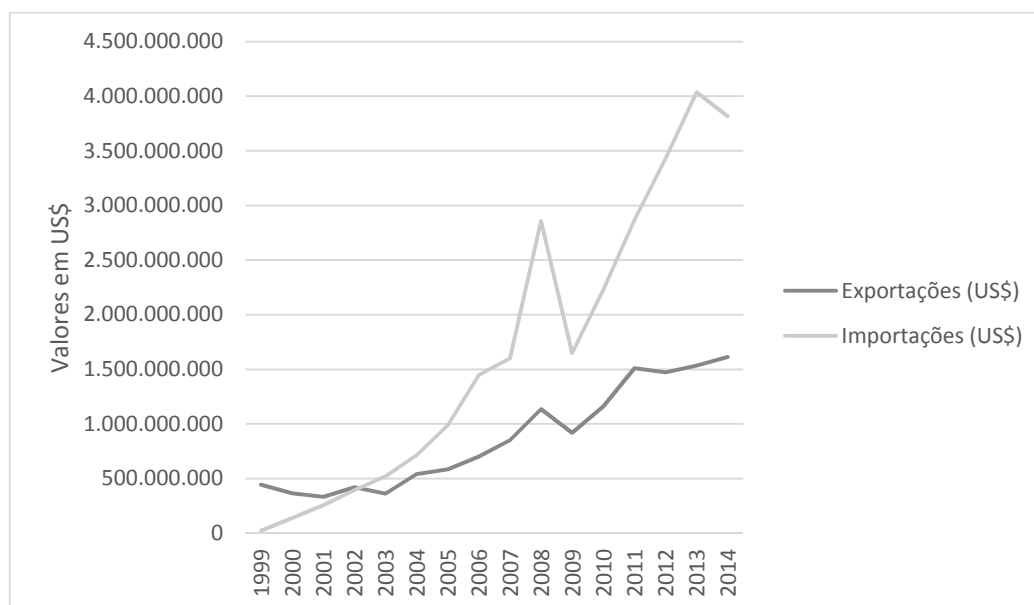
A relação comercial entre Brasil e Bolívia destaca-se por ser a única na América do Sul em que o parceiro comercial do Brasil apresenta superávit na balança comercial, que vai de 2003 até hoje, distinguindo dessa forma a Bolívia de todas as demais economias da região. Como já descrito, o Governo Lula põe em prática em 2003 uma política de perdão à dívida externa do país vizinho, além de acordo de aumento de volume de gás adquirido junto a este, tornado possível graças ao gasoduto construído nos governos anteriores, através da entrada da transnacional brasileira Petrobrás na Bolívia. A balança comercial entre os dois países no período entre 1999 e 2014 foi a seguinte:

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.redeblh.fiocruz.br/media/cartabra.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2016.

Tabela 10 - Balança Comercial Brasil x Bolívia (1999 – 2014)

ANO	EXPORTAÇÕES (US\$)	IMPORTAÇÕES (US\$)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT (US\$)
1999	442.990.843	23.148.637	419.842.206
2000	364.654.092	140.288.782	224.365.310
2001	334.451.208	256.144.679	78.306.529
2002	422.205.557	395.829.631	26.375.926
2003	362.425.706	520.432.027	-158.006.321
2004	540.439.784	713.360.511	-172.920.727
2005	585.252.917	989.773.678	-404.520.761
2006	701.601.938	1.448.228.137	-746.626.199
2007	850.712.655	1.601.145.824	-750.433.169
2008	1.135.567.522	2.857.880.334	-1.722.312.812
2009	919.231.938	1.649.750.733	-730.518.795
2010	1.162.820.493	2.233.080.299	-1.070.259.806
2011	1.511.499.266	2.863.361.134	-1.351.861.868
2012	1.472.961.695	3.431.044.276	-1.958.082.581
2013	1.534.329.803	4.035.269.344	-2.500.939.541
2014	1.612.359.150	3.816.334.349	-2.203.975.199

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados do MDIC Disponível em:
<<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 29 de abril de 2016.

Gráfico 8 - Exportações e Importações do Brasil com a Bolívia (1999 – 2014)

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados do MDIC Disponível em:
<<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 29 de abril de 2016.

Brasil e Bolívia se destacam pela sua dependência energética. Já em 1958, os dois países, através da assinatura do Tratado de Roboré, firmam acordo sobre a exploração do petróleo boliviano pelo Brasil (BRASILa, 2016). Com a abertura comercial boliviana durante a década de 1990 esta exploração se intensifica com a entrada da Petrobrás no país se tornando a principal empresa exploradora dos hidrocarbonetos bolivianos. Com a política de nacionalização imposta por Evo Morales que força a saída da Petrobrás do país, essa relação se

torna conflituosa, só sendo superada através do descobrimento do Pré-Sal, permitindo ao Brasil diminuir a dependência dos hidrocarbonetos da Bolívia. No entanto, o país ainda é o principal importador de gás boliviano, perdendo apenas para o Chile¹³⁶, responsável pela Bolívia possuir uma balança comercial superavitária com o Brasil. Dessa forma, esse superávit deve ser analisado com cuidado, visto que demonstra uma dependência da economia boliviana para com as importações brasileiras.

Referente ao gráfico demonstrado, percebe-se um crescimento linear do superávit boliviano a partir de 2003, apresentando este baixa somente em 2009, porém acompanhando também uma baixa das exportações brasileiras, chegando em 2013 ao valor de \$2.500.939.541, um incremento impressionante de aproximados 9.000% em relação ao último ano do governo FHC em 2002. As exportações brasileiras também apresentaram crescimento linear no período, porém de forma bem menos expressiva, em torno de 1.000%.

Com a chegada de Evo Morales em 2006 o superávit boliviano quase duplica em relação ao ano anterior. Relativo aos projetos de Cooperação dos dois países, o ano em que a balança comercial apresentou maior equilíbrio entre os dois, em 2009, foi justamente o ano em que o maior número de projetos foram implementados entre os dois, porém este parece ser o único ano em que se observa alguma relação da balança comercial para com a cooperação bilateral, tanto que em 2011, ano em que também houve um grande número de projetos implementados (12), a balança comercial apresentada volta a apresentar alta no que diz respeito ao valor do superávit boliviano (\$1.351.861.868), relacionando os projetos de cooperação muito mais com uma concertação de interesse político entre os países, não influenciando de maneira explícita na relação econômica entre eles.

4.4 ANÁLISE DO CASO PARAGUAIO

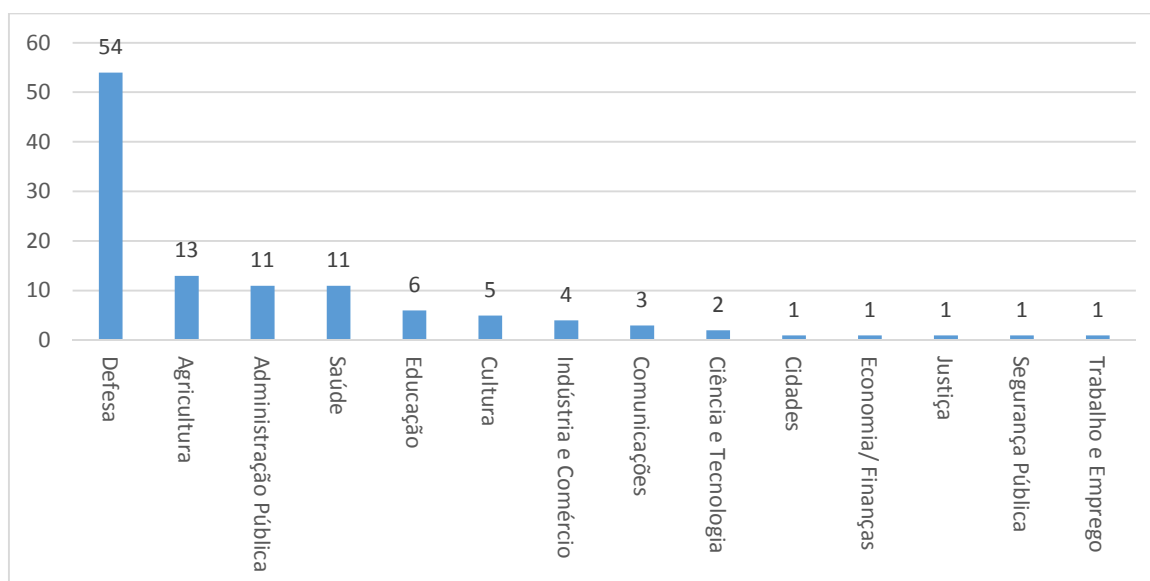
Neste tópico, será realizada a análise da relação bilateral Brasil-Paraguai, conforme variáveis expostas no item 4.1.

¹³⁶ Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/bolivia/importacoes_procedencia.html>. Acesso em 29 de abril de 2016.

4.4.1 Temática dos Projetos

O Gráfico temático dos projetos de cooperação com o Paraguai segue abaixo, com o mesmo padrão já definido para os outros dois países, utilizando-se como parâmetro de definição das áreas de definição das Políticas Públicas os Ministérios ou Órgãos principais responsáveis pela execução dos projetos:

Gráfico 9 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai por Área Temática



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
 <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 31 de maio de 2016

Aqui há uma ampla vantagem numérica nos projetos de caráter militar, totalizando quase a metade do total de projetos realizado entre os dois países. Com uma fronteira considerada estratégica economicamente além de característica de rota de travessia de produtos contrabandeados e drogas, percebe-se uma grande preocupação dos dois países com questões de defesa. O Paraguai é um dos países que mais compartilham projetos de Cooperação Sul-Sul com o Brasil, com uma especial atenção dada às questões fronteiriças entre os dois países e à questão energética, devido à Itaipú. Outras áreas que contemplam um quantitativo significativo de projetos é a agricultura (13), Administração Pública e saúde (11). Devido à proximidade, algumas instituições do Estado do Paraná possuem atuação bastante decisiva em determinados projetos, como por exemplo o SENAI do Paraná no Projeto do Centro de Formação em Hernandaria e a Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR), no projeto de apoio ao fortalecimento do Gabinete Civil da Presidência da República do Paraguai.

No caso paraguaio, semelhante o boliviano, há apenas dois projetos que não constam com representatividade de uma instituição brasileira, são eles a Missão para detalhamento do Projeto "Cadastramento de cidadãos brasileiros e paraguaios na fronteira", de responsabilidade do *Ministerio de Planificacion*, e Missão para elaboração de estudos sobre a realidade migratória no Paraguai e seus impactos econômicos, implementado pela Associação Paraguaia de Estudos da População (ADEPO) que tratam-se igualmente de missões de planejamento para implementação de projetos nas áreas de Administração Pública e Economia/ Finanças, respectivamente. Todos os demais contam com a participação brasileira na sua execução em maioridade, 106 participações brasileiras e 83 paraguaias. Destas instituições, nos projetos da área da defesa, 44 são divididas sua execução entre a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Exército Brasileiro (EXBR), além de outros 7 serem de responsabilidade do Ministério da Defesa. Do lado paraguaio, são compartilhados 13 projetos com o Exército Paraguaio e outros 22 com a Força Aérea Paraguaia. No projeto destaque pela ABC na cooperação entre os dois países, o projeto Centro de Formação Profissional em Hernandarias, cuja execução foi realizada em 4 etapas, nestas apenas duas contaram com o Serviço Nacional de Promoção Profissional (SNPP) do Paraguai como instituição responsável, tendo o SENAI do Paraná tendo participado em todas as quatro etapas.

Cabe observar que, conhecido o Paraguai como um dos países mais pobres da América do Sul, estranha-se a não observação de nenhum projeto diretamente relacionado ao Desenvolvimento Social do país, como se observara nos outros dois países estudados.

4.4.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos

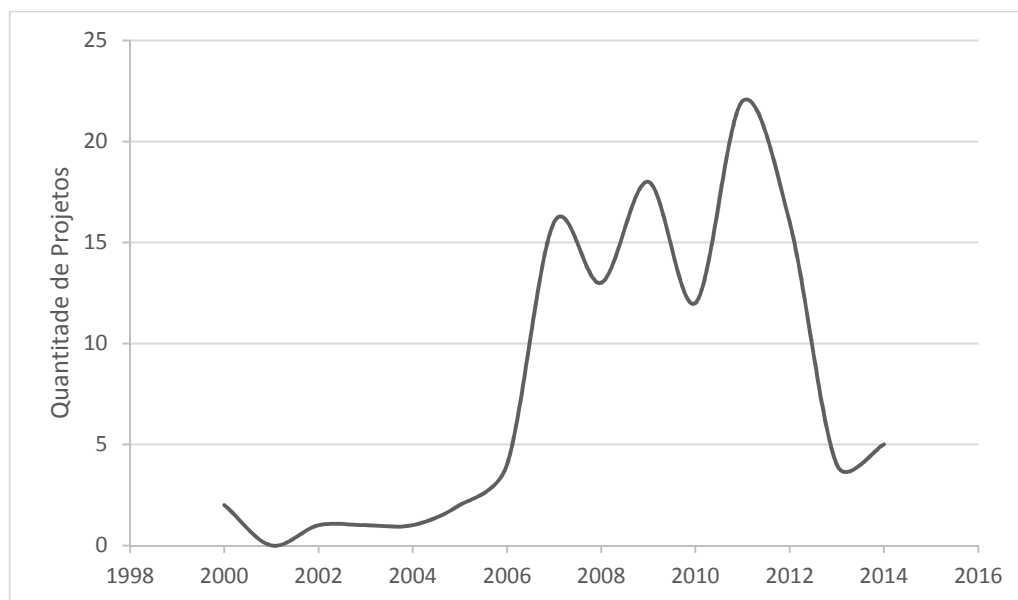
Conforme já demonstrado, Brasil e Paraguai possuem a relação mais forte no que diz respeito à quantidade de projetos de cooperação compartilhados, inclusive na questão do número de áreas diferentes em que atuam os diversos organismos dos dois países nas Políticas Públicas compartilhadas. Abaixo se tem a tabela contendo a disposição dos projetos bilaterais entre os dois países por ano de execução, bem como temporalidade dos mesmos:

Tabela 11 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai por ano de implementação

ANO	QUANTIDADE DE PROJETOS IMPLEMENTADOS
2000	2
2001	0
2002	1
2003	1
2004	1
2005	2
2006	4
2007	16
2008	13
2009	18
2010	12
2011	22
2012	16
2013	4
2014	5

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 2 de maio de 2016

Gráfico 10 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai por ano de implementação



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 2 de maio de 2016

Tabela 12 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais entre Brasil e Paraguai

QUANTIDADE DE PROJETOS	DURAÇÃO
68	1 Ano
32	2 Anos
4	3 Anos
5	4 Anos
3	5 Anos
2	6 Anos
2	7 Anos
1	8 Anos
MÉDIA DE DURAÇÃO:	1,82 Anos

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 2 de maio de 2016

Reitera-se que para fins de análise, a duração dos projetos foi arredondada para anos, desprezando-se os meses ou dias de duração, sendo que os projetos de menor duração do que 1(um) ano foram representados como se 1 ano de duração tivessem.

O Paraguai difere-se neste quesito dos países estudados até agora por dois pontos antagônicos. O primeiro refere-se a que este país, diferente dos demais da região, possui projetos com duração considerável, com 5, 6, 7 e até 8 anos, que é o caso do Projeto de Desenvolvimento de Técnicas para a Produção de Matérias-Primas de Biocombustíveis no Paraguai, executado pela EMBRAPA e pelo Ministério de Agricultura e Pecuária do Paraguai. Por outro lado, a média da duração dos projetos é a mais baixa vista até agora, de 1,82 anos por projeto, devido à grande quantidade de projetos de baixa duração, quase 60% de projetos com menos de um ano de duração, em sua maioria referentes à treinamentos e missões militares, além de aproximadamente outros 30% de projetos com duração prevista de 2 anos de execução.

Quanto ao gráfico apresentado contendo a cronologia dos projetos, a curva segue a tendência dos demais países no que diz respeito à quantidade de projetos implementados. Observa-se antes do ano de 2003 um número insignificante de projetos, detalhados pela ABC apenas como projetos pontuais de cooperação, sem nenhuma definição mais concreta sobre sua natureza, e após a ascensão do Governo Lula à frente do Estado Brasileiro, este quantitativo vai crescendo, tendo entre 2007 e 2012 uma média bastante elevada, registrando neste período a implementação de 82% dos projetos de cooperação entre os dois países até o ano de 2014. Reforça-se novamente o alinhamento político necessário para a implementação de Projetos deste tipo. Coincide este período apresentado com a eleição de Fernando Lugo em 2007 e seu afastamento em 2012. Em 2013, já o Paraguai sobre Governo do Partido Colorado novamente,

se enfraquece a integração atingida com o Brasil, se expressando esta, entre outras formas, pela diminuição brusca na quantidade de projetos de cooperação acordados entre os dois países.

4.4.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos

Aqui novamente encontramos semelhança entre os períodos em que houve aumento da execução financeira e o aumento do número de projetos entre Brasil e Paraguai, com exceção do ano de 2007 que os dois países já contavam com um grande número de projetos em execução, inclusive de grandes valores orçamentários previstos, como a segunda fase do Centro de Formação e Capacitação Profissional Paraguai-Brasil em Hernandarias, com aporte de \$175.915,85, iniciada esta etapa em 2005. Aliás, os projetos de Cooperação entre Brasil e Paraguai apresentam orçamento mais que dobrado do que os outros dois países, o que chega a representar 6% do valor total orçamentário da Cooperação Sul-Sul brasileira na América Latina. Os valores totais envolvidos para a execução dos projetos de cooperação bilaterais entre Brasil e Paraguai no período 2003 – 2014 envolvem um total de \$3.910.604,41, sendo que até 2016, \$3.794.326,59, já foram totalmente executados, 97,03% do total¹³⁷. Igualmente a Equador e Bolívia, esse valor não utilizado refere-se aos projetos ainda não finalizados na data do relatório, sendo que todos os outros cuja fase de execução alcançara 100%, fizeram uso de todo o orçamento previsto. No caso paraguaio, igualmente segundo a ABC, todos os recursos utilizados para a execução dos projetos tem como fonte o PNUD.

Por área temática, observa-se o seguinte orçamentário:

¹³⁷ Relatório dos Projetos e Atividades Isoladas Em Execução e Concluídas entre Brasil e Equador. Fornecido ao autor em 18 de março de 2016 pelo Ministério das Relações Exteriores através de solicitação realizada através do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC.

Tabela 13 - Orçamento Previsto por Área Temática dos Projetos

ÁREA TEMÁTICA	QUANTIDADE DE PROJETOS	ORÇAMENTO PREVISTO
EDUCAÇÃO	6	\$ 2.117.830,49
DEFESA	54	\$ 384.386,63
SAÚDE	11	\$ 228.425,89
AGRICULTURA	13	\$ 220.778,01
CULTURA	5	\$ 82.555,87
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	11	\$ 58.295,93
COMUNICAÇÕES	3	\$ 39.497,50
SEGURANÇA PÚBLICA	1	\$ 25.350,93
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	4	\$ 11.840,45
JUSTIÇA	1	\$ 8.299,76
ECONOMIA/ FINANÇAS	1	\$ 8.230,66
TRABALHO E EMPREGO	1	\$ 2.120,19
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2	\$ 1.320,59
CIDADES	1	\$ 1.063,13
TOTAL:	114	\$ 3.189.996,03¹³⁸

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 31 de maio de 2016

Como já comentado, o grande aporte financeiro dos projetos de Cooperação entre os dois países concentra-se no Projeto do Centro de Formação em Hernandarias, tendo a educação um orçamento previsto cinco vezes maior do que os projetos da área da defesa, que contemplam numericamente quase a metade dos projetos implementados. Excetuada a saúde, a agricultura e a Administração Pública, os outros demais projetos possuem orçamento relativamente de acordo com o número de projetos que contemplam.

4.4.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos

O Paraguai, de 2003 a 2014, vislumbrou a realização de 21 Missões de Monitoramento em seu território, que ocorreram conforme a seguinte cronologia:

¹³⁸ O valor difere do valor total orçamentário dos projetos de Cooperação Sul-Sul bilaterais entre Brasil e Equador apresentados anteriormente devido a esta tabela não contemplar os projetos executados fora do período de estudo deste trabalho (2003-2014).

Tabela 14 - Missões de Monitoramento e Avaliação Realizadas no Equador até 2014

ANO	NÚMERO DE MISSÕES
2003	0
2004	0
2005	0
2006	1
2007	4
2008	6
2009	3
2010	2
2011	2
2012	2
2013	0
2014	1

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Miss%C3%B5es.pdf> Acesso em 19 de maio de 2016

O Paraguai, dos três países pesquisados, é o que apresenta de longe a pior proporção entre projetos implementados e missões realizadas, tendo havido menor número destas (21) do que na Bolívia (27). Coincide o aumento de missões no Paraguai com a chegada de Lugo à presidência do país, tendo ocorrido o maior número destas exatamente em 2008, ano de sua posse.

Novamente, não se encontra padronização na execução destas missões. Dentro do período compreendido entre 2007 e 2012, período este que concentra o maior número de projetos bilaterais executados, houve número insignificante de Missões de Monitoramento.

O caso Paraguai é bastante caracterizado pela ênfase dada aos Projetos referentes à criação do Centro de Treinamento Profissional em Hernandarias, sendo este considerado um Projeto de Cooperação modelo, que impulsionou o Brasil na disseminação dos projetos de Cooperação Sul-Sul inclusive nos outros continentes.

Projetos como o Centro de Formação em Hernandarias fazem parte do que a ABC chama de projetos estruturantes, ou seja, projetos maiores, mais abrangentes, de longo prazo e com maior efeito multiplicador (ABC, 2015), não ficando segundo estes, restritos a uma política de governo e estimulando ao país assistido dar continuidade aos mesmos de forma autônoma se baseando no princípio constitucional brasileiro de soberania das nações.

Este projeto teve início após a verificação de uma queda do comércio de triangulação na região em torno da fronteira, especialmente do lado de *Ciudad del Este*, tornando a população ociosa no perímetro, num local que se estigmatizou pelo tráfico de drogas, armas e contrabando, fazendo com que o desenvolvimento da região entrasse na agenda dos governos envolvidos. Diante disso, optou-se pela promoção do desenvolvimento de uma região através

da absorção desta mão-de-obra ociosa pela capacitação profissional, com vistas ao fortalecimento do setor industrial da região.

No Ajuste Complementar que dá início ao projeto em 2002¹³⁹, se estabelece a ABC e o Departamento Regional do SENAI como responsáveis brasileiros pela execução do projeto e o Ministério da Justiça e Trabalho e o SNPP como responsáveis paraguaios, o Ministério da Justiça e Trabalho e a ABC como apoiadores e o SENAI e o SNPP como efetivos executores das ações estabelecidas no ajuste complementar. Com início formal em 15 de janeiro de 2002, o centro foi inaugurado em 27 de setembro de 2002, com duração inicial prevista até o mês de maio de 2004.

O problema encontrado pelo Brasil se resume ao lado paraguaio, mas atinge o país à medida que este se defronta com o enfraquecimento de um parceiro potencial e consequentemente o enfraquecimento do MERCOSUL. Em 1998, Brasil e Paraguai já haviam firmado memorando de entendimento na área de Formação Profissional com vistas à criação de um centro de Formação Profissional, o qual previa o seguinte:

1.O presente Memorando de Entendimento, realizado sob a égide do "Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai", assinado em 27 de outubro de 1987 na cidade de Assunção, tem por objetivo formalizar a disposição das Partes em implementar um projeto de cooperação referente à criação de um Centro Móvel de Formação Profissional no Paraguai, a ser desenvolvido, preferencialmente, na região de Ciudad del Este. A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) deverão apoiar o Governo paraguaio na criação deste Centro.

2.O Governo brasileiro, em data a ser oportunamente acordada por via diplomática, enviará missão de identificação ao Paraguai, a ser coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), para definir com a Secretaria Técnica de Planejamento, as áreas profissionais, formas de implementação, responsabilidades financeiras de cada país, possível participação de organismos internacionais e todos os pormenores necessários à elaboração do projeto.¹⁴⁰

Conforme se depreende do memorando publicado, a iniciativa do projeto é inteiramente brasileira, ficando este encarregado de realizar a missão de identificação no Paraguai com o levantamento dos cursos e as participações internacionais necessárias e em conjunto a ABC, o SENAI promover a implantação do Centro de Formação. Neste sentido, não há nenhuma cooperação horizontal, sendo a tecnologia e as técnicas todas oriundas do lado brasileiro. O SENAI se mostra como um dos principais órgãos executores dos projetos da ABC, e centros

¹³⁹ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2002/b_5/>. Acesso em 20 de maio de 2016.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1998/b_52/>. Acesso em 12 de maio de 2015

semelhantes ao de Hernandárias são encontrados em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor Leste e Guatemala (ABC, 2015). Um ponto importante que se observa nas notas divulgadas pela ABC é justamente o grau de excelência com qual o projeto é retratado, dando ao Brasil a legitimidade e a experiência necessária que lhe possibilitaram aumentar a gama de cooperações bilaterais com países inclusive fora do continente, como o caso das cooperações brasileiras com países da África e Ásia¹⁴¹, aumentando a chamada hegemonia cooperativa do Brasil.

O Projeto em Hernandarias foi renovado 3 vezes, completando 4 fases de execução, sendo finalizado em 2012, ao final da quarta fase. Devido ao grande esforço demandado em Hernandarias pela ABC, os demais projetos realizados junto ao Paraguai, ficam, digamos, em segundo plano, o que justifica de certa forma o pequeno número de missões de monitoramento e avaliação realizadas no país.

4.4.5 Relação Comercial Brasil e Paraguai durante o Período de Vigência dos Projetos

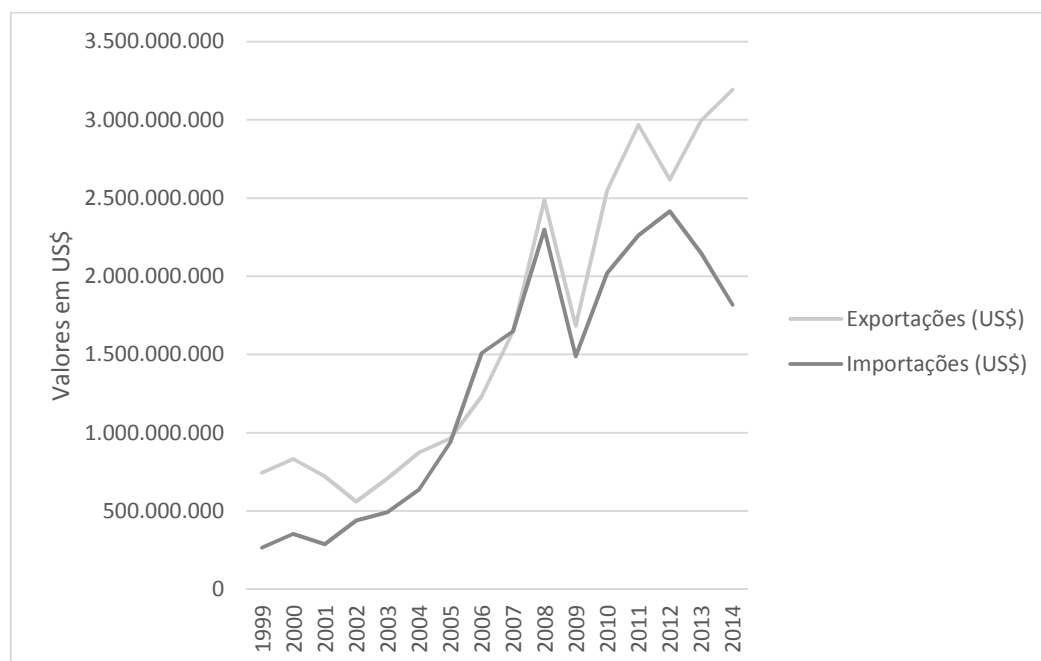
A relação comercial entre Brasil e Paraguai é uma das mais antigas da América do Sul. O primeiro acordo comercial entre os dois países, como já descrito, data de 1844, embora este nunca tenha sido ratificado pelo Brasil (BRASILa, 2016). Por compartilharem uma zona fronteira estratégica de importante navegação fluvial, a questão comercial e energética sempre foi de suma importância na diplomacia dos dois países, gerando na história tanto momentos de conflito como momentos de cooperação entre estes. Na história recente, destaca-se a renegociação do Tratado de Itaipú, que, acordada finalmente em 2010 entre os presidentes Lula e Lugo após grande pressão do governo paraguaio à época, trouxe melhoras significativamente nos valores repassados ao Paraguai na exploração da hidrelétrica. A balança comercial entre os dois países desde 1999 até 2014 foi a seguinte:

¹⁴¹ De fato, os últimos anos de crescimento sustentado com estabilidade e melhoria da distribuição de renda ampliaram muito o protagonismo do Brasil no cenário da cooperação internacional. As ações do país na área se multiplicaram impulsionadas pela crescente demanda pelo compartilhamento de conhecimentos e experiências nacionais bem-sucedidas na área de políticas e tecnologias sociais, agrícolas e de saúde. Essas experiências vêm atraindo o interesse tanto de países em desenvolvimento, que enfrentam problemas similares, como de países ricos e organismos internacionais, que buscam aumentar a eficácia de seus projetos de ajuda ao desenvolvimento por meio da cooperação triangular com o Brasil. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2491:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 11 de novembro de 2015.

Tabela 15 - Balança Comercial Brasil x Paraguai (1999 – 2014)

ANO	EXPORTAÇÕES (US\$)	IMPORTAÇÕES (US\$)	SUPERÁVIT/ DÉFICIT (US\$)
1999	744.308.207	265.081.435	479.226.772
2000	832.473.164	354.211.301	478.261.863
2001	721.252.545	287.809.523	433.443.022
2002	559.625.414	438.663.064	120.962.350
2003	708.750.484	491.596.340	217.154.144
2004	873.352.694	636.164.378	237.188.316
2005	962.720.724	938.664.676	24.056.048
2006	1.233.638.638	1.509.564.004	-275.925.366
2007	1.648.191.224	1.648.703.805	-512.581
2008	2.487.561.397	2.298.653.849	188.907.548
2009	1.683.902.379	1.489.062.914	194.839.465
2010	2.547.907.945	2.020.560.291	527.347.654
2011	2.968.573.383	2.262.920.359	705.653.024
2012	2.617.509.020	2.415.202.868	202.306.152
2013	2.996.609.209	2.147.240.831	849.368.378
2014	3.193.586.387	1.817.700.076	1.375.886.311

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados do MDIC Disponível em:
<<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 2 de maio de 2016.

Gráfico 11 - Exportações e Importações do Brasil com a Paraguai (1999 – 2014)

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados do MDIC Disponível em:
<<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em 2 de maio de 2016.

A renegociação do Tratado de Itaipú no entanto, não trouxe uma mudança significativa na balança comercial dos dois países, caracterizada pelo superávit brasileiro constante. Sendo o Brasil o principal parceiro importador do Paraguai, cuja aquisição no mercado brasileiro é

responsável por 24,2% do total de importações do país¹⁴², tem-se que a relação comercial entre os dois se traduz numa relação de extrema dependência, conforme já mencionado, com o Brasil exportando produtos manufaturados e importando matéria prima.

Antes do governo Lula em 2003, o Brasil já possuía uma balança comercial extremamente favorável. Já em 2002 esta diferença encontrou uma diminuição considerável que se estende até 2009, chegando a apresentar em 2006 e 2007 um superávit paraguaio no comércio entre os dois países. Justamente em 2010, as exportações brasileiras registram um aumento constante expressivo, tendo no mesmo ano alcançado a maior marca desde então (\$527.347.654), num crescente que chega até o valor abrupto de \$1.375.886.311 em 2014, numa das relações comerciais mais desiguais de toda a América Latina. Observa-se que, até 2012, apesar de um crescimento desigual, tanto os valores de exportações e importações brasileiras apresentavam certa linearidade. A partir do ano destacado, estes valores crescem em sentidos opostos, intensificando o superávit do Brasil.

Os projetos de cooperação compreendidos com o Brasil no período possuem papel importante no comércio entre os dois países a medida que tendo como política principal o incremento da indústria paraguaia e com esta uma natural substituição de importações pelo país, isto tenderia há uma mudança na balança comercial paraguaia. No entanto, observa-se muito pouco neste sentido, apresentando esta favorável ao lado paraguaio somente em curto período. Estima-se, acompanhado o caso paraguaio em Hernandarias, que a transferência de tecnologia do Brasil para o país tenha estimulado estas importações a medida que muito do maquinário utilizado na construção dos centros de treinamento advenham justamente da indústria brasileira.

4.5 ANÁLISE COMPARATIVA DOS PAÍSES

Feita a análise individualizada dos países estudados no que diz respeito às variáveis definidas para análise dos projetos de Cooperação Sul-Sul como Políticas Públicas internacionais que o são, faz-se, de forma comparativa, um apanhado geral dos dados obtidos com vistas à generalização dos projetos na tentativa de construção de uma padronização dos mesmos na América do Sul.

Como definido no início deste trabalho, devido ao extenso rol de países e projetos de Cooperação Sul-Sul existentes, Equador, Bolívia e Paraguai foram os países escolhidos para o estudo, de forma a tornar possível a resolução do problema proposto através de amostragem

¹⁴² Disponível em: <http://www.indexmundi.com/pt/bolivia/importacoes_procedencia.html>. Acesso em 2 de maio de 2016.

dentro do universo dos países sul-americanos (LAKATOS e MARCONI, 1985). Dessa forma, o encontro de semelhanças significativas nos dados obtidos colabora para a verificação de uma padronização nas questões propostas, contribuindo para sua validação na pesquisa.

Dito isso, segue a análise comparativa das variáveis dos três países pesquisados, que, assim como a análise individual, foi dividida conforme as variáveis delimitadas.

4.5.1 Temática dos Projetos

Uma primeira observação que se faz referente às áreas temáticas abrangidas pelos Projetos de Cooperação Sul-Sul é a não divulgação dos projetos de caráter militar pela ABC, cujos dados constantes nesta pesquisa somente foram obtidos através de consulta realizada por meio do SIC junto à agência. Estes projetos, que como visto fazem parte de um número expressivo de projetos, totalizando a maioria entre os três países pesquisados. Se esta não divulgação é proposital a fim de preservar informações de caráter estratégico de defesa, o fato é que se percebe esta como uma questão de grande preocupação entre as Políticas Públicas implementadas através dos processos de cooperação, o que contribui para a constatação realizada mais adiante da utilização pelo Itamaraty das teorias realistas nas suas Relações Internacionais.

Referente ao total das áreas temáticas abrangidas pelos projetos nos países pesquisados, tem-se o seguinte:

Tabela 16 - Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais por Área Temática/ Política Pública implementada

ÁREA TEMÁTICA	QUANTIDADE DE PROJETOS EQUADOR	QUANTIDADE DE PROJETOS BOLÍVIA	QUANTIDADE DE PROJETOS PARAGUAI	TOTAL:
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6	3	11	20
AGRICULTURA	7	29	13	49
CIDADES	-	1	1	2
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1	-	2	3
COMUNICAÇÕES	3	3	3	9
CULTURA	-	1	5	6
DEFESA	15	5	54	74
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3	3	-	6
EDUCAÇÃO	-	6	6	12
ESPORTE	-	-	-	
FINANÇAS/ ECONOMIA	1	-	1	2
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	-	-	4	4
JUSTIÇA	-	-	1	1
MEIO AMBIENTE	7	6	-	13
MINAS E ENERGIA	-	1	-	1
PECUÁRIA	-	-	-	
PESCA	-	1	-	1
PLANEJAMENTO	-	-	-	
SAÚDE	8	12	11	31
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	1	1
TRABALHO E EMPREGO	3	2	1	6
TOTAL:	54	73	114	241

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 2 de junho de 2016

Nos três países, destacam-se projetos na área da Defesa (74), seguidos da Agricultura (49), Saúde (31) e Administração Pública (20). Embora não se observe projetos em todas as áreas definidas pela ABC, percebe-se um papel bastante atuante do Brasil em diversas Políticas Públicas nos países parceiros, com uma abrangência bastante significativa destas. Uns com bastante diversificação na natureza dos projetos, caso do Paraguai, outros com menos, caso do Equador. Para Leite (2011), justamente esta sensibilidade de compreender as novas demandas colocadas pelos países emergentes num cenário global multipolarizado de pós guerra fria foi um dos trunfos e uma das principais características da política externa brasileira colocada em prática pelo Governo Lula, sendo crucial para o desenvolvimento econômico e político alcançado pelo país durante os anos 2000, ou conforme Gonçalves (2011, p. 133) “o

protagonismo brasileiro no processo de integração da América do Sul garante ao país a possibilidade de aumentar suas condições para acelerar o desenvolvimento nacional. A partir dos anos 2000, o Brasil deixa sua condição de receptor de ajuda e assistência técnica dos países do Norte e passa a fazer parte dos doadores. Para isso, passa a exportar técnicas e políticas consideradas de sucesso no país, como por exemplo políticas assistências como o bolsa família e programas de formação profissional em grande escala.

No que diz respeito à implementação dos projetos de Cooperação analisados, o que se percebe na maioria destes é o Brasil como ator principal nesta relação estabelecida. A maioria destes refere-se à transferência de conhecimento e tecnologias brasileiras em Políticas Públicas para os países vizinhos, o que se percebe intrínseco em relações entre países tão assimétricos. Em todos os países pesquisados houve a observância de projetos realizados através de instituições brasileiras no exterior de forma unilateral, sem contrapartida de uma outra instituição responsável pelo país receptor da cooperação, o que ao contrário não ocorreu, excetuados mínimos projetos relativos a missões de prospecção para avaliação de Políticas Públicas para implementação de novos projetos. Ao todo são 195 participações de órgãos brasileiros na implementação e execução dos projetos e 150 participações de organizações estrangeiras.

De acordo com matéria publicada em 2012, o diretor da ABC, na época o diplomata Marco Farani resume que o Brasil constrói em sua política de cooperação na prática, soluções para países em desenvolvimento, para ele:

Há muito a oferecer, porque o país possui soluções e é bem recebido nos países latino-americanos e na África, onde a demanda é grande. Argumenta-se no governo que esse modelo de cooperação se distingue por uma característica fundamental para o seu sucesso: o doador, no caso o Brasil, não imporia ações de cima para baixo, ao contrário do modelo tradicional seguido por países desenvolvidos. No caso brasileiro, a maioria dos projetos surgiria de demandas que chegam a Brasília, vindas de outros governos e de organismos internacionais que buscam parcerias em áreas nas quais a expertise brasileira é reconhecida. A demonstração disso é a procura pelos serviços da Embrapa e do Senai¹⁴³.

Definindo-se à Cooperação Sul-Sul como um processo de Cooperação horizontal, onde a troca de experiências é realizada de forma bilateral através da resolução de Políticas Públicas comuns entre os países envolvidos, cujo objetivo, numa instância superior é a integração regional com vistas ao suprimento de assimetrias existentes entre os atores envolvidos com o mútuo desenvolvimento dos mesmos dentro de um cenário geopolítico internacional, percebe-

¹⁴³ Disponível em: <<http://www.spchamber.com.br/?p=noticia&id=556>>. Acesso em 16 de novembro de 2015.

se de certa forma, um descompasso teórico do processo com o tipo de relação que o Brasil pratica nos países pesquisados. Conforme preconiza a Cooperação Sul-Sul, a cooperação exige que os países colaborem entre em si como sócios, de maneira voluntária e sem estabelecimento de condições, sendo os benefícios distribuídos de maneira equitativa aos participantes. Na medida que o lado brasileiro é quem transfere a tecnologia, realizando a maioria das missões de acompanhamento e estipulando as áreas que serão abrangidas conforme as demandas solicitadas pelos países parceiros, condicionando a estes somente a disponibilidade de infraestrutura e condições para implementação dos projetos, esta cooperação ganha traços muito mais de processos assistencialistas clássicos do tipo Norte-Sul, onde a principal característica é o fortalecimento dos laços de dependência entre os envolvidos, tendo o Brasil o papel de doador da assistência e os países da América Latina de receptores, aumentando a presença do país na região num típico arranjo que lembra a criação de uma zona de influência.

4.5.2 Cronologia e Temporalidade dos Projetos

Nos 3 países pesquisados, o que se observa é uma maior concentração de projetos executados quando há convergência política entre estes. Comparando-se a quantidade de projetos implementados por ano, tem-se o seguinte:

Tabela 17 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais por ano de implementação

ANO	QUANTIDADE DE PROJETOS IMPLEMENTADOS NO EQUADOR	QUANTIDADE DE PROJETOS IMPLEMENTADOS NA BOLÍVIA	QUANTIDADE DE PROJETOS IMPLEMENTADOS NO PARAGUAI	QUANTIDADE TOTAL DE PROJETOS IMPLEMENTADOS
1998	1	0	0	1
1999	1	1	0	2
2000	0	0	2	2
2001	0	7	0	7
2002	0	1	1	2
2003	1	2	1	4
2004	0	0	1	1
2005	4	1	2	7
2006	2	9	4	15
2007	7	9	16	32
2008	3	6	13	22
2009	1	13	18	32
2010	1	7	12	20
2011	21	12	22	55
2012	2	8	16	26
2013	3	0	4	7
2014	9	6	5	20

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em:

<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 23 de maio de 2016

No Equador, com a posse de Correa em 2007, somente em seu primeiro ano de mandato foram 7 projetos implementados, quase dobrando o número de projetos anteriormente em execução. Na Bolívia, a partir de 2006, com a ascensão de Evo à presidência, o número de projetos presencia um aumento bastante significativo. No Paraguai, com a eleição de Lugo em 2007 e sua posse em 2008, há nestes 2 anos a implementação de 29 projetos, contra 11 anteriormente em execução.

Quanto a temporalidade dos projetos, tem-se o seguinte:

Tabela 18 - Temporalidade dos Projetos de Cooperação Sul-Sul

DURAÇÃO	QUANTIDADE DE PROJETOS NO EQUADOR	QUANTIDADE DE PROJETOS NA BOLÍVIA	QUANTIDADE DE PROJETOS NO PARAGUAI	QUANTIDADE TOTAL DE PROJETOS
1 Ano	23	43	68	134
2 Anos	12	9	32	53
3 Anos	8	13	4	25
4 Anos	11	5	5	21
5 Anos	1	9	3	13
6 Anos	0	3	2	5
7 Anos	1	0	2	3
8 Anos	0	0	1	1
MÉDIA DE DURAÇÃO:	2,2678 Anos	2,2268	1,82 Anos	2,1048 Anos

Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 23 de maio de 2016

Como se observa, excetuadas algumas políticas estratégicas, a grande maioria dos projetos corresponde a projetos curtos, de somente um ano de duração. Os Projetos de maior duração são justamente os que receberam destaque de excelência da ABC no que se refere à política de cooperação brasileira, o projeto de erradicação do trabalho infantil no Equador (7 anos), o projeto de criação do banco de leite humano na Bolívia (6 anos), e no Paraguai, que apresentou ao mesmo tempo o maior número de projetos de maior e de menor duração, cujo projeto de grande destaque é a criação do centro de formação profissional em Hernandarias, que se constitui em projeto de 4 fases, implementado de 2002 à 2012, num total de 10 anos de execução. A média total de duração dos projetos verificada foi de 2,1048 anos, não havendo grande discrepância entre os 3 países, ressaltando a tese de que se tratam de iniciativas pontuais de governo, que não se traduzem, na maioria dos casos, em Políticas Públicas efetivas continuadas, que ensejariam tempo hábil para seu correto monitoramento e avaliação de longo prazo. Isso se afirma ainda mais após a verificação de que o número de projetos implementados possui relação importante com o alinhamento político dos países em questão, conforme apresentado na tabela anterior.

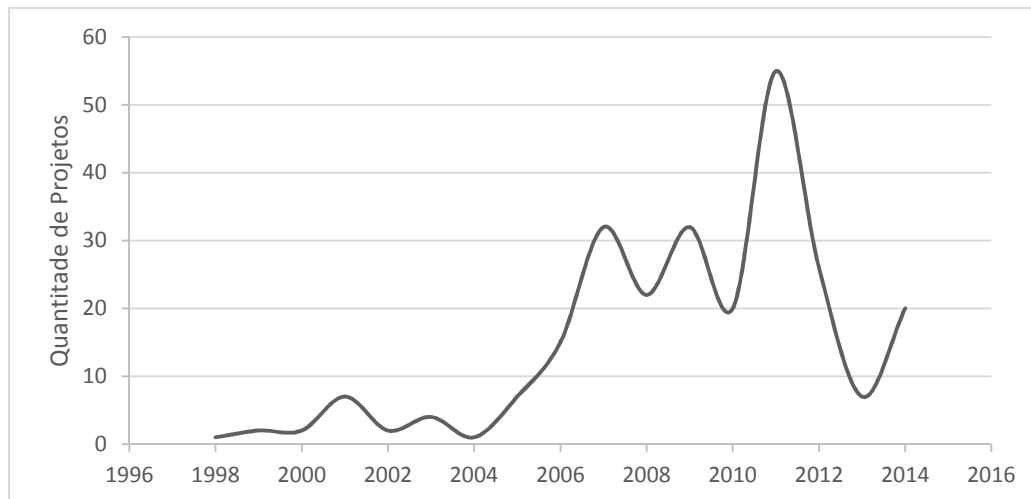
Entretanto, ainda sobre a cronologia da execução dos projetos, outro elemento interessante de se destacar é a relação do quantitativo dos projetos implementados com o crescimento do PIB brasileiro no período.

Gráfico 12 - Crescimento do PIB brasileiro no período entre 1990 e 2015



Fonte: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=BRA&idioma=spanish>. Acesso em 23 de maio de 2016.

Gráfico 13 - Quantitativo de Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilaterais



Fonte: Produzido pelo autor com base em dados da ABC Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul>> Acesso em 23 de maio de 2016

Embora não seja uma relação direta, é importante observar que a política adotada pelo Governo Lula, que priorizando a América Latina em suas Relações Internacionais, aproveitando-se da crise econômica vivida pelas grandes economias em meados dos anos 2000, entre estas os Estados Unidos, envolvido no período com a Guerra no Iraque, o que deu espaço para o crescimento das médias potências tendo como principais representantes os BRICS, foi responsável por um crescimento linear há muito tempo não visto nos índices do PIB brasileiro,

chegando ao ápice em 2011 apresentando o maior índice de crescimento já observado no país, coincidindo também com o período de maior presença brasileira no exterior através dos projetos de Cooperação Sul-Sul. Isto também é observado quando da visualização do gráfico da evolução da execução financeira dos projetos da ABC, que acompanha também a evolução do PIB brasileiro. Esta situação econômica favorável foi imprescindível para que o país pudesse fortalecer essa prática de sua política externa, sendo o Itamaraty um dos órgãos estratégicos do Governo nesta empreitada, o que demonstra por si só a importância dos processos de Cooperação Sul-Sul durante a ascensão econômica brasileira.

4.5.3 Valores Envolvidos na Execução dos Projetos

Referente aos valores envolvidos na execução dos Projetos, à exceção do Paraguai onde observa-se um dispêndio orçamentário maior do que os outros dois países, mais que o dobro unitário dos dois, sendo apenas na área da educação previsto um orçamento maior do que o total previsto para os projetos bolivianos e equatorianos (\$ 2.117.830,49), os valores utilizados condizem com os valores de execução financeira dispendidos para os Projetos de Cooperação Sul-Sul na América Latina. Do total orçamentário previsto, ao Equador foi destinada uma fatia de 2,33% do total. Para a Bolívia, houve o dispêndio de 2,05%, e para o Paraguai, esta porcentagem pula para 6%. Fazendo uma divisão grosseira entre todos os 32 países que compreendem a América Latina, com exceção do Brasil, a divisão igualitária dos recursos seria de 3,125%, entretanto, os valores utilizados variam conforme a natureza dos projetos. Equador, que possui menor número de projetos bilaterais com o Brasil em relação à Bolívia, possui um valor maior orçamentário previsto. Paraguai, que possui significativamente maior número de projetos, consome maior fatia do orçamento do PNUD. Nota-se que neste quesito, a relação de alinhamento político não exerce influência. Bolívia foi o primeiro país após o Brasil a eleger um governo progressista, porém é o de menor previsão orçamentária dentre os três, o que reforça a ideia de que a execução orçamentária se relaciona diretamente com a natureza dos projetos executados.

O que merece destaque é o fato de que 100% dos recursos destinados aos projetos provém de um Organismo Internacional, no caso o PNUD, colocando em dúvida o quanto de autonomia possuiriam os mesmos para representarem projetos com vistas ao desenvolvimento de tais países.

4.5.4 Monitoramento e Avaliação dos Projetos

Foram realizadas no período de 2003 a 2014, nos três países, 59 Missões de Monitoramento, número insignificante se comparado ao total de projetos implementados (256). Conforme verificado em todas as situações, não há uma padronização na realização destas missões nem mesmo de caráter quantitativo, visto que o Paraguai, que corresponde ao país de maior número de projetos realizados entre os três, possui menor número de missões realizadas que a Bolívia. Da mesma forma, não há publicização dos resultados avaliados, o que corrobora com a tese de que esta análise se dá muito mais de forma política do que técnica.

De fato, os Projetos tidos como de grande excelência pela ABC são justamente os que serviram de vitrine para o país internacionalmente. No Equador, o Projeto de erradicação do trabalho infantil elevou o status do Brasil como disseminador de práticas em políticas sociais junto à OIT, permitindo ao país firmar acordo com esta Organização Internacional dando continuidade a esta política. No Paraguai, o Centro de Formação em HERNANDARIAS atingiu status de referência internacional, permitindo ao país difundir práticas deste tipo em diversos países da África e Ásia. Na Bolívia, a criação de um Banco de Leite Humano trata-se de estratégia internacional da FIOCRUZ na elaboração de uma Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, difundindo a tecnologia brasileira internacionalmente nesta política.

Isto demonstra o importante papel de poder e de influência contida nos processos de cooperação internacional. Nesta linha, Gonçalves (2011) distingue a inserção internacional dos países como a combinação de três elementos: o que é, como é visto e o que quer ser. O que quer ser, que reflete o desejo dos governos, ou da elite dominante como sugere o autor, na linha realista que segue o Brasil, observa-se desse modo uma política voltada para a manutenção de sua hegemonia na América do Sul, de modo a abrir espaço para uma maior participação e importância como ator global.

De fato, o Brasil se beneficia com projetos de cooperação implementados a partir do Governo Lula, com uma maior visibilidade no cenário internacional como país de economia estável assistencialista, como pode-se perceber com o aumento de processos de cooperação que o Brasil obteve, ao mesmo tempo em que agrega alianças políticas através dos processos de cooperação desenvolvidos, afetando a forma do “como é visto” internacionalmente. A própria ABC assume que o benefício que este tipo de cooperação traz ao Brasil é o fortalecimento de sua experiência e poder de influência internacional, através do estreitamento de suas relações com outros países, porém define que esta se diferenciaria das experiências Norte-Sul porquanto estas ofereceriam programas prontos, dirigidos principalmente nos países que possuem

interesse geopolítico, enquanto o Brasil pautaria suas ações em demandas oriundas dos países ajudados contando com intensa participação destes na implementação das ações e avaliação de resultados, sendo a contrapartida do país apenas o aprendizado com a troca de experiências que permitem novos enfoques e ângulos de problemas internos (IPEA, 2011).

4.5.5 Relação Comercial durante o Período de Vigência dos Projetos

Neste quesito, é onde fica mais clara a influência brasileira na região latino-americana. Quando se trata da balança comercial brasileira na América do Sul, tem-se uma relação sempre desigual, seja com superávits sensivelmente altos como no caso do Equador, seja com déficit brasileiro no caso Boliviano, mas com dependência direta da economia Boliviana para as importações brasileiras.

Embora a relação comercial do Brasil com estes países tenha se iniciado como visto em período imediatamente posterior a suas independências, para Marini (2012b), o que definiu as relações comerciais do país na região foi a posição adotada a partir da ditadura militar em 1964, cujo autor define como uma política subimperialista para com a região. Conforme o autor,

não se trata de uma tendencia totalmente nova. A política exterior de Jânio Quadros e de João Goulart também buscava garantir uma reserva externa de mercado para uma expansão comercial brasileira na África e na América do Latina. A diferença está no fato de que, então, o Brasil adotava uma posição de free lancer no mercado mundial, confiando em que as limitações que freavam o crescimento do mercado interno brasileiro não tardariam a desaparecer, através das reformas estruturais internas. A exportação aparecia, nesse contexto, como uma solução provisória, que tendia a conceder à política reformista burguesa o prazo necessário para que florescesse. A partir de Castelo Branco, pelo contrário, a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno com a incorporação extensiva de mercados já formados - como, por exemplo, o uruguaio. A expansão comercial deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar à política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturais. (MARINI, 2012b, ps. 129-130)

Com uma relação de cooperação antagônica com os Estados Unidos, desenhava-se assim o Brasil como a potência hegemônica da região, reproduzindo uma espécie de relação metrópole-colônia com os países vizinhos. Dentro dessa lógica, seguiu-se a realização de diversas obras de infraestrutura como forma de aproximação comercial entre os países, donde destaca-se Itaipú, a ponte da amizade e o gasoduto ligando Brasil e Bolívia em obras financiadas pelo lado brasileiro com contratos amplamente vantajosos comercialmente para o Brasil. Ainda no período ditatorial, é neste que ocorre a assinatura dos primeiros acordos de cooperação

técnica entre os países, também uma outra forma de aproximação do Brasil com os países vizinhos.

Com o passar dos anos, percebe-se uma continuidade desta relação, que se esvazia de certa forma apenas durante o período neoliberal durante os anos 1990, onde nota-se uma política externa que se volta para relações comerciais com os países do Norte. Durante o Governo FHC, pensava-se num modelo de desenvolvimento que buscava através do relacionamento com os países mais bem industrializados, o incremento da própria economia, mesmo que esta se sustentasse em relações comerciais extremamente desiguais. Mesmo durante o Governo FHC, como visto nos gráficos apresentados, a balança comercial brasileira sempre se manteve favorável na América do Sul, fato este ainda mais favorecido pelo esvaziamento do papel do MERCOSUL como Organismo Internacional de cunho Supranacional. De fato, em nenhum momento se vislumbra uma preocupação dos países membros neste sentido, sendo visto principalmente para o Brasil o deslocamento de sua hegemonia para um órgão internacional extremamente negativo para seus interesses.

O Governo Lula, a partir de 2003, muda o foco de seu comércio internacional. No novo contexto mundial apresentado nos anos 2000 onde com a crise do capital observa-se a ascensão das denominadas potências médias, caso em que os BRICS se mostram os principais representantes, o Brasil volta-se novamente para os países do sul, apontados pela diplomacia brasileira como a melhor solução para bons negócios que alavancassem o país no seu papel de potência mundial. Nessa escuridão, tem-se em 2006 que as exportações brasileiras para países em desenvolvimento superam as realizadas para os países desenvolvidos (RIEDIGER, 2010). Através desta política, o Brasil observa no período um aumento crescente de seu PIB, a taxas de crescimento nunca antes vislumbradas, como demonstrado no gráfico anteriormente apresentado. Isto se dá pelo aumento da exportação de produtos manufaturados no comércio Sul-Sul, dando ampla vantagem ao Brasil, país mais industrializado na região.

Entre 2005 e 2007, mais de um terço dos bens comercializados possuíam valor agregado, como no caso de eletro-eletrônicos, maquinaria e componentes mecânicos. Se comparada aos valores de 1995, a participação de bens de valor agregado nas exportações totais no eixo Sul-Sul passou de 8% para 34%. Os biocombustíveis também aumentaram sua parcela nas exportações, passando de 8% para 21% de 1995 a 2007. (RIEDIGER, 2010, p. 34)

Olhando por este lado, não há diferença entre a política subimperialista apresentada pelo Brasil durante a ditadura com a atual no que diz respeito a atuação comercial do país na América

Latina. O que difere foi a introdução de outros elementos como os políticos, sociais e culturais nas Relações Internacionais, os quais destacam-se os Projetos de Cooperação.

Os projetos de Cooperação Sul-Sul possuem papel importante neste cenário. Apesar da natureza destes não envolver interesses comerciais, o vínculo gerado contribui para o aumento da presença do país prestador da assistência no país receptor, contribuindo conseqüentemente para o aumento da dependência oriunda desta relação e, indiretamente também contribui para o incremento de uma relação também comercial, o que se agrava com a forma assimétrica que esta se dá no caso em questão. Isto se observa quando da análise realizada das variações da balança comercial entre o Brasil e os três países estudados durante o período de implantação dos projetos de Cooperação Sul-Sul.

Essa influência brasileira se mostra tão forte, que à medida que houve a ascensão dos governos antiliberais nos países da América Latina e com estes uma oposição à presença brasileira em seus territórios que culminaram com a saída das transnacionais brasileiras no Equador e na Bolívia e repactuação do contrato de exploração de Itaipú no Paraguai, esta relação comercial não sofreu alterações significativas. Neste ponto, o Governo brasileiro foi estrategicamente exemplar ao vislumbrar outras alternativas de integração que superassem aspectos somente econômicos, utilizando inclusive a ameaça de suspensão dos Projetos de Cooperação Sul-Sul como moeda de troca nas negociações dos contratos apresentados.

O próprio Itamaraty deixa explícito esse foco. Segundo o Manual das Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional do Ministério das Relações Exteriores Brasileira (BRASIL, 2014), a Cooperação “pode ser caracterizada como uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico de forma a sanar ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, bem como para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento”. Como se vê, o discurso brasileiro engloba o fortalecimento de capital humano, das instituições e da economia como um todo, através da transferência de tecnologia e da técnica para o desenvolvimento dos países, reforçando o papel indireto que as relações econômicas possuem nos processos de cooperação.

Pegando um exemplo prático, podemos destacar um projeto que trouxe grande desenvolvimento e dinamismo econômico que é a criação do Centro Profissional em Hernandarias, no departamento do Alto Paraná. Estima-se que praticamente todos os egressos dos cursos realizados obtiveram emprego nas indústrias da região, ou montaram seu próprio

negócio¹⁴⁴. Porém, a maior absorção de alunos se dá pela Hidrelétrica de Itaipú, cuja maior fatia de exploração econômica pertence ao lado brasileiro, apesar da repactuação do contrato da binacional realizada pelo Presidente Lugo. Foi possível através desta qualificação da mão-de-obra um incremento da matriz energética de ambos os países, sendo a autossuficiência energética um dos principais fatores para a manutenção de uma condição de potência econômica, caso do Brasil. Interessante é observar o discurso do Presidente Lula durante visita realizada ao Paraguai nas obras de construção de nova linha de transmissão energética, em 2010, que trata de enaltecer os aspectos sociais da empreitada:

A nossa agenda de cooperação bilateral contém, ainda, um forte componente social. O Centro de Capacitação de Hernandarias vem ajudando na formação profissional de mais de 10 mil jovens paraguaios. O grande número de paraguaios e de brasileiros no Paraguai evidenciam uma forte comunhão de valores entre nossas sociedades. Nossos governos trabalham em sintonia para resgatar a dignidade e os direitos de cidadania dessas comunidades.¹⁴⁵

Além disso, o próprio maquinário utilizado para o desenvolvimento dos Centros de Formação provém de equipamentos obsoletos da indústria brasileira, garantindo assim o Brasil um mercado externo para a absorção de seu excedente industrial numa prática muito caracterizada por Marini (2012b) como uma das características do Subimperialismo.

Finalizando, contribui ainda para esta relação econômica desfavorável a não presença de uma entidade supranacional que regule estes processos de cooperação. Isto põe em cheque o papel da Cooperação Sul-Sul como processo de integração regional, reduzindo-a ainda mais a Políticas Públicas pontuais específicas que dizem respeito aos governos envolvidos e não a uma política de Estado o que contribui ainda mais para o entendimento de que tratam-se na verdade de uma reprodução das relações assistencialistas de caráter Norte-Sul, visto a assimetria que se estabelecem nas relações econômicas entre países tão desiguais como o Brasil e o resto da América Latina. Não há em nenhum momento um aceno para a equalização de simetrias entre os países, mantendo-se sempre a intergovernabilidade como principal norteador das Relações Internacionais na região, o que acaba por fortalecer o país mais forte economicamente em detrimento dos mais fracos.

¹⁴⁴ Estes dados foram obtidos através de contato com instrutores e alunos durante a realização deste trabalho, visto que, igualmente não foi previsto instrumentos indicadores para a eficácia do projeto.

¹⁴⁵ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8034:discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-visita-as-obras-de-terraplanagem-da-subestacao-de-villa-hayes-da-linha-de-transmissao-de-itaipu-villa-hayes-paraguai-30-de-julho-de-2010&catid=197:discursos&Itemid=448&lang=pt-BR>. Acesso em 25 de setembro de 2015.

4.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO QUATRO

A política externa brasileira, iniciada com o Governo Lula em 2003, nunca escondeu o seu objetivo de exercer uma liderança geopolítica na região. No seu discurso de posse, Lula já destacava:

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração. O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sulamericanos. (BRASILd, 2008, ps. 14-15)

Já se depreende daí o papel que os processos de Cooperação Sul-Sul terão nesta nova política brasileira de integração. Dentre os períodos em que a integração regional sul-americana se apresentou com maior força, onde o Brasil voltou seus interesses para a América Latina, quais sejam durante o período ditatorial militar brasileiro e a quarta onda de integração (SOUZA, 2012), temos que no primeiro essa liderança foi buscada através de uma política expressamente subimperialista (MARINI, 2012b), expressa por uma cooperação antagônica com os Estados Unidos. Após a redemocratização, até meados da década de 1990, essa integração, como já visto, perde forças. O Brasil adota “posição defensiva em temas multilaterais como modo de resguardar-se de alinhamentos com qualquer um dos líderes dos blocos que pudessem comprometer a liberdade de ação brasileira” (LEITE, 2011, p. 163). Após o final da Guerra Fria, com os Estados Unidos à frente da hegemonia mundial, a diplomacia brasileira volta-se para o norte desenvolvido, fato este explicitado quando do esvaziamento do MERCOSUL nos anos 1990 que, criado para ser um mercado comum regional, relega seu papel a um bloco para discussão de uma tarifa externa comum para o comércio com países de fora.

Nesta nova fase de aproximação brasileira para com a região iniciada a partir do governo Lula, podemos chamar a liderança regional brasileira como uma liderança cooperativa, em que além das questões econômicas, este “regionalismo em curso na América do Sul guardaria implicações políticas. A integração dos países vizinhos seria um modo de assegurar ambiente cooperativo, sobretudo entre Brasil e Argentina, e democrático na região, permitindo ainda, ação mais coordenada no âmbito internacional” (LEITE, 2011, p. 164). Essa liderança, no

entanto, conforme analisado no capítulo, vai ao encontro do que defende Guimarães (2013), de que essa dinâmica internacional não teria

como objetivo promover os interesses do conjunto dos Estados, que formariam a “comunidade internacional”, para alcançar níveis cada vez mais elevados de bem-estar econômico em cada um deles, de redução das desigualdades sociais, da promoção da paz e da segurança internacional, de redução e eliminação dos armamentos, do respeito à soberania e à autodeterminação. (GUIMARÃES, 2013, p. 43)

Voltando ao discurso de posse de Lula em 2003, tem-se que:

Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina. (BRASILd, 2008, p. 15)

Embora não fique explícito neste discurso a vontade brasileira de exercer liderança no subcontinente, em diversos outros momentos o Presidente contraria o discurso do Itamaraty de integração da região sem hegemonia, explicitando exatamente o contrário:

- (1) Cabe à Argentina e ao Brasil demonstrar liderança conjunta na construção de uma comunidade sul-americana unida, próspera e solidária, como parte da grande família sul-americana
- (2) o Brasil tem uma posição de liderança na América do Sul e na América Latina
- (3) um país que quer ter liderança tem que exercer essa papel, sem hegemonia, mas esse papel de construir parcerias
- (4) Como maior economia, com a maior população, como país de maior potencial científico e tecnológico, nós temos obrigação de dar condições para que esse crescimento não se dê apenas dentro do Brasil, mas para que ele se dê também nos países, sobretudo os que fazem fronteira conosco¹⁴⁶

Esta é uma das características intrínsecas brasileira no que diz respeito às suas Relações Internacionais. Conforme as teorias de RI estudadas no início deste trabalho, as quais foram destacadas o realismo e o idealismo como as de maior precisão analítica para as relações diplomáticas atuais temos que, enquanto o realismo caracteriza-se pelo pressuposto que toda relação que o Estado Nação realiza com o outro é sempre em busca do que é melhor para si, sendo estas relações as vezes de conflito, de cooperação ou assistência mas sempre num jogo

¹⁴⁶ (1) discurso aos parlamentares e empresários argentinos em 2003 (2) programa Roda Viva da TV Cultura em 2005 (3) discurso pelo Dia do Diplomata em 2006 (4) pronunciamento no programa Café com o presidente em 2008. (CERQUEIRA, 2008)

de soma zero (PECEQUILO, 2010), a escola idealista caracteriza-se pelo equilíbrio entre os Estados dentro de uma sociedade mundial pacífica, regulada por normas e princípios supranacionais, que garantam uma interdependência econômica, democrática e cooperativa entre os países (PECEQUILO, 2010). Constata-se então a utilização da doutrina realista do Brasil nas suas Relações Internacionais, embora o discurso executado pelo Itamaraty tenha caráter idealista, mascarando sua política hegemônica. Essa aproximação do Brasil com seu entorno seria então uma forma de obter maior autonomia no sistema internacional. Samuel Pinheiro Guimarães, que esteve à frente da Secretaria Geral das Relações Exteriores do MRE durante os dois mandatos do Governo Lula, colabora para este entendimento a medida que defende a integração regional liderada pelo Brasil como forma de preparação para uma cooperação política mais ampla que favoreça o sucesso do continente no plano internacional (MOCELIN, COSTA JÚNIOR, 2013). Nesse sentido

Podemos dizer que a abordagem do embaixador Guimarães expressa traços da teoria realista das Relações Internacionais, ou seja, que o Estado é o ator central no sistema internacional, e que ele é quem deve ser o indutor de políticas que procurem sua própria sobrevivência. (MOCELIN, COSTA JÚNIOR, 2013, p. 6)

Embora seja perceptível em seu discurso, o próprio presidente Lula, por diversas vezes refuta esta teoria. Em evento realizado em 2009 em Caracas, o mesmo afirma que o país precisa assumir sua responsabilidade de ser o maior país da América do Sul, mas sem ter hegemonia na região, conforme seu discurso:

(...) o Brasil tem que ser o primeiro país a fazer gestos. Não os gestos de antigamente, em que os países grandes queriam ter hegemonia no continente... Nós não queremos nada disso. Nós não queremos ser líderes, nós não queremos ter hegemonia, nós apenas queremos tratar todo mundo em igualdade de condições, do menor ao maior, porque é assim que a gente conquista respeito, é assim que a gente consolida a democracia e é assim que a gente dá os passos importantes para o desenvolvimento do nosso continente.¹⁴⁷

Mesmo deixando de lado os discursos, tanto de Lula como do Itamaraty, fica clara a posição brasileira no que diz respeito a sua previsão constitucional de não abrir mão de sua hegemonia em prol de uma ordem externa supranacional. Em nenhum momento aponta-se para uma mudança na necessidade de ratificação interna de tratados internacionais para a incorporação destes no ordenamento jurídico do país, acenando para a criação de uma entidade

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/brasil-busca-lideranca-sem-hegemonia-na-america-do-sul/>>. Acesso em 16 de maio de 2016.

supranacional, fato este que justifica o MERCOSUL nunca ter alcançado seu objetivo principal de tornar-se um mercado comum na região.

Para Leite (2011), esta posição brasileira nunca se alterou desde as primeiras tratativas internacionais do país, tendo o Governo Lula inovado justamente por conseguir acompanhar as mudanças no cenário internacional, fazendo uma leitura excepcional da nova ordem internacional, cujo traço maior é a importância atribuída na sua agenda de temas como direitos humanos, segurança, meio ambiente e livre comércio. Além disso, tem papel fundamental a nova multipolaridade econômica e a ascensão de potências médias como o BRICS, que redimensionam a importância do Brasil, antes voltado para os Estados Unidos, país hegemônico mundial, como forma de extrair benefícios, para um novo ator global, com a busca de parceiros também economicamente emergentes que favoreçam o fortalecimento de sua posição de potência emergente. Entendedor do jogo internacional, consciente que o país não pertence às grandes potências e entendendo que a ordem internacional produzida por estes é um entrave para o desenvolvimento,

a diplomacia brasileira agiu no sentido tanto de suprimir como de contornar tais entraves. Para tanto, fez-se necessário criar e participar de coalizões com Estados com a mesma perspectiva política e, simultaneamente, intervir em questões e em áreas que, tradicionalmente, o país mantinha-se cautelosamente afastado. (GONÇALVES, 2011, p. 142)

Portanto, enquanto que durante o período ditatorial o Brasil buscou a liderança política latino-americana através de uma política essencialmente subimperialista de ordem econômica, na quarta onda de integração esta é perseguida através da cooperação, com ênfase nas novas Políticas Públicas internacionais, que são definidas através dos processos de Cooperação Sul-Sul, ou como Guimarães (2013) define, por meio de diversas esferas da política internacional, onde o Brasil, como potência média utilizaria de sua vantagem em relação aos países parceiros em esferas como a político-jurídica, militar, econômica e principalmente tecnológica para perseguir seu objetivo de tornar-se uma grande potência, acompanhando a análise realizada dos projetos de cooperação bilaterais entre o Brasil, Equador, Bolívia e Paraguai nas diversas variáveis analisadas no capítulo.

Na América do Sul, o Brasil sempre foi visto como país diferenciado. Por apresentar a maior extensão territorial do continente, a maior população, maior economia, maior desenvolvimento industrial, maior PIB e com uma balança comercial extremamente favorável em relação à quase todos os países vizinhos, o Brasil apresenta-se sempre como destaque no subcontinente. Esse destacamento também se traduz em diferenças culturais bastante

significativas. Único país da América do Sul cujo idioma oficial não contempla o Espanhol, em relação aos três países estudados neste trabalho, é o único cuja constituição não prevê papel de destaque à população indígena, aliás, a população indígena brasileira não possui nem de perto a representatividade que usufrui nos países citados, tendo participado ativamente de conflitos sociais que ensejaram conquistas importantes nestes. Esta é outra característica em que o Brasil diverge destes países. Aqui a maioria das transformações sociais, incluindo sua independência e a redemocratização, não foram fruto de lutas de movimentos sociais, e sim negociatas realizadas pela própria elite, ocorridas de forma gradual e paulatina.

Pesquisa realizada na América Latina pelo Centro de Investigação e Docência em Economia do México, publicada na edição 2014/2015 do *The Americas and the World: Public Opinion and Foreign Policy*, confirmou que a população brasileira não se enxerga como latino-americana quando questionada quanto a sua identificação, e nem deseja o trânsito livre de pessoas dos países latinos dentro do país. No entanto avaliam que o Brasil seria o melhor representante da América Latina no Conselho de Segurança da ONU¹⁴⁸. Não é então de se estranhar essa aptidão brasileira para destacar-se como líder regional.

Na esteira do já demonstrado papel do país como principal responsável pelo planejamento e execução dos processos de Cooperação Sul-Sul no continente, reproduzindo um padrão do tipo Norte-Sul assistencialista, possibilitado pelo nível econômico e tecnológico atingido pelo Brasil no período além de uma concertação política favorável entre seus pares, diversas implicações dessa política da diplomacia brasileira se refletem de forma multilateral na política da região, já admitidos os projetos de cooperação como Políticas Públicas internacionais de cunho essencialmente político. Ilustra-se essa implicação em diversos episódios importantes ocorridos na América Latina no período em questão (2003-2014), destacando-se o papel do Brasil nestes.

Um exemplo bastante emblemático da representatividade brasileira é o caso do Golpe de Estado aplicado em Honduras em 2009, onde o Presidente eleito em 2006, Manuel Zelaya

¹⁴⁸ No Brasil, o responsável pela iniciativa é o Instituto de Relações Internacionais da USP (Universidade de São Paulo), que aplicou 1.881 questionários no país.

Em uma das questões, os entrevistados deveriam apontar os gentílicos e expressões com os quais mais se identificavam. A principal resposta foi "brasileiro" (79%), seguida por "cidadão do mundo" (13%), "latino-americano" (4%) e "sul-americano" (1%).

Apenas 4% dos brasileiros se definem como latino-americanos, ante uma média de 43% em outros seis países latinos (Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru).

Para os autores da pesquisa, os resultados comprovam, com dados de opinião pública, o que historiadores e cientistas sociais já apontavam: a autoidentificação do brasileiro é tênue e ambivalente, marcada pela percepção de pertencer a uma nação diferente dos vizinhos, seja pela experiência colonial, língua ou processo de independência distinto. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151217_brasil_latinos_tg>. Acesso em 16 de maio de 2016.

Rosales, é retirado à força de sua casa em junho de 2009 e, com uma escolta militar, segue para a Costa Rica, sendo destituído de seu cargo. Zelaya, mesmo possuindo uma alta aproximação com os Estados Unidos, sendo considerado por muitos anos o país como um quintal norte americano¹⁴⁹, utiliza em seu mandato de diversas medidas de cunho popular, começando pela aliança realizada com a ALBA em 2008, e a tentativa de instituição de uma consulta popular constituinte para o país, fato que fomentou sua destituição forçada pela oposição, formada pela elite hondurenha dentre militares, empresários e altos donos de terras.

O Brasil adota medida intervencionista no caso à medida que, em

21 de setembro de 2009, Zelaya clandestinamente cruza a fronteira hondurenha e se aloja – segundo ele, com a autorização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e apoio do presidente venezuelano Hugo Chávez – na embaixada brasileira em Tegucigalpa, tentando fomentar a pressão popular para a sua recondução ao cargo, ficando, porém, isolado, visto existir no país ordem para a sua prisão. (PASSOS & PASSOS, 2010, p. 57)

No episódio, Zelaya é recebido na embaixada brasileira como Presidente Legítimo de Honduras, em posição de repúdio ao Golpe, entrando dessa forma o Brasil no centro da crise hondurenha, sendo mais tarde Honduras suspenso da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹⁵⁰ em decisão unânime de todos os países membros. Mesmo após a realização de eleições em 29 de novembro de 2009, as quais sagraram Porfirio Lobo Soares como novo presidente hondurenho, o Brasil, juntamente com todos os países membros do MERCOSUL, através de comunicado especial¹⁵¹, se posicionam pelo não reconhecimento do novo governo eleito, rompendo relações diplomáticas com Honduras. Equador e Bolívia assumem mesma posição de não reconhecimento do novo Presidente.

Para Leite (2011), atitudes como essa demonstram umas das alterações do perfil internacional do Governo Brasileiro em relação ao anterior, que é a passagem do princípio da não intervenção para o da não indiferença, contrariando o que dispõe sua constituição conforme já verificado em suas Relações Internacionais, e assumindo de vez o seu novo papel proposto, que é o de afirmação de seu papel de liderança regional, colocando-se o país como responsável

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=3055&edicao=459>>. Acesso em 17 de maio de 2016.

¹⁵⁰ A Organização dos Estados Americanos é o mais antigo organismo regional do mundo. A sua origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. Esta reunião resultou na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas, e começou a se tecer uma rede de disposições e instituições, dando início ao que ficará conhecido como “Sistema Interamericano”, o mais antigo sistema institucional internacional. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em 17 de maio de 2016.

¹⁵¹ Disponível em: <<http://www.cadaminuto.com.br/noticia/42244/2009/12/08/mercosul-diz-que-nao-reconhece-governo-eleito-de-honduras-e-volta-a-condenar-golpe-de-estado>>. Acesso em 17 de maio de 2016.

por intermediar os conflitos ameaçadores da democracia que venham a ocorrer nos países vizinhos, papel este assumido que rendeu elogios dos países desenvolvidos, sendo o país pela primeira vez convidado à participar de “diálogo ampliado à margem da Cúpula do G-8, junto com outros países em desenvolvimento, gesto que seria reiterado em 2005 e 2006” (LEITE, 2011, p. 169).

Embora contando, como visto, com o apoio dos países sul-americanos alinhados politicamente ao Brasil¹⁵², o que demonstra a respeitabilidade internacional vivenciada pelo país no período, para Passos & Passos (2010) o episódio significou uma derrota para o país na sua tentativa de se firmar como potência regional.

A posição brasileira de imediatamente qualificar como golpe a deposição de Zelaya e de exigir, sem êxito, o seu retorno ao cargo de presidente – sem o efetivo estabelecimento de uma posição de interlocutor – não representou no conflito uma atuação de destaque, configurando uma derrota para o Brasil – sem grande fluxo de comércio com Honduras e sem a condição de credor em projetos do BNDES, sendo, portanto, incapaz de aplicar vultosas sanções (PASSOS & PASSOS, 2010, ps. 64-65)

Este é também um bom exemplo para visualização da postura inter-regional que permeia o Brasil e as demais nações latino americanas e fortalece o discurso teórico realista como definidor das Relações Internacionais, relegando as decisões do Brasil e da OEA de romper relações diplomáticas com Honduras apenas a posturas políticas dos atores, sem nenhuma consequência que pudesse interferir de modo supranacional na ordem interna do país em questão.

Deste seguem outros exemplos da postura brasileira de afirmação como líder regional. Através dos resultados dos Programas colocados pelo país no período, em especial os de Cooperação Sul-Sul, em 2011 um brasileiro foi eleito para ocupar o cargo de diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). José Graziano da Silva, que tomou posse em 2012, foi eleito com 92 votos dos 180 realizados, todos eles de países em desenvolvimento¹⁵³ em sua grande maioria parceiros do Brasil em projetos de cooperação bilaterais. Utilizando como campanha o Programa Fome Zero implementado pelo governo federal além dos inúmeros projetos de Cooperação Sul-Sul realizados pelo país na América Latina, África e Ásia, e a possibilidade de aprimoramento destes com sua eleição, a eleição de Graziano reflete a força conquistada pelo Brasil no período entre os países em

¹⁵² Na América, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia, Chile e Peru foram contrários à posição brasileira e do Mercosul de não reconhecimento do resultado das eleições para a presidência hondurenha realizada em 2009.

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/jos%C3%A9-graziano-%C3%A9-eleito-diretor-geral-da-fao>>. Acesso em 7 de junho de 2016.

desenvolvimento no globo, derrotando um candidato espanhol, representante do Norte desenvolvido. De fato, dentre os projetos de cooperação analisados neste trabalho, percebemos que a segunda maior área temática em questão de número de projetos é a área da agricultura, com 49 projetos realizados de forma bilateral entre o Brasil e os três países pesquisados.

Nesse ponto, novamente percebemos a importância da Cooperação Sul-Sul como elemento de integração que permite a construção de um bloco homogêneo nas decisões políticas tomadas em âmbito global, liderada cada região por sua respectiva potência emergente, dentro de um contexto de dinâmica mundial de esferas da política internacional que definem as relações de poder dentro do globo (GUIMARÃES, 2013). Nesta esteira, Mocelin e Costa Júnior (2013), reiteram que cabe ao Brasil, por seu tamanho econômico, demográfico e político que o definem como potência média, usar todos os seus recursos para que este processo de integração se aprofunde na América do Sul, através principalmente de arranjos como o MERCOSUL e a UNASUL, lembrando sempre que esta cooperação não pode limitar-se a aspectos econômico e comerciais, mas atravessar áreas como as de pesquisa, desenvolvimento, educação e ciências, mas que estas só se dão efetivamente se forem planejadas com vistas a diminuição das assimetrias existentes no continente. Conforme a análise realizada utilizando-se dos parâmetros definidos previamente, não parece ser este o caminho perseguido pelo Brasil, aproximando-se muito mais a nova política externa brasileira de uma política com vistas a afirmação de seu papel de potência dentro do sistema mundial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as motivações da cooperação internacional entre os Estados é um elemento importante para que possamos visualizar os papéis de cada nação na ordem mundial e como estes se relacionam tanto na esfera regional quanto global. Essa motivação é complexa e varia ao longo do tempo, tanto com relação aos governos dos países participantes quanto com relação às condições internacionais vigentes, o que ensejou a criação de diversas teorias no âmbito das Relações Internacionais que regem estes movimentos de, ora integração, ora beligerância. Dessa forma, se mostra importante a observação do histórico dos processos de integração dos países analisados e do contexto mundial atual, para que possamos compreender melhor o papel dos atores internacionais no processo de cooperação.

Verificou-se neste trabalho, que o Brasil possui mais de 1.500 projetos de cooperação do tipo Sul-Sul executados na América Latina, o que mostra a relevância deste tipo de ação para as Relações Internacionais do país. Dessa forma, a pesquisa realizada nos traz informações importantes para que possamos discutir a forma como o Brasil se relaciona dentro da região e sobre quais bases o país avança nos seus processos de integração.

Todos os elementos apontam que a estratégia internacional do Brasil, ou como define Gonçalves (2011), como ele que ser, é de ser uma potência soberana na região, buscando lugar de destaque na economia internacional, e ele realiza isto através da adoção de uma política de hegemonia cooperativa. A quantidade de cooperações bilaterais do Brasil com os países do Sul (não só da América), demonstra esse fato. O Itamaraty, atendendo a política externa brasileira que se relaciona internacionalmente através da doutrina realista, busca desta forma a manutenção da hegemonia brasileira na América do Sul. Utiliza da doutrina realista à medida que em nenhum momento o país parece acenar para uma busca de igualdade socioeconômica plena para com os países da região, e todas as relações buscam sempre soluções que lhe traga benefícios próprios. O estabelecimento de mecanismos intergovernamentais de baixa ou nenhuma institucionalidade é um indicador neste sentido. Em nenhum momento percebe-se o Brasil preocupado em abrir mão de sua autonomia em prol de uma entidade supranacional e conseqüentemente a busca da diminuição de assimetrias na região.

Igualmente como quando os países do Norte perceberam que o enfraquecimento demasiado dos países do Sul trazia um prejuízo para os mesmos devido à diminuição principalmente de ordem econômica e iniciaram-se políticas assistencialistas para com os países subdesenvolvidos, o mesmo pode ser percebido no que diz respeito ao Brasil para com os vizinhos sul-americanos. Toda potência representa uma comunidade de cultura e aspirações,

sendo esta necessariamente a representante de uma região, ou seja, toda potência necessita de uma zona de influência, num modelo similar ao colonialista e o Brasil busca esta na América Latina. Dessa forma, o interesse do Estado não pode ser estranho ou contrário à região a qual faz parte. Como parte de sua liderança na América do Sul, o Brasil passou a incentivar e promover a estabilidade na região através do estabelecimento de um sistema de relações em que a assistência atua de forma a garantir a ordem regional.

Apesar dos processos de Cooperação Sul-Sul terem representando um excelente avanço em direção a uma menor dependência dos países considerados de 3º Mundo para o Norte, através da troca de experiências e tecnologias, o que se percebe e foi demonstrado através da análise das variáveis definidas dentro da relação bilateral entre o Brasil e os três países estudados, é que há uma reprodução deste tipo de política assistencialista com o objetivo de manutenção da sua própria hegemonia, consoante a teoria realista das Relações Internacionais. A unilateralidade presente na grande maioria dos projetos coloca em cheque a existência de uma horizontalidade com características de efetiva “troca” de conhecimentos e políticas, tão necessária e considerada primordial aos projetos de cooperação do tipo Sul-Sul. A origem do termo “Cooperação Técnica”, que faz parte de todos os Acordos de Cooperação firmados entre o Brasil e os países vizinhos, nada mais é que uma alteração da antiga noção de “Assistência Técnica”, cuja substituição de nomenclatura se deu exclusivamente em virtude da denotação implícita de desigualdade entre os participantes que a expressão assistência sugeria.

A assimetria gritante registrada na América do Sul aponta para relações neste sentido, e, apesar de, no início do século XXI percebermos um fortalecimento de um processo de integração regional de forma nunca antes presenciada no subcontinente, este processo por enquanto ainda não rompeu com a lógica dominante dos processos de integração registrados anteriormente na história que sempre foram motivadas por questões econômicas e sem a participação popular, o que acaba por fortalecer o aumento de assimetrias entre as nações participantes. Apesar de em todo momento o Brasil, por intermédio principalmente da ABC, ressaltar o caráter não comercial dos processos de cooperação, para uma integração de fato, os países precisam adotar políticas comuns. O que define integração regional é exatamente isso, além da organização geográfica, a homogeneidade de desenvolvimento, tanto no que tange às questões econômicas como às sociais e culturais.

Através da análise realizada, tendo como proposta a resolução do problema de pesquisa apresentado, qual seja, em que medida os projetos de Cooperação Sul-Sul na América Latina influenciam uma posição de liderança geopolítica do Brasil na região a partir do governo Lula em 2003, entende-se que, após o desenvolvimento do trabalho, por meio da exposição dos

diversos dados obtidos quando da análise de diversas variáveis que tangem os Projetos de Cooperação Sul-Sul estudados, os objetivos específicos buscados foram realizados. Quanto ao objetivo geral da pesquisa: a análise da relação bilateral existente entre os Projetos de Cooperação Sul-Sul do Brasil e Equador, Bolívia e Paraguai nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014, primeiro mandato). Temos que, após as descrições realizadas e posterior análise à luz das teorias apresentadas no referencial teórico, a ligação entre os projetos de Cooperação Sul-Sul e a liderança geopolítica do Brasil na região fica clara, sendo estes um instrumento da política externa brasileira no período para a manutenção de sua hegemonia dentro da América Latina.

Como limitadores da pesquisa, temos a falta de dados mais concisos dos projetos, principalmente no que diz respeito aos indicadores de monitoramento e avaliação dos mesmos, que embora especificados em manual de cooperação elaborado pela ABC, não foram disponibilizados pela agência sob o argumento de que estes são realizados dentro dos próprios órgãos responsáveis pela implementação dos projetos, com necessidade de autorização do país parceiro para divulgação. No entanto, esta falta de publicização serve para demonstrar que a preocupação do Brasil para com os projetos tem forte apelo político em detrimento de características de Políticas Públicas efetivas. Demonstrada a multidisciplinaridade e a complexidade inerentes à análise de Políticas Públicas, principalmente de caráter internacional, a falta de dados quantitativos suficientes prejudica uma análise mais aprofundada dentro do contexto apresentado.

Finalmente, cabe salientar o caráter de não exaustão do tema nesta pesquisa, que, devido às limitações apresentadas e do seu tempo de realização, um trabalho de conclusão de graduação, se mostra muito mais como uma forma de introdução de novas discussões no que tange às áreas de Políticas Públicas e integração regional através de novos elementos analíticos. Ademais, tendo sido a pesquisa realizada de forma amostral, através da análise específica da relação bilateral entre o Brasil e três países dentro do universo da América Latina, sugere-se a posterior extensão do estudo para as demais relações bilaterais do país na região, com vistas a obtenção de um juízo mais aprofundado sobre o universo total da pesquisa, expandindo-se igualmente os elementos de análise destes processos.

Dessa forma, espera-se com este trabalho contribuir para futuras pesquisas sobre o tema, principalmente no que diz respeito aos Projetos de Cooperação Sul-Sul, que como demonstrado, sendo uma área de constante crescimento dentro da nova ordem internacional, carecem de estudos mais aprofundados.

Atenta-se para o cenário político em que vive o país no momento de conclusão deste trabalho, o qual apresenta uma instabilidade poucas vezes vislumbrada nos últimos anos. Com o afastamento da presidente Dilma, além das reações de questionamento dos Organismos Internacionais à legalidade do processo de impeachment em execução, o qual poderá resultar em sanções para o país, o governo provisório acena para uma mudança em sua diplomacia que remete à praticada pelos governos anteriores ao Governo Lula, no qual há a priorização das relações com os países desenvolvidos em detrimento das políticas de Cooperação Sul-Sul. Coloca-se dessa forma em xeque a continuidade da importante integração regional construída no continente durante os últimos anos.

Apesar de todas as críticas ao tipo de cooperação que o Brasil pratica na América Latina, é inegável o avanço presenciado pela região nos últimos anos no que diz respeito ao seu papel frente ao cenário internacional, além do crescimento socioeconômico da mesma. A Cooperação Sul-Sul se mostra como a alternativa mais acertada como política de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos se comparada às antigas relações assistencialistas do tipo Norte-Sul, que somente colaboram para a criação de uma maior dependência e assimetria entre os países envolvidos. Com certeza este tipo de cooperação deve ser aprimorado, e este é um dos objetivos de estudos como o ora apresentado, mas sua supressão significaria um lamentável retrocesso, um prejuízo tremendo para os denominados países do Sul.

REFERÊNCIAS

- ABC. **Agência Brasileira de Cooperação**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em 06 de outubro de 2015.
- ABRI. **Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://www.abri.org.br/>>. Acesso em 06 de outubro de 2015.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. In: Rev. bras. polít. int. vol.47 no.1 Brasília Jan./June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008>. Acesso em 4 de abril de 2016.
- ARSEGO, Livia Ramalho. **A Valorização do Trabalhador da Saúde Pública: a Agenda Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Ciências Políticas. UFRGS, 2013.
- ASENSIO, Maria. **Um Enquadramento para a Análise de Políticas Públicas**. Instituto Nacional de Administração, I.P. CETRAD - UTAD, 2010. Disponível em: <<http://repap.ina.pt/bitstream/10782/543/1/An%C3%A1lise%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2016.
- BANDEIRA, L. A. Moniz. **A Guerra do Chaco**. In: Rev. bras. polít. int. vol.41 no.1 Brasília Jan./June 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100008>. Acesso em 15 de março de 2016.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. **A ideia de ciclo na análise de Políticas Públicas**. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011.
- BOLIVIAa. **Constitución Política del Estado Plurinacional del Bolivia**. 2009. Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>>. Acesso em 14 de março de 2016.
- BOLIVIAb. **Instituto Nacional de Estadística**. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- BOLIVIAc. **Portal del Gobierno Boliviano**. Disponível em: <<http://www.bolivia.gob.bo/>>. Acesso em 15 de março de 2016.
- BRASIEL, Deila Maria Ortgea. **O “Protocolo do Rio de Janeiro”: Sua Hermenêutica Jurídica Face ao Direito de Integração**. In: Revista Ética e Filosofia Política – Nº 13 – Volume 1 – Janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2011/01/13_1_deila.pdf>. Acesso em 4 de março de 2016.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e**

bilateral/Ministério das Relações Exteriores, 4ª ed., Brasília, Agência Brasileira de Cooperação, 2014.

BRASILa. Ministério das Relações Exteriores. **Relações Exteriores Bilaterais**. 2016. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3663&Itemid=112&lang=pt-BR>. Acesso em 10 de março de 2016.

BRASILb. Ministério das Relações Exteriores Departamento de Promoção Comercial e Investimentos Divisão de Inteligência Comercial. **Como Exportar Equador/ Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: MRE, 2015. Disponível em: <<http://www.investexportbrasil.gov.br/sites/default/files/publicacoes/comoExportar/CEXEcuador.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2016.

BRASILc. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

BRASILd. Presidente (2003 - : Lula). **Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BRASILE. Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul / Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2013.

BOSCAINI, Bruna Ongaratto. **O Brasil na Cooperação Sul-Sul: A Cooperação Técnica como Instrumento da Política Externa para a América do Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais, UFRGS, 2013.

BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. **A Teoria do Subimperialismo Brasileiro: Notas para uma (re)discussão contemporânea**. Disponível em: <<http://www.rosa-blindada.info/b2-imag/Lateoradelsubimperialismobrasileiro.pdf>>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

CEPAL. **Comisión Económica para América Latina y el Caribe**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/>>. Acesso em 15 de março de 2016.

CERQUEIRA, Rodrigo. **Da negação à pretensão: O discurso de liderança regional brasileiro nos governos Cardoso e Lula**. In: Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC: Vitória, 2008.

DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. **Integração e Democracia no Cone Sul da América Latina: Processos Entrecruzados (1983-2000)**. Trabalho de Conclusão Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, 2000.

DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. **Reforma do Estado com Participação Cidadã? Déficit Democrático das Agências Reguladoras Brasileira**. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito, UFSC, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: Afastamentos, Tensões e Reaproximação (1889 – 1954)**. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2012.

DUEBEL, André Noel Roth. *Conceptos, teorías y herramientas para el análisis de las Políticas Públicas. Políticas Públicas: Formulación, implementación y evaluación. Bogota: Ediciones Aurora*, 2003.

EQUADORa. *Constitución del Ecuador*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFo/co/anexo/ConstituicaoDoEcuador.pdf>>. Acesso em 5 de março de 2016.

EQUADORb. *Instituto Nacional de Estadística y Censos*. Disponível em: <<http://www.inec.gob.ec/>>. Acesso em 18 de março de 2016.

EQUADORc. *Presidencia de la República del Ecuador*. Disponível em: <<http://www.presidencia.gob.ec/>>. Acesso em 18 de março de 2016.

FIORI, José Luís. **Brasil e América do Sul: o Desafio da Inserção Internacional Soberana**/José Luís Fiori. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 42). Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20957>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

FUNAG. **Breve História Econômica do Equador**. 2005. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/301-Breve_Historia_Economica_do_Ecuador.pdf>. Acesso em 3 de março de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Felipe Teixeira (2008). **A CELAC, o SELA e a agenda do Brasil para América Latina e Caribe**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/111125_boletim_internacional08_cap4>. Acesso em 15 de setembro de 2015.

GONÇALVES, Williams. **A Inserção do Brasil na América do Sul**. OIKOS Rio de Janeiro Volume 10. N. 2, 2011

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: Reflexões sobre a política internacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

HASEGAWA, Aline Yuri; MACIEL, Tadeu Morato. **Relatório: As experiências de Cooperação Sul-Sul do Equador, Uruguai e El Salvador: Propostas e Alternativas**. In: Publicação do Curso de Relações Internacionais da Faculdade Santa Marcelina / Ano 15 – Nº 41 / 1º Semestre 2015

HEREDIA, Edmundo A. *Actores emergentes em la historia de las relaciones internacionales latinoamericanas*. In: Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina/ Estevão Chaves de Rezende Martins [Org.]. – Brasília: IBRI, 2003.

HIRST, Monica. **A Presença do Brasil Na Bolívia: Diálogo Político, Vínculos Econômicos e Cooperação Horizontal**. In: Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2013

IGLESIAS PUENTE, Carlos Alfonso. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa : a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CPTD – no período 1995-2005**. Brasília: FUNAG, 2010.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Economica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em 28 de maio de 2016.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Algumas teorias das Relações Internacionais: realismo, idealismo e grocianismo**. In: Revista Intersaberes, vol.1 n. 1, p. 56 - 77 jan-jun 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. São Paulo: Atlas, 1985.

LEITE, Iara Costa. **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos**. In Observador On-line, v.7, n. 03, mar. 2012

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa : os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: FUNAG, 2011.

LIMA, João Brígido Bezerra; CAMPOS, Rodrigo Pires de; NEVES, Juliana de Brito Seixas. **O perfil da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional na América Latina e no Caribe em 2010: Aportes à reflexão sobre a política brasileira de cooperação internacional**. In: Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento/ organizador: André de Mello e Souza. – [Brasília]: Ipea, 2014.

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 48, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002&lng=&nrm=iso>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

LUCE, Mathias Seibel. **O Subimperialismo Brasileiro Revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UFRGS, 2007.

LUCE, Mathias Seibel. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. A História de uma categoria. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UFRGS, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **O ciclo do capital na economia dependente**. In: Padrão de reprodução do capital : contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012b.

MELO, Luciano Morais (2009). **Itaipu: Conflito e Cooperação na Bacia do Prata (1966-1979)**. Disponível em: <<http://www3.fsa.br/proppex/recrie/numero1/recrietexto32009.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

MERCOSUL. **Mercado Comum do Sul**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

MIALHE, Jorge Luís. **Relações Internacionais e Direito Internacional numa sociedade globalizada: breves anotações**. Verba Júris, ano 7, n. 7, 2008.

MILANI, Carlos R.S. **Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul**. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a03.pdf>.

MOCELIN, Luiz Fernando; COSTA JÚNIOR, Pedro Donizete da. **O Brasil e a Integração Sul-Americana: Subimperialismo ou Liderança Benigna?** Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1369259115_ARQUIVO_artigosamuelpinheiroguimaraes.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2015.

MORA, Enrique Ayala. **Resumen del Historia del Ecuador**. In: *Biblioteca General de Cultura I – Tercera Edicion Atualizada. Biblioteca Digital Andina: Corporación Editora Nacional*, 2008. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/bda/docs/EC-CA-0001.pdf>>. Acesso em 3 de março de 2016.

MOREIRA, Cássio Silva Moreira. **A integração regional como resposta ao processo de globalização**. Gestão Contemporânea, Porto Alegre, ano 7, n. 7, p. 215-243, jan./jun. 2010.

NETO, Walter Antonio Desiderá. **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

PARAGUAIa. **Constitucion de la Republica del Paraguay**. 1992. Disponível em: <http://www.bacn.gov.py/CONSTITUCION_ORIGINAL_FIRMADA.pdf>. Acesso em 24 de março de 2016.

PARAGUAIb. **Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos**. Disponível em: <<http://www.dgeec.gov.py/>>. Acesso em 24 de março de 2016.

PARAGUAIc. **Portal Paraguay**. Disponível em: <<http://www.paraguay.gov.py/>>. Acesso em 24 de março de 2016.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos & PASSOS, Rogério Duarte Fernandes dos. **Notas à Crise Política de Honduras: relações com o Brasil e o Caso Zelaya**. In: *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 10(18): 51-67, jan.-jun. 2010

PINO, Bruno Ayllón. **Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS)**. In: *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento/ organizador: André de Mello e Souza*. – [Brasília]: Ipea, 2014.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**. In: Rev. Bras. Polít. Int. 51 (2): 136-153 [2008]. Disponível em: <<http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/29305/S0034-73292008000200009.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RAMOS, Fabielly Bellagamba. **A Paradiplomacia no Estado do Rio Grande do Sul: análise dos três últimos mandatos governamentais (2003-2014)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Administração, com formação em Administração Pública e Social, UFRGS, 2014.

REIS, Elton Gomes dos; SILVA, Antonio Henrique Lucena. **Liderança Regional e Inserção Internacional: Estratégia e Projeção de Capacidades na Política Externa Brasileira Contemporânea**. Trabalho submetido e apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2013.

RIEDIGER, Bruna Figueiredo. **A Política Externa do Governo Lula e a Estratégia de Relações Interregionais**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais, UFRGS, 2010.

SALIBA, Graciane Rafisa. *et al.* **A Questão dos Brasiguaios e o seu Vínculo Trabalhista com a Hidrelétrica de Itaipú**. In: SynThesis Revista Digital FAPAM, Pará de Minas, v.6, n.6, 150-158, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.fapam.edu.br/revista/volume6/Isabela%20150-158.pdf>>. Acesso em 5 de abril de 2016.

SANTOS, Andressa de Melo. **O Realismo na Teoria das Relações Internacionais**. In: Faculdade DAMAS – Caderno de Relações Internacionais – V.3, N.5 2012.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro / Luís Cláudio Villafañe G. Santos**. Brasília: FUNAG, 2014.

SANTOS, Roberta de Freitas, CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. **Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África**. Hist. Cienc. 185aúde-Manguinhos vol.22 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2015

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Um percurso Acadêmico Modelar: Amado Luiz Cervo e a Afirmação da Historiografia das Relações Internacionais no Brasil**. In: Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina/ Estevão Chaves de Rezende Martins [Org.]. – Brasília: IBRI, 2003.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de Cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. Rev. Bras. Polít. Int. vol.50 no.2 Brasília July/Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200004&lang=pt>. Acesso em 26 de maio de 2015.

SOUZA, Nilson Araújo de. **América Latina: as ondas da integração**. OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 11, n. 1, 2012.

TEIXEIRA, Raul Figueiredo. **Relações Internacionais do Paraguai: Aspectos Históricos, Econômicos e de Segurança**. Trabalho de Conclusão Curso de Bacharel em Relações Internacionais, UFRGS. 2013

TEIXEIRA, Rodrigo Alves & DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. **A recuperação do desenvolvimentismo no regionalismo latino-americano**. In: Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990-. 2012

UNASUL. **União de Nações Sul-Americanas**. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acesso em 17 de outubro de 2015.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana : a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007.

VILARINO, Ramon Casas. **Política Imperialista nos Trópicos: os Acordos entre Brasil e Bolívia**. In: ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0847.pdf>>. Acesso em 21 de março de 2016.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **As Relações Internacionais da Bolívia: Os Desafios da Globalização e Integração**. In: Os Países da Comunidade Andina Volume 1/ Heloisa Vilhena de Araujo, organizadora. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

WASSERMAN, Claudia. **Bolívia: História e Identidade. Uma Abordagem sobre a Cultura e a Sociedade Contemporâneas**. In: Os Países da Comunidade Andina Volume 1/ Heloisa Vilhena de Araujo, organizadora. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004.

YEGROS, Ricardo Scavone. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.